

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2007
Área Temática: Território e Sustentabilidade**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Dezembro de 2007

Índice

UE quer fim de taxa de bens ambientais – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 01/12/2007	12
Cana coloca em risco o cerrado brasileiro - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 01/12/2007.....	13
Impacto ambiental de estrada preocupa – Folha de São Paulo – Mundo – 01/12/2007 .	15
Governo admite falta de verba para ambiente – Folha de São Paulo – Mundo – 01/12/2007.....	16
"Mapa do caminho" busca compromissos para pobres – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2007	17
Acordo em Bali é improvável, afirma analista americano – Folha de São Paulo – Ciência – Entrevista com Elliot Diringer – 01/12/2007	19
EUA e UE pedem taxação menor a energia alternativa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/12/2007.....	21
Compromisso francês - Hugues Goisbault - Globo – Opinião – 01/12/2007	22
Conferência buscará alternativas viáveis para o período pós-Kyoto - Cristina Amorim, BALI – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007.....	23
Brasil quer compensação por estoque florestal - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007.....	25
A ecologia, no supermercado e na intimidade - Gilles Lapouge – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007.....	27
'Os países ricos começaram a emitir gás-estufa no século 19' - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007	28
Bali vai fracassar – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2007	30
Estudos prevêem o custo do fim do desmatamento na Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 03/12/2007.....	31
Secretário da ONU apóia proposta do País em Bali - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 03/12/2007.....	32
Plano detalha o custo para zerar o desmatamento – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 03/12/2007.....	33

'Clima é prioridade total' – Eliane Oliveira – Entrevista Marina Silva – 03/12/2007	35
SC encerra série de conferências territoriais – Sítio Eletrônico do MDA – 03/12/2007	37
Gatilho ecológico - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/12/2007	37
Austrália ratifica Kyoto e só EUA ficam fora de acordo - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 04/12/2007.....	39
Austrália ratifica Kyoto e isola os EUA – Folha de São Paulo – Ciência – 04/12/2007 ..	41
Heróis e vilões do planeta - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 04/12/2007	43
Estado divulga inventário de emissões - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 04/12/2007	44
Incra/AP assina termo para uniformizar licenciamento ambiental – Sítio Eletrônico do MDA – 04/12/2007.....	45
Projeto de revitalização de poços define próximos territórios beneficiados – Sítio Eletrônico do MDS – 04/12/2007.....	45
País quer expor contradições de países ricos em Bali – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 4/12/2007	47
Seminário pede decisões rápidas na busca do desenvolvimento sustentável - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 04/12/2007	48
Para ministro, Amazônia tem que ficar 'como está' - Patrick Cruz – Valor Econômico - Agronegócios - 04/12/2007	50
CNA: Amazônia vive guerra contra desenvolvimento - Agência CNA – 05/12/2007...	50
Agricultores cultivam na floresta - João Carlos Faria – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007	51
Agricultura recuperada em Barra do Turvo - João Carlos Faria – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007	52
Na mesma área, 400 espécies - João Carlos Faria – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007	53
Propriedade já tem 55% de mata - Tânia Rabello – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007	54

Fundo e mercado juntos salvariam matas, diz ONG – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2007.....	55
Impacto da mudança climática traz risco imediato, afirma ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2007.....	56
Amorim defende política ambiental única no Mercosul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/12/2007.....	57
Cerco às florestas - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 05/12/2007.....	58
ONU discute documento para substituir o Protocolo de Kyoto – Sítio Eletrônico do MST – 05/12/2007.....	59
ONG polemiza sobre impacto do desmatamento no clima - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2007.....	60
País terá seu 'Relatório Stern' - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2007.....	61
Fetraf-Sul debate produção de soja na Holanda e Bélgica -Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 06 de dezembro de 2007.....	62
Metade da Amazônia pode cair até 2030 – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2007.....	62
China constrange os EUA ao dizer, em Bali, que vai combater o aquecimento – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2007.....	64
Alerta sobre desmatamento fazem parte de Conferência sobre o clima – Juliano Domingues – 06/12/2007.....	65
Impasse entre ricos e pobres ameaça conferência de Bali - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 07/12/2007.....	66
Queda de 20% do desmatamento da Amazônia é a terceira consecutiva - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2007.....	68
De Brasília é impossível preservar floresta, diz Lula - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2007.....	70
Annan ataca etanol na Amazônia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2007.....	71
Desmatamento cai 20%, mas floresta perde 11.224 km² – Folha de São Paulo – Brasil – 07/12/2007.....	72

IPCC faz declaração política sobre o clima – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2007.....	73
Sem futuro – O Globo – Opinião – 07/12/2007.....	74
EUA enfraquecem ONU - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 07/12/2007	75
Países na mira do avanço das ondas pedem pressa em Bali – O Globo – Ciência – 07/12/2007.....	76
Controle de desmate vai integrar pós-Kyoto - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 08/12/2007.....	78
País é 8º na luta contra mudança climática - EFE – Estado de São Paulo – Vida & - 08/12/2007.....	79
Brasil, Índia e China devem adotar metas de redução de gases de efeito estufa? – Folha de São Paulo – Opinião – Tendências e debates – 08/12/2007.....	80
Fundo pró-florestas fica fora de acordo – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007.....	83
Desmate menor não influencia Bali, diz Krug – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007.....	85
Chefe do painel do clima critica Canadá e elogia Japão – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007.....	86
"Enterrar" carbono ainda não é uma opção factível, diz Bôer – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007.....	87
"Mapa do caminho" já tem seu primeiro rascunho – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2007.....	87
Etanol fica fora de lista ecológica - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 09/12/2007.....	89
Países pobres mostraram mais iniciativa que ricos – Estado de São Paulo – Vida & - 09/12/2007.....	90
Órgão vai financiar preservação de florestas - EFE – Estado de São Paulo – Vida & - 09/12/2007.....	91
Exploração hidrelétrica volta à Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007.....	91

Mão de gato – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007	92
Hidrelétricas são ameaça à floresta, diz ambientalista – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007.....	94
Balbina, usina construída nos anos 80, é vista como o maior pesadelo amazônico – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007	95
'Sem mudanças, perdas serão 5 vezes maiores' – Gilberto Scofield Jr. - Entrevista com Cecilia Ugaz – O Globo – Economia – 09/12/2007	96
Incentivo a quem preservar natureza – Martha Beck – Entrevista com Juan José Daboub – O Globo – Economia – 09/12/2007	98
Brasil rejeita abertura 'verde' - Reuters, Jimbaran, Indonésia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/12/2007	100
Brasil diz que vai adotar "medidas verificáveis" para reduzir emissões – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2007	101
Questão florestal pede "choque de inteligência", afirma Viana – Cláudio Ângelo - Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2007.....	102
Brasil propõe alternativa a mercado de carbono – Gilberto Scofield Jr – O Globo – O Mundo – 10/12/2007	102
Delegação brasileira em Bali é a maior, com 188 pessoas - Cristina Amorim e Liège Albuquerque – Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2007	103
'Fome' de energia crescerá 55% - Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2007	104
País pobre deve ter meta no clima, diz senador dos EUA – Cláudio Ângelo - Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/12/2007.....	105
Nos 10 anos de Kyoto, o desprezo de seus integrantes - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2007.....	106
PF vai fazer levantamento oficial de ONGs na Amazônia - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2007	108
Posição brasileira sobre o clima é inexplicável – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – Entrevista com Raúl Estrada Oyuela – 12/12/2007	109
Bloco dos EUA veta negociação de meta em Bali – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2007	112

Bali não tem acordo sobre aquecimento – Gilberto Scofield Jr - O Globo – Capa – 12/12/2007	112
Caminho para lugar algum – Gilberto Scofield – O Globo – O Mundo – 12/12/2007 ..	112
Brasil cria fundo voluntário para conservar Amazônia - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2007.....	114
Amorim nega divergência interna - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2007	115
Governo propõe "meta" contra desmate - Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007.....	115
SEM CARBONO ONU PRETENDE CORTAR EMISSÃO – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007.....	117
Licenciamento ambiental tem de levar efeito estufa em conta, diz comissão – Adriano Ceolin – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007	117
AUSTRÁLIA SE DIZ A FAVOR DE METAS PARA PAÍS RICO – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007.....	118
MINISTROS BRASILEIROS SE CONTRADIZEM NA COP-13 – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007.....	118
Desafio ético - Kemal Dervis – O Globo – Opinião – 13/12/2007.....	118
Amazônia é aberta para o mercado verde – O Globo – Capa – 13/12/2007	120
Supermercado de carbono – Gilberto Scofield Jr – O Globo – Ciência – 13/12/2007 ...	120
As propostas em debate para evitar emissões florestais – Gilberto Scofield Jr – O Globo – Ciência – 13/12/2007.....	121
Agricultura sustentável como forma de luta contra a mudança climática – Sitio Eletrônico do MST – 13/12/2007.....	122
Amazônia, entre ladainha e Pacto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 13/12/2007	124
Maggi lança 'Soja Mais Verde' em Bali - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 13/12/2007	126
A Amazônia, vilã ou vítima? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/12/2007.....	127

EUA atrapalham todas as discussões sobre clima em Bali - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2007.....	129
Últimos 10 anos: os mais quentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2007.....	130
Aquém do necessário – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 14/12/2007.....	131
EUA forçam impasse na reunião de Bali – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 14/12/2007.....	132
Bali e os direitos humanos. - Kevin Watkins – Valor Econômico – Opinião - 14/12/2007.....	134
Negociações em Bali começam para valer apenas no último dia - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/12/2007.....	136
Bali e após Bali: uma nova economia verde - Ban Ki-moon – Estado de São Paulo – Vida & - 15/12/2007.....	137
Conferência do clima rumo ao fracasso – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007.....	139
Proteção para florestas deve entrar em texto - Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007.....	141
Pressão madeireira alavanca desmate em área protegida – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007.....	142
"Madeireiro vai salvar a Amazônia", defende presidente do sindicato da área – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007.....	144
Comunidades dentro de parque têm ramais para transportar madeira – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007.....	144
Muito debate e nenhuma conclusão em Bali - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 15/12/2007.....	145
'Teremos dinheiro se tivermos bons projetos' – Gilberto Scofield Jr. - O Globo – Ciência – Corpo a Corpo com Israel Klabin – 15/12/2007.....	146

Segunda Quinzena

Mapa de Bali é acordo histórico - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007	147
Arranjo salva COP do fracasso - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007	148
Brasil tem papel de destaque nas negociações – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007	150
Regras de Kyoto superestimam impacto das emissões de metano - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007	151
Em Bali, ONU rascunha acordo do clima – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2007	155
"Circo do fim do mundo" acaba entre acusações e lágrimas – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2007	157
A Amazônia sempre foi moderna – Bertha K. Becker – O Globo – Opinião – 16/12/2007	158
De Florianópolis a Bali - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/12/2007	160
Êxito do Mapa de Bali depende das eleições americanas – Estado de São Paulo – Vida & - 17/12/2007	162
Para UE, acordo do clima entra na fase mais difícil – Folha de São Paulo – Ciência – 17/12/2007	164
Pesquisa mostra que nível do mar pode subir o dobro do que o previsto pelo IPCC – Folha de São Paulo – Ciência – 17/12/2007	165
Algo foi salvo em Bali – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/12/2007	166
Modorra em Bali – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 18/12/2007	167
Mais sujeira após Bali – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 18/12/2007	169
Cassel participa da 30ª reunião do Condraf – Sítio Eletrônico do MDA - 18/12/2007	171
Bali adia decisões para Copenhague - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 18/12/2007	172

Uso da terra e falta de informação no Brasil - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/12/2007	173
Mecanismo de Kyoto é ineficaz contra CO2 – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 19/12/2007.....	175
O mapa pós-Bali – O Globo – Opinião – Editorial – 19/12/2007	176
Projeto de lei tenta criar a 'floresta zero' - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Vida & - 20/12/2007.....	177
Acordo global para reduzir emissões ainda está distante – Valor Econômico – Opinião - 20/12/2007	178
Ruim com ele, pior sem ele - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/12/2007	179
EUA vetam lei ambiental estadual mais rigorosa – Estado de São Paulo – Vida & - 21/12/2007	181
Governo estima alta de 10% no desmatamento - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 22/12/2007.....	183
Nuvens negras – O Globo – Opinião – 22/12/2007	184
Mulher-árvore – Giovana Giraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/12/2007.....	185
Adeus Kyoto, Bali e Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência – 23/12/2007.....	186
CO2 emitido via cerrado é subestimado – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 25/12/2007.....	188
Fundos 'verdes' triplicam de tamanho em um ano - Andrea Vialli – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 26/12/2007	189
Esperança sobre a mudança de clima - Jeffrey D. Sachs – Valor Econômico – Agronegocios - 26/12/2007	191
Manejo florestal de baixo impacto – João Pedro – Folha de São Paulo – Opinião – 28/12/2007	193
Clima custa US\$ 75 bi em 2007 – Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2007	195
O ano em que ficamos "sustentáveis" – Folha de São Paulo – Opinião – Cláudio Ângelo – 29/12/2007	196

Avanço da cana ameaça ecoturismo em SP – Matheus Pichonelli – Folh de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007.....	197
Ambientalistas afirmam que uso desgasta o solo – Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007.....	198
Vigilância amazônica – Folha de São Paulo – Opinião – 31/12/2007	199
Desenvolvimento econômico sustentável – Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/12/2007.....	199
Multas por desmatamento batem recorde e não são pagas – O Globo – Capa – 30/12/2007	201
Ibama multa, mas ninguém paga - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 31/12/2007	201

Lista a ser apresentada em Bali inclui 43 produtos, mas deixa fora o etanol; EUA apóiam e Brasil é contra a proposta

Jamil Chade

Estados Unidos e Europa vão levar à Conferência do Clima (COP-13), em Bali, na próxima semana, uma proposta para eliminar tarifas de importação para produtos ambientais na Organização Mundial do Comércio (OMC). A idéia seria promover tecnologias que possam mitigar a degradação. Mas os países ricos se recusam a incluir o etanol nessa proposta e apresentaram uma lista de 43 bens que se beneficiariam da isenção de impostos. Para o Brasil, que sofre tarifas para exportar o produto, seria “inaceitável” a exclusão do biocombustível. Outras formas de energia alternativa, como solar e eólica, estão incluídas.

Ontem, negociadores do governo brasileiro já estiveram reunidos em Genebra para tratar da nova proposta dos países ricos e não deixaram de criticar a iniciativa. Outros países emergentes também atacaram a proposta. O México chegou a questionar se os produtos que seriam beneficiados pela isenção de tarifas de fato estariam vinculados a mudanças climáticas.

O Brasil sofre altas taxas para conseguir exportar o etanol para os mercados dos Estados Unidos e Europa. Nos últimos meses, o Itamaraty vem insistindo que essas tarifas precisam ser reduzidas e mesmo as Nações Unidas (ONU) já defenderam sua eliminação.

Mas tanto Washington como Bruxelas se negam a discutir o assunto, alegando que primeiro precisam fortalecer seus produtores locais antes de abrir para que concorram contra os produtos brasileiros. Há menos de um mês, um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) deixou claro que o Brasil é hoje o único lugar onde se pode produzir etanol sem subsídios e de forma competitiva.

Ainda assim, americanos e europeus insistem que sua proposta é de eliminação de qualquer barreira para produtos que possam contribuir para a preservação ambiental. Em teoria, ajudaria países mais pobres a ter acesso a essas tecnologias. Mas ao deixar outros produtos de fora, como o etanol, estariam criando um mercado para suas tecnologias e uma concorrência desleal com bens que não seriam beneficiados da isenção de tarifas.

O projeto prevê o fim de barreiras para 43 bens com “claros benefícios ambientais” a partir de 2013. Para isso, usariam uma lista elaborada pelo Banco Mundial que inclui painéis solares, termostatos, membranas de polietileno para não filtrar lixo ao solo, turbinas hidráulicas e tecnologia eólica.

PRESSÃO - A lista de produtos com “claros benefícios ambientais” já causa polêmica, porque cresce a pressão nos países ricos contra a forma pela qual o etanol está sendo produzido.

O governo do México não perdeu tempo. Investigou quem produzia cada bem listado e concluiu que a maioria deles era fabricado nos países ricos. Hoje, vários desses produtos contam com tarifas de quase 30% para entrar nos mercados emergentes. Uma eliminação das barreiras, portanto, aumentaria as exportações dos países ricos em até 14%. O Brasil ainda questionou o uso da lista de produtos do Banco Mundial e quer saber o motivo de outros estudos que incluem etanol, como da OCDE, não terem sido utilizados.

Um segundo passo da proposta seria a criação de um acordo amplo envolvendo bens e serviços, incluindo tratamento de lixo e de água e outros 150 produtos. Uma liberalização ainda poderia existir no setor de engenharia para permitir que profissionais dos países ricos possam trabalhar nos emergentes para obras ambientalmente sustentáveis. Nesse setor, os países emergentes não teriam de abrir seus mercados nas mesmas proporções que as economias ricas. Segundo a União Européia, mais uma vez o etanol não estaria nessa segunda lista.

O que os países emergentes alertam, porém, é que a proposta dos países ricos não passa de mais uma forma para conquistar mercados para seus próprios produtos. De fato, o mercado global para bens ambientais chega a US\$ 550 bilhões por ano, com uma taxa de crescimento duas vezes superior a do restante do comércio mundial. Os europeus dominam um terço desse mercado.

O embaixador Roberto Azevedo contou que o Brasil está preparando um documento que levará a Bali para pressionar que os países ricos não usem argumentos ambientais para tentar frear o fluxo comercial.

Cana coloca em risco o cerrado brasileiro - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 01/12/2007

Sem monitoramento, plantações avançam em áreas de proteção

Enquanto os olhos e a preocupação estão voltados para a Amazônia, a cana-de-açúcar, incentivada pelo crescimento dos programas de biocombustível no País, avança sobre outro bioma brasileiro: o cerrado. Estudo feito pela organização não-governamental Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) mostra que, nos próximos anos, deverão ser construídas 47 novas usinas de álcool em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, em áreas de cerrado. As estimativas são de que, a cada ano, somem 22 mil quilômetros quadrados de cobertura vegetal de cerrado - boa parte para a agricultura e, nos últimos tempos, especialmente para a cana-de-açúcar.

A cana hoje já ocupa áreas que foram consideradas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) prioritárias para preservação e uso sustentável. Em 2006, durante oficina com técnicos do ministério e ambientalistas, o governo federal fez um mapa de regiões prioritárias. Dentre as definidas, estão áreas em Goiás, nos municípios de Goianésia e Barro Alto, que hoje já têm 40% (2,5 mil quilômetros quadrados) comprometidas com as plantações.

Em Mato Grosso, nos municípios de Aquino, Jaciara e Juscimeira, as lavouras já ocuparam parte do que deveria ser um corredor de biodiversidade nas nascentes do Rio São Lourenço. Em Minas Gerais, a cana-de-açúcar está instalada dentro de áreas apontadas pelo MMA como de prioridade “muito alta” e “extremamente alta” para a conservação, nos municípios de Lagoa da Prata, Luz, Arcos, Iguatama e Japaraíba.

Mais do que um avanço irregular, as plantações de cana no cerrado revelam uma dificuldade do governo de implantar um sistema de proteção em áreas que ele mesmo definiu como prioridade. Além da definição do mapa, até agora nada foi feito para dificultar ou proibir a plantação nessas regiões. Se mantiverem 20% de reserva legal nas propriedades, o exigido por lei para o cerrado, fazendeiros estão dentro da lei.

“O que a gente vê claramente é que há um aumento médio de 20% na área plantada por ano no cerrado. Há substituição de culturas e ampliação de áreas”, afirma Nilo D’Ávila, assessor de políticas públicas do ISPN. A substituição de culturas - a troca de soja ou de áreas de pastagem pela plantação de cana-de-açúcar - não significa um problema menor. Essa soja e esse gado, lembra D’Ávila, estão sendo empurrados para outras áreas, inclusive as que o governo garante que não vão ser afetadas pelos biocombustíveis.

O cerrado, que abrange 2 milhões de quilômetros quadrados, faz conexão com a mata atlântica, a Amazônia e as áreas do Pantanal. Sua área inclui os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, sul do Maranhão, oeste da Bahia e norte de São Paulo.

Tem, ainda enclaves em Roraima, Amapá e extremo Norte do Pará. É considerada pelos biólogos a área de savana mais rica do mundo e guarda uma diversidade de flora e fauna quase tão grande quanto a Amazônia.

Apesar disso, a região não tem sistema de monitoramento como o da floresta amazônica, a ponto de só haver estimativas sobre o desmatamento na área. Projeções apontam para uma perda de 1,1% da cobertura por ano, o equivalente a 22 mil quilômetros quadrados. “O governo peca porque não há um sistema de monitoramento”, afirma D’Ávila. “Nós não queremos dizer que não pode haver cana no cerrado, mas é preciso haver controle, um direcionamento para áreas já degradadas”.

O Ministério do Meio Ambiente reconhece os problemas a serem enfrentados no cerrado. De acordo com Mário Cardoso, gerente de Biocombustíveis e Agronegócio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do MMA, o zoneamento ambiental da cana-de-açúcar, que está sendo preparado em conjunto com o Ministério da Agricultura, é que dará os instrumentos para dificultar o avanço em determinadas áreas.

“Mais do que para a Amazônia, o zoneamento é prioritário para o cerrado, um local onde se tem muito mais dificuldade de controlar e onde o desmatamento é muito mais fácil de ser feito”, diz Cardoso. Segundo o gerente do MMA, será difícil reverter a plantação em áreas já estabelecidas se a plantação estiver em situação legal. “Mas o governo pode desestimular providenciando melhores condições para os agricultores que se instalam em regiões permitidas pelo zoneamento”, afirma.

Impacto ambiental de estrada preocupa – Folha de São Paulo – Mundo – 01/12/2007

Rodovia que cruza a Amazônia peruana deve atrair agricultores e pecuaristas

Governo do Peru responde a receio de desmatamento afirmando que obra também ataca problemas, como a extração de madeira

DOS ENVIADOS ESPECIAIS AO PERU - O trecho da Interoceânica Sul que cruza a Amazônia peruana tem causado calafrios em ambientalistas. Para eles, trata-se de abrir caminho -literalmente- para a agropecuária. principal preocupação é com a especulação imobiliária, que elevou os preços da terra na região.

Segundo o presidente regional (governador) de Madre de Dios, Santos Kaway Komori, desde o começo da construção o valor do terreno no povoado disparou de US\$ 2.000 para US\$ 20 mil.

Os ambientalistas atribuem a inflação de 900% a sojicultores e pecuaristas interessados em terras próximas a uma estrada que permitirá o escoamento da produção.

"O Estado deve ter consciência de que a estrada por si só não é garantia de desenvolvimento", dizem Patricia Patrón e Doris Balvín, da ONG Labor, autoras de um estudo sobre o impacto da obra.

O temor é que se repita no Peru o que vem acontecendo com a BR-163, a Cuiabá-Santarém, que está em construção.

Estudo recente realizado pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostrou que 25% do desmatamento no Pará entre agosto de 2006 e julho de 2007 aconteceram em áreas protegidas. E o maior estrago foi feito justamente na zona de influência da rodovia.

"Fábrica de oxigênio" -"Temos que parar de ver a Amazônia apenas como a fábrica de oxigênio do planeta", responde Dow Seiner, executivo do Inrena (Ibama peruano). Ele diz que a estrada facilitará o combate a problemas que "já existem", como a extração ilegal de madeira. Andrés Mego, da ONG Labor, até concorda. Mas se o governo conhecesse o que acontece dentro selva. E, segundo ele, não conhece.

Mego afirma que o estudo de impacto ambiental realizado só trata dos impactos diretos, a uma distância de até 7,5 km ao lado da rodovia, quando o ideal seria de, no mínimo, 50 quilômetros.

Contaminação - O engenheiro florestal Marc Jean Dourojeanni prevê desmatamento, invasão de áreas protegidas e a contaminação dos rios, inclusive o Madre de Dios, tributário do Amazonas.

Ex-consultor do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), ele pondera que a principal objeção à estrada não se refere diretamente a ela, mas à falta de planejamento para amenizar impactos ambientais e sociais.

Governo admite falta de verba para ambiente – Folha de São Paulo – Mundo – 01/12/2007

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - O governo peruano admite que os US\$ 17 milhões já reservados para amenizar os impactos ambientais da rodovia são insuficientes. Dow Seiner, diretor-executivo do Programa para a Gestão Ambiental e Social dos Impactos do Corredor Viário Interoceânica Sul, disse que o dinheiro é pouco para cobrir os nove projetos elaborados pelo Inrena, o Ibama peruano.

Seiner calcula que o programa todo exigiria, aproximadamente, US\$ 150 milhões. O governo tem pouco mais de 10%.

Somado aos US\$ 11 milhões reunidos pela construtora Odebrecht para um projeto próprio, totalizam US\$ 28 milhões (18,67%), pouco para a ambição do governo.

Sobre as críticas de que o programa ignora os impactos indiretos da estrada, Seiner afirma que "os efeitos não são indiretos". Ele explica que os problemas apontados já existiam antes do início das obras, mas reconhece que se agravarão e devem ser combatidos.

O trabalho coordenado por Seiner está na fase de estudos e levantamento de informações. Os objetivos principais são possibilitar a criação de novas áreas de proteção, que sejam mais bem definidas, e regulamentar o sistema de concessão de terras, ainda informal.

O uso incorreto das terras e dos rios é grande na região, e a fiscalização escassa, afirma Seiner. A Folha não encontrou nenhum fiscal do Inrena em todo o percurso. Apesar de o programa ter sido lançado há mais de um ano, só agora o dinheiro foi liberado. A previsão é de que a etapa de estudos vá até o início de 2009. Só então medidas práticas começarão de fato. **(KB)**

Brasil reivindica autoria de proposta de conciliação, mas insiste em não aceitar metas

QUANDO se reunirem a partir de segunda-feira em Bali, diplomatas de 190 países mais a União Européia estarão debatendo uma proposta brasileira: o chamado "mapa do caminho de Bali", que propõe que as conversas hoje informais sobre compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países em desenvolvimento -sem os quais dificilmente as nações industrializadas aceitarão metas mais ambiciosas para Kyoto após 2012- sejam transformadas em uma negociação formal com data para acabar: 2009. Depois disso, ricos e pobres concluiriam um acordo a ser implantado para o período 2013 a 2018.

O mapa é visto por uns como um artifício diplomático para empurrar as discussões com a barriga: afinal, os países em desenvolvimento, a começar do Brasil, recusam-se a aceitar qualquer coisa que não sejam compromissos voluntários. Ancoram-se para isso no princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas (cabe a quem historicamente causou o problema, ou seja, o mundo desenvolvido, resolvê-lo).

Para a chancelaria brasileira, no entanto, o mapa é um instrumento "razoavelmente revolucionário", porque permitirá unir ações em dois "trilhos", o da Convenção do Clima e o do Protocolo de Kyoto.

Parece confuso? E é mesmo. Grosso modo, hoje as discussões sobre o que fazer após 2012 estão divididas em dois grandes blocos ou trilhos: o chamado Grupo de Trabalho, composto pelos países que já têm metas a cumprir por Kyoto (e que precisam ampliá-las), e o do Diálogo, que discute como os países em desenvolvimento poderiam ampliar sua contribuição. Como a Convenção do Clima estabelece que todos os países precisam contribuir com a solução do problema do aquecimento global, o Itamaraty raciocina que não é preciso inventar um novo protocolo para incluir os países pobres: basta juntar os dois trilhos, o do Grupo de Trabalho e o do Diálogo, num caminho só após 2009. O Brasil deve apostar em duas linhas de negociação: de um lado, mostrar que algumas nações emergentes estão prontas para adotar políticas públicas internas mensuráveis e quantificáveis que levem à redução de emissões. De outro, cobrar dos países ricos que financiem essas políticas.

O "case" que o país exibirá é a redução do desmatamento na Amazônia por três anos consecutivos. Na semana que vem, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) deverá anunciar a menor taxa de desmatamento já medida, para o biênio 2006/ 2007. Como o desmatamento é responsável por cerca de dois terços das emissões brasileiras, o país vem propondo que seus esforços voluntários para reduzir o desmatamento contem como esforços para mitigar o efeito estufa -e que, portanto, sejam recompensados pelos países industrializados com um fundo que traga dinheiro para políticas de desenvolvimento sustentável, que reduzam ainda mais as emissões.

Segundo uma fonte do Itamaraty, o mesmo raciocínio poderia se aplicar a outros países em desenvolvimento em outros setores da economia para o período 2013-2018. Depois dessa fase de transição, seria possível até mesmo falar em metas obrigatórias. Ambientalistas que acompanham as negociações dizem que isso é pouco. Para Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace, o país deveria adotar uma meta de redução do desmatamento em vez de simplesmente uma política de tentar reduzi-lo e receber compensação caso consiga.

"Nós já tivemos no Brasil metas para inflação sem saber como a economia se comportaria", compara. "Por que não podemos ter uma meta para o desmatamento?" Rubens Born, do Vitae Civilis, diz que o Brasil precisa "sair da defensiva" e assumir uma proposta ousada. Born também criticou o governo por usar dois pesos e duas medidas na negociação. "Na hora de passar o chapéu lá fora o Brasil é um país pobre, mas na hora de decidir sobre a ocupação da Amazônia, é uma nação soberana."

Outros dois pontos de atrito são a resistência brasileira em aceitar um limite de 2C como o máximo que a Terra poderá esquentar, algo que a União Européia vem tentando estabelecer, e a recusa do Itamaraty em aceitar a proposta feita pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de que as emissões dos países do Terceiro Mundo atinjam seu pico em 2020 e sejam cortadas em 20% daí para a frente.

Questionado sobre a proposta do Pnud, um diplomata brasileiro disse que o país não a defenderia, mas também "não objetaria". "O Brasil não objetar a isso é uma vitória?" - questiona Born. "Não parece muito."

Perspectivas - Segundo Born, as ONGs esperam que Bali possa produzir um mandato de negociação, com o escopo dos objetivos que serão negociados e um patamar de redução igual ao proposto pela União Européia: 30% em relação aos níveis de 1990 até 2020. "Realisticamente, eu não acho que o processo vá estar concluído em 2008 por causa da conjuntura dos EUA", afirma. Ele diz, no entanto, que há um precedente político para que as negociações sejam concluídas a tempo: o próprio acordo de Kyoto. "Kyoto foi negociado em três anos. Se houver pressão política, a coisa acontece." (CA)

Para pesquisador do Pew Center, situação política atual não favorece mandato de negociação completo e forte, que envolva todas as maiores economias; pós-Kyoto precisa de regras mais flexíveis, defende

DA REDAÇÃO - Um acordo completo e forte para o pós-Kyoto precisará de metas com peso de lei para todas as grandes economias do mundo. E isso provavelmente não estará negociado em 2009, prazo que a ONU estipulou. Quem diz é o analista americano Elliot Diringer, pesquisador do Pew Center on Global Climate Change, um núcleo de estudos da Virgínia, EUA. "Seria extremamente ambicioso imaginar um acordo completo e eficaz em 2009. Podemos mirar nisso, mas, sendo realista, acho que é improvável", afirmou.

Isso porque os países que já têm metas de redução a cumprir por Kyoto não estão preparados para adotar compromissos ainda maiores sem que nações como Brasil, China, Índia e África do Sul façam sua parte. Diringer e seu colega Daniel Bodansky lançarão em Bali uma proposta para tentar resolver o impasse: a chamada "abordagem integrada em vários trilhos", que consiste em metas flexíveis -mas obrigatórias- e por setor da economia. "Nós gostamos de Kyoto, mas ele não é factível para as economias emergentes", disse o pesquisador à Folha, por telefone. Leia a entrevista. (CA)

FOLHA - O que é a abordagem integrada e em vários trilhos?

ELLIOT DIRINGER - No próximo estágio do esforço climático nós precisamos de todas as grandes economias engajadas. E, para nós, a forma de engajamento é adotar compromissos. Até agora, só os países desenvolvidos tiveram compromissos. Para que possa haver um acordo efetivo, será preciso que as grandes economias tenham alguma forma de compromisso. Mas esse grupo inclui países desenvolvidos, em desenvolvimento, economias em transição, e o tipo de abordagem que funciona para alguns não necessariamente funciona para outros. O acordo internacional deve ter mais flexibilidade e permitir diferentes tipos de compromisso. Em Kyoto, além de você ter só uma fração dos países com compromissos, você também tem só um tipo de compromisso, que são metas absolutas de emissão nacionais.

Precisamos permitir outras formas de compromisso por esses países. Ao mesmo tempo, é crítico que esses trilhos sejam integrados para aumentar o esforço total.

FOLHA - Quando o sr. fala sobre trilhos diferentes, uma coisa que vem à mente é algo que o Brasil defende: um grupo de países agindo sob a Convenção do Clima, outro adotando metas obrigatórias numa extensão de Kyoto. É isso?

DIRINGER - Pode ser, conquanto ambos estejam integrados num pacote. Eu imaginaria múltiplos trilhos sob a convenção. Metas do tipo Kyoto são um tipo. Outro é o que chamamos de compromissos baseados em políticas públicas. Nesse caso, o país não estaria se comprometendo a um nível de emissões, mas a implementar um tipo de política.

A China tem hoje políticas que ajudam a reduzir ou moderar emissões. Tem metas de energia renovável muito ambiciosas. Tem padrões para economia de combustível em automóveis que são mais estritos que os dos EUA. Então, a China poderia se comprometer a implantar essas políticas -isso poderia ser seu compromisso. O Brasil poderia se comprometer a políticas que reduzam o desmatamento.

FOLHA - E se não reduzirem? Qual é a punição?

DIRINGER - Essa questão não foi resolvida nem no Protocolo de Kyoto. Uma forma potencial de cumprimento é que seu acesso ao mercado de carbono dependa de você cumprir o compromisso. Outra forma de compromisso são acordos internacionais setoriais. Digamos que o setor de transporte tenha um acordo entre os governos sobre padrões de emissão ou de consumo de combustível. Há trilhos sob Kyoto, sob a convenção ou talvez até mesmo sob outro protocolo.

FOLHA - Mas isso torna a negociação muito mais complicada. Vai dar tempo de concluí-la até 2009?

DIRINGER - Eu acho que nosso objetivo deve ser conseguir o acordo mais forte possível o mais rápido possível. Há negociações sob Kyoto que começaram há dois anos. Elas falam apenas de novos compromissos para os países que já têm metas. E é extremamente improvável que essas negociações cheguem a uma conclusão, porque a maioria dos países que já têm metas não estará preparada para adotar metas mais fortes após 2012 sem os EUA e sem algum tipo de compromisso por parte das nações em desenvolvimento. Sim, o que eu estou descrevendo aqui é mais complexo. Mas nossa análise é que, sem essa flexibilidade, você não conseguirá um acordo.

FOLHA - Então não é possível um acordo antes de 2009?

DIRINGER - Seria extremamente ambicioso imaginar um acordo completo e eficaz em 2009. Podemos mirar nisso, mas, sendo realista, acho que é improvável.

FOLHA - E os encontros das grandes economias convocados pelo presidente George W. Bush?

DIRINGER - Conceitualmente, acho uma boa idéia. Mas esse consenso político não será atingido até que os EUA adotem ações e estejam prontos para negociar compromissos. E os EUA não estão prontos.

FOLHA - Há nos discursos de Bush algumas idéias semelhantes às que vocês defendem: grandes economias, flexibilidade...

DIRINGER - Tem uma diferença crucial: compromissos internacionais com força de lei. Você não pode ter cada país decidindo independentemente o que é um esforço razoável. Isso precisa ser uma negociação, que leve a compromissos internacionais com peso de lei.

FOLHA - Como o sr. acha que isso vai se desenrolar em Bali?

DIRINGER - Eu não acho que a política do momento vá levar a um mandato forte de negociação. O que nós realmente precisamos é de um mandato de negociação claro sob a convenção que antecipe compromissos de todas as grandes economias. Mas não acho que a política do momento vá permitir isso.

FOLHA - O que nos deixa em maus lençóis, porque no ano que vem os EUA estarão entre governos...

DIRINGER - Você entendeu o dilema (risos). Teoricamente, se tivermos eleições e o presidente eleito seja um democrata comprometido com ações fortes nesse assunto, pode haver um momento político forte para um engajamento dos EUA. Certamente haverá expectativas de outros países, mas pode haver expectativas ainda maiores de dentro dos EUA. O que é essencial em Bali é que nós não nos travemos em um processo que vá tornar o acordo mais difícil de obter no final. Precisamos de um processo flexível que, mesmo que não seja ambicioso no começo, tenha o potencial para evoluir.

FOLHA - O quão provável é que Bali produza essa mudança?

DIRINGER - Eu acho que há um consenso forte sobre a necessidade de um processo. Neste ano, os EUA irão a Bali preparados para concordar com um processo. A questão é que tipo de processo. Eu acho que os governos estão mais preparados do que nunca para agir, mas provavelmente ainda não para entrar em negociação formal.

EUA e UE pedem taxaço menor a energia alternativa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/12/2007

Proposta visa eliminar as tarifas sobre equipamentos de geração solar e eólica

Medida surge dias antes de encontro de cúpula na Indonésia em que países discutirão um novo tratado global para o clima

DA BLOOMBERG - Os Estados Unidos e a União Européia apresentaram uma proposta para eliminar as tarifas mundiais que incidem sobre equipamentos de geração de energia solar, eólica e tecnologias relacionadas, com a intenção de estimular sua utilização e reduzir o aquecimento global.

A proposta, apresentada ontem na OMC (Organização Mundial do Comércio) em Genebra, na Suíça, pede que todos os 151 países-membros do órgão eliminem as tarifas que incidem sobre os produtos diretamente relacionados à redução das mudanças climáticas, como parte da continuidade da Rodada Doha de negociações sobre o comércio global.

Ao eliminar as barreiras tarifárias e não-tarifárias vinculadas a esses produtos, "nós podemos reduzir seu preço e ampliar o acesso mundial à utilização desses importantes produtos", disse em comunicado Susan Schwab, representante comercial dos Estados Unidos.

A medida surge apenas alguns dias antes do encontro de cúpula que ocorrerá na Indonésia na semana que vem, durante o qual a maioria dos países de todo o mundo discutirá um novo tratado global para o clima.

Após ter rejeitado o Protocolo de Kyoto -documento de 1997 que trata da redução das emissões dos gases geradores do efeito estufa-, o governo Bush está na defensiva, uma vez que alguns grupos setoriais europeus querem que sejam cobradas tarifas dos produtos de países que não implementaram o acordo.

O presidente norte-americano George W. Bush se opõe a uma redução obrigatória para as emissões de gases geradores do efeito estufa, como a exigida pelo tratado de Kyoto.

Sem barreiras - A proposta conjunta de EUA e UE pede a eliminação imediata das barreiras relacionadas ao comércio de 43 produtos, que vão de termostatos a juntas universais para turbinas geradoras de energia eólica, passando por peças de caldeiras.

A proposta também pede a liberalização das normas de investimento para o setor de serviços ambientais e uma rodada de cortes tarifários mais ampla e por períodos mais longos para outras tecnologias ambientais.

O comércio internacional desse tipo de produto movimentou uma soma superior a US\$ 600 bilhões em 2006, e as exportações mundiais desses bens cresceram ao ritmo médio anual de 15% desde 2000, disseram os EUA em comunicado.

A eliminação dessas tarifas e de outras restrições poderá elevar em 13% as exportações de Estados Unidos, Japão, China e Alemanha, que são alguns dos maiores exportadores desses produtos, disse o Banco Mundial em relatório divulgado no mês passado.

Compromisso francês - Hugues Goisbault - Globo – Opinião – 01/12/2007

França quer taxar produtos de países que não respeitam o Protocolo de Kioto

A França entrou definitivamente na era da ecologia, assumindo a posição de agente das transformações necessárias para tentar reverter o atual rumo do ecossistema terrestre.

O governo de Nicolas Sarkozy está seriamente empenhado no combate ao aquecimento global e na preservação do meio ambiente.

Prova disso é a grande conferência inédita no país, batizada Grenelle do meio ambiente (uma referência aos acordos sociais de Grenelle assinados durante as greves e conflitos de maio de 1968), que reuniu, em Paris, no final de outubro, representantes do governo, grandes ONGs internacionais, como Greenpeace e WWF, além de organizações francesas, como França Natureza, resultando em um pacote de medidas que marcam o que

o presidente chamou de uma “revolução verde na França”. O presidente Sarkozy abriu a conferência diante de todo o seu governo, do ex-vice-presidente americano Al Gore, Prêmio Nobel da Paz em 2007, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, dando um caráter solene à iniciativa. Al Gore resumiu o encontro como uma porta de entrada para uma “Grenelle mundial” na luta contra o aquecimento global.

Uma luta que teve início na Eco-92, colocando o Rio de Janeiro em posição de destaque na defesa do meio ambiente e em prol do desenvolvimento sustentável. As novas medidas incluem o pedido à Comissão Europeia para que estude a implementação de uma taxa sobre os produtos importados de países que não respeitam o Protocolo de Kioto e a criação de um imposto menor sobre todos os produtos ecológicos que respeitem o clima e a biodiversidade, além do estudo da criação de uma taxa de carbono como contrapartida para a redução de impostos trabalhistas, no cerne de uma revisão fiscal na França. Partindo do “princípio da precaução” que pode ser interpretado como “princípio de responsabilidade”, o presidente pediu ao seu ministro da Agricultura que “proponha dentro de um ano um plano para reduzir em 50% o uso de pesticidas cuja periculosidade seja comprovada, se possível nos próximos 10 anos”. O presidente prometeu também o aumento da agricultura biológica em 6% do total da área agrícola útil em 5 anos e em 20% até 2020.

Ele propôs ainda um programa de investimento no setor de transportes e moradia: priorizando as ferrovias em relação às rodovias, sobretudo para o transporte de mercadorias a longas distâncias; além da criação de um imposto sobre os veículos mais poluentes e da obrigatoriedade de baixo consumo energético nas novas construções.

O sucesso e a repercussão de filmes como “Uma verdade inconveniente” (Oscar de melhor documentário em 2006), do ex-vice-presidente americano, e “The 11th hour”, documentário produzido e escrito pelo ator Leonardo di Caprio, revelam que se expande em todas as camadas sociais de todos os países a consciência fomentadora das grandes mudanças defendidas hoje pela França.

“Nosso planeta é que necessita de toda a publicidade”, como afirmou Di Caprio no lançamento de seu filme. *Hugues Goisbault é cônsul-geral da França no Rio de Janeiro.

Conferência buscará alternativas viáveis para o período pós-Kyoto - Cristina Amorim, BALI – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007

COP-13, que será na Indonésia, reunirá 180 países que discutirão como lidar com o aquecimento global

Começa amanhã, na Indonésia, a Conferência do Clima (COP-13), reunião de 180 países para decidir, em 12 dias, como a humanidade vai lidar com o aquecimento global e suas conseqüências. A reunião, a 13ª entre as partes que compõem a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas, tem o objetivo de buscar soluções políticas a serem implantadas após 2012, quando termina o prazo de cumprimento do Protocolo de Kyoto. Todos concordam que a resposta precisa ser mais dura do que um corte de 5,2% das emissões de gases-estufa pelos países ricos. O problema, contudo, mora nos detalhes.

Os países não conseguem conciliar suas agendas com um modelo único, global e efetivo, que contemple as premissas da própria convenção: a responsabilidade sobre as emissões antrópicas (feitas pelo homem) é comum, porém diferenciada entre ricos e pobres, e quem poluiu mais paga e faz mais. As diferenças são tão grandes que podem provocar o resultado menos adequado ao momento: a inação.

A COP-13 é o ápice de um ano em que a crise climática se tornou, ao mesmo tempo, um evento midiático, um consenso científico, um norteador político, um modulador econômico e uma peça de propaganda. Em maior ou menor grau, governos e sociedade discutiram como sentirão e lidarão com os impactos e o que precisa ser feito para evitar os piores efeitos das mudanças pela qual a Terra passa.

“Precisamos aproveitar o ano para avançar nessa negociação. No ano que vem o tema esfria um pouco”, diz Rubens Born, coordenador da ONG Vitae Civilis, que acompanhou quase todas as conferências.

DO OSCAR AO NOBEL - Em 2007, o tema ganhou projeção especialmente por causa de dois fatores. O primeiro é o documentário Uma Verdade Inconveniente, que deu o Oscar ao ex-vice-presidente americano Al Gore, hoje showman do aquecimento global e articulador político.

O outro fator foi o lançamento do novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão científico ligado à ONU. A ação humana foi apontada como a causa do aquecimento global com quase 100% de certeza, assim como reduziram as incertezas científicas sobre como a Terra reage e reagirá ao efeito estufa. Gore e o IPCC dividiram o Nobel da Paz deste ano.

Junte-se ao fato a Alemanha, comprometida com a questão, presidir o G-8 neste ano e o setor empresarial mapear perdas e ganhos com a situação, e as mudanças climáticas viraram a pauta do ano. Sem fatos do mesmo peso no próximo ano, o debate corre o risco de minguar.

URGÊNCIA - Segundo o IPCC, a humanidade tem poucas décadas para controlar o problema e manter o planeta do jeito que esta geração conhece. Os europeus afirmam que é preciso estabilizar na atmosfera as concentrações de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás-estufa, em no máximo de 450 a 490 ppm, o que equivale a um aquecimento médio da superfície do planeta entre 2°C e 2,4°C acima do registrado antes da Revolução Industrial. Mais do que isso, passam a se acumular seus efeitos, como degelo rápido nos pólos e elevação dos oceanos, agravamento de eventos climáticos extremos, como tempestades, secas e ondas de calor, e redução de áreas cultiváveis.

A posição não é consensual: países mais vulneráveis, como os insulares, sofreriam inundações num mundo assim aquecido. O que todos concordam é quanto à gravidade da situação: um quadro do gênero pode se materializar neste século se nada for feito. “O risco é passar do ponto sem volta, porque a Terra vai entrar em um novo equilíbrio”, afirma o climatologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Não devemos pagar para ver. É crítico reduzir as emissões nos próximos 20, 30 anos.”

Para isso, a COP-13 tentará aprovar o Mandato de Bali, documento com diretrizes a serem seguidas e aprovadas em 2009. Entre seus principais pontos, estão cortes mais ambiciosos nas emissões de gases-estufa pelos países desenvolvidos e a discussão sobre o papel dos emergentes. *COLABOROU FELIPE WERNECK, DO RIO

O QUE SERÁ DISCUTIDO

Entre amanhã e o dia 14, 180 países estarão reunidos na Indonésia para debater sobre o aquecimento global e as conseqüências que a humanidade sofrerá

Pós-Kyoto: Cortes mais profundos nas emissões de gases-estufa, pelos países desenvolvidos, válidos a partir de 2013

Ricos vs. pobres : Metas de corte (ou de redução da taxa de crescimento) das emissões nas nações em desenvolvimento

Mitigação: A inclusão das florestas em pé na conta de mitigação do efeito estufa; além de absorverem carbono da atmosfera, as matas antigas (como a amazônica) guardam muito carbono estocado na forma de biomassa

Recursos: Aumento do fundo de adaptação, alimentado pelos países ricos para ajudar os pobres a se prepararem para as mudanças climáticas

Alternativas: Mecanismos mais efetivos para a transferência de tecnologias “limpas” dos países desenvolvidos aos em desenvolvimento

Brasil quer compensação por estoque florestal - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007

País se apoiará nos 3 anos de redução no desmatamento na Amazônia, embora queimadas sejam sua principal contribuição para o aquecimento

Cerca de 130 ministros são esperados para os últimos dias da Conferência do Clima, quando os acordos costurados na primeira semana precisam ser resolvidos e assinados. Do Brasil, três confirmaram presença: Marina Silva (Meio Ambiente), Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia) e o chanceler Celso Amorim.

Um fator que será debatido na conferência é a inclusão da manutenção das florestas na conta da mitigação do efeito estufa. O Brasil defende a criação de um fundo internacional, alimentado pelos países ricos, que ajude as nações tropicais com estoques florestais a manterem a vegetação em pé. A proposta não está atrelada a mecanismos de mercado, como deseja Papua Nova Guiné.

“Queremos que essa ação seja adicional a tudo aquilo que for feito nos países desenvolvidos. Nossa idéia não é venda de créditos em troca de redução do desmatamento, mas sim que isso seja uma contribuição nossa para esse movimento global de combate à mudança do clima”, explica o embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

A principal contribuição do Brasil para o problema é o desmatamento e as queimadas, especialmente na Amazônia, que respondem a 75% do problema. O carbono que está estocado na forma de vegetação é liberado para a atmosfera.

Nesse sentido, o País apresentará o resultado de três anos de redução na taxa de desmatamento na Amazônia. De acordo com cálculos do governo federal, a ação evitou a emissão de 400 milhões a 500 milhões de toneladas de carbono.

Para Rubens Born, da ONG Vitae Civilis, o País poderia colocar em prática um projeto-piloto de sua proposta, com metas internas. “Se o governo acredita que o plano é factível, que coloque em teste. Assim seria possível corrigir eventuais equívocos e mostrar aos países desenvolvidos que é possível.”

Além da proposta sobre floresta, a delegação brasileira também apresentará os resultados do uso de fontes renováveis de energia para reduzir o consumo de combustíveis fósseis. O carro-chefe é o etanol da cana-de-açúcar. Em recente visita ao País, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, esteve em uma usina de álcool no interior de São Paulo.

RESISTÊNCIAS - A União Européia defenderá uma redução global de emissões de gases-estufa de 50%, em relação aos índices de 1990, até 2050. ONGs pressionarão por um corte de 80%. As propostas sofrerão resistência de nações como os Estados Unidos, que hoje não seguem nem a meta em vigor e que esperam as eleições presidenciais, no fim do próximo ano, para decidir qual estratégia aplicar.

Na outra ponta, os países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, querem manter a posição estabelecida em Kyoto, há dez anos, de não aceitar metas de redução que predisponham cobrança internacional. “Temos várias idéias sobre como deve ser isso, e elas claramente passam por um esforço mais aprofundado dos países desenvolvidos, que assumam todos eles metas mais aprofundadas para o novo período de cumprimento do Protocolo de Kyoto, que começa em 2013”, afirma Luiz Alberto Figueiredo.

Se o impasse prevalecer, a COP-13 será um fracasso. “Até alguns dias atrás, achava que não daria em nada”, diz o coordenador de campanha do Greenpeace, Marcelo Furtado. “Mas até agora só a Índia sinalizou claramente que não deseja que as negociações andem. E a movimentação da Austrália vai criar um fato político.”

A Austrália era, ao lado dos Estados Unidos, opositora ao Protocolo de Kyoto e a qualquer outra medida que restrinja suas emissões de gases do efeito estufa. Contudo, depois de amargar uma seca de três anos, a questão climática determinou a vitória do premiê Kevin Rudd. O país chegará a Bali com o acordo ratificado e um cálculo que mostra já uma queda em suas emissões.

Além disso, a presença esperada de figuras políticas e da mídia, como o senador democrata John Kerry (que deve chefiar uma delegação do Congresso americano), Al Gore e o ator Leonardo Di Caprio (que produziu um documentário sobre a crise climática, A Última Hora), levarão a atenção do mundo para a reunião.

A ecologia, no supermercado e na intimidade - Gilles Lapouge – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007

Tive recentemente a idéia de comprar um carro. Como respeito o meio ambiente, sentia escrúpulos ao pensar nas toneladas de CO2 que meu futuro carro lançaria na atmosfera, com o risco de matar bebês, florestas, tigres, abelhas e gaivotas. Aí eu me empenhei em descobrir um “carro limpo”. E fracassei.

Não que todos os veículos sejam “sujos”. Ao contrário. O que me deprimiu é que, consultando a publicidade, fiquei sabendo que todos os carros vendidos hoje na França são “limpos”, maravilhosamente limpos. Não consegui descobrir um único que se proclame “sujo”. Essa constatação me agrada, claro, mas como não conseguia me decidir por um ou por outro, desisti do carro.

O exemplo do carro não é único. A ecologia triunfa por toda parte. Basta circular em um supermercado para constatar, com alívio, que todos os alimentos que nos são oferecidos são isentos de qualquer perigo. A dificuldade é encontrar um iogurte ou leite ricos em gorduras. Todos os produtos são magros, “limpos”. Todos os alimentos são de tal forma depurados que a gente se pergunta como eles ainda conseguem nos nutrir.

Certa vez, percebi numa prateleira de cassoulet, prato tradicional francês de feijões grandes com tiras de ganso bem gordas, com o rótulo “light”. Será que existe chucrute “light”? Porco “light”? Gordura “light”? Toucinho “light”? Feijoada “light”?

A ecologia está invadindo o sexo também. Há 30 anos apenas, quando se queria pescar uma garota, era preciso mostrar bíceps enormes ou pilotar um grande carro esporte. Hoje, é preciso dizer à garota que ficamos tristes com a idéia do martírio dos escargots ou dos ouriços-do-mar, ambos perseguidos pelos inseticidas. Um bom meio é também plantar uma árvore. Na primeira enxadada, nuvens de senhoritas vêm nos beijar. Nos beijar com batom “light” nos lábios.

No Times, uma jornalista nos adverte: “O tipo de homem que nós preferimos é o tipo que faz reciclagem de lixo, que suja as mãos no jardim e que desliga a TV e o DVD de noite antes de se juntar a nós na cama.” Algumas mulheres, para julgar se um homem é sedutor, começam lançando um olhar sobre seu armário do banheiro. Se percebem desodorantes em spray ou loções de barba ricas demais, você está fora. O mesmo se um sujeito come muita carne vermelha. Ele não passa no exame.

Quando se envereda pelas operações eróticas, não se pode relaxar a vigilância. Sobretudo quando se tem a idéia de utilizar enghocas durante as preliminares. De fato, esses objetos, quando contém ftalato para amolecer o plástico, são antiecológicos no último grau. Eles provocam cânceres e uma rarefação das populações de espermatozóides.

É por essa razão que algumas lojas “pornoecológicas” garantem que todos seus vibradores não contêm ftalatos. A indústria de vibradores está na vanguarda da batalha pela salvação da natureza. Algumas lojas oferecem motores que funcionam, não com pilhas, como os vibradores de nossas avós, mas com energia solar.

O Greenpeace acaba de editar um lindo folheto explicando como se pode continuar fazendo amor sem comprometer a sobrevivência da espécie humana. “Se você gosta de ver seu parceiro quando faz amor, basta fazer amor à luz do dia”. Bem sacado!

Na Noruega, um site assombroso associa o prazer do corpo ao respeito pela natureza. O site chama-se “Fuck for Forest”, o que quer dizer, “Transem pelas florestas!”. A idéia é tão simples quanto comovente: o site propõe encontros um tanto complexos de homens e mulheres e cobra um direito de olhar de outros internautas. As quantias arrecadadas nessa ocasião são integralmente consagradas ao salvamento das florestas tropicais. * **É correspondente em Paris**

'Os países ricos começaram a emitir gás-estufa no século 19' - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2007

Everton Vargas: subsecretário de Política do Itamaraty

Diplomata afirma que é preciso ponderar histórico de emissões e diferentes usos de combustíveis fósseis em cada economia

O Brasil pode implantar medidas mensuráveis de controle das emissões de gases-estufa num próximo regime de combate às mudanças climáticas, a partir de 2013 - mas não metas de corte das emissões, que predispõem cobranças internacionais, como acontece hoje com os países industrializados. A proposta será apresentada na 13ª Conferência do Clima (COP-13), que começa amanhã em Bali, na Indonésia, de acordo com o embaixador Everton Vargas, subsecretário de Política do Itamaraty. Ele será o negociador principal da delegação brasileira na reunião até que o corpo ministerial chegue, na segunda semana do encontro.

O Brasil pode aceitar metas de redução de suas emissões? Em primeiro lugar, quem tem de tomar a liderança são os países desenvolvidos do Anexo 1. É uma questão de responsabilidade histórica. Eles já começaram a emitir no século 19. Outros países, como Brasil, Índia e México, só passaram a se industrializar na década de 1950. Também é

preciso levar em conta uma noção de equidade: o que é mais nocivo para a humanidade? O emprego de derivados de combustíveis fósseis para levar eletricidade ou para alimentar um padrão de consumo extremamente alto? Os SUV (automóveis utilitários-esportivos, populares nos EUA), por exemplo, emitem 55% mais gases do efeito estufa do que os sedãs normais.

O que o País vai defender em Bali? O Brasil vai para Bali com a proposta de que os países desenvolvidos façam mais. Não estamos na defensiva; temos, pelo contrário, uma posição proativa - aliás, como o Brasil sempre teve nesse assunto. O País já fez a proposta de criar incentivos para a redução derivada do combate ao desmatamento. Na reunião, não vamos negociar conteúdo, mas o processo que será levado até 2009 - quando então deve ser fechado um acordo sobre um regime pós-2012. Além disso, o texto da convenção de mudanças climáticas possibilita aos países em desenvolvimento que façam mais, como programas nacionais com medidas de mitigação. O Brasil já está trabalhando para estabelecer uma política do clima. Ela deve também ter capacidade de ser mensurável e verificável.

O programa nacional pode estabelecer uma meta interna de controle de emissões de gases-estufa? Pode, se puder ser verificável e se o País tiver condição de cumpri-la.

É por isso que o Brasil é reticente em aceitar metas internacionais? Sim. Nós, os países em desenvolvimento, enfrentamos um desafio duplo: precisamos aumentar a geração de energia, porém sem emitir tantos gases do efeito estufa. O Brasil está em posição privilegiada porque produz uma boa parcela de energia limpa. A questão aqui é o desmatamento, que representa 75% das emissões brasileiras - mas não é a principal fonte mundial de emissão. Para países como a China e a Índia - que dependem muito do carvão - terem medidas verificáveis, eles precisam da garantia de acesso a recursos financeiros para conseguir tecnologias que emitam menos. É preciso esforço internacional para que a indústria deles não perca competitividade.

O Brasil irá se manter alinhado ao G-77 neste assunto? Somos um dos fundadores do grupo, então tudo em que se consiga uma posição consensual no G-77 vamos seguir. Se ela não houver, então o Brasil pode ser protagonista na busca de apoio de outros países, inclusive os do Anexo 1. A posição da União Européia, por exemplo, é a de que esses países (em desenvolvimento) não tenham metas. Mas espera que a gente se engaje de forma mais substantiva.

Como o País pode se engajar mais? A responsabilidade comum, porém diferenciada, é o pilar para o futuro do regime do clima. Estamos dispostos a aumentar nossa contribuição para a mitigação de gases-estufa. Podemos trabalhar com políticas mensuráveis, que sejam reportadas ao secretariado da Convenção-Quadro (de Mudanças Climáticas). Agora, precisamos também de transferência de tecnologia e da abertura de mercados. É o que acontece no caso dos biocombustíveis: se EUA e União Européia estão tão interessados em fazer algo pelo clima, por que não tomam essa medida que irá onerar menos seus cofres do que lidar com as mudanças climáticas?

O que o País espera da conferência? Precisamos montar um mapa do caminho. Primeiro, queremos salvaguardar o sistema jurídico. Segundo, que a decisão seja universal, sob a égide das Nações Unidas, pois não existe órgão mais legítimo do que esse. Terceiro, devemos trabalhar com as evidências científicas, os dados do IPCC. A proposta de 2°C, por exemplo, como patamar seguro não é consensual. Para as ilhas insulares, um aumento de 2°C na temperatura média ameaça que sejam submersas.

Quem é: Everton Vargas -Diplomata de carreira. Autor de vários artigos sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Foi diretor-geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores e chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, entre outros cargos - Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Bali vai fracassar – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2007

Começa amanhã em Bali (Indonésia) a Conferência de Mudança de Clima das Nações Unidas, que reúne 180 países e tem tudo para dar em nada. É ínfima a chance de que se comece a esboçar, ali, um acordo à altura do desafio do aquecimento global. E desta vez a culpa não será (só) de George W. Bush.

Bush não conta mais (seu país, sim). Está a menos de um ano das eleições em que será escolhido seu substituto, talvez alguém menos alérgico a previsões científicas. Não terá mais de seu lado o conservador John Howard, derrotado na Austrália pelo trabalhista Kevin Rudd, que prometeu guinar a política do país, posto de joelhos após uma seca de três anos, e ratificar o Protocolo de Kyoto.

Ocorre que o problema não é mais Kyoto. O busílis está no pós-Kyoto. Vale dizer, o que se pode fazer para evitar que a temperatura média global cresça mais que 2C. É muita areia: cortar pelo menos 50% das emissões de gás carbônico (CO₂) nas próximas quatro décadas.

Para comparação, cabe lembrar que Kyoto, tratado de 1997, previa cortar 5,2% apenas de países industrializados entre 2008 e 2012, tomando por base os níveis de 1990. Na prática, só dois países de peso fizeram a lição de casa até 2005, Alemanha (- 19%) e Reino Unido (- 15%).

A meta de Kyoto deverá ser atingida, pois em 2005 já alcançava 4,6% de redução. Mas só por causa da hecatombe industrial no Leste Europeu, após a queda do Muro de Berlim, que "economizou" lá 36% das emissões de gases do efeito estufa.

Não há liderança à vista para tirar o coelho pós-Kyoto da cartola. O petróleo beirando US\$ 100 por barril ajuda, pois torna energias renováveis como solar e eólica um pouco menos caras. O Nobel da Paz para Albert Gore e o IPCC (Painel Intergovernamental

sobre Mudança Climática) não atrapalha, mas serve mais para atizar o oportunismo publicitário do que para mudança real de atitudes.

Olhe em volta. Até os bancos agora são verdes. O objeto de consumo mais cobiçado por quem manda e decide, a julgar pela quantidade de anúncios de jornais e revistas, são jipes SUV, beberões de gasolina ou diesel (eles não são flex) e vomitadores de CO₂. ABS, tração nas quatro rodas, painel de jacarandá, bancos de pelica, ar-condicionado digital e MP3. Tudo que uma pessoa precisa para ficar no trânsito, despejando esterco gasoso no ar. OK, o combustível é pago com cartão "neutralizador" de carbono.

Algo similar vai pelo mundo. Cada vez há mais gente que consome e pensa preocupada com a mudança climática. Só que o consumo de energia e carbono da economia global vai aumentar, rápido, e não diminuir como deveria. A China inaugura uma usina termelétrica a carvão por semana. Até o Brasil planeja, oficialmente, sujar sua matriz energética, socorrendo os apagões de FHC e Dilma com termelétricas a combustíveis fósseis. Se não faltar gás natural, vai óleo e carvão mesmo. Será difícil pôr a culpa no raio de Bauru, ou em Marina Silva, agora que as hidrelétricas do Madeira vão sair e as taxas de desmatamento vinham caindo.

Para dar certo, Bali teria de consagrar o corte de 50% como meta, o que na melhor das hipóteses é improvável. Seria preciso subverter a receita de Kyoto e caminhar na direção de conter emissões com mecanismos mais drásticos (como impostos sobre carbono emitido) do que se viu até agora. A chance de as duas coisas acontecerem em Bali, é zero. Até 2009, como se espera, quase zero. A atmosfera terá de esquentar muito mais para que surja um pouco de luz de tanto calor.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Estudos prevêem o custo do fim do desmatamento na Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 03/12/2007

Colocar fim no desmatamento da Amazônia num prazo de 10 anos e mantê-la preservada por mais vinte anos custaria US\$ 257 bilhões. A estimativa é do relatório produzido por cientistas brasileiros e norte-americanos do Centro de Pesquisa de Woods Hole (EUA). O valor foi calculado a partir do que os especialistas chamam de "custo de oportunidade" para que o desmatamento deixe de ser lucrativo. Assim, um pecuarista que adquirisse uma propriedade e quisesse desmatar 20% dela, o limite permitido por lei na Amazônia, receberia um valor equivalente ao lucro para manter a floresta intacta. Os cientistas construíram um mapa do custo de oportunidade na floresta, dividindo as áreas onde ele é mais caro ou barato. O estudo revelou que o valor é baixo em 90% das terras, principalmente onde é desenvolvida a pecuária, que tem baixa rentabilidade. Já nas áreas propícias ao plantio de soja, seria preciso mais investimento para que o proprietário desista

de derrubar as árvores. Eles propõem que exista um fundo criado especialmente para a compensação dos proprietários de terra que abrirem mão da sua cota legal de desmatamento. Além disso, sugerem a criação de um fundo para compensar os povos da floresta que já preservaram as áreas que ocupam e outro para fortalecer a presença do governo na região como forma de combater o desmatamento ilegal.

Secretário da ONU apóia proposta do País em Bali - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 03/12/2007

De Boer diz que redução de desmatamento tem de entrar na conta de ações contra o aquecimento

O secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer, disse ontem que a redução do desmatamento precisa entrar na conta de ações de controle do aquecimento global, mas expressou dúvidas sobre se a questão será resolvida a tempo de integrar o próximo regime de ações globais, a partir de 2013. “Existem muitos conceitos confusos. Por exemplo, pessoas que colocam desmatamento e uso sustentável da floresta no mesmo pacote, quando não são a mesma coisa”, disse ontem, em Bali, onde hoje começa a 13ª Conferência do Clima (COP-13).

O Brasil apresentará na reunião uma proposta de inclusão do combate ao desmatamento - com a ajuda financeira de países desenvolvidos - como ação de mitigação, mensurável e passível de ser reportada ao secretariado da convenção. É uma forma de o País apresentar um comprometimento maior com a questão do que tem feito até agora, uma vez que não aceita metas de corte de emissão de gases-estufa. O desmatamento e as queimadas são a principal fonte de emissão nacional, cerca de 75%.

“As emissões provenientes do desmatamento global contribuem com até 20% do problema, dependendo da conta, então precisamos levá-las em consideração. Como vamos fazer isso é que precisa ser debatido”, disse De Boer. “Há dúvidas sobre metodologia, financiamentos, inclusão de mecanismos de mercado, incertezas científicas.”

O secretário disse que, um caminho de adiantar uma resolução seria colocar em prática alguns pilotos. O governo brasileiro já discute internamente essa possibilidade. Além do modelo brasileiro, há outros em debate, como o defendido por Costa Rica e Papua Nova Guiné, que liga o combate ao desmatamento com o mercado de carbono. Até agora, as propostas são vistas como opostas, mas De Boer acredita que mais de um modelo pode ser aplicado.

LONGA NEGOCIAÇÃO - O secretário afirmou ontem que os participantes da COP-13 não voltarão para casa com um acordo que substitua o Protocolo de Kyoto na

missão de reduzir a emissão de gases-estufa. Contudo, ele reforçou que um caminho deve ser delineado até o fim da próxima semana.

“Precisamos de uma data para as negociações terminarem, o que esperamos que seja 2009. Pela experiência com Kyoto, sabemos que são necessários pelo menos dois anos de negociação, mais alguns para os países ratificarem o acordo, o que esperamos que aconteça até 2012, para que não haja buraco”, disse.

O protocolo tem data para terminar: 2012. Ele prevê a redução de 5,2% das emissões globais de gases do efeito estufa, em relação aos índices de 1990, pelos países ricos.

Dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) mostram que mais do que isso é necessário para evitar efeitos perigosos do aquecimento global.

“Vejo o Protocolo de Kyoto como o oposto da frase que Neil Armstrong disse sobre a Terra quando pisou na Lua: ele é um grande passo para o homem, mas um pequeno passo para a humanidade”, concluiu De Boer.

Plano detalha o custo para zerar o desmatamento – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 03/12/2007

Manter a floresta amazônica em pé por 30 anos custaria US\$ 257 bi, diz estudo

No dia da abertura da Conferência do Clima, em Bali, cientistas mostram como o mercado de carbono pode ajudar na preservação

Zerar o desmatamento da Amazônia em dez anos e manter a situação sob controle por mais vinte custaria US\$ 257 bilhões, estima um relatório divulgado hoje por cientistas brasileiros e americanos. Apesar de a cifra parecer astronômica, ela está dentro de uma ordem de grandeza que pode ser bancada por um acordo internacional que compense o Brasil por preservar suas florestas.

Para chegar a esse valor, os cientistas calcularam o chamado "custo de oportunidade" de deixar de lucrar com o desmatamento. Para cada região amazônica, os pesquisadores liderados por Daniel Nepstad, do Centro de Pesquisa de Woods Hole (EUA), calcularam qual é a atividade econômica mais rentável e estimaram os lucros para o período. Dentro da proposta, um pecuarista que comprasse uma propriedade e quisesse desmatar 20% dela -o limite máximo permitido por lei na Amazônia- receberia um valor equivalente ao lucro para deixar toda a mata em pé.

"Não é uma coisa relacionada a dar dinheiro para quem desmatou muito, e ilegalmente, para parar de desmatar agora", explica Paulo Moutinho, diretor de pesquisas do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), que também assina o relatório.

O que os pesquisadores fizeram pela primeira vez foi um mapa dos custos de oportunidade na Amazônia, mostrando onde ele é mais caro e onde ele é mais barato. O trabalho revelou que apenas 6% das terras preservadas concentram cerca da metade de todo o custo de oportunidade na Amazônia.

"O valor é baixo em praticamente 90% [das terras], principalmente aquelas para pecuária, porque têm uma rentabilidade muito baixa", afirma Moutinho. "Nas áreas altamente propícias à soja, com terreno plano, clima bem estabelecido, solo com características específicas para plantio do grão, seria preciso compensar muito mais para o proprietário deixar de ter atração por derrubar legalmente a floresta e plantar soja. Mas essas áreas são muito pequenas na Amazônia."

Pela proposta dos cientistas, a compensação aos proprietários de terra que abrirem mão da sua cota legal de desmatamento viria de um fundo criado especialmente para isso. E o plano propõe a criação de outros dois fundos: um para compensar povos da floresta que já preservam as áreas que ocupam, e outro para fortalecer a presença do governo na região, única forma de combater o desmatamento ilegal.

Bolsa-floresta - O fundo voltado a proprietários de terras, na verdade, seria o menor dos três. "A maior parte do recurso iria para os povos da floresta, que protegem mais de 40% da Amazônia em unidades de conservação, reservas extrativistas e terras indígenas", explica Moutinho. "O fundo governamental serviria para várias coisas, desde pagar programas de bolsa-floresta até investir na saúde de populações rurais, assistência técnica até políticas públicas. Seria um fundo para aumentar a governança, colocar o estado dentro da Amazônia e fortalecer sua presença lá."

Mas de onde surgiriam esses US\$ 257 bilhões? Esse dinheiro, dizem os pesquisadores, pode vir do mercado de carbono criado pelo Protocolo de Kyoto para combate ao aquecimento global. No caso da Amazônia, reter os 47 bilhões de toneladas de carbono custaria cerca US\$ 5,50 por tonelada.

O problema é que Kyoto, o acordo que está em vigor até 2012, não considera o desmatamento evitado passível de inclusão nas negociações. E não é à toa que o relatório do Woods Hole está sendo divulgado hoje, justamente na abertura da COP-13, a Décima Terceira Conferência das Partes da Convenção do Clima, em Bali.

'Clima é prioridade total' – Eliane Oliveira – Entrevista Marina Silva – 03/12/2007

Marina Silva diz que país está pronto para Bali e que cobrará ações dos mais ricos

ENTREVISTA - Marina Silva

O Brasil já tem um discurso pronto a ser levado à Conferência do Clima das Nações Unidas, que começa hoje, em Bali, e se estende até o dia 14. Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, as autoridades brasileiras defenderão a adoção de metas internas de redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa pelos países em desenvolvimento e cobrarão dos industrializados não apenas o cumprimento das metas previstas no Acordo de Kioto. A idéia é exigir também a transferência de recursos e tecnologias para que as nações mais pobres possam crescer sem aprofundar os problemas relacionados às mudanças climáticas.

Eliane Oliveira -O GLOBO: Como está o Brasil no debate mundial sobre mudanças climáticas?

MARINA SILVA: Estamos dando total prioridade à questão das mudanças do clima. Tanto é assim que o presidente Lula já assinou o decreto instituindo o grupo que vai elaborar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Vamos participar dos esforços para ampliar os avanços multilaterais, para que possamos chegar a 2012 com mais do que intenções em relação aos graves problemas das mudanças do clima. Já logramos a redução de meio bilhão de toneladas de CO₂ nos últimos três anos. Nossa meta é desmatamento ilegal zero. Além disso, queremos reverter um quadro que identificamos entre julho e outubro, quando houve um aumento de 10% do desmatamento na Amazônia, com incidência maior no Pará e no Mato Grosso.

Que mensagem o Brasil levará a Bali?

MARINA: O Brasil não pretende dar ênfase a mais discursos. Vamos liderar pelo exemplo. Neste momento a crise é tão grave, que qualquer retórica já é perda de tempo. Já temos uma quantidade enorme de acordos que precisam ser cumpridos. Um deles é que os países desenvolvidos devem transferir tecnologia e recursos novos e adicionais para que os países em desenvolvimento possam se desenvolver socialmente e economicamente, sem aprofundar os graves problemas das mudanças climáticas. Queremos que os países desenvolvidos cumpram e aumentem suas metas. E que os países em desenvolvimento, ainda que não tenham metas, não se ancorem nisso para não fazer nada. Que possam fazer suas contribuições a partir de si mesmos, mesmo quando não receberem apoio.

No caso do desmatamento, o Brasil defende que árvores mantidas em pé possam ser contabilizadas na redução das emissões de gases. Como é essa conta?

MARINA: Quando uma árvore é queimada, decompõe-se e libera CO₂ na atmosfera. Se a árvore permanece viva, ela é um estoque de carbono. Cada hectare de árvores significa “x” toneladas de carbono não emitidas. O Brasil, por exemplo, deixou de emitir meio bilhão de toneladas de dióxido de carbono, em função da redução do desmatamento. A média é 120 toneladas por hectare.

Os países com metas obrigatórias poderiam usar a queda do desmatamento como crédito de carbono?

MARINA: A proposta brasileira não admite a idéia de que isso gere um crédito para que os países com metas obrigatórias possam emitir mais. Queremos que a diminuição seja adicional. Se um país comprar um crédito da redução das emissões em função do desmatamento ter caído no Brasil, na Costa Rica, na Indonésia ou em algum país da África, na verdade o nosso esforço é anulado.

Por que, em sua opinião, os países em desenvolvimento não deveriam ter metas de redução de emissões obrigatórias?

MARINA: Porque as emissões históricas desses países são pequenas. Os países desenvolvidos começaram a emitir (CO₂) na Revolução Industrial. O Brasil, a partir da década de 40. O problema é que, atualmente, a contribuição de países como Índia, China e Brasil já é significativa. Nós não temos o direito de cometer o mesmo erro histórico.

Por que é tão difícil evitar as queimadas?

MARINA: No caso do Brasil, há uma combinação de queimadas para desmatamento e outras para renovação de pastagem, essas constituem a maior parte. Parte das queimadas também é acidental e há aquelas criminosas, em áreas em que a especulação da grilagem tem interesse. Temos feito um esforço muito grande mas, infelizmente, a prática de renovar pastagens no período seco, colocando fogo no capim, atinge a floresta.

Secas e enchentes vêm se tornando frequentes no Brasil. O país está preparado para enfrentar os desastres naturais resultantes da mudança do clima?

MARINA: Se para os países desenvolvidos é difícil, quanto mais para as nações em desenvolvimento. No caso brasileiro, a situação não é diferente. Uma das regiões mais vulneráveis é o semi-árido.

Como conciliar a produção de biodiesel e cana-de-açúcar com a preservação da Floresta Amazônica?

MARINA: Não é apenas conciliar. É uma questão de viabilizar o desenvolvimento com preservação. É uma equação só. O Brasil é um país privilegiado. Temos 351 milhões de hectares de área agricultável, dos quais 50 milhões estão em repouso. Isso significa que podemos produzir os biocombustíveis sem precisar derrubar um pé de mato. Quanto à cana-de-açúcar, a posição do governo é que ela não deve ser plantada na Amazônia.

Que metas internas serão estabelecidas e de quanto será a redução de emissões?

MARINA: De quanto será nossa meta de redução ainda não sabemos. O assunto será discutido no âmbito do plano nacional. Não haverá só metas para desmatamento. São várias frentes que incluem energia limpa, diversificada e renovável.

Apesar dos esforços feitos, o Brasil ainda é criticado devido ao desmatamento da Amazônia...

MARINA: O Brasil está iniciando um processo. Não se faz um discurso ufanista de que os problemas estão resolvidos. O importante é que não queremos cometer os erros dos países desenvolvidos. Como disse o psicanalista Contardo Calligaris, os países desenvolvidos são cobrados pelo seu passado e nós pelo futuro. As pessoas falam: “ministra, a senhora está o tempo todo na berlinda”.

Eu acho ótimo, maravilhoso. Antigamente, o desmatamento aumentava e ninguém sabia. Hoje, ele cresceu 10% em quatro meses e a sociedade inteira está cobrando.

Antes, as pessoas só pensavam na inflação. Agora, o povo brasileiro pensa no desmatamento. Isso é uma mudança de paradigma, uma mudança de mentalidade.

SC encerra série de conferências territoriais – Sítio Eletrônico do MDA – 03/12/2007

Nesta semana serão realizadas em Santa Catarina quatro conferências territoriais e intermunicipais de desenvolvimento rural sustentável e solidário. O evento desta terça-feira (4) acontece no município de Canoinhas e reunirá agricultores do Território Planalto Norte. Na quarta-feira (5) será a vez dos trabalhadores do Território Planalto Catarinense se reunirem no município de Campos Novos.

Na quinta-feira (6) a conferência reunirá no município de Caçador agricultores do Território Alto Vale do Rio do Peixe. O último evento da semana acontece em Chapecó e abrangerá representantes de municípios do Território Oeste. A última conferência será a do Território Litoral Norte e acontece na terça-feira (11) em Itajaí.

As conferências intermunicipais e territoriais de Santa Catarina começaram a ser realizadas no início de novembro. Até o momento, já aconteceram sete encontros que reuniram cerca de 670 pessoas. Nos eventos, são realizados debates sobre o desenvolvimento rural sustentável. O objetivo das discussões é a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, voltada ao meio rural e que contemple todas as forças sociais e diversidades regionais.

Esses encontros também funcionam como preparatórios para a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), que ocorrerá em junho de 2008 no Centro de Convenções em Olinda (PE). De 15 de março a 30 de abril de 2008, serão realizadas as etapas preparatórias estaduais.

“Santa Catarina possui municípios pequenos, com um vida econômica e social bastante atrelada ao mundo rural. Queremos com essas conferências que os agricultores catarinenses tenham chance de propor mudanças”, explica o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SC), Jurandi Teodoro Gugel.

Gatilho ecológico - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/12/2007

Botânica é a ciência que cuida das plantas. Em alta, o estudo do reino vegetal vem estimulado pela onda ambientalista que comove o mundo. Bom para os cientistas, melhor para a sociedade.

Os vegetais são imprescindíveis para a Terra. Capazes de, por meio da fotossíntese, transformar energia solar em aminoácidos e carboidratos, as plantas formam a base das cadeias alimentares. A clorofila verde sustenta a vida.

Os botânicos classificam as espécies vegetais em dois grandes grupos: as gimnospermas e as angiospermas. As primeiras surgiram antes. Representam as coníferas,

como pinheiros, ciprestes, cedros e árvores como a magnífica sequóia. Inexistência de flores é sua característica básica. Daí que, nas gimnospermas, as sementes estão descobertas ou expostas, não protegidas dentro de frutos.

As angiospermas chegaram há 100 milhões de anos, a partir das gimnospermas. A grande diferença reside na existência das flores e, conseqüentemente, de frutos e sementes. Nas angiospermas os frutos aparecem após a fecundação, guardando as sementes dentro de si. Aqui está a origem do nome do grupo: “angio”, radical grego, quer dizer “vaso”.

Tradicionalmente, a Botânica se desenvolveu catalogando e classificando as plantas, naquilo que se considera a morfologia vegetal. Livros antigos, maravilhosos, bem como lindas gravuras, espelham uma mistura de arte e ciência, retratando a beleza das espécies descobertas pelos desbravadores do reino vegetal. Inesquecível.

Outros pesquisadores se dedicaram a compreender o mecanismo vital das plantas. A fisiologia vegetal estuda, assim, a nutrição e a reprodução das espécies. As plantas precisam de sol, calor, água e nutrientes para crescer e viver. A natureza, salvo exceções, como se vê nos desertos, provê tais elementos fundamentais.

Aproveitando-os, isso significa, regra geral, que os vegetais são capazes de viver por sua própria conta, enquanto os animais, não. Os bichos sempre carecem do alimento capturado de outrem. Curioso é que, embora dependentes, os animais são considerados superiores na escala evolutiva. Tudo bem.

Foi realizado em São Paulo, recentemente, o 58º Congresso Nacional de Botânica. Cerca de 3 mil pesquisadores e estudantes apresentaram teses e participaram de variadas discussões científicas. Clássicos estudos - existem milhares de novas espécies ainda sendo descritas - se misturaram com as novas preocupações dos botânicos. Aqui se destaca a recuperação de áreas degradadas. Como restaurar a biodiversidade surrupiada pelo crescimento da economia?

O tema é fascinante. No passado, embrenhar-se na mata e viajar pelo mundo representavam o desafio, e o sonho, dos grandes botânicos. Agora os jovens cientistas querem descobrir a fênix da crise ambiental. A capacidade de regeneração dos ecossistemas naturais desafia a ciência. Das cinzas da civilização perdulária deve ressurgir a dinâmica da vida silvestre.

É interessante descrever o estado da arte das técnicas utilizadas para a reconstituição de ecossistemas degradados. Essa história tem duas décadas. O raciocínio elementar, baseado nas formas agrícolas clássicas, começou por gerar o modelo tradicional, que indica a necessidade de plantio de árvores nativas, sob espaçamento, por exemplo, de 3 x 2 metros. Caberiam, assim, cerca de 1.600 mudas por hectare. Em 20 anos, o plantio silvestre reproduziria uma floresta natural.

Os pesquisadores têm percebido, entretanto, que a sucessão ecológica nesses plantios nem sempre logra êxito. Há espécies pioneiras, que crescem rapidamente à plena luz do sol, enquanto outras exigem sombreamento, sob pena de permanecerem amuadas.

Estágios de sucessão exigem alternar o plantio das árvores pioneiras com as secundárias. Equação complexa.

Discutindo o assunto, um grupo de estudiosos passou a questionar o modelo tradicional de plantio de espécies nativas. Resultou em novo método, intitulado “nucleação”. Nele se formam microhabitats, espalhados pela área degradada, que estimulam o ressurgimento das espécies animais e vegetais. Representa uma guinada na teoria convencional.

Gatilho ecológico. Esse é o conceito-chave da nucleação, visando à restauração da biodiversidade. De um ponto do terreno, onde se adensa o plantio das espécies, a vida se espalha. Poleiros artificiais ajudam a atrair pássaros, disseminadores das sementes. Técnicas variadas criam trampolins ecológicos.

Muda o paradigma que norteia a recuperação ambiental. Os novos conhecimentos botânicos permitem vislumbrar um caminho menos oneroso, e de maior sucesso, para recompor as matas ciliares, aquelas que margeiam os cursos d’água. No modelo tradicional, somente o plantio das espécies nativas custa R\$ 6 mil cada hectare. Quem paga a conta?

Com a nucleação, sempre que a técnica for recomendada, vai-se facilitar para os agricultores, obrigados a manter suas reservas florestais. Corredores biológicos devem moldar o futuro da paisagem rural.

Na Botânica, como em qualquer disciplina, a evolução do conhecimento científico produz novos conceitos, supera raciocínios clássicos. Um grande preconceito se criou no Brasil contra a utilização de espécies “exóticas”, odiadas pelos ambientalistas tradicionais. Estrangeiras, encaram-nas como plantas do mal.

Ora, árvores exóticas, quando auxiliam, como espécies pioneiras e atrativas, o processo de sucessão ecológica, são bem-vindas. Mitos não resistem à ciência. * **Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xico@xicograziano.com.br: site www.xicograziano.com.br**

Austrália ratifica Kyoto e só EUA ficam fora de acordo - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 04/12/2007

Com a adesão dos australianos ao protocolo ontem, em Bali, os Estados Unidos são o único país industrializado a não aceitar as metas de emissão

Bali - A Conferência sobre o Clima (COP-13), da ONU, foi aberta ontem com aplausos entusiasmados de milhares de pessoas à delegação australiana, que anunciou oficialmente a ratificação do Protocolo de Kyoto, no mesmo dia, pelo recém-eleito primeiro-ministro, Kevin Rudd. Delegados de 180 países estão reunidos na Indonésia para debater um novo regime de controle do aquecimento global.

Com o ato, os Estados Unidos são o único país industrializado a não seguir o acordo. Mas isso não acanhou a delegação americana. “Respeitamos a posição da Austrália. O presidente Bush já deixou claro que cada país faz sua análise sobre Kyoto”, disse o negociador Harlan Watson.

O protocolo estabelece um corte de 5,2% em média, com base no registro de 1990, nas emissões de gases-estufa pelos países ricos até 2012. Discursos feitos na sessão de abertura e nas reuniões seguintes destacaram a necessidade de se obter um plano mais eficiente de controle das emissões a partir de 2013.

“As negociações precisam caminhar mais rapidamente aqui em Bali”, disse o ministro do Meio Ambiente do Quênia, David Mwiraria, antes de passar a presidência da conferência a seu colega indonésio, Rachmat Witoelar. “Negociações sobre o clima já acontecem há duas décadas. Hoje entende-se muito melhor a situação. Precisamos continuar e construir um novo e sólido regime”, afirmou Witoelar.

Mas houve pouca discussão sobre o que efetivamente os maiores emissores globais de gases-estufa - industrializados e emergentes - devem fazer no futuro. Com exceção da União Européia, os países se esquivaram de citar valores claros de concentração de gases na atmosfera ou de tetos para o aumento na temperatura média terrestre. O próprio secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo De Boer, foi o primeiro a deixar claro que um pacto com tais valores não será construído na COP-13: “Um contrato nupcial é a culminação do amor, não um tópico de debate no primeiro encontro.”

O conselho foi seguido à risca pelos delegados, que já falam em negociações nos próximos dois anos. “Não estamos aqui como um empecilho, mas não queremos assinar contrato nupcial ainda”, disse o delegado americano.

ADAPTAÇÃO - O que pode ser feito, acredita De Boer, é focar na adaptação às mudanças climáticas, especialmente na criação de um fundo que ajude os países mais pobres a enfrentarem eventos extremos, como secas. O tema foi tratado como prioritário na última conferência, no Quênia no ano passado, mas pouco avançou desde então.

O mesmo pode ser dito da transferência de tecnologia, o calcanhar-de-aquiles da Convenção do Clima. Reunião após reunião o tema é tratado como prioritário, mas pouco é feito na prática para que as nações industrializadas passem tecnologia às menos desenvolvidas para que cresçam com emissão menor de gases-estufa.

DIVERGÊNCIAS - A secretária de Mudanças Climáticas do ministério brasileiro do Meio Ambiente, Thelma Krug, afirmou ontem que o País não vinculará à Convenção do Clima qualquer projeto-piloto ligado ao controle do desmatamento, como sugeriu De Boer no dia anterior. “Podemos trabalhar internamente, como parte de um plano nacional de mudanças climáticas. Mas um projeto local não pode ser colocado internacionalmente”, afirmou.

Na abertura da conferência do clima, em Bali, americanos passam a ser os únicos a rejeitar acordo sobre efeito estufa

Segundo delegação dos Estados Unidos, país não vai travar as negociações sobre acordo para substituir o tratado que expira em 2012

DA REPORTAGEM LOCAL -O jogo de xadrez climático começou ontem em Bali, na Indonésia. No primeiro dia da Conferência das Nações Unidas, a Austrália movimentou suas peças, para o ataque. Os Estados Unidos, isolados, jogam na defensiva.

O novo primeiro-ministro australiano, Kevin Rudd, assinou ontem, em Canberra, seu primeiro documento no posto.

Como havia prometido na campanha, ele ratificou a intenção do país em entrar no Protocolo de Kyoto. Formalmente, a Austrália precisa esperar por 90 dias para ser um membro efetivo do grupo.

Imediatamente, na Indonésia, os delegados australianos não apenas anunciaram o ato, como disseram que o país estava assumindo uma meta de cortar suas emissões em 60% até 2050 -além de ter 20% de energia renovável em 2020. A medida recebeu um minuto de aplausos. "As pessoas apreciaram a coragem do governo da Austrália de tomar essa posição que é dramaticamente diferente", disse Yvo de Boer, secretário-executivo da convenção.

Sem aparentemente se intimidar com a decisão, que isolou os Estados Unidos como o único país anti-Kyoto, um dos líderes da delegação norte-americana, Harlan Watson, disse que seu país não está ali para ser um obstáculo às negociações. "Nosso objetivo é sermos flexíveis e trabalhar de forma construtiva na criação do "mapa do caminho" de Bali", afirmou.

"Nós respeitamos a decisão dos outros países, mas também pedimos, claro, que os outros respeitem a nossa." A posição norte-americana de não aderir ao protocolo foi tomada em 2001 pelo presidente George W. Bush. Na visão do dirigente, o acordo custaria vagas de emprego aos EUA. Além disso, para ele, foi um erro o acordo ter excluído os países em desenvolvimento do grupo dos que deveriam assumir metas.

"Os Estados Unidos investiram bilhões de dólares em novas tecnologias, que vão desde o carvão limpo até o hidrogênio", afirmou ontem, em Bali, Watson. "O corrente regime legal de metas não está fazendo a sua parte. Apenas alguns países estão conseguindo reduzir suas emissões de forma significativa", disse o negociador dos Estados Unidos, referindo-se principalmente ao Reino Unido e a Alemanha.

Segundo os números divulgados pelo norte-americano, enquanto a população dos Estados Unidos cresceu 5% entre 2000 e 2005, e a economia 12%, as emissões de carbono

subiram apenas 1,6%. Mesmo assim, as emissões do país comandado por Bush ainda estão 16% acima dos índices de 1990, ano base de Kyoto.

Tanto é verdade que o próprio Senado americano já estuda uma forma de, via legislação, fazer o país adotar as metas.

Resultados concretos - Boer, representando a ONU, tentou chamar os delegados dos demais países para o jogo.

No discurso de abertura da Conferência das Partes -esta é a décima terceira da história-, ele listou vários itens que precisam de acordos "urgentes".

Boer lembrou do fundo de adaptação as mudanças climáticas para os países pobres e da necessidade de estabelecer formas de transferência tecnológica entre o Norte e o Sul. O dirigente mencionou ainda a necessidade de se iniciar a diminuição das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa a partir do desmatamento das florestas, item que diz respeito diretamente ao Brasil.

Palavras e gestos - Entre os delegados que pediram a palavra no plenário e movimentaram as peças no primeiro dia, estiveram os representantes de Portugal e de Bangladesh. O primeiro, falando também em nome da União Européia, defendeu que seja estabelecido até 2009 um acordo global com metas, porque muito provavelmente as emissões vão continuar a subir na próxima década.

O representante dos países pobres, que acabou de assistir um ciclone ceifar 5.000 vidas em seu país, reforçou a importância de haver um fundo para a adaptação dos países aos desastres climáticos.

A agenda das próximas duas semanas, pela sua densidade, preocupa todos os delegados que já estão em Bali. Resta saber se o jogo terá realmente um fim na Indonésia.

Com agências internacionais

Austrália adere a Acordo de Kioto e EUA, isolados, tentam se explicar

Enviado especial • BALI - Toda novela tem um herói e um vilão em eterna disputa. Não poderia ser diferente na Convenção do Clima, em Bali, onde estas posições foram explicitamente ocupadas ontem, respectivamente, pela Austrália — cujo primeiro-ministro recém-eleito, Kevin Rudd, anunciou a assinatura do Acordo de Kioto — e pelos EUA — que, após a decisão australiana, permanece como o único grande país desenvolvido do mundo a se manter fora do tratado.

Na abertura da conferência, diante de milhares de delegados dos 190 países, o lado bom foi comemorado. O chefe da delegação australiana e principal executivo do Escritório de Combate ao Efeito Estufa do país, Howard Bamsey, foi aplaudido de pé ao anunciar oficialmente a adesão da Austrália ao acordo. O presidente do encontro, o ministro do Meio Ambiente da Indonésia, Rachmat Witoelar, agradeceu entusiasticamente o anúncio e chegou a pedir uma nova salva de palmas para o diplomata, no que foi prontamente atendido.

Poucos minutos depois, o principal negociador do Departamento de Estado dos EUA e um dos chefes da delegação americana, Harlan Watson, tentava explicar por que seu país continua fora do único compromisso global que busca evitar a catástrofe ambiental já antecipada pelos cientistas, caso nada seja feito: — Não é nosso propósito parecer um bloqueio no caminho das negociações. Mas não achamos que o Acordo de Kioto seja eficaz para combater o aquecimento. Na verdade, poucos países ricos, com exceção do Reino Unido e da Alemanha, reduziram significativamente suas emissões. E os EUA possuem compromissos voluntários de redução.

— Então o que os EUA estão fazendo aqui? — perguntou um jornalista.

— Tomamos decisões nos EUA pensando no que é bom para os EUA e não em função da decisão dos outros. — respondeu Watson.

— O que não impede de estarmos aqui buscando reformar o sistema atual e evitar o aquecimento global em soluções que envolvam outros países.

Brasil quer menos barreiras ao etanol

O secretário-executivo da 13ª conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas, Yvo de Boer, adotou um tom realista, ontem, na abertura do encontro, ao lembrar que os combustíveis fósseis continuarão sendo as maiores fontes de geração de energia por muitos anos ainda: — Os combustíveis fósseis estão aí para ficar e vão continuar a ser os motores do crescimento mundial. É uma responsabilidade coletiva usar estes combustíveis sem destruir o meio ambiente.

Uma alternativa seria a ampliação do uso de combustíveis menos poluentes. Nessa linha, o governo brasileiro pretende pressionar pelo fim das barreiras comerciais sobre combustíveis como o etanol — praticadas hoje por países tão distintos quanto os EUA e a

China. A informação é do embaixador extraordinário de Mudanças Climáticas do Itamaraty, Sérgio Serra.

Segundo ele, não faz sentido os países discursarem sobre a necessidade de se aumentar as trocas de tecnologias limpas se, ao mesmo tempo, o protecionismo destes mesmos países constrói barreiras comerciais ao intercâmbio.

Indústria e transporte aparecem em primeiro lugar, mas desmatamento é alto

A queima de combustíveis fósseis, sobretudo pelos setores da indústria e do transporte, é a maior fonte de emissões de gases do efeito estufa do Rio de Janeiro, segundo apontou um levantamento inédito apresentado ontem pela Secretaria de Estado do Ambiente. É a primeira vez que um estado brasileiro faz um inventário desse tipo e o objetivo é ter subsídios para desenvolver ações de mitigação e prevenção do problema.

— As emissões do Rio seguem um padrão diferente das do Brasil como um todo — constatou a superintendente de Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono da secretaria, Suzana Kahn, integrante do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU. — Em geral, a maior fonte de emissão brasileira (70%) é o desmatamento. No caso do Rio, é a queima de combustível fóssil dos setores da indústria (38%) e do transporte (15%).

Curiosamente, no entanto, surge em terceiro lugar (10% do total) como a maior fonte de emissões do estado “mudanças no uso do solo” — termo que engloba desmatamento, queimadas e também alguns procedimentos da agricultura e da pecuária. Num estado em que já não há quase remanescentes de Mata Atlântica, o número pode ser considerado muito alto, sobretudo nos grandes centros urbanos que continuam se expandindo às custas das florestas.

— Esse termo não se refere apenas ao desmatamento — explicou Suzana. — Na região metropolitana e litorânea essas emissões acontecem pelo aumento da área urbana e conseqüente perda da cobertura vegetal.

Mas, no norte do estado, está mais ligado a práticas agrícolas e pecuária.

Segundo o secretário do Ambiente, Carlos Minc, um termo de compromisso a ser assinado com a Fetranspor prevê o uso de 5% de biodiesel no diesel, entre outras determinações que reduzirão as emissões em 40% até 2012. Para o licenciamento de novas indústrias, será exigida a adoção de tecnologias redutoras de emissões e um percentual de uso de energia limpa.

Incra/AP assina termo para uniformizar licenciamento ambiental – Sítio Eletrônico do MDA – 04/12/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Amapá, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (Imap) firmaram acordo, através de Termo de Referência Técnico, para a uniformização dos procedimentos de licenciamento ambiental (obtenção de Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO) dos Projetos de Assentamentos do estado. O documento foi assinado no dia 19 de novembro do corrente ano.

Um dos documentos obrigatórios para a obtenção da licença é o Projeto Básico do Assentamento (Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA e/ou Plano de Recuperação de Assentamento – PRA), que será elaborado por uma equipe multidisciplinar, contando com a participação efetiva de representantes de associações dos assentados, dos técnicos de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), dos orientadores de projetos de assentamentos e/ou técnicos do Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra/AP.

No Termo de Referência Técnico foi especificado como serão conduzidos os estudos de diagnóstico das áreas dos assentamentos: meio natural (tipos de solo, relevo, recursos hídricos, fauna, uso atual do solo e cobertura vegetal, clima e dados meteorológicos); e sócio-econômico e cultural (histórico do projeto de assentamento, população e organização social, infra-estrutura física, social e econômica, sistema produtivo, saúde, educação, cultura).

O Termo de Referência traz uma inovação ao exigir nesses estudos que se identifiquem e avaliem os impactos ambientais existentes, bem como sejam implantadas medidas mitigadoras, compensatórias e programas ambientais nestas áreas.

Projeto de revitalização de poços define próximos territórios beneficiados – Sítio Eletrônico do MDS – 04/12/2007

Construção marca o ponto de perfuração de poço em Brejinho (RN)

Neste mês de novembro, famílias da região semi-árida no Rio Grande do Norte vão poder começar a usufruir do recurso mais importante e difícil de conseguir ali: água. Sem ela, as dificuldades superam a expectativa do necessário. Atividades como tomar banho, lavar roupa, cozinhar e até beber nem sempre podem ser consideradas entre as rotineiras. Mas, com a revitalização de 12 poços – antes, abandonados, e que em breve começarão a ser usados - as comunidades residentes na região do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) Agreste Potiguar também verão renovados antigos

sonhos de plantar, ter uma renda e finalmente se sentir socialmente incluídas, em condições de trabalhar e garantir o sustento dos filhos.

Esse é o primeiro resultado da parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e de Minas e Energia (MME), Petrobras e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que agora investem na segunda fase do Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, que começou no Estado no início de 2007, em municípios pertencentes ao Consad Agreste Potiguar.

No local, 130 poços foram identificados pelo Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (Siagas), do Serviço Geológico do Brasil, responsável pelo projeto, que cobriu cerca de 800 mil quilômetros quadrados do Semi-Árido, em oito Estados do Nordeste e Vale do Jequitinhonha.

Hoje, em todo o País, existem 118.599 poços, muitos em regiões desabitadas, ou explorados em atividades de lazer ou, ainda, em benefício particular. O projeto MDS/MME/Petrobras prevê a reativação de dois mil poços no Semi-Árido, dos quais 200 estão sendo analisados e ainda submetidos à seleção. O principal critério é a viabilidade de uso e as possibilidades de melhoria de vida para as comunidades não atendidas pelas redes de abastecimento convencionais. A previsão é de que 4.000 famílias sejam favorecidas nos 12 Consads do Nordeste e do Médio Jequitinhonha.

Os municípios pertencentes aos Consads (que é um projeto desenvolvido pelo MDS) foram definidos como prioritários em função das características regionais, entre elas baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais, dimensões físicas e ambientais, além das potencialidades comuns.

Expansão de oportunidades – O projeto de revitalização de poços promete atender muita gente. Além do Consad Agreste Potiguar - cuja população total é de aproximadamente 214.500 pessoas - mais quatro Consads já estão sendo mapeados e em breve também vão poder comemorar o início de uma nova fase de desenvolvimento – desta vez movida a água. Os Consads do Sertão do São Francisco (Sergipe), Brumado e Jiquiriçá (Bahia) e Médio Jequitinhonha (Minas Gerais) foram definidos como áreas prioritárias para a implantação do programa.

O primeiro passo, a exemplo do que aconteceu nos 21 municípios do Consad Agreste Potiguar, é identificar as perfurações e selecioná-las, de acordo com a localização (proximidade com populações num raio de três quilômetros); disponibilidade de energia elétrica (também num raio de três quilômetros, para facilitar a instalação do sistema de bombeamento para os moradores); e qualidade da água (que deve ser doce e não salobra, evitando assim elevação de investimentos para tratamento).

Cada poço também deve atender diretamente, no mínimo, cem pessoas ou vinte famílias, em um raio de até dois quilômetros. A previsão é de que, em pouco mais de um mês, a região do Médio Jequitinhonha já esteja toda mapeada. Até agora, pelo menos 23 poços já foram escolhidos entre os que poderão voltar a ser usados.

Ao MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), cabe a articulação social das famílias que serão atendidas – prioritariamente beneficiárias do Programa Bolsa Família - com o objetivo de ajudá-las na escolha de algum tipo de atividade com a qual tenham afinidade, como plantio, criação de pequenos animais, etc. O processo será em parceria com as secretarias municipais de Assistência Social ou

com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde houver. Além disso, o Ministério vai promover a capacitação dos moradores para a gestão do poço, ou seja, eles vão aprender como ele deve ser usado para que a água seja aproveitada da melhor maneira e sem desperdício.

“Essa é uma forma de garantir segurança alimentar e nutricional, por meio de projetos de agricultura familiar para subsistência das comunidades”, garante o diretor de Projetos Especiais do MDS, Marco Aurélio Loureiro, lembrando a importância de colocar um poço em funcionamento em regiões do Semi-Árido. “A intenção pode ser resumida em uma única palavra: desenvolvimento”, conclui.

As regiões beneficiadas na atual fase do projeto de Revitalização de Poços

Consad Agreste Potiguar – Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Ielmo Marinho, Lagoa D`Anta, Lagoa das Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Serra Caiada, Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serrinha, Várzea e Vera Cruz.

Consad Médio Jequitinhonha: Angelândia, Araçuaí, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Caraí, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Franciscópolis, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Malacacheta, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Setubinha e Virgem da Lapa.

Municípios do Consad Brumado: Aracatu, Brumado, Caraíbas, Cordeiros, Guajeru, Ituaçu, Maetinga, Malhada de Pedras, Piripá, Tremendal

Municípios do Consad Jiquiriçá: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, Ubaira

Consad Sertão do São Francisco (Sergipe) – Canindé de São Francisco, Feira Nova, Gararu, Gracho Cardoso, Itabi, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha

País quer expor contradições de países ricos em Bali – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 4/12/2007

O Brasil utilizará a disputa do pneu aberta pela União Européia para denunciar contradições de países ricos na área ambiental, durante a reunião de ministros de países-chave da Rodada Doha, no final de semana em Bali (Indonésia). "Países desenvolvidos parecem não levar meio ambiente a sério, continuam a dizer uma coisa e fazer outra", apontou o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, embaixador Roberto Azevedo.

O contencioso do pneu é visto na cena internacional como um teste para mostrar até onde os 151 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) podem impor restrições ao comércio para alcançar objetivos ambientais. Várias organizações não governamentais pediram para a União Européia retirar a queixa contra o Brasil, alegando que isso atingia o direito do Brasil de proteger a saúde pública e o meio-ambiente e que também podia enfraquecer a exceção da regra ambiental na OMC.

Ontem, contudo, a UE argumentou, de novo, que o Órgão de Apelação deveria ter condenado o Brasil porque "a medida não contribui nada para proteção de saúde e ambiental e nem tem esse efeito". Em comunicado, Bruxelas diz mesmo ter "evidências de fontes governamentais", aparentemente do Brasil, de que a restrição foi, na verdade, "introduzida razões protecionistas".

Já para o Brasil, a evidência é de que os próprios juízes reconheceram que a proibição combate os riscos associados à destruição, acúmulo e transporte dos pneus, incluindo doenças transmitidas por mosquitos e contaminação do meio-ambiente. Para Brasília, a UE quer exportar lixo. Tanto que, segundo fontes de Brasília, sequer cobra pelo pneu usado para o Brasil.

Em Bali, à margem da Convenção do Clima, o Brasil defenderá que a discussão sobre comércio e meio-ambiente só tem sentido incorporando a noção de "desenvolvimento sustentável". A mensagem é: chega de dupla linguagem. Não é só o caso do pneu que mostraria a contradição entre o discurso bem afinado com a opinião pública, e a prática para garantir aumentar exportações rapidamente.

mesma situação vem sendo denunciada em relação ao novo "acordo ambiental" que a UE e os EUA propõem agora, para eliminar tarifas de cerca de 200 bens industriais ditos ambientais - excluindo, por sua vez, etanol e qualquer outro produto agrícola.

A questão ambiental no comércio tende a se impor mais no debate da combalida Rodada Doha, avaliam certos negociadores. Até por uma razão simples: Estados Unidos e União Européia já se entenderam sobre uma margem de conforto mútuo em agricultura, e agora colocam a pressão sobre os países emergentes nas áreas industrial, de serviços e, mais recentemente, meio-ambiente. (AM)

Seminário pede decisões rápidas na busca do desenvolvimento sustentável - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 04/12/2007

A urgência na tomada de decisões em busca de um desenvolvimento social e ambientalmente responsável e os desafios nada triviais que esta busca encerra marcaram o seminário "Ecoeficiência e os Desafios da Globalização", promovido pelo Valor, ontem, no Rio. O filósofo e educador colombiano Bernardo Toro, assessor estratégico da presidência da Fundação Avina, voltada para a busca do desenvolvimento sustentável, disse que algo precisa ser feito em prazo menor que dez anos para mudar a mentalidade na busca de uma sociedade baseada na ética, nos direitos humanos e no respeito ao meio ambiente.

Para Toro, no ritmo atual a humanidade vai levar pelo menos 20 anos para tomar medidas que são urgentes, mas ele se mostra otimista e entende que após o filme "Uma Verdade Inconveniente", do ex-vice-presidente americano Al Gore, a tomada de decisões tende a se acelerar. "Precisamos acelerar a implantação do mercado de carbono", disse ao Valor logo após sua palestra, acrescentando que esta e outras iniciativas precisam se efetivar em "cinco a seis anos".

Toro reforçou, em entrevista, a declaração feita por Fernando Almeida, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), segundo a qual ou a humanidade acelera uma ruptura planejada do modelo atual ou essa ruptura será feita, em pouco tempo, sob pressão de catástrofes naturais. "Não acredito que melhoria contínua dará resultado", disse.

Para ele, "o lucro tem que ser revisto, queiramos ou não". A mudança seria para reverter parte do que hoje é lucro para os acionistas para a sociedade como um todo. Almeida disse que não é visível a redução da miséria e lamentou a falta de lideranças capazes de conduzir o processo de ruptura com o modelo produtivo atual. "Não vejo o (Mahatma) Gandhi da sustentabilidade", disse.

Chamada por Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, de "a nova utopia", a sustentabilidade depende, na opinião de Toro, menos de grandes líderes e mais de um esforço coordenado das elites, entendidas como as lideranças das diversas camadas sociais. "Se você logra juntar as elites, é possível que nas grandes cidades aprendamos mais rápido os caminhos da sustentabilidade", disse o filósofo.

A organização da sociedade civil é, na visão de Toro, a chave para se alcançar uma humanidade que seja centrada na satisfação dos direitos fundamentais, "políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e difusos". Ao "modelo napoleônico" de "tudo pelo Estado" que, segundo ele, imperou nos últimos 200 anos, deve-se contrapor o Estado Social de Direito, que "existe para tornar possível a felicidade da gente".

Em outro dos três painéis do seminário, o físico Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendeu a criação de um fundo, com receitas da exploração da nova fronteira petrolífera do país, a camada pré-sal do subsolo marinho, para financiar o desenvolvimento de energia originária da biomassa.

Pinguelli mostrou-se pessimista em relação aos resultados da Convenção Mundial do Clima que começou ontem, em Bálí (Indonésia), por entender que não há novidades significativas a serem sacramentadas no encontro, embora tenha aplaudido a adesão da Austrália ao Protocolo de Kioto.

Após mostrar dados de 2003 segundo os quais a maioria dos países ricos, com exceção de Alemanha e Reino Unido, estava com emissões até 42% (Espanha) acima das metas de Kioto, Pinguelli disse que os países em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia tendem a aumentar suas emissões. E os EUA não assinam o protocolo.

Eduardo Rath Fingerl, diretor do BNDES, apresentou as iniciativas do banco estatal para enfatizar o papel dos intangíveis na geração de valor pelas empresas e na conseqüente capacidade dessas empresas de captarem financiamentos. Segundo ele, os atuais modelos contábeis não são adequados para medir, por exemplo, se uma empresa é sustentável ou não.

Regina Zimmermann, gerente-técnica da Amanco, produtora de tubos de PVC, mostrou que, com o uso de uma série de parâmetros de ecoeficiência, a empresa acumula economia de custos de US\$ 1,63 milhão desde 2002.

O seminário "Ecoeficiência e os Desafios da Globalização" foi realizado com o patrocínio da Ambev e com o apoio da Avina, da ONG Rio como Vamos, do Instituto Ethos e da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Para ministro, Amazônia tem que ficar 'como está' - Patrick Cruz – Valor Econômico - Agronegócios - 04/12/2007

O zoneamento ecológico da cana-de-açúcar deveria manter sem alterações áreas que atualmente já são ocupadas pela cultura, segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. "Essa não é uma opinião de governo porque há uma instância encarregada desse trabalho. Mas, na minha opinião pessoal, tem que se manter como está", disse.

O trabalho de zoneamento, que identificará áreas onde o plantio não afeta o meio ambiente, está sendo preparado em conjunto pelos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Embrapa. A previsão é que o trabalho será concluído em julho de 2008.

Um dos argumentos do ministro é o fato de a produção de cana-de-açúcar ocupar pouco mais de 6 milhões de hectares. "O Brasil é um país de mais de 800 milhões de hectares. Essa fatia [da cana] representa 0,7% do território nacional". Há alguma confusão, segundo o ministro, principalmente no exterior, quando se fala de Amazônia e Amazônia Legal, região que inclui áreas não ocupadas pela floresta amazônica dos estados de Mato Grosso e Maranhão. "Às vezes uma plantação está no Mato Grosso, mas em área fora da floresta", afirmou.

Stephanes relatou a preocupação de pesquisadores europeus em recente viagem que fez à Holanda de que o agronegócio, em especial a cana e a soja, poderia ocupar áreas de floresta. O argumento do ministro foi o mesmo. "É um país de mais de 800 milhões de hectares, mas a agricultura utiliza apenas uma pequena parte disso. Quando eles ouviram isso, acabou a discussão".

Os Estados do Pará, Amazonas e Tocantins, no Norte do país, têm participação marginal na produção de etanol, mas a área a ser ocupada pela cana deverá subir na próxima safra, segundo a última pesquisa do Conab sobre o setor. Dos 19,8 mil hectares da safra 2006/07, a cultura deverá ocupar 21,5 mil hectares em 2007/08 nesses Estados, um avanço de 8,5%. No Brasil todo, o crescimento deverá ser de 13%, para 6,9 milhões de hectares.

Para o ministro, o potencial maior para a cana está nas regiões atualmente ocupadas por pastagens. "A produtividade da pecuária é de menos de uma cabeça de gado por hectare. Se crescer a produtividade, a área de pastagem pode ser utilizada pela agricultura", disse ele.

CNA: Amazônia vive guerra contra desenvolvimento - Agência CNA – 05/12/2007

A Amazônia está perdendo a oportunidade de crescer porque há uma tentativa de não se aproveitar o potencial econômico da região, disse nesta terça-feira (4/12) o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre e da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Veronez, durante o 28º Encontro Ruralista, em Belém (PA).

"Estamos vivendo uma guerra contra a economia", observou. Segundo ele, o principal motivo do engessamento da expansão da Amazônia é o alarde exagerado para impedir a exploração de atividades rurais na região, como soja, cana-de-açúcar e pecuária, em razão de questões ambientais. Veronez disse que a área ocupada pela soja representa

apenas 1,7% da Amazônia Legal. No entanto, afirmou, esta cultura tem sido combatida a ponto de haver boicote ao produto cultivado na região.

Em relação à cana, o representante da CNA salientou que se o Brasil aumentasse a atual área plantada de 3,5 milhões de hectares, ampliando a incidência desta cultura na Amazônia, isso representaria muito pouco em razão de o País dispor de 100 milhões de hectares em áreas degradadas. Quanto à pecuária, cuja preocupação de ambientalistas é a emissão de metano, ele argumentou que a atividade representa percentuais irrisórios em relação a outras atividades que contribuem para a emissão de gases poluentes.

Veronez ainda apontou outros entraves para o desenvolvimento da região, como a infra-estrutura, a criação de unidades de conservação ambiental e questões indígenas.

Agricultores cultivam na floresta - João Carlos Faria – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007

Sistema de agrofloresta permite sustentabilidade ambiental e dá garantia de renda em Ubatuba e Barra do Turvo (SP)

O sistema de agroflorestas, que chegou ao Brasil no fim do século passado, difundido principalmente pelo suíço Ernest Götsch, conquista cada vez mais adeptos. Götsch, que ainda é referência desta forma de cultivar o solo, mora no norte da Bahia, numa fazenda revitalizada graças a esse sistema, variável da permacultura, que imita a dinâmica da natureza na agricultura.

Em Ubatuba, litoral de SP, seis comunidades de agricultores começam a utilizá-la em busca de sustentabilidade. Elas seguem o exemplo de Barra do Turvo (SP) e Parati (RJ). O projeto, chamado Educação Agroflorestal para o Manejo Sustentável das Comunidades Tradicionais da Mata Atlântica, está sendo adotado pelo Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (Ipema), com recursos do Programa PDA Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente.

MANEJO - Parceiros como a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Parque Estadual da Serra do Mar e Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (Apta) também estão no projeto. Por enquanto os agricultores estão conhecendo o manejo, sem queimadas, adubos químicos ou capina tradicional.

Também se capacitam para extrair a polpa do palmito juçara, como renda e forma de preservar a espécie. Os frutos de juçara são colhidos sob licença do Ibama e empregados num processo de capacitação de agricultores, para a produção de polpa e sementes, numa unidade montada na Apta local.

São ações que visam à segurança alimentar, à geração de renda e à recomposição das populações naturais desta palmeira. Cada 2 quilos de frutos rendem 1 quilo de polpa. Cerca de 300 quilos de semente já foram produzidos para reposição de árvores.

EXPERIMENTOS - Quanto às agroflorestas, desde março de 2006, no Ipema, no Bairro do Corcovado, há áreas experimentais. Outras seis áreas localizadas nos Quilombos do Camburi e Fazenda, Aldeia Boa Vista, Ubatumirim e Sertão do Corcovado estão iniciando. Outras duas serão instaladas este ano.

São pequenas lavouras de milho, feijão e frutas como abacaxi e mamão, dependendo do tipo e do porte da floresta, com prioridade para plantas tradicionais, como mandioca e banana. A adubação é feita com consórcio de leguminosas como feijão-deporco e guandu, que cobrem o solo de matéria verde. 'O objetivo é produzir na agrofloresta e fazer o manejo florestal para gerar renda, mantendo as comunidades e preservando o ecossistema', diz o biólogo responsável, Luciano Maciel Corbellini.

Agricultura recuperada em Barra do Turvo - João Carlos Faria – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007

No Vale do Ribeira, entre São Paulo e Paraná, em 1996, quando a agrofloresta chegou, a situação era caótica, com concentração de terras e agricultura de derrubada e queimada, que rendia menos de 2 salários mínimos/ano por família. A virada começou com um curso em Barra do Turvo, promovido pelo agrônomo Osvaldo Luis de Souza e ministrado por Ernst Götsch.

A Cooperafloresta, associação que hoje reúne 75 famílias, assumiu a tarefa de tornar viável o cultivo em florestas. 'A regra básica da natureza é a cooperação e não a competição', diz o assessor técnico Nelson Eduardo Corrêa Neto. Nas agroflorestas de Barra do Turvo, são aproveitados os vários 'andares' que formam as florestas, dependendo do porte das árvores. São utilizadas tanto culturas como milho, feijão e mandioca, quanto o café, laranja, banana, frutas e nativas, baseadas na dinâmica e no funcionamento da natureza.

Como abelhas e agroflorestas também são boas parceiras, um projeto financiado pelo Programa Petrobrás Sem Fome está incentivando a apicultura entre os cooperados. 'Além de melhorar a produtividade, por causa da polinização, também vai gerar mais renda', diz Corrêa.

Com financiamento do Programa Petrobrás Ambiental e ajuda da Aopa - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia, de Curitiba (PR), a Cooperafloresta comercializa cerca de 7 mil quilos de alimentos por semana, em feiras da capital paranaense e pela Rede Ecovida, certificadora que leva os produtos a oito feiras ecológicas

no País. Em dois anos, a área de agrofloresta passou de 20 para 110 hectares; a renda média mensal cresceu de 0,4 para 0,8 salário mínimo, podendo chegar a 2 salários mínimos, com a colheita da banana e outras frutas, que passaram de 40 mil para 260 mil pés; os palmitos pupunha e juçara, de 50 mil para 180 mil e o café, que tinha apenas mil pés, hoje soma 100 mil pés.

Na mesma área, 400 espécies - João Carlos Faria – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007

Café, banana, cacau, canela, além de várias plantas medicinais e lavouras anuais convivem em harmonia

Uma das primeiras propriedades a adotarem a agrofloresta foi o Sítio Cachoeirinha, no Bairro do Taquaral, em Ubatuba. O proprietário, Washington Moreira Moura, trabalha com agricultura orgânica há mais de 30 anos e há cerca de um ano passou a trabalhar com a agrofloresta. 'Comecei intuitivamente e depois fiz curso no Ipema', diz. O produtor acha que a saída é economicamente viável para áreas protegidas, porque permite a convivência harmoniosa com a natureza. Na feira, duas vezes por semana, ele vende cerca de 200 quilos de alimentos produzidos naturalmente, entre hortaliças, frutas e plantas medicinais, com renda média de R\$ 400.

GELÉIAS - De frutas como pitanga, goiaba e jabuticaba ele faz geléias para consumo da família e para venda. Aos poucos, Moura diz que pretende ocupar com agrofloresta os 20 hectares cultiváveis do sítio, que tem área de 110 hectares, mais de 50% de Mata Atlântica. Por enquanto, ele cultiva apenas uma área de 3,5 hectares. Nesse espaço convivem mais de 400 tipos de plantas, como café, banana, cacau, canela, cambucá, além de 36 espécies de medicinais e aromáticas, cerca de 50 variedades de pimenta, milho, feijão e diversas hortaliças e legumes. 'A diversificação sempre garante renda', explica Moura. No sítio ele também tem 16 colméias, com uma novidade: em vez de uma rainha são duas por colméia e as caixas são montadas em sistema de 'terraços'. 'A produção dobra, podendo chegar a 80 quilos/ano por colméia', afirma. Sua intenção é ter 120 colméias.

O biólogo Corbellini aponta o rigor da legislação e a atuação da Polícia Ambiental como formas de pressão intensa sobre as comunidades tradicionais, que vivem da agricultura na região. 'O que vigora é só a proibição' diz, apontando que práticas tradicionais como a retirada do cipó para o artesanato e da madeira para a construção de canoas também são conflituosas com a legislação. 'É difícil convencer as pessoas de que elas não podem plantar mais, se elas sempre plantaram e viveram disso', afirma Corbellini. Para solucionar esses conflitos, a meta é ter um plano de manejo e uma legislação para regulamentar a extração do palmito juçara e a agrofloresta. ***INFORMAÇÕES: Ipema, (0--12) 3848-9292**

Propriedade já tem 55% de mata - Tânia Rabello – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/12/2007

Em Amparo (SP), o agricultor Guaraci Diniz quer transformar 30 hectares em floresta produtiva

Quando, em 1985, o produtor Guaraci Diniz assumiu o sítio da família, em Amparo (SP), quase não havia mata nos 30 hectares da propriedade. Duas décadas depois, o cenário é outro. Quem chega ao sítio nota algo totalmente diferente de uma propriedade agrícola convencional.

A primeira impressão é a de que Diniz 'planta' mata nativa. O que não deixa de ser verdade. Só que desta mesma mata ele tira o sustento de sua família. 'Além de recuperar e garantir a diversidade ecológica e a manutenção do ecossistema e água em abundância.' Diniz replanta a mata para dela colher frutas, grãos, sementes, plantas medicinais e outros produtos.

Com frutas como maracujá, mamão, jaboticaba, carambola e manga, produz geléias, vendidas para escolas que visitam regularmente a propriedade. A banana é transformada em passas. Além disso, colhe plantas medicinais e corantes naturais, além de milho, feijão, abóbora, mandioca, pequi, uvaia e vários outros produtos. 'Um dos princípios básicos da agrofloresta é o da luz', explica.

'É como ocorre numa floresta: quando uma árvore cai, abre uma clareira que dá oportunidade para várias sementes germinarem e, com isso, eternizar a mata', continua. 'Na agrofloresta, o homem interfere com as podas, aumentando a incidência de luz em alguns pontos da mata e permitindo o surgimento das plantas que interessam.'

Diniz conta que, dos 30 hectares, 55% já estão recobertos com florestas. 'A idéia é ter 90% da área com floresta, ou agrofloresta', continua Diniz. 'Dos 10% restantes, 5% têm um solo muito ruim e 5% são áreas de benfeitorias.'

'As atividades geram o mínimo impacto', diz. Sua propriedade é objeto de estudo do Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada da Unicamp, em Campinas. Em 2004, a Unicamp pesquisou todos os processos feitos na propriedade e calculou o índice de 60% de sustentabilidade e 0,4 de impacto ambiental, numa escala de um a dez.

Greenpeace lança proposta para tentar superar impasse na conferência do clima

Plano prevê ajuda a governo unida à venda de créditos de carbono para combater a emissão de gases do efeito estufa gerada pelo desmate

ENVIADO ESPECIAL A BALI - Num dia marcado por uma polêmica entre diplomatas sobre como incluir a proteção das florestas no futuro acordo do clima, coube ironicamente aos ambientalistas apresentar uma solução de meio-termo. A ONG Greenpeace lançou ontem num evento concorrido em Bali a proposta de um mecanismo pelo qual a redução do desmatamento em países pobres poderá ser usada por países industrializados para compensar suas próprias emissões. Mas dentro de um limite.

Parte dos créditos que países ricos pagariam para poder continuar emitindo serviria obrigatoriamente para alimentar um fundo de ajuda a nações tropicais na gestão florestal. Segundo o Greenpeace, a proposta, batizada de Mecanismo de Redução de Emissões de Desmatamento Tropical, tem o potencial de unir dois pontos de vista antagônicos: o dos países que acham que as nações ricas devem voluntariamente depositar dinheiro num fundo para compensar países florestais que reduzirem seu desmate; e o dos países que acham que o chamado desmatamento evitado deve gerar créditos que possam ser negociados num mecanismo de mercado.

A primeira posição é defendida pelo Brasil. A outra, por vários outros países, além de agências internacionais como o Banco Mundial.

A divergência não é trivial. O governo brasileiro acha que as ações contra o desmatamento devem priorizar a governança, ou seja, a presença do Estado em forma de ações como monitoramento por satélite, fiscalização e repressão a desmatadores ilegais, além de políticas de desenvolvimento sustentável.

Pela proposta do Brasil, essas medidas seriam financiadas pelos países do chamado Anexo 1 (aqueles que têm metas de redução de emissões de gases-estufa pelo Protocolo de Kyoto) porque elas têm impacto direto na queda de emissões.

Para o Itamaraty, usar desmatamento reduzido ou evitado para gerar créditos de carbono seria uma forma de evitar que os países do Anexo 1 reduzissem suas emissões pelo uso de energia, o verdadeiro objetivo de Kyoto, compensando o dever de casa que deixou de ser feito com créditos baratos comprados de países tropicais.

O Brasil também quer evitar uma suposta perda de soberania sobre a Amazônia ao entregar a redução do desmatamento ao mercado.

Outros países, como a chamada Coalizão das Florestas Tropicais, liderada por Papua-Nova Guiné, argumentam que nenhum país industrializado em sã consciência daria dinheiro para implementar políticas públicas em nações em desenvolvimento sem ganhar nada em troca em termos da própria contabilidade de emissões.

Melhor de dois mundos - Como na ONU tudo se decide por consenso, o racha entre as duas posições traz o risco de simplesmente deixar as florestas de fora do acordo pós-2012. O que seria uma tragédia para o Brasil, que tem no desmatamento da Amazônia dois terços de suas emissões de carbono.

"O que nós buscamos fazer foi aliar o melhor dos dois mundos", explica Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace. "Estabelecemos um mecanismo híbrido que tem um fundo para governança e um mecanismo de mercado para gerar certificados por redução de desmatamento."

A idéia é que, após Kyoto, as nações do Anexo 1 sejam obrigadas a investir o equivalente a x% de suas emissões nas chamadas TDERUs, sigla em inglês pela qual os novos créditos de carbono foram batizados. O pulo do gato, explica Furtado, está em regular uma parte (obrigando a compra), mas deixar que o mercado faça o resto. "O investidor vai querer comprar de países com mais governança, porque ele precisa garantir a segurança do investimento." ***CLAUDIO ANGELO**

Impacto da mudança climática traz risco imediato, afirma ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 05/12/2007

DA REPORTAGEM LOCAL - Enquanto os delegados de 190 países estão fechados no Centro de Convenções de Bali tentando costurar um acordo diplomático, o efeito das mudanças climáticas foi classificado como um "perigo bastante imediato e não apenas para um futuro distante" pelo Pnuma, o braço ambiental da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ontem, em Bali, a instituição divulgou um relatório sobre os impactos e as vulnerabilidades das mudanças climáticas feito durante os últimos cinco anos nas regiões mais pobres do mundo. A conclusão do trabalho é clara: as mudanças climáticas já chegaram para muitas populações.

Nas dezenas de casos estudados ficou claro que a alteração no clima vai levar a catástrofes se não for levada em conta por políticas públicas. A situação piora em locais onde os demais sistemas (econômico, social e político) não estão azeitados.

No noroeste da China, por exemplo, uma das áreas enfocadas pelo Pnuma, o levantamento mostra que a temperatura subiu entre 0,2C a 0,4C a cada dez anos, durante as últimas cinco décadas. Como consequência, a população chinesa pode enfrentar falta

d'água, e o mesmo problema já existe em locais da África e até no México. No Caribe, o aumento da temperatura fez triplicar os casos de dengue.

Na América Latina, a bacia do Prata, onde estão as cidades de Montevideu e Buenos Aires, é uma área frágil. O risco é o aumento na frequência das "sudestadas" -nome dado a um tipo específico de tempestade que costuma ocorrer naquela parte do mundo.

Neste caso, mostra o novo guia para os formuladores de políticas públicas, o risco maior é o das inundações.

Amorim defende política ambiental única no Mercosul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/12/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA -O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu a adoção de uma política única ambiental no Mercosul para resolver o "conflito" jurídico criado com a decisão de OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre pneus usados.

Anteontem, a OMC aceitou, em instância final, o argumento brasileiro de que a importação de pneus usados prejudica a saúde pública e o meio ambiente. Por um lado, a decisão do organismo permite ao Brasil impedir a entrada do produto vindo da União Européia.

Por outro, exige que o país tome todas as medidas para impedir a entrada de pneus usados oriundos de qualquer país do mundo, e nisso há um problema. A questão já foi analisada pelo Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, que decidiu contra o Brasil, permitindo a exportação de pneus usados pelo Uruguai.

"Ninguém gosta, mas o que eu posso fazer? Tenho agora duas decisões a cumprir e aí vou ter que ver como é que eu faço", afirmou Amorim ontem.

O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul foi criado em 2002, pelo Protocolo de Olivos, e desde 2004 decide conflitos tanto entre os países do bloco quanto entre empresas com negócios na região.

Enquanto não há indicação jurídica sobre as alternativas para o Brasil, Amorim propôs a adesão a uma política comum no Mercosul para resíduos nocivos ao meio ambiente. O texto do acordo já foi aprovado pelos ministros de Meio Ambiente do bloco, e deve ser analisado na próxima reunião do Mercosul, no dia 17, em Montevideu.

A política de gestão ambiental que o Brasil prevê como resíduos pneus usados, óleos vegetais e minerais usados, baterias e pilhas, eletroeletrônicos, embalagens de agrotóxicos, telefones celulares e utensílios que contenham mercúrio, como lâmpadas e termômetros.

Países pressionam para que combate ao desmatamento integre acordos climáticos

Enviado especial • BALI - À medida que as discussões sobre o aquecimento do planeta avançam na construção de uma agenda de compromissos que, a partir de 2012, possa substituir o Protocolo de Kioto, cresce a pressão de países desenvolvidos e das ONGs para que a questão do desmatamento florestal seja incluída, de alguma maneira, no cálculo das novas metas a serem cumpridas. Só para se ter uma idéia da importância do tema para o Brasil, dono da maior floresta tropical do mundo, dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) mostram que seria necessário cerca de US\$ 1 bilhão por ano para zerar o desmatamento ilegal na Amazônia a médio prazo. O orçamento do Ministério do Meio Ambiente, sem contar pessoal, foi de R\$ 466 milhões este ano e, para 2008, a previsão é de R\$ 668 milhões.

Brasil é contra metas de redução - O secretário-executivo da 13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas, Yvo de Boer, citou o desmatamento das florestas como um dos três pontos a serem incluídos na agenda pós-Kioto que se espera aprovar em 2009: — O novo regime deve contemplar a criação de um fundo que ajude os países emergentes a se adaptar às mudanças climáticas, um pacto para transferência de tecnologia e a inclusão do desmatamento como causador de aquecimento, com propostas de redução e recompensas.

Membros das delegações japonesa, européia e americana ponderam diariamente que, se cerca de 20% dos gases de efeito estufa emitidos anualmente advêm de queimadas, então o combate ao desmatamento precisa entrar no esforço global para controlar o aquecimento. Mas o discurso dos representantes brasileiros está afinado: não são aceitas metas de redução de desmatamento.

— O que se discute hoje é o aquecimento provocado pela queima de combustíveis fósseis, uma prática dos países ricos ao longo da História.

O que estes países querem é, de certa forma, desviar a atenção sobre suas responsabilidades — afirmou o embaixador extraordinário de Mudanças Climáticas, Sérgio Serra.

Esta posição inflexível está cada vez mais isolada diante de um grupo de países com grandes florestas — como Indonésia, Gana, Filipinas ou Papua Nova Guiné — que vê com bons olhos a criação de um mecanismo que transforme floresta preservada em créditos a serem comprados por países poluidores. Por trás da questão climática, no entanto, se impõe a soberania dos estados.

ONU discute documento para substituir o Protocolo de Kyoto – Sítio Eletrônico do MST – 05/12/2007

Foi aberta na segunda-feira, dia 3, em Bali, ilha da Indonésia, a XIII Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC). Durante duas semanas, representantes de 190 países estarão reunidos na ilha para debater questões que levem ao estabelecimento de um compromisso global que substitua o Protocolo de Kioto, estabelecido em 1997, cujo objetivo principal é fazer os países reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa.

A Conferência é o encontro sobre meio ambiente mais importante do século, uma vez que, dele, espera-se que saia o documento que fixará as bases da negociação e que determinará a data limite para alcançar, em 2009, um novo acordo para combater o aquecimento global. A idéia da Organização das Nações Unidas (ONU) é que se fixe uma data limite para a provação do novo acordo para que os países tenham tempo de ratificá-lo antes de que se acabe a vigência de Kioto.

Em coletiva de imprensa concedida na segunda-feira, dia 3, o secretário executivo da UNFCCC, Yvo de Boer, cobrou atitude dos políticos diante dos vários alertas feitos por cientistas de diversas partes do mundo sobre o aquecimento global. Bôer parabenizou ainda países europeus e os Estados Unidos por atitudes positivas diante da problemática, tal como a iniciativa da União Européia de reduzir suas emissões em 20% para 2020.

A realização da Conferência se dá dentro de um contexto de alerta global feito nos últimos anos por estudiosos do tema que detectaram que a temperatura média da superfície terrestre subiu mais de 0,6 °C desde os últimos anos do século XIX. A previsão é que haja um novo aumento entre 1,4 °C e 5,8 ° C para o ano de 2100, o que, segundo eles, representa uma mudança rápida e profunda. De acordo com a ONU, a década de 1990 parece ter sido a mais quente do último milênio, apontando 1998 como o dia mais calorento do período. Outra consequência dessa mudança climática no mundo foi a elevação do nível do mar. Durante o século XX, o nível do mar subiu em média de 10 a 20 centímetros. Já para o ano de 2100, a previsão é de que ele aumente entre 9 e 88 centímetros com o derretimento das geleiras no mundo inteiro.

Prevê-se também um processo de desertificação de zonas continentais interiores, como por exemplo, a Ásia Central, o Sahel africano e as Grandes Planícies dos Estados Unidos. Conforme relatou a ONU, as mudanças poderiam provocar perturbações no aproveitamento da terra e no abastecimento de alimentos. Além disso, o rápido aquecimento poderá provocar algumas extinções como a de espécies vegetais e animais, que, debilitadas pela contaminação e a perda do habitat, não sobreviveriam aos próximos 100 anos. Para o ser humano, as consequências mais fortes do aquecimento global já se refletem nos episódios recentes de furacões, inundações e secas, que têm atingido diversas regiões do planeta. Razão principal para isso tudo advém de um processo de industrialização iniciado há um século e meio e, em particular, a combustão de quantidades cada vez maiores de petróleo, gasolina e gás carbônico, o corte de bosques e alguns métodos de exploração agrícola, segundo informações da ONU.

Há mais de 10 anos, grande parte dos países aderiu à Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática para começar a debater sobre o que se podia fazer para reduzir o aquecimento global. Em 1997, os governos acordaram incorporar uma adição ao tratado, conhecida como Protocolo de Kyoto, que conta com medidas mais enérgicas e juridicamente vinculantes. **Fonte: Agência Adital*

ONG polemiza sobre impacto do desmatamento no clima - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2007

Derrubadas na Amazônia até 2030 emitiriam 10 vezes mais CO₂ que sua redução com Kyoto

Bali - Uma organização não-governamental tenta elevar o tom na discussão sobre o papel da floresta na crise climática com dados científicos. Revisão encomendada pela ONG WWF ao ecólogo Daniel Nepstad mostra que metade da Amazônia estará desmatada até 2030, com uma emissão acumulada de carbono de 15 bilhões a 25 bilhões de toneladas.

Para efeito de comparação, o Protocolo de Kyoto conseguirá evitar a emissão de 2 bilhões de toneladas. A floresta “emite” gases do efeito estufa quando a vegetação - que tem carbono estocado na forma de folhas, tronco e raízes - é derrubada e queimada.

A informação é parte de um relatório lançado hoje na 13ª Conferência do Clima (COP-13) na Indonésia. “É uma revisão científica, para fomentar o debate sobre o papel da Amazônia nas mudanças climáticas”, afirma Karen Suassuna, do WWF-Brasil.

Nepstad, pesquisador do Centro Woods Hole de Pesquisa, reuniu dados seus e de outros pesquisadores sobre desmatamento, seca, queimadas e mudanças climáticas. “Sem a conservação da floresta, será difícil manter o clima estável. Da mesma forma, sem manter o clima estável, será difícil conservar a floresta.”

PONTO SEM VOLTA - Ele diz, por exemplo, que a Amazônia está próxima de chegar ao “ponto sem volta”, quando mudará o equilíbrio ecossistêmico e climático que mantém o bioma como ele é hoje. “Pode haver um novo regime de chuvas em dez anos. A savanização, em apenas 20 anos, não no fim do século.”

O pesquisador cita, por exemplo, indicações levantadas em Rondônia de que a fumaça concentrada das queimadas pode inibir chuvas. Também fala de projeções climáticas que indicam que o aquecimento global pode levar uma parte da Amazônia a se tornar algo parecido com o cerrado.

Para o climatologista José Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o relatório beneficia alguns dados em detrimento de outros, o que não pode ser considerado como uma revisão. “Pelo menos em relação à parte climática, ele é bastante fraco e simplista”, afirma.

Marengo afirma que certas informações apresentadas tratam das mais pessimistas situações que a Amazônia pode encarar - e que tais modelos ainda não são 100% certos sobre o impacto das mudanças climáticas na floresta, e vice-versa. “Não podemos, por exemplo, extrapolar o caso das queimadas em Rondônia, que atrasam as chuvas, para toda a Amazônia.”

Nepstad afirma que não favoreceu o lado mais alarmista. “Em alguns aspectos, acho que o relatório é até conservador, como na tendência de desmatamento. E nem tudo é negativo: lá (no texto), por exemplo, está que 20% das áreas desmatadas foram abandonadas e começam a se recuperar.”

DIVISÕES - O embaixador extraordinário para Mudança do Clima, Sergio Serra, afirmou ontem que há divisões internas no governo federal sobre a aplicação de metas de controle de desmatamento. “A questão de ter metas não está resolvida”, disse. “Para se comprometer, é preciso haver factibilidade.”

O governo tem comemorado a redução, durante três anos, da taxa de desmatamento da Amazônia. A derrubada da floresta, entre agosto de 2006 e julho de 2007, deve ficar em torno de 9.600 quilômetros quadrados.

País terá seu 'Relatório Stern' - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2007

O governo britânico vai investir na formulação, no Brasil, de um estudo econômico sobre mudanças climáticas inspirado no Relatório Stern. Um grupo de trabalho deve se reunir até o fim do ano, formado por pesquisadores de campos distintos como agricultura, clima, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Os trabalhos devem começar em 2008. Seria uma “versão nacional” do documento produzido pelo economista Nicholas Stern (ex-Banco Mundial). Ele defende que ações de mitigação das emissões de gases-estufa e de adaptação seria menos custoso que enfrentar as futuras mudanças climáticas.

Além desse trabalho, o governo britânico vai financiar pesquisas para refinar os estudos existentes sobre impactos do aquecimento global no Brasil, segundo fonte ligada ao trabalho. Os três campos escolhidos são alterações em ciclos hidrológicos e geração hidroenergética, cenários agrícolas para commodities e vulnerabilidades na área da saúde.

Fetra-Sul debate produção de soja na Holanda e Bélgica - Luciane Bosenbecker -
Imprensa Fetrasul - 06 de dezembro de 2007

Um dos projetos desenvolvidos pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetra-Sul) é o projeto “Soja Sustentável” que tem como objetivo central a valorização da soja produzida pela agricultura familiar do Brasil a partir de critérios ambientais e sociais. E para tratar desse tema, a Federação foi convidada para participar de dois seminários na Europa, um na Holanda e outro na Bélgica, representada pelo Coordenador do Programa Soja, Rui Valença.

O primeiro seminário aconteceu no último dia três na Holanda, onde o tema debatido foi a substituição de proteínas importadas pela Europa por proteínas produzidas pelos agricultores do continente europeu e as possibilidades e impactos para os agricultores familiares do Brasil que produzem com o propósito de oferta para a produção de ração animal na Europa.

O segundo seminário aconteceu nos dias 5 e 6, em Bruxelas, na Bélgica, promovido pelo Comitê das Regiões Livres de Transgênicos da Europa. O objetivo foi realizar um encontro entre produtores que ofertem soja no mercado e compradores demandantes de soja não transgênica. “Vale destacar que são 44 regiões européias que se declaram livres de transgênicos. Portanto esse é um momento muito importante para a agricultura familiar Brasileira, pois os maiores compradores de soja não transgênicas do mundo participam desse encontro”, afirma Rui.

Além dos seminários Rui Valença participa de encontro com fábricas de ração, cooperativas e agricultores que utilizam soja comum nos insumos para a produção de leite, ovos, frango, suínos e carnes. O intuito é tratar de contratos de comercialização da soja da agricultura familiar. “Esses contatos não se tratam de nicho de mercado, mas sim de grandes consumidores que são a Cooperativa de Produção de Leite Campina e uma grande cooperativa Holandesa que produz seis bilhões de litros de leite anualmente”, destaca.

Última Atualização (07 de dezembro de 2007)

Metade da Amazônia pode cair até 2030 – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo –
Ciência – 06/12/2007

Estudo indica que expansão da agropecuária, ação de madeiras, seca e aquecimento juntos aceleram o fim da floresta - ONG que encomendou o trabalho engrossa o coro da pressão para que redução do desmate entre no acordo de redução do efeito estufa

A mudança climática e o desmatamento já estão empurrando a floresta amazônica rumo à transformação em savana, e até 2030 metade da mata será derrubada, explorada por madeireiros ou afetada pela seca. A previsão é de um relatório feito por um dos maiores especialistas em ecologia amazônica, o americano Daniel Nepstad.

Intitulado "Os Ciclos Viciosos da Amazônia", o documento, encomendado pela ONG WWF, tem dados científicos novos e um objetivo político: levar a agenda da redução das emissões por desmatamento (REDD, na sigla em inglês) para as negociações do acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012. Espera-se que a COP-13, a Conferência do Clima de Bali, aborde isso, e que a manutenção da estabilidade do clima pela conservação de florestas entre na pauta.

Mas mesmo a delegação brasileira, maior interessada em incluir a redução do desmatamento no acordo, parece ter posição contraditória. Apesar de o governo já ter manifestado a vontade de ver um fundo de compensação por desmate reduzido funcionando antes de 2012, membros da delegação têm expressado dúvidas.

Na terça, Thelma Krug, secretária brasileira de Mudanças Climáticas, havia dito que era "premature" incluir florestas no acordo -foi corrigida ontem pelo chefe da delegação, Luiz Alberto Figueiredo Machado, para quem a secretária fora "infeliz" na colocação. Logo depois, Sergio Serra, embaixador extraordinário para mudança do clima, disse que o Brasil não quer ver as florestas na negociação. "Para a delegação brasileira, Bali não é o fórum de discutir se floresta entra ou não." Pare ele, é uma "reunião de processo", ou seja, não define modos de ação.

Cenário apocalíptico - O relatório do WWF dá um tom de urgência ao debate ao afirmar que o ponto de não-retorno da Amazônia -ou seja, o momento a partir do qual a floresta se transforma em savana e não volta mais- pode estar mais perto do que se pensava.

Até agora, modelos de clima e de vegetação têm mostrado que o colapso da floresta deveria acontecer só depois de 2080. Cruzando um modelo de desmatamento com novos dados sobre exploração madeireira e sobre chuvas ao longo dos últimos dez anos, além de tendências recentes de expansão da cana, da soja e da pecuária, Nepstad produziu o que ele chama de "um dos piores cenários que eu já vi em 23 anos de Amazônia": a savanização ocorrendo nos próximos 15 a 25 anos, com a emissão de 15 a 25 bilhões de toneladas de carbono até o final do período -algo como quatro vezes o que o Kyoto se propôs a cortar.

A seca prevista para a Amazônia pode já ter se instalado. No nordeste de Mato Grosso, onde Nepstad mantém um projeto de pesquisa, 2007 foi um ano atípico, muito seco e muito quente. "Normalmente faz 32C na sombra da mata no verão [época de seca]. Neste ano fez 38C", diz. A fumaça das queimadas pode estar colaborando para secar a floresta, ao inibir a formação de nuvens.

Nepstad assume que os cenários propostos por ele -a área desmatada crescendo de 17% para 31% e a área seca ou danificada pelo corte seletivo chegando a 24% da mata- são parciais, baseados em só cinco anos de dados de desmatamento e dez de precipitação. Mas afirma que "em vários sentidos o relatório é conservador".

Políticas como a REDD poderiam ajudar a evitar a catástrofe. Com ela, seria possível, por exemplo, pagar pecuaristas para não desmatarem.

"Duas faces" - Em referência à cobrança para o Brasil reduzir suas emissões, o chanceler Celso Amorim disse ontem que países ricos possuem "duas faces".

"Há uma face de bom moço, de quem está defendendo as causas benéficas para o mundo [o ambiente], e uma face, que em geral fica escondida, que é a face protecionista", afirmou, aludindo às tarifas sobre biocombustíveis e à pressão da Europa de exportar pneus reformados. "É preciso saber com que voz eles falam na Conferência de Bali e com que voz eles falam na OMC [Organização Mundial do Comércio]."*Colaborou a Sucursal de Brasília

China constrange os EUA ao dizer, em Bali, que vai combater o aquecimento – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2007

DO ENVIADO ESPECIAL - Os Estados Unidos amargaram mais uma derrota - desta vez moral- na COP-13, a Conferência das Partes da Convenção do Clima, que acontece em Bali. Depois de seu único aliado, a Austrália, ter lhes dado as costas ao ratificar o Protocolo de Kyoto, seu maior rival, a China, anunciou que vai agir contra o aquecimento.

Ontem os chineses deixaram claro que os países em desenvolvimento "deverão contribuir mais por meio de esforços de desenvolvimento sustentável, políticas públicas e medidas com assistência financeira" dos países desenvolvidos. A posição veio expressa em um documento interno da delegação, ao qual a **Folha** teve acesso.

A China ainda ironizou os EUA ao propor a criação de um grupo para debater ações semelhantes -de implementação de políticas públicas- por parte de "países do Anexo 1 que são partes da Convenção [do Clima], mas não são partes do Protocolo de Kyoto". Desde segunda-feira só existe um país do Anexo 1 (ou seja, com obrigações a cumprir por Kyoto) nessas condições, e ele é governado por George W. Bush.

Traduzindo do "diplomatiquês", os chineses disseram que, mesmo não tendo obrigações por Kyoto de cortar suas emissões de gases-estufa, eles planejam adotar medidas que levem a essas reduções.

Um exemplo é a meta chinesa, anunciada em junho, de aumentar a eficiência energética e a participação de energias renováveis na sua matriz até 2020. Se os EUA não gostam de Kyoto, eles poderiam se comprometer a também adotar políticas públicas que levem a cortes de emissão em alguns setores da economia.

O posicionamento chinês funciona como um ataque preventivo aos americanos, cujo discurso tem sido dominado pela lógica do não agir enquanto a China não fizer nada. Pressionada externamente -pela União Européia, pelo Brasil e pela África do Sul- e internamente -pela opinião pública, que sofre com níveis de poluição do ar sem

precedentes, causados pelas termelétricas a carvão-, a potência resolveu mostrar boa vontade.

Mas, como não existe almoço grátis no comunismo chinês, o documento da delegação também deixou claro que espera recursos e transferência de tecnologia do Anexo 1. Arremataram dizendo que os dois processos em curso nas conversas em Bali -um que prevê metas maiores para os países industrializados sob o Protocolo de Kyoto e outro que sugere maior participação voluntária dos países em desenvolvimento- são separados. Ou seja, a eventual adoção de metas mais rígidas pelos ricos não implica que o mundo em desenvolvimento precise se comprometer na mesma medida. (CA)

Alerta sobre desmatamento fazem parte de Conferência sobre o clima – Juliano Domingues – 06/12/2007

A combinação de secas, queimadas e mudanças climáticas pode fazer com que a floresta amazônica se transforme em cerrado em um prazo de 20 anos. O diagnóstico foi apresentado nesta quinta-feira, dia 6, durante a 13ª Conferência das Partes sobre o Clima, que acontece em Bali, Indonésia.

Especialistas presentes na Conferência ressaltaram que os atuais cenários de desmatamento impulsionados pela exploração da floresta, principalmente por meio da pecuária, podem levar à destruição de 60% da vegetação até 2030.

O desmatamento está relacionado diretamente com o aquecimento global. O ciclo de vida da floresta amazônica e, principalmente o crescimento das árvores, é responsável pela captação do gás carbônico existente na atmosfera que é um dos principais causadores do efeito estufa.

De acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) WWF, a destruição de 60% da floresta jogaria até 25 bilhões de toneladas de gases do efeito estufa na atmosfera.

As discussões que ocorrem em Bali preocupam os especialistas em meio ambiente. Os países envolvidos encaram o aquecimento global sobre um viés econômico que prioriza apenas os lucros obtidos com a preservação das florestas.

O Brasil apresentou uma proposta alternativa que defende a criação de um fundo monetário voluntário para garantir incentivos aos países que conseguirem reduções comprovadas de desmatamento. Seriam necessários aproximadamente de R\$ 16 bilhões para frear o desmatamento.

Impasse entre ricos e pobres ameaça conferência de Bali - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 07/12/2007

Países emergentes, o Brasil entre eles, não aceitam assumir metas obrigatórias de redução das emissões de gases provocadores do aquecimento global. Proposta brasileira de incentivo ao desmatamento evitado gera polêmica. EUA ficam isolados no papel de vilão ambiental.

RIO DE JANEIRO – Ao fim da primeira semana de discussões da 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP-13), que reúne representantes de 190 países e se realiza na belíssima ilha de Bali (Indonésia), ainda não é possível fazer previsões sobre o sucesso do encontro de cúpula, que pretende lançar as bases de uma agenda de combate ao aquecimento global a ser adotada a partir de 2012, após o término da vigência do Protocolo de Quioto em seus termos atuais.

O principal nó das negociações multilaterais continua sendo a recusa dos países ditos emergentes – China, Brasil e Índia à frente – em assumir metas obrigatórias de redução para suas emissões de gases provocadores do aquecimento da atmosfera. Os ministros e chefes de Estado começam a chegar à Bali na segunda-feira (10) para a segunda e decisiva semana de negociações, e a preocupação geral é evitar um fracasso que impeça a adoção de uma proposta acabada de agenda global já em 2009, como deseja a ONU.

Os países emergentes baseiam sua posição no princípio das “obrigações comuns, porém diferenciadas”, estabelecido no Protocolo de Quioto, que reconhece o maior grau de responsabilidade dos países industrializados pelo aquecimento global e imputa somente a estes a obrigação de assumir metas compulsórias de redução das emissões. Afirmações como “os países ricos emitem gases desde o século XIX e agora não podem exigir que outros países freiem seu desenvolvimento” são comuns nas falas dos diplomatas chineses, indianos e brasileiros, entre outros, presentes à COP-13.

Os países mais industrializados, por sua vez, insistem na tese de que o desmatamento das florestas é um dos principais causadores do aquecimento global na atualidade (responde por 20% das emissões globais, segundo estudos) e exigem que os emergentes também assumam metas concretas e obrigatórias para reduzir suas emissões. Além do desmatamento, os governantes dos países ricos apontam o modelo de desenvolvimento “sujo” (baseado na queima do carvão e do petróleo) que é levado a cabo na China e na Índia e o crescente volume de emissões desses dois países como outro fator que contribui decisivamente para o aquecimento da atmosfera.

Em que pese o impasse diplomático, o secretário-executivo da COP-13, Yvo de Boer, aposta na inclusão do desmatamento florestal como um dos pontos que farão parte do acordo pós-Quoto: “Se não chegarmos a um consenso aqui em Bali, poderemos não conseguir estabelecer uma agenda global em 2008 e, desta forma, comprometer a seqüência do Protocolo de Quioto em 2012”, ameaça. A maneira como a questão do desmatamento vai entrar no novo acordo, no entanto, ainda é fruto de importantes divergências nas rodas de negociação.

Em meio à polêmica, uma proposta apresentada pelo Brasil no ano passado e reafirmada agora ganha destaque na COP-13, apesar de não ter angariado apoios significativos. Embalado pelos três anos consecutivos de redução no desmatamento da Amazônia, o governo brasileiro quer que o desmatamento evitado pelos países que ainda possuem grandes florestas passe a ser levado em conta nos cálculos das metas de combate ao aquecimento global.

Brasil apresenta proposta - O desmatamento evitado, de acordo com a proposta apresentada pelo Brasil, seria remunerado pelos países ricos, que criariam para isso uma espécie de fundo de doações voluntárias a ser gerido pela ONU. No ponto que provocou o maior repúdio entre europeus e norte-americanos, a proposta brasileira estabelece ainda que a redução conseguida pelos países em desenvolvimento não implique em diminuição das metas estabelecidas para os países industrializados.

Além de não contar com a simpatia da União Européia (com a exceção da Alemanha), do Japão, do Canadá e dos Estados Unidos, a proposta do Brasil acabou isolada também por outros países possuidores de extensas florestas, como Filipinas, Gana e a anfitriã Indonésia. Estes governos já manifestaram sua preferência por um modelo de incentivo ao desmatamento evitado, defendido pela maioria dos países ricos, que seja mais ligado ao mercado e transforme a floresta preservada em créditos a serem comprados pelos países poluidores.

A posição do Brasil sobre essa discussão não poderia ser mais clara: “Os países ricos não apóiam nossa proposta porque querem um mecanismo de compensação de suas emissões. Querem créditos porque sabem que não vão conseguir reduzir as emissões. O que estamos vendo aqui é um bando de países tentando colocar a questão florestal na frente da questão da queima de combustíveis fósseis, que é o grande problema do planeta. Eu não posso transformar a mata em crédito e deixar os ricos continuarem queimando combustível. Isso é loucura”, disse a secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Thelma Krug, segundo o jornal O Globo.

Bush vilão, Ruud herói - Outra característica marcante da primeira semana de discussões da COP-13 foi a consolidação do governo de George W. Bush em seu papel de vilão ambiental. Responsável, segundo estimativas feitas pela ONU, por 27% das emissões globais de gases provocadores do efeito estufa, os Estados Unidos se recusam a assumir metas obrigatórias de redução e retiraram sua assinatura do Protocolo de Quioto, mas não deixam de marcar presença nas discussões multilaterais sobre as mudanças climáticas.

A estratégia do governo dos EUA de esvaziar o processo de discussão para a fase pós-Quioto parece não ter acabado. Chefe da delegação do país na COP-13, Harlan Watson anunciou na quinta-feira (6) que o presidente Bush está convidando os chefes de Estado dos 17 países maiores emissores para uma rodada de discussões sobre mudanças climáticas prevista para janeiro do ano que vem em Honolulu, no Havaí. Uma reunião semelhante aconteceu em Washington, em setembro, sem qualquer resultado concreto: “Nossa idéia é acelerar o processo de combate ao aquecimento global e facilitar o compromisso dos países com a redução das emissões”, disse Watson, sem entrar em maiores detalhes.

O papel de vilão do governo Bush está sendo ainda mais realçado em Bali pela mudança radical de postura de um aliado histórico dos EUA nas discussões ambientais multilaterais: a Austrália. Eleito primeiro-ministro australiano em novembro, o trabalhista Kevin Rudd anunciou no primeiro dia da COP-13 que seu país “vai ratificar o Protocolo de Quioto o mais breve possível”. Após o anúncio, Rudd foi aplaudido de pé pelo plenário, tornando-se até agora a principal estrela do evento. Com a adesão da Austrália, os Estados Unidos passam a ser o único país industrializado a continuar de costas para a luta global contra as mudanças climáticas provocadas pelo homem.

Queda de 20% do desmatamento da Amazônia é a terceira consecutiva - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2007

Entre 2006 e 2007, foram derrubados 11.224 km² de floresta, quase a mesma área que em 1991, a menor da história

O desmatamento na Amazônia caiu pelo terceiro ano seguido, quase igualando o menor índice da história. Entre 2006 e 2007, foram derrubados 11.224 quilômetros quadrados de floresta - 20% a menos do que no período 2005-2006. O resultado pode ser considerado um empate técnico com o índice de 1991, o mais baixo já registrado na região, de 11.030 km². Ainda assim, trata-se de uma área devastada do tamanho da Jamaica, ou duas vezes o território do Distrito Federal.

A expectativa do governo era que o índice ficasse abaixo, de fato, da taxa de 1991. Mesmo assim, os resultados foram considerados “excelentes” pelo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), João Paulo Capobianco. “Se você considerar que a população, a economia e a capacidade de ocupação territorial hoje são muito maiores do que em 1991, o feito de reduzir o desmatamento também foi muito maior”, comparou.

Em relação a 2004, quando foi registrado o segundo maior índice de desmatamento da história (27.379 km²), a queda neste ano foi de 59%. De 2004 para 2005, a redução foi de 31%; e de 2005 para 2006, de 25%. Os números foram apresentados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma reunião com governadores em Belém, no Pará, no início da noite de ontem.

A taxa é calculada com base em imagens de satélite processadas pelo programa Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A marca de 11.224 km² é ainda uma estimativa, baseada na análise de 90% das imagens disponíveis para o período de monitoramento, que vai de agosto de um ano a agosto do outro. O relatório final, com o detalhamento total dos dados, só ficará pronto em meados de 2008. Pela margem de erro, ainda é possível que a taxa fique abaixo da de 1991.

Os números estão acima do que era esperado com base no sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), outro sistema de monitoramento via satélite que “enxerga” apenas os desmatamentos maiores (acima de 50 hectares), usado para fins de fiscalização. A estimativa feita com o Deter, anunciada em agosto, era de 9.600 km².

“Estava todo mundo arredondando para 10 mil km²; agora vão ter de arredondar para 11 mil”, disse o pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Um fator crítico ainda incomoda: o tamanho da área desmatada. “Onze mil quilômetros quadrados é um número muito alto, não podemos tolerar esse patamar”, completou Veríssimo.

“Os números são muito positivos, mas não estamos comemorando”, reconheceu Capobianco. “Ainda estamos muito longe da meta do governo, que é o desmatamento ilegal zero.” Pelo Código Florestal, proprietários de terra na Amazônia podem desmatar, legalmente, até 20% da área total do terreno. A maioria derruba muito mais. Cerca de 80% dos desmatamentos na região são ilegais.

DESAFIOS - A princípio, o terceiro ano consecutivo de queda vai na contramão das previsões mais pessimistas sobre o futuro da Amazônia. Mais de 17% da cobertura original da floresta já foi destruída, principalmente para a abertura de pastos. Alguns pesquisadores estimam que esse índice poderá chegar a 40% até 2050, se não forem adotadas medidas efetivas de controle.

Um estudo preparado pelo cientista Daniel Nepstad e divulgado anteontem pela organização WWF na Conferência do Clima, em Bali, na Indonésia, prevê que 50% da floresta amazônica poderá ser desmatada ou virar savana até 2030.

Muito se especula sobre as causas que estariam por trás da desaceleração dos desmatamentos. O governo mostra uma coleção de resultados acumulados desde 2003: 17 grandes operações de fiscalização e repressão, 1 milhão de metros cúbicos de madeira apreendidos, 650 pessoas presas (incluindo 121 servidores do Ibama), 66 mil cadastros rurais cancelados, 194 mil km² de novas unidades de conservação criadas, principalmente em zonas de conflito e expansão da fronteira agrícola.

Para alguns pesquisadores e ambientalistas, porém, a redução pode estar muito mais relacionada a questões econômicas (queda dos preços da soja e carne no mercado internacional) do que à ação do governo. A prova de fogo será 2008. Nos últimos meses, com o reaquecimento dos mercados, o desmatamento já voltou a crescer. O aumento, na somatória de junho a setembro, foi de 7,5% em relação ao mesmo período de 2006.

“O governo está comemorando um feito do passado, quando sabe que os dados do presente são completamente diferentes e apontam na direção oposta”, disse ao Estado Sérgio Leitão, diretor de Políticas Públicas do Greenpeace. “O governo não teve nenhum efeito significativo. Na prática, estamos à mercê do sono do leão do agronegócio.”

O pesquisador Eneas Salati, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, também não se impressionou. “É claro que o governo fez muitas ações, mas o

desmatamento não caiu coisa nenhuma, simplesmente voltou à média dos últimos 30 anos”, disse. “Não existe uma política real para o controle do desmatamento.”

Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), disse que é impossível negar o mérito do governo na redução do desmatamento, ainda que o mercado também tenha tido um papel significativo.

Para Capobianco, houve uma “sinergia” entre os dois fatores. “Houve uma ação decidida e decisiva do governo na Amazônia, num momento de mercado favorável, o que beneficiou os resultados dessas ações”, disse.

ESTADOS - Dos nove Estados da Amazônia Legal, apenas dois registraram aumento de área desmatada em relação a 2005-2006: Pará e Roraima. O primeiro, apesar de um aumento pequeno (apenas 64 km²) isolou-se na liderança dos Estados que mais desmatam, com 5.569 km² derrubados em apenas um ano.

Mato Grosso, o outro grande campeão histórico, reduziu sua taxa em 43%, para 2.476 km² (veja tabela). No extremo oposto ficou o Amapá: o desmatamento foi tão pequeno no Estado que nem pôde ser calculado com precisão nessa primeira análise.

De Brasília é impossível preservar floresta, diz Lula - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2007

Segundo presidente, a Amazônia permite que o Brasil fique de ‘cabeça erguida’ diante de EUA e Europa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que ficou feliz com os números apresentados sobre a redução do desmatamento na Amazônia, mas também triste. “Porque poderíamos fazer mais, temos condições de fazer mais”, explicou o presidente ao participar do encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul, em Belém, capital do Pará.

O presidente fez uma ressalva: “Mas não vamos fazer enquanto ficar nas nossas costas em Brasília cuidar de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 360 milhões de hectares de floresta da Amazônia. Não vamos. É humanamente impossível se a gente não envolver o poder local para assumir essas responsabilidades.”

O presidente Lula ressaltou que é importante distinguir os bons empresários daqueles que são exploradores. “São os predadores que não respeitam a lei, aqueles que não respeitam a autoridade e para esses precisa ter o bastão do Estado em cima deles para aprender a respeitar as leis aprovadas pelo Congresso.”

DELEGADO DA PF - Ele encomendou publicamente à ministra Marina Silva que entregue no começo de 2008 um mapa com os municípios onde existe queimada. “Vou convocar os governadores, os prefeitos, os vereadores, se for necessário eu convoco o pastor e o bispo, porque nós precisamos fazer uma gestão compartilhada e responsável”, afirmou. E assumiu outro compromisso: “Se for necessário, colocamos um delegado da Polícia Federal em cada município.”

O presidente qualificou a Amazônia como um trunfo geopolítico para o País. “Temos de ter consciência que a Amazônia não é apenas o pulmão do mundo como eles dizem, a Amazônia é a possibilidade de nós andarmos de cabeça erguida diante da Europa e dos Estados Unidos.”

E completou: “Nós queremos fazer parceria com eles também, mas não queremos que levantem o dedo para nós. Dialogar sim, mas aceitar desaforo jamais. A Amazônia é nossa e nós vamos cuidar dela.”

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que também participou do evento e comemorou os números apresentados, ressaltou que “a queda do desmatamento só vai acontecer a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentado”.

Annan ataca etanol na Amazônia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 07/12/2007

A Amazônia e outras florestas tropicais devem ser lidadas como “recursos internacionais” para o combate às mudanças climáticas e o Brasil precisa dar garantias de que irá interromper o uso das terras da floresta para a produção de etanol. A sugestão é do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que hoje preside o Fórum Humanitário Mundial, entidade criada por ele.

Annan questionou se o etanol seria uma solução ou mais um problema para o clima. “Se estamos falando do desaparecimento da Amazônia pelo desmatamento para produzir biocombustíveis, será que estamos criando uma solução ou na realidade um problema?” Ele afirmou também que a floresta está desaparecendo “a um ritmo maior que pensávamos”.

Desmatamento cai 20%, mas floresta perde 11.224 km² – Folha de São Paulo – Brasil – 07/12/2007

Área devastada é mais de sete vezes a da cidade de São Paulo; ONG vê aumento da derrubada em área protegida - Levantamento ainda não inclui piora do desmate nos meses de agosto e setembro apontada por dados de satélite menos precisos

A taxa de desmatamento na Amazônia caiu 20% entre agosto de 2006 e julho de 2007, mas uma área igual a mais de sete vezes a cidade de São Paulo foi desmatada no período. Segundo estimativa do Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), caíram 11.224 km² de florestas.

Quase metade da área total desmatada fica dentro dos limites do Pará, Estado que, desde o ano passado, assumiu o lugar do Mato Grosso no topo do ranking do desmatamento. Diferentemente dos demais sete Estados da Amazônia Legal, Pará e Roraima apresentaram aumento da área desmatada em relação ao período entre agosto de 2005 e julho de 2006.

Pará, Mato Grosso e Rondônia respondem, juntos, por 85% do total da área desmatada. Em relação a 2004 -pior ano da década- a queda foi de 59%. Os números deste ano se aproximam da taxa de 1991, a menor desde o início da medição do desmatamento pelo Inpe, em 1988. Mas ainda superam os 11.030 km² a menos de florestas medidos há 16 anos.

Apesar da redução aparentemente expressiva do volume de floresta abatida, o resultado frustrou o governo. Baseada em projeções anteriores, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) acreditava que o desmatamento tivesse sido reduzido a 9.600 km² em 2007. O resultado, medido até 1º de agosto, deixa de fora boa parte do aumento do desmatamento captado por um sistema de detecção de derrubada de florestas em tempo real por imagens de satélite desenvolvido pelo Inpe, chamado Deter.

De acordo com esse sistema, o desmatamento cresceu 53%, em agosto, e 107%, em setembro, em comparação aos mesmos meses de 2006, mas esse aumento só aparecerá no balanço de 2008. Só em Rondônia a devastação subiu mais de 600% em setembro. O aumento do desmatamento a partir de julho colocou o governo em alerta em outubro e justificou a mobilização da Força Nacional de Segurança Pública para ajudar a fiscalizar áreas violentas.

Na ocasião Marina Silva negou que a situação tivesse fugido ao controle e atribuiu o resultado ao aquecimento da economia e à proximidade do período eleitoral. O Meio Ambiente não tinha dados para afirmar se o desmatamento em Rondônia estava ou não associado aos preparativos para a construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira. Além de manter a tendência de queda do desmatamento desde 2005, o governo contabiliza a apreensão de 1 milhão de metros cúbicos de madeira e a aplicação de R\$ 3 bilhões em multas, nem todas pagas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se declarou ontem em Belém "feliz" com os números novos, mas "triste" pelo fato de que o Brasil poderia ter feito mais. Disse que, se for necessário, colocará "um delegado da Polícia Federal em cada município" para combater o desmate. Segundo Lula há fazendeiros sérios e outros que são "predadores" - e que, para estes, "tem que ter o bastão do Estado em cima deles".

Para o ecólogo Adalberto Veríssimo, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), apesar da queda, o número ainda é alto, e um dado preocupa: aparece agora nível alto de desmatamento em áreas protegidas. "É uma afronta, como se estivessem assaltando a delegacia", diz. Para ele, a perspectiva de 2008 não é boa. "Ano eleitoral sempre coincide com alta no desmatamento, porque a floresta é usada na usina do voto", diz. *Colaboraram **LETÍCIA SANDER**, enviada a Belém, e **GIOVANA GIRARDI**

IPCC faz declaração política sobre o clima – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2007

Grupo de 212 cientistas defende na Indonésia que governos assumam metas imediatas e obrigatórias

Cientistas do IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, pisaram ontem pela primeira vez na arena política e defenderam metas obrigatórias, estritas e imediatas de redução de gases de efeito estufa.

Um grupo de 212 climatologistas lançou em Bali, na COP-13 (13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU), um documento destinado aos governantes. A declaração pede que o regime climático pós-Kyoto seja concluído em 2009 e tenha uma meta de limitar o aquecimento do planeta em 2C. Para isso, os cientistas demandam que o nível de CO₂, o principal gás de efeito estufa, seja estabilizado em 450 ppm (partes por milhão), o que significa um corte de pelo menos 50% nas emissões, em relação aos níveis de 1990, até 2050.

Entre os signatários está o Prêmio Nobel Paul Crutzen, um dos descobridores da relação entre CFCs e a destruição da camada de ozônio; vários dos autores principais do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC; o diretor do Instituto Max Planck, na Alemanha, Martin Claussen; e os americanos Kerry Emmanuel e Kevin Trenberth, primeiros a sugerir a relação entre aquecimento global e aumento na intensidade dos furacões.

"Como cientistas, nós rogamos aos negociadores que considerem essa meta como o mínimo [a ser cumprido] no acordo", disse o australiano Matthew England, climatologista da Universidade de Nova Gales do Sul, em Sydney. "Esperamos ver essas metas refletidas no texto", afirmou o australiano Michael Molitor, consultor de clima e energia. É o mínimo, explicou England, porque os resultados do IPCC mostram que a estabilização em 450 ppm garante no máximo 50% de chance de manter o aumento de temperatura em 2C. Esse tem

sido considerado por vários cientistas como o nível "seguro" de aquecimento global, acima do qual o planeta assistiria a efeitos em cadeia potencialmente catastróficos, como o degelo generalizado dos pólos e o aumento correspondente no nível do mar.

O objetivo de 2C foi incorporado à meta de estabilização da União Européia, mas vem enfrentando resistência de vários países -entre eles o Brasil. "O que estamos falando é de probabilidades, de riscos. Não existe um número mágico, assim como não há um número mágico de colesterol seguro, abaixo do qual você não vai ter um ataque cardíaco", disse o americano Richard Somerville, um dos autores principais do relatório do IPCC.

Posição filosófica - Ao proporem essa meta, os cientistas signatários da Declaração do Clima de Bali estão fazendo o que o IPCC não pode fazer: propondo políticas públicas. O painel do clima, por ser um órgão estritamente científico, não pode fazer recomendações políticas. É isso em parte que garante a isenção dos resultados do IPCC -e o que garantiu que todos os governos, até mesmo a administração de George W. Bush, tenham endossado as conclusões do painel de que o aquecimento global é "inequívoco". O IPCC não diz, por exemplo, que as emissões precisam chegar ao pico nos próximos 10 ou 15 anos e declinar dramaticamente depois disso.

Embora esse resultado faça parte das conclusões do painel, ele é apresentado na forma de uma tabela com vários cenários possíveis. Cabe aos governos decidirem que caminho tomar. "Nós, membros do IPCC, enquanto indivíduos, podemos nos posicionar", disse à **Folha** o climatologista José Marengo, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), um dos dois brasileiros (o outro é Paulo Artaxo, da USP) que assinaram o documento. Para ele, que não sabe qual peso a declaração terá, essa posição "filosófica" é importante. "A mensagem é que existe uma base científica para falar em metas." *Leia mais no blog "Bali,40 graus": <http://bali40graus.folha.blog.uol.com.br>

Sem futuro – O Globo – Opinião – 07/12/2007

Presente à 13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas, o Brasil marca sua posição no encontro em Bali com posições que visam muito mais a um acerto de contas com o passado do que à consagração de regras eficazes para enfrentar os graves problemas ambientais do presente.

Com isso, o país corre o risco de subscrever proposições que deixam sob risco o futuro do planeta.

O governo brasileiro não aceita a fixação de metas de redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa, e também se recusa a concordar com a inclusão dos desmatamentos no cálculo dos novos limites poluidores a serem estabelecidos no documento que substituirá o protocolo de Kioto.

O argumento se baseia em estéril revanchismo: o aquecimento é decorrente da queima de combustíveis fósseis pelas nações industrializadas, que, por decorrência, devem ser punidas. Portanto, a conta dos danos ambientais que ameaçam o mundo deveria ser espantada tão-somente no contencioso dos países desenvolvidos.

Verdadeiro ou não, tal pressuposto não pode mascarar a realidade: o planeta enfrenta uma crise com catastróficas potencialidades, que jogaria na mesma vala da destruição países ricos e pobres. Em vez de se voltar contra o passado, urge que o Brasil se alinhe com uma política pragmática que salvguarde o mundo com instrumentos capazes de evitar trágicas conseqüências para a Humanidade.

Ademais, deve-se observar que a expiação dos países industrializados, no que diz respeito aos agravos históricos contra o meio ambiente, pode ser resolvida com o estabelecimento de multas proporcionais aos danos provocados. É possível, por exemplo, cobrar das nações desenvolvidas aportes financeiros que financiem programas de preservação ambiental no bloco emergente.

De resto, não é confortável para a imagem do país alinhar-se a países como a China, que sustenta seu crescimento com uma matriz energética suja, como as termoelétricas a carvão, e também é contra o estabelecimento de metas. O gigante asiático é atualmente o maior poluidor do mundo, e ano que vem deve ultrapassar os EUA especificamente como o maior emissor do planeta de gases de efeito estufa.

Não atende, portanto, à gravidade e à dimensão da crise mundial a posição do Brasil. É imperativo que o governo brasileiro abandone uma visão que põe o mundo sob o risco de sucumbir a tragédias ambientais, e deixe para endurecer o discurso contra as nações industrializadas naquilo que realmente contribua para superar a crise — como, por exemplo, cobrar dos EUA a subscrição ao protocolo de Kioto.

EUA enfraquecem ONU - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 07/12/2007

Bush convoca os maiores emissores de CO₂ para reunião climática

O chefe da delegação americana na 13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas, Harlan Watson, afirmou ontem que o presidente dos EUA, George W. Bush, enviou um convite aos 17 países responsáveis por 80% das emissões de gases do efeito estufa para um encontro em Honolulu, no Havaí, no fim de janeiro. Uma reunião semelhante já havia ocorrido em Washington em setembro.

A idéia é fazer com que os maiores emissores acordem ações para reduzir seus lançamentos até o fim do próximo ano, época das eleições presidenciais americanas, marcadas para novembro de 2008. O projeto tomaria como base metas voluntárias, e não os tetos obrigatórios estipulados hoje pelo Protocolo de Kioto.

— Nossa idéia é acelerar o processo e facilitar o compromisso dos países com a redução das emissões — disse ele.

Muitos ambientalistas, no entanto, consideram que o objetivo de Bush é enfraquecer as reuniões multilaterais no âmbito das Nações Unidas e evitar que o acordo de Kioto, que expira em 2012, seja prorrogado ou substituído por um mecanismo de compromissos semelhante. Para que um novo acordo de clima entre em vigor na época, um protocolo alternativo — ou a prorrogação de Kioto — deverá ser aprovado em 2009 pelos 190 países reunidos em Bali. Com isso, os parlamentos dos países podem estudar o texto com calma e votá-lo antes de sua implementação.

— Não queremos nada alternativo a Kioto — defendeu-se Watson.

— Os EUA consideram que o lugar para as decisões multilaterais continua sendo as Nações Unidas. Em todo o caso, mantemos a nossa posição de recusar metas.

Mas engana-se quem pensa que a orientação da Casa Branca reflete 100% o que pensam os americanos.

Na próxima semana, por exemplo, a delegação de negociadores dos EUA terá que conviver com um grupo de 15 senadores — republicanos e democratas — que chegam a Bali com a tarefa de mostrar que o país está dividido e há quem queira aderir a Kioto.

Anteontem, um comitê do Senado dos EUA aprovou um projeto de lei estabelecendo metas de emissão para o setor industrial, de transporte e de energia, que agora seguiu para o plenário do Senado.

Schwarzenegger lidera campanha

O inferno de Bush não termina aí.

Através de uma campanha pela TV americana, uma coalizão de 11 governadores — republicanos e democratas — pede ao Congresso dos EUA que imponha limites às emissões de gases do efeito estufa. O anúncio começa com o governador da Califórnia — republicano como Bush —, Arnold Schwarzenegger, dizendo: “As mudanças climáticas são um teste de liderança”.

A isso o governador democrata de Montana, Brian Schweitzer, acrescenta: “Resolvendo o problema, teremos os EUA livres de seu vício do petróleo estrangeiro”.

Em Bali, os delegados dos cerca de 190 países que discutem o aquecimento global se disseram preocupados com a demora nas negociações.

Na semana que vem, os ministros de Estado dos países chegam à reunião e o desejo geral é ter um documento pronto com as principais propostas antes deste grupo desembarcar na ilha.

A saída foi criar uma força-tarefa com a missão de elaborar o chamado mapa do caminho de Bali. Tanto os EUA, único país desenvolvido a não ratificar Kioto, como grandes países emergentes, como China e Índia, continuam recusando metas de emissão além daquelas já fixadas para os 36 países ricos signatários do acordo hoje.

Mas os delegados admitem conversar sobre a ampliação do acordo com metas voluntárias de redução de emissões, estipuladas pelos próprios países e monitoradas por regras aceitas de comum acordo.

Segundo diplomatas e representantes de organizações não-governamentais, esta pode ser a saída para ampliar o esforço na redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera como mandam os cientistas. Ou seja, um corte de 50% nas emissões em 2050 em relação aos volumes de 1990.

Países na mira do avanço das ondas pedem pressa em Bali – O Globo – Ciência – 07/12/2007

Habitantes de ilhas-Estado já se preparam para fugir de casa

Torsten BALI. As cerca de duas mil pessoas que habitam o pequeno Atol de Carterets, parte da província de Bougainville, em Papua Nova Guiné, vão, em 2008, engrossar um grupo de vítimas do aquecimento global que não tem parado de crescer nos últimos anos e que, de acordo com a ONU, já soma 20 milhões de pessoas em todo o mundo: o dos refugiados ambientais.

A situação está tão grave que um dos grupos mais ativos nos debates da 13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas é justamente o dos

representantes dos pequenos países insulares, que querem a criação de um fundo para ajudar no reassentamento das populações das ilhas tragadas pelo oceano. E mais: segundo representantes das delegações das Maldivas e de Tuvalu, uma elevação da temperatura média da Terra em 2 graus Celsius, considerada inevitável pelos cientistas, é para eles uma sentença de morte. Esse aumento pode ser tolerado por outros países, mas causará desastres em ilhas que já são vulneráveis.

Onze mil pessoas se preparam para deixar Tuvalu. Veja-se o exemplo de Carterets: há duas décadas, o atol vem sendo engolido pelo aumento no nível do oceano — resultado da expansão térmica da água causada pela elevação da temperatura —, mas a situação dos habitantes das ilhas ficou tão grave nos últimos anos que eles serão removidos para a ilha de Bouganville, a 90 quilômetros dali.

A situação não é melhor em Tuvalu.

Lá o governo finaliza um projeto de evacuação da população de cerca de 11 mil pessoas. O projeto teve o apoio inicial da Nova Zelândia.

— Todo o esforço de adaptação feito nas pequenas ilhas-Estado é uma solução temporária — afirma David MacCauley, economista sênior de meio ambiente do Asian Development Bank, que ajuda a gerenciar a aplicação de US\$ 100 milhões em ajuda através do chamado GEF (Global Environment Facility, organização financeira independente que dá garantias a projetos de desenvolvimento sustentável e meio ambiente). — A solução, para estas pequenas nações, é mesmo o resfriamento do planeta.

Opinião semelhante tem a conselheira de clima das ilhas Fiji para o Greenpeace, Arieta Moceica. — A briga pelo combate ao aquecimento é extremamente importante para as pequenas ilhas-Estado porque ninguém quer ser um refugiado e ter que abandonar sua história, sua raízes, sua cultura — diz a especialista. — Para estes países, a recusa de os países ricos em aceitar metas de redução de emissões de CO₂ até 2020 representa uma sentença de morte.

O Pacífico possui cerca de 15 ilhas Estado que, por sua vez, são compostas de cerca de 30 territórios autônomos com uma população de mais de 8 milhões de pessoas. Em muitas dessas ilhas, as áreas mais altas estão a apenas quatro metros de altura em relação ao nível do mar.

Os maiores problemas enfrentados por estas ilhas, diz David MacCauley, são a erosão da linha costeira associada ao avanço das águas e o aumento da incidência e intensidade de desastres naturais, como secas e tufões. Países insulares do Índico, como as Maldivas, também estão ameaçados. Eles sofrem ainda conseqüências da grande tsunami de 2004, que comprometeu sua infraestrutura. (G.S.J.)

Controle de desmate vai integrar pós-Kyoto - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 08/12/2007

Negociador do Brasil diz que novo pacto antiaquecimento incluirá tema

O negociador-chefe do Brasil na 13ª Conferência sobre o Clima (COP-13), na Indonésia, Luiz Alberto Figueiredo, afirmou ontem que a inclusão oficial do desmatamento evitado de florestas tropicais como forma de reduzir a emissão de gases do efeito estufa já foi incluída no “mapa de Bali”.

O mapa é um conjunto de diretrizes que os países seguirão até 2009 para costurar um novo regime internacional de controle do aquecimento global, substituto do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

A derrubada e queima da floresta libera na atmosfera o carbono que antes era retido como biomassa (folhas, troncos e raízes). É a principal contribuição brasileira ao aquecimento. Globalmente, o desmatamento responde por até 20% das emissões de gases-estufa.

Mas a lista de questões pendentes continua grande. Não se sabe se os países em desenvolvimento com estoques florestais receberão ou não ajuda financeira dos ricos e quais mecanismos seriam os mais adequados. Também se discute se as ações de controle do desmatamento começam a ser tomadas imediatamente ou se ficam para depois. Se começarem já, os países em desenvolvimento pleiteiam uma recompensa no futuro. Se ficarem para 2013, quando todo o acordo pós-Kyoto deve entrar em vigor, corre-se o risco de boa parte da floresta já ter caído.

Na terça-feira, a secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, participante da delegação brasileira na COP-13, havia afirmado que “é prematura” a idéia de ligar ações de redução das emissões de gás-estufa resultantes do desmatamento a um mercado ou fundo internacional de financiamento.

Agora o Brasil defende na conferência a criação de um fundo voluntário, alimentado pelos ricos, para o país pobre que demonstre resultados mensuráveis no controle do desmatamento.

MODELO - Anteontem, o governo brasileiro anunciou que, entre 2006 e 2007, o desmatamento na Amazônia foi estimado em 11.224 quilômetros quadrados, uma queda de 20% em relação ao observado entre 2005 e 2006.

A notícia repercutiu em Bali, ainda que timidamente. “Vejo com otimismo, pois mostra que o desmatamento evitado pode ser parte da solução, que é possível lidar com esse problema”, comemorou ontem o diretor do programa de florestas da ONG WWF International, Rod Taylor.

O chefe da delegação européia, Artur Runge-Metzer, disse que “talvez o modelo brasileiro (de combate ao desmatamento) possa ser usado como um esboço para outros países, que seja adaptado de acordo com as diferentes realidades”.

O Brasil é o único país em desenvolvimento que mantém um sistema de monitoramento periódico por satélite do desmatamento de sua floresta tropical, o que permitiu a criação de um registro histórico.

A Indonésia, por exemplo, sede da conferência e outro grande desmatador mundial, não tem nada parecido.

INCÓGNITAS - Mas, apesar de o governo brasileiro ter obtido três anos de queda na taxa, ninguém sabe ponderar quanto do resultado decorre das chamadas “ações de comando e controle” e o que é simplesmente reflexo de cotações desfavoráveis de commodities como a soja, cujo plantio invade extensas áreas da floresta. Se a queda do desmatamento for apenas uma reação aos preços baixos da soja, por exemplo, assim que a tendência de mercado se inverter a destruição voltará com toda força.

Uma luz amarela já foi acionada em maio, quando a curva de desmatamento na Amazônia voltou a subir, justamente seguindo uma recuperação de valor das commodities. Esse repique não foi refletido no índice de desmatamento recém-divulgado porque ele acumula o registro de 12 meses.

“O grande desafio é a mudança na equação econômica que sustenta a lógica do desmatamento”, disse o subsecretário de Política do Itamaraty, Everton Vargas. “A queda parece ter sido uma consequência de uma situação econômica mais ações de governança. A subida (recente) mostra que é preciso ajuda externa.”

País é 8º na luta contra mudança climática - EFE – Estado de São Paulo – Vida & - 08/12/2007

O Brasil ficou em 8.º lugar na lista dos países que mais lutam contra as mudanças climáticas entre as 56 nações mais poluentes do planeta, segundo classificação elaborada pela ONG Germanwatch. O ranking é liderado pela Suécia. O estudo também destaca os esforços do México e da Argentina, mas mostra um alerta em relação à Austrália, Estados Unidos e Arábia Saudita.

O Índice de Performance sobre Mudança Climática 2008 avalia os esforços dos principais países emissores de CO2 e foi divulgado como subsídio à COP-13. Os 56 países analisados são responsáveis por 90% das emissões de CO2 lançadas à atmosfera.

Entre os dez países mais poluentes e que fazem menos esforços destacam-se Rússia (50.º), Canadá (53.º), Austrália (54.º), Estados Unidos (55.º) e Arábia Saudita (56.º).

O objetivo do índice, publicado pela Germanwatch desde 2006, é aumentar a pressão sobre os países industrializados que mais contribuem para o aquecimento global, entre eles EUA, com 21,44% das emissões de CO₂, China (18,8%), Rússia (5,69%), Japão (4,47%), Índia (4,23%) e Alemanha (3%).

Entre as 20 primeiras colocações, além do Brasil, estão México (4.º lugar) - atrás de Suécia, Alemanha e Islândia - e Argentina (10º lugar). Também fazem parte da lista 12 dos 27 países da União Européia (UE), entre eles Reino Unido (7.º), França (18.º), Hungria (6.º) e Malta (14.º).

Brasil, Índia e China devem adotar metas de redução de gases de efeito estufa? –
Folha de São Paulo – Opinião – Tendências e debates – 08/12/2007

SIM - A responsabilidade é com o futuro - José Eli da Veiga

A MUDANÇA climática continua a ser questão bem controversa, como atesta recentíssimo balanço feito com Petterson Vale, disponível em www.zeeli.pro.br. Mesmo assim, as evidências coletadas por amplíssima maioria de cientistas consolidam a tese de que o aquecimento global é o maior desafio já enfrentado pela espécie humana.

Se não houver mudança radical de atitude, a elevação da temperatura será suficiente para que bilhões de pessoas sofram de crescente falta de água; para que caiam os rendimentos agrícolas de inúmeros países pobres; para que as florestas amazônicas sejam irreversivelmente comprometidas; para que seja ainda mais turbinada a atual extinção de espécies; para que muitas geleiras desapareçam; para que o derretimento da placa de gelo da Groenlândia acelere a elevação do nível do mar; e para que o "permafrost" siberiano exale seu imenso estoque de metano (CH₄), gás-estufa bem mais furioso que o dióxido de carbono (CO₂).

Esse é o recado do recente sumário da síntese do quarto relatório do IPCC, enfatizado há dois dias pelo manifesto de 212 cientistas naturais (<http://bali40graus.folha.blog.uol.com.br>). Duas provas de que o Protocolo de Kyoto deve ser visto como o maior dos crimes culposos já cometidos contra a humanidade.

Havendo risco de ruptura da resiliência de ecossistemas essenciais para a manutenção das condições da vida humana no planeta, não pode haver irresponsabilidade maior do que usar os fóruns internacionais sobre o clima para atizar pendengas geopolíticas decorrentes de disparidades criadas ou consolidadas por dois séculos de industrialização.

A atual dependência de fontes fósseis de energia precisa ser ultrapassada da forma mais pragmática possível, o que exigirá ações simultâneas em três frentes. De um lado, o

estabelecimento de sólida cooperação científica que engendre descobertas capazes de descarbonizar as matrizes energéticas. De outro, maximizar nove iniciativas de tipo paliativo: a) aumento da eficiência energética; b) redução da intensidade de carbono das economias; c) captura e seqüestro de carbono proveniente de combustíveis fósseis, sobretudo do carvão; d) uso da energia nuclear condicionado ao equacionamento de sua tripla restrição (custo, segurança e risco bélico); e) amplo uso de energias renováveis disponíveis; f) amplo uso de biocombustíveis; g) tecnologias de armazenagem de energia; h) melhores infra-estruturas de transmissão; i) desenvolvimento de novos vetores energéticos, como o hidrogênio.

Mas, para estimular a adoção dessas práticas e paralelamente acelerar pesquisas que ensejem nova revolução energética, é imprescindível uma terceira ação que encareça a emissão de carbono, que pode ser obtida por duas vias: imposto ou leilão de direitos de poluir. Mas ambas requerem tetos descendentes de emissão que não poderão esperar por 2013.

É aqui que o realismo mais entra em choque com as idiosincrasias dos corpos diplomáticos. Séria redução das emissões depende de acordo entre apenas uma dúzia de atores, cujas responsabilidades não podem ser relegadas às quase 200 nações que assinaram a Convenção do Clima e que estão em Bali para disputar o campeonato mundial de hipocrisia.

Entendimentos conseqüentes sobre sacrifícios e compensações precisam ocorrer entre a meia dúzia de adultos e a meia dúzia de adolescentes que, em conjunto, logo concentrarão quase todas as emissões de carbono do mundo, pois já respondem por 80% das emissões resultantes do consumo de combustíveis fósseis. Isto é, sem as de desmatamentos e queimadas agropecuárias. Em ordem decrescente, a primeira meia dúzia é formada por EUA, União Européia, Rússia, Japão, Canadá e Austrália. A segunda, por China, Índia, África do Sul, México, Brasil e Indonésia.

É urgente que o Itamaraty deixe de querer atribuir a responsabilidade só aos países que mais cedo foram capazes de aproveitar as vantagens da revolução industrial e passe a ser orientado pelo presidente da República para que o Brasil busque assumir a liderança da banda adolescente dessa negociação.

JOSÉ ELI DA VEIGA, 59, é professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade). É autor de "A Emergência Socioambiental", entre outras obras. www.zeeli.pro.br

A conferência do clima em Bali e o Brasil - LUIZ PINGUELLI ROSA

APESAR DO grande impacto político do quarto relatório divulgado neste ano pelo IPCC, não se espera muita coisa da 13ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima. Um tema recorrente em Bali será o provável não-cumprimento do Protocolo de Kyoto pelos países desenvolvidos e ex-comunistas que integram o Anexo 1 da convenção. Entre os países ricos, são exceções o Reino Unido e a Alemanha, cujas emissões foram reduzidas. Os EUA não ratificaram o protocolo. Os países ex-comunistas reduziram as emissões devido ao colapso de suas economias. Uma boa notícia é a mudança de posição da Austrália. A má notícia é que os EUA não mudarão sua posição.

A esperança é que essa situação seja modificada após as eleições norte-americanas. Porém, o Partido Democrata estava no poder em 1997, quando os EUA fizeram jogo duro contra a proposta brasileira, em Kyoto, de criar o Fundo de Desenvolvimento Limpo com recursos dos países do Anexo 1 para financiar projetos de fontes alternativas nos países em desenvolvimento. Houve até uma carta de Clinton para FHC reclamando da posição do Brasil. O fundo foi derrotado, mas em seu lugar ficou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Outro tema recorrente em Bali, que causa a maior polêmica no Brasil, é o novo regime da convenção após 2012.

Para alguns, os países em desenvolvimento devem ter de reduzir suas emissões, em particular os emergentes. São visados China, Índia e Brasil, pois são grandes emissores. Porém, apesar de a China, por exemplo, aumentar muito seu consumo, a energia per capita está muito abaixo da dos EUA, da União Européia ou do Japão.

Os países em desenvolvimento não têm obrigação de reduzir suas emissões porque seu consumo de energia per capita é muito baixo. Mas tendem a aumentar suas emissões com o crescimento econômico.

As classes de renda mais alta nos países em desenvolvimento têm alto consumo de energia per capita, mas a maioria da população é pobre e tem consumo de energia muito baixo. Assim, há forte desigualdade na emissão de gases de efeito estufa per capita dentro de cada país, seguindo a desigualdade na distribuição de renda.

Deve-se resolver o problema das emissões juntamente com o da exclusão social e energética. No início do atual governo, 12 milhões de brasileiros não tinham luz elétrica, daí o programa Luz para Todos.

O Brasil tem grande componente de energia renovável em sua matriz energética - hidroeletricidade, álcool, carvão vegetal e bagaço de cana.

Há o Proinfa, da Eletrobrás, para fontes de energia alternativas, e o programa do biodiesel. Mas há problemas, como a menor participação da hidroeletricidade e o aumento da termoeletricidade nos leilões para a expansão da geração elétrica. Estudos da Coppe-UFRJ mostraram que há emissões de hidroelétricas, mas muito menores que as das termelétricas. As nucleares não emitem.

A maior parte das emissões brasileiras vem do desmatamento da Amazônia, apesar de ter sido reduzido nos três últimos anos. Aí está a maior possibilidade de reduzir nossas emissões. Em reunião com o presidente da República, foi sugerido pela ministra Marina Silva um plano nacional de ação sobre esse assunto, tendo o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas se incumbido de apresentar uma proposta. O presidente referiu-se ao plano na ONU e assinou há poucos dias um decreto criando uma comissão interministerial para elaborá-lo.

O primeiro ponto da proposta do fórum é "definir metas de redução da taxa de desmatamento e queimadas".

Foi também sugerida a destinação de parte da renda petrolífera de Tupi e do pré-sal a fontes alternativas e eficiência energética no país.

O Brasil poderia retomar em Bali a proposta de uma taxa internacional sobre o consumo de combustíveis fósseis para financiar fontes alternativas e eficiência energética, além de um novo mecanismo para remunerar a redução do desmatamento. A redução das emissões pelo Protocolo de Kyoto será muito pequena para conter o aquecimento global previsto pelo IPCC. É necessário um esforço mundial muito maior.

LUIZ PINGUELLI ROSA, 65, físico, é diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Foi presidente da Eletrobrás (2003-04).

Fundo pró-florestas fica fora de acordo – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007

Texto negociado na conferência do clima em Bali exclui proposta brasileira de mecanismo contra o desmatamento - Países tropicais brigam para incluir matas em texto final; Indonésia pressiona por compensação para frear emissões de madeiras

O Brasil perdeu a esperança de ver um fundo global contra emissões por desmatamento funcionando na Convenção do Clima antes da aprovação do acordo pós-Kyoto. Se os países tropicais quiserem reduzir seu desmatamento antes disso, portanto, terão de fazê-lo sem ajuda externa alguma, como o Brasil tem feito.

O texto sobre florestas que está sendo negociado na COP-13, a conferência do clima de Bali, convoca os países a agir para reduzir o desmatamento. As ações propostas, no

entanto, são todas na área subjetiva de "capacitação". Há pressão dos países ricos para que a menção à mobilização de recursos sobretudo por parte dos países desenvolvidos seja excluída do texto a ser aprovado pelos ministros em Bali na semana que vem.

"A gente tinha expectativa de que pudesse haver um "start" [início] em RED antes de 2012", disse a secretária nacional de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, referindo-se à sigla pela qual é conhecida a redução de emissões por desmatamento. "Mas o pessoal aqui está falando em capacitação." Não era de todo inesperado que nenhum mecanismo para implementar a RED fosse definido em Bali, já que o assunto é complexo e existem várias propostas divergentes sobre como fazer isso. Alguns países falam em usar o desmatamento reduzido para gerar créditos de carbono num mecanismo internacional de mercado, enquanto o Brasil defende praticamente sozinho a montagem de um fundo voluntário com dinheiro das nações ricas.

Mas o governo brasileiro tinha a expectativa de conseguir aprovar esse mecanismo logo e fazê-lo funcionar antes do período pós-Kyoto. Afinal, a redução de emissões por desmatamento não está sendo negociada dentro do Protocolo de Kyoto e sim no "trilho" da Convenção do Clima, que é mais flexível e permite agir a qualquer momento -enquanto o acordo pós-Kyoto só vale a partir de 2013. A implementação adiantada dessas medidas poderia servir como estímulo a que países em desenvolvimento adotassem aceleradamente políticas públicas que contribuíssem para mitigar o efeito estufa.

RED ou REDD? A briga agora é para que o tema florestas continue no texto final da negociação, o chamado "mapa do caminho de Bali". O Brasil vê a redução do desmatamento como instrumento de mitigação fundamental. Sergio Serra, embaixador extraordinário para mudança do clima e porta-voz da delegação brasileira, diz que é praticamente certo que ela permaneça no "mapa do caminho". Mas há problemas na rota.

O principal é uma discórdia quase semântica entre os dois maiores países com florestas tropicais do mundo, o Brasil e a Indonésia. O texto da convenção que está sendo negociado no momento fala em RED, mas nações como a Indonésia querem um "D" a mais na sigla. De "degradação".

Isso permitiria, por exemplo, que países tropicais ganhassem compensação por carbono emitido em atividades que degradam, mas não arrasam completamente a floresta, como a exploração de madeira. O problema, dizem os brasileiros, é que não existe ainda uma metodologia segura para medir degradação. "O segundo "D" pode entrar, mas separado", diz Serra.

O boletim ECO, da rede de ONGs Climate Action Network, resumiu a pendenga: "É crucial que essas questões não desviem a necessidade de ver o desmatamento incluído no mandato de Bali."

Leia mais no blog "Bali,40 graus": <http://bali40graus.folha.blog.uol.com.br>

Desmate menor não influencia Bali, diz Krug – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo –
Ciência – 08/12/2007

DO ENVIADO A BALI - Organizações ambientalistas comemoraram ontem a queda de 20% do desmatamento na Amazônia, anunciada na noite de anteontem pelo governo federal. Os delegados brasileiros na Conferência do Clima de Bali, no entanto, disseram que os dados não devem influir na negociação do regime climático pós-2012.

"Não melhora nem piora o rumo das negociações. É um dado bom para o Brasil", disse Thelma Krug, secretária nacional de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente.

Para Rod Taylor, diretor do Programa de Florestas do WWF, a queda na devastação "cria confiança de que as florestas são parte da solução" para a crise climática, portanto, a cifra de 11.224 km² -queda pelo terceiro ano consecutivo na taxa de desflorestamento- pode, sim, ser um dado positivo na conferência de Bali.

Os dados do Prodes (sistema que calcula a taxa anual de desmatamento) deverão ser anunciados na semana que vem em Bali pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente). O governo esperava vir à conferência na Indonésia com a menor taxa já registrada desde que o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) começou a medi-la, no final dos anos 1980. Dados preliminares projetavam uma taxa de 9.600 km². Seria a primeira vez que o desmatamento atingiria quatro dígitos.

Mesmo sem a queda esperada, o dado dá respaldo à política do governo brasileiro de incluir reduções verificáveis do desmatamento como o compromisso do Brasil para reduzir emissões de gases de efeito estufa no período pós-2012 e de cobrar verba dos países industrializados num fundo para implementar esse tipo de política em nações tropicais.

O representante da União Européia em Bali Arthur Metzger disse que a queda no desmatamento é uma "boa lição", mas evitou endossar a proposta brasileira -sinalizando que a UE não estaria disposta a colocar dinheiro num fundo sem ganhar em troca créditos por reduções de suas próprias emissões.

Paulo Adário, do Greenpeace, disse que os dados do Inpe são de "dupla leitura": por um lado, mostram que ações do governo de repressão do desmatamento surtiram efeito. Por outro, apesar da queda total, o desmate voltou a crescer após julho, em 2007, devido à alta dos preços das commodities. "Fica claro que há pressão sobre o desmatamento. No começo, a ministra insistia que ações governamentais eram as principais responsáveis pela queda, mas depois viu que havia uma influência forte da agropecuária", afirmou.

Segundo Adário, o governo só conseguirá segurar uma retomada forte do desmatamento em 2008 se a revisão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, que está sendo preparada, incluir o chamado Protocolo Verde -segundo o qual somente proprietários que cumprissem uma série de padrões ambientais teriam direito a financiamento pelos bancos públicos, como o Banco do Brasil.

Para Mauro Armelino, do WWF, a queda por três anos consecutivos dá ao governo a oportunidade -rara- de planejar ações para os próximos anos. Armelino se queixou, por exemplo, do fato de o governo não ter criado nenhuma unidade de conservação em 2007, apesar de várias terem estudos prontos. Unidades de conservação, na maior parte das vezes, ajudam a segurar o desmate porque desestimulam a grilagem de terras. "Esperamos que o governo tenha aprendido com estes três anos para planejar os próximos", afirmou. "Só que, para planejar, o Brasil precisa ter metas internas de redução do desmatamento." Uma questão que o governo não quer abrir. (CA)

Chefe do painel do clima critica Canadá e elogia Japão – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007

DA FRANCE PRESSE - O chefe do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) criticou ontem em Nova Déli, na Índia, a pressão que o governo do Canadá faz para que países em desenvolvimento tenham metas obrigatórias de redução na emissão de gases do efeito estufa.

O país norte-americano defende que Índia e China tenham cotas de corte, apesar de esses países -assim como o Brasil- terem sido isentos de redução pelo Protocolo de Kyoto. "É mesmo uma posição oportunista que eles estão tendo", disse Pachauri, que ao lado dos outros cientistas do IPCC ganhou Prêmio Nobel da Paz deste ano.

A frase foi uma resposta à declaração do primeiro-ministro canadense Stephen Harper.

Segundo ele, o Protocolo de Kyoto fracassou por não ter imposto metas a países pobres. "Este governo, em particular, tem sido um governo de cétricos: não querem fazer nada a respeito da mudança climática", disse Pachauri sobre Harper.

Outro país que tem sido criticado, porém, o Japão, foi elogiado por Pachauri pelas posições que tem tomado em Bali. "Em termos relativos, o Japão é uma sociedade energeticamente eficiente", afirmou. "Eles já esgotaram um bom número de opções menos caras [de corte de emissões] e agora, se eles tiverem de reduzir emissões, terão de ir para as mais caras."

"Enterrar" carbono ainda não é uma opção factível, diz Bôer – Folha de São Paulo – Ciência – 08/12/2007

DA FRANCE PRESSE - Discussões entusiasmadas sobre como seqüestrar e armazenar carbono no solo estão em curso em Bali. Porém, nada disso é para valer.

Segundo Yvo de Boer, secretário executivo da convenção do clima da ONU, mais pesquisas serão necessárias para se provar a eficiência desse sistema. Alguns pesquisadores falam que a técnica pode contribuir para a redução de até 35% das emissões de alguns tipos específicos de indústria.

"Não espero uma decisão nesta conferência sobre a inclusão da captura e da estocagem de carbono [como alternativa possível de redução de emissões]", disse Boer. "Mais análises precisam ser feitas sobre isso", disse.

Basicamente, o que já vem sendo feito em algumas regiões do mundo, é o armazenamento de certa quantidade de carbono e o aprisionamento do gás em minas abandonadas ou em postos de petróleo já explorados.

A Europa e os Estados Unidos já estão experimentando a técnica, mas os testes estão no começo. As pesquisas na área só vão avançar com muito dinheiro, calculam os cientistas.

Do ponto de vista teórico, a tecnologia é baseada na idéia de que uma vez armazenado o carbono não contribui mais para o aquecimento global. Uma das dúvidas, entretanto, é saber por quanto tempo o aprisionamento pode ser considerado eficaz.

"Mapa do caminho" já tem seu primeiro rascunho – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/12/2007

Prévia do texto que vai guiar ações pós-Kyoto precisa superar desvio de rotas - Esboço sugere que nações ricas reduzam suas emissões entre 25% e 40% até 2020, mas ainda há resistências de vários países em Bali

"Não cozinhe o clima". A frase, estampada num termômetro gigante no Centro Internacional de Convenções de Bali, é ironicamente cruel para quem chega ao local sob um sol de 32C e uma umidade do ar de 97%. Mas ontem, no final da primeira semana de negociações na COP-13, a conferência do clima de Bali, ela serviu para reforçar um alerta: o "mapa do caminho", o esboço de negociação do regime climático que vai entrar em vigor após Kyoto, ainda precisa superar alguns desvios de rota.

Um rascunho do mapa circulou ontem em Bali. Ele reconhece que, para evitar os piores efeitos da mudança climática, os países industrializados (o chamado Anexo 1) precisarão reduzir suas emissões entre 25% e 40% até 2020. O texto diz ainda que as

emissões globais de gases-estufa precisam chegar ao pico em 10 ou 15 anos, para depois então cair para "muito menos que a metade" dos níveis de 2000, até 2050.

Reconhece também que os esforços feitos hoje para implementar a Convenção do Clima são insuficientes para resolver o problema do aquecimento global, do qual as evidências científicas são "inequívocas". Mas sua aprovação pelos ministros que chegam nesta semana a Bali para o segmento de alto nível da COP, que começa na quarta-feira, ainda enfrenta resistências de vários países.

Desta vez, os Estados Unidos não levam a culpa sozinhos. O Canadá tem se manifestado contra aprofundar as metas obrigatórias de redução de emissões dos países ricos caso os países em desenvolvimento não assumam metas também. A posição canadense foi revelada num documento confidencial da delegação que vazou para ambientalistas e que valeu ao Canadá o seu segundo "Fóssil do Dia" consecutivo ontem - prêmio concedido ao país que mais bloqueia as negociações na conferência em Bali. O Japão também tem tentado propor alternativas ao Protocolo de Kyoto que contornem a adoção de metas nacionais. Tampouco concorda com o reforço do regime de punição a quem descumprir suas metas. A Austrália chegou a concordar com metas de 25% a 40% de redução de emissões até 2020 para países industrializados, só para voltar atrás nessa posição algumas horas depois.

Vai-e-vem - A União Européia, geralmente vista como a heroína do clima, manteve um proverbial silêncio sobre metas durante as plenárias, embora nos corredores seus delegados digam que estão fazendo tudo o que podem para garantir um novo acordo completo e forte para quando o Protocolo de Kyoto expirar, em 2012.

Tantas idas e vindas são esperadas numa negociação complexa na qual setores importantes da economia de vários países podem ser afetados. Mas os ambientalistas temem que esses conflitos possam levar a uma diluição do chamado "mandato de Bali", já que há muito mais coisas a decidir do que tempo para negociar -e assuntos sobre os quais houver impasse poderão acabar sendo resolvidos no pior estilo Nações Unidas, ou seja, enfraquecendo o texto final do acordo.

Impasse do RED -Um dos impasses vistos no final da primeira semana é justamente a questão da redução de emissão por desmatamento, ou RED, que mais interessa ao Brasil. O rascunho do "mapa do caminho" que circulou ontem por Bali indica que a redução do desmatamento será mesmo incluída como uma opção de mitigação. O problema é como isso será feito. Há divergências entre Brasil, Indonésia e Índia sobre o assunto. Ontem os indianos tentaram incluir suas ações históricas de conservação de florestas como ação de RED. O Brasil discorda.

"Vai sair uma recomendação" sobre florestas em Bali, afirma Marcelo Furtado, do Greenpeace brasileiro. "Mas ela pode ser tanto na linha do "recomendamos tal mecanismo" [para reduzir emissões e compensar os países que o fizerem] quanto na do "recomendamos que isso seja resolvido mais tarde"."

Exclusão seria uma ‘aberração’, disse o ministro Celso Amorim, em reunião que discute tecnologias limpas

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem, na Indonésia, que a proposta defendida pelos Estados Unidos e pela União Européia para reduzir e eliminar tarifas comerciais de 43 produtos ambientais é “totalmente injustificável”. Ele participa de uma reunião entre ministros de comércio que acontece na mesma época e local da 13ª Conferência do Clima (COP-13), sobre a promoção de tecnologias ambientalmente limpas.

O chanceler brasileiro criticou a exclusão dos biocombustíveis e de sua tecnologia desta lista. “É uma aberração que numa negociação sobre bens ambientais não se coloque o etanol.” A lista traz, por exemplo, turbinas para geração de energia eólica, painéis solares e termostatos. Para o Brasil, a proposta não passa de protecionismo travestido de preocupação ambiental.

Amorim lembra que Estados Unidos e União Européia são os principais produtores destes bens. Além disso, manter a tarifação sobre biocombustíveis seria uma forma de salvaguardar a produção agrícola interna desses países.

“A primeira lista tinha produtos totalmente absurdos, o que mostra a intenção deles. Um deles era o cadeado. Por quê? A bicicleta é colocado como um bem ambiental - e você precisa do cadeado para guardar a bicicleta.” O cadeado não está mais na lista em discussão.

O governo brasileiro tem destacado, em diversos foros internacionais, a importância do álcool de cana-de-açúcar como substituto de derivados de petróleo, uma vez que emite menos gases-estufa e, portanto, poderia contribuir no combate ao aquecimento global. Além disso, o carbono emitido na queima do combustível é reabsorvido biologicamente no ciclo de crescimento da própria cana. O mercado interno tem a expectativa de crescimento do setor.

“Querer vender seus produtos é legítimo. Mas então que entrem na negociação normal de produtos industriais”, disse o chanceler. “Não há razão para haver um tratamento favorável para um produto com polietileno e não ter para o etanol.”

O chefe da delegação européia na COP-13, Artur Hunge-Metzer, disse que a proposta comercial é “um de vários ângulos” no controle do efeito estufa - no caso, “a promoção de bons serviços limpos”. Tanto ele quanto Amorim acreditam que uma decisão sobre a lista não sairá em breve, uma vez que é discutida no âmbito de Doha.

APROXIMAÇÃO -Esta é a primeira vez que uma reunião de comércio é vinculada a discussões sobre a crise climática. Os países debateram formas de aprimorar a transferência de tecnologia entre as nações industrializadas para as menos desenvolvidas,

para permitir que reduzam suas emissões de gases-estufa, e “ferramentas que possam ser aplicadas para maximizar as ligações entre políticas comerciais e climáticas”, afirmou o chefe da Organização Mundial de Comércio, Pascal Lamy.

“Esta reunião enfatiza o ponto de que não estamos lidando apenas com a necessidade ambiental mas com as oportunidades econômicas que surgem”, disse o ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean. “As soluções para as mudanças climáticas abrem oportunidades importantes de trabalho e comércio.”

O encontro, que termina hoje, será seguido de uma reunião de finanças, amanhã e terça-feira. Depois, os ministros participarão da COP-13, que entra em sua segunda semana. A conferência, que termina na sexta-feira, precisa estabelecer um “mapa” para os países seguirem na construção de um novo regime de combate ao aquecimento global.

Um dos pontos mais divergentes entre as delegações é como será incluído o desmatamento evitado de florestas tropicais como forma de mitigação dos gases-estufa. Apesar de o tema já integrar o “mapa” de Bali, a forma como será tratado e financiado pode ser deixado para ser definido somente após a conferência.

Países pobres mostraram mais iniciativa que ricos – Estado de São Paulo – Vida & - 09/12/2007

Alguns países em desenvolvimento mostraram mais iniciativa do que os desenvolvidos na primeira semana da 13.^a Conferência do Clima (COP-13), que acontece na Indonésia. O grupo das pequenas ilhas, particularmente vulneráveis ao aquecimento global por causa da elevação do nível dos oceanos, tem pedido nas reuniões que as nações ricas se comprometam com um corte de 40% de suas emissões de gases-estufa até 2020, como pede a União Européia. A China também tem dito que aceita discutir metas de corte se os ricos avançarem nessa discussão. Já Canadá, Japão e Austrália (que acaba de ratificar o Protocolo de Kyoto) dão indicações de que, além de não quererem cortar ainda mais suas emissões, gostariam de deixar de lado qualquer obrigação. Na prática, é deixar o protocolo de lado e alinhar-se com os Estados Unidos, contrários a qualquer acordo que inclua obrigações deste tipo.

A delegação canadense recebeu ontem o primeiro, o segundo e o terceiro lugar do Fóssil do Dia, “prêmio” dado aos países que atrapalham as negociações, graças ao vazamento do documento de diretrizes iniciais que os negociadores canadenses trouxeram para a reunião. Ele mostra que o país trabalha para estabelecer uma negociação apenas com os 16 maiores emissores de gases-estufa - acordo fraco que o presidente americano, George W. Bush, tem buscado fomentar. Nos bastidores, dizem que a delegação americana tem suado mais a camisa para fechar novas reuniões desse grupo paralelo do que para levar o mecanismo da ONU adiante.

Órgão vai financiar preservação de florestas - EFE – Estado de São Paulo – Vida & - 09/12/2007

O maior órgão de financiamento do meio ambiente do mundo, Global Environmental Facility (GEF), anunciou um programa de financiamento de US\$ 30 a 40 milhões para conservar a Amazônia, as florestas da Bacia do Congo e as ilhas de Nova Guiné e Bornéu. A linha de financiamento Iniciativa de Conta para as Florestas Tropicais vai custear o salvamento dos ecossistemas florestais nas principais zonas verdes do planeta, declarou o brasileiro Gustavo Fonseca, chefe da seção de Recursos Naturais do GEF. O anúncio foi feito na Conferência de Bali.

Exploração hidrelétrica volta à Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007

Leilão para construir usina de Santo Antônio, no rio Madeira, retoma as obras na "grande fronteira energética" do país - Ambientalistas admitem utilização do potencial da região, mas temem impacto que empreendimentos de grande porte podem causar

Até aqui o maior negócio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) -uma obra de custo estimado em R\$ 9,5 bilhões-, a usina de Santo Antônio, em Rondônia, marca a retomada dos grandes projetos de hidrelétricas na Amazônia, na avaliação do governo. Projeções oficiais indicam a exploração de pelo menos 43 mil MW na região na próxima década, o que corresponde a três usinas de Itaipu.

Os projetos em estudo pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) ou com pedido de licenciamento ambiental correspondem a quase 14 vezes a potência da hidrelétrica de Santo Antônio, cuja construção e operação serão disputadas amanhã por três consórcios privados, em parceria com estatais. Ganhará o negócio quem oferecer a menor tarifa pela energia a ser gerada a partir do final de 2012.

"Esse leilão é um marco histórico por vários motivos, sobretudo pelo sinal de que o Brasil não fechou a porta ao grande potencial hidrelétrico que falta explorar na Amazônia", destacou Maurício Tolmasquim, presidente da EPE.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos estima em pouco mais de 132 mil MW o potencial energético dos rios amazônicos, incluindo a bacia do Tocantins. Resta inexplorada a maior parte desse potencial -equivalente a sete usinas de Três Gargantas, na China, a maior hidrelétrica do mundo.

"Sem dúvida, a Amazônia é a grande fronteira energética do país", reconhece Raul do Valle, do ISA (Instituto Socioambiental), uma das ONGs envolvidas no debate. Ele avalia que a exploração dessa fronteira equivale a um "xeque-mate" nacional. "Não vai ser tão fácil implantar esses projetos", afirma Ricardo Baitelo, do Greenpeace, antecipando as

pressões de organizações ambientalistas e de grupos indígenas contrários a grandes empreendimentos na Amazônia.

A construção de hidrelétricas de grande porte na região está paralisada há quase 30 anos. A retomada desse tipo de empreendimento foi sinalizada no início do ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC.

Vários projetos - A primeira usina a sair do papel foi Estreito, no rio Tocantins, quase na fronteira com o Pará. Com 1.087 MW de potência instalada, a hidrelétrica deverá entrar em operação em 2010. Quase três vezes maior, a usina de Santo Antônio -a primeira do complexo do rio Madeira- enfrentou um processo mais complicado de licenciamento ambiental, entraves à concorrência e vários atrasos até a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) divulgar o edital do leilão de amanhã. Daí ter-se tornado um símbolo.

Depois das duas usinas do Madeira -Santo Antônio e Jirau-, o cronograma dos su perempreendimentos amazônicos prevê a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. O projeto, com potência estimada em 11.181 MW, encontra-se ainda em fase preliminar de licenciamento no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O governo pretende levar a usina a leilão até o final do mandato de Lula. Na seqüência dos grandes projetos, viria a hidrelétrica de Marabá, no rio Tocantins, também em estágio preliminar de licenciamento, e a usina de São Luiz, no rio Tapajós, ambas no Pará. Com usinas de menor porte que são objeto de estudo de viabilidade ou de inventário, o PAC apontou a possibilidade de exploração de mais de 58,7 mil MW na região Norte.

Mão de gato – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007

SE NÃO mudar de atitude no aquecimento global, o Brasil vai ser a mão de gato para que a China tire suas castanhas do fogo da pressão internacional. Os chineses devastam setores inteiros de nossa indústria, ameaçam-nos até no mercado de aço, devido ao predatório desenvolvimento que praticam. Representam com a Índia quatro quintos do aumento previsto no consumo de carvão.

De 2000 para cá, a China explica por que o dióxido de carbono aumentou quatro vezes mais que nos anos 90 (2,9% anuais contra 0,7%), de acordo com estudo de fins de outubro da National Academy of Science dos EUA!

Diante disso, como pode o Brasil sustentar que a isenção de metas de redução de emissões deve continuar a se aplicar aos países em desenvolvimento em bloco, sem nenhuma distinção, favorecendo a China em igualdade de condições com o Haiti? De 1750 até hoje, os industrializados provocaram 70% do acúmulo de gases estufa na atmosfera. Daí decorre o princípio da "responsabilidade comum, mas diferenciada", isto é, recaem nos ricos ônus maiores.

Nos últimos anos, inverteu-se a equação: agora, mais de 73% do aumento das emissões provêm dos emergentes. Tem razão, assim, a ministra Marina Silva quando afirma: "Responsabilidade diferenciada não quer dizer nenhuma responsabilidade". Qual é, porém, a responsabilidade brasileira se não aceitamos nenhuma meta fiscalizável nem mesmo nas queimadas, das quais somos o vilão-mor? Se quiser voltar a ser facilitador de consenso, como na Rio 92 e em Kyoto, o Brasil deveria se orientar pelos seguintes princípios:

1º) sua posição tem de ser "diferenciada" tanto em relação aos ricos, sobretudo os EUA, maiores culpados, como aos emergentes como a China e a Índia, que poluem com o carvão e agravam cada dia mais o problema. Em vez de optar pelo bloco dos "sujos" em energia, o país deve ser mediador de acordo-ponte entre os dois lados;

2º) temos de reconhecer responsabilidade pelas queimadas, inclusive na colheita da cana, comprometendo-nos com metas de redução;

3º) é tempo de abandonar a oposição solitária a todos os países detentores de florestas nativas que desejam incluí-las em algum mecanismo de mercado, com vistas a facilitar o pagamento de compensações internacionais pelos serviços ambientais prestados pelas florestas;

4º) o Brasil deve praticar seu discurso, evitando isolar-se, como no passado, dos vizinhos mais próximos e inspirar-se na política de consultas públicas à sociedade civil praticadas pela Argentina.

Criticada pela comunidade científica e ambientalista nacional e internacional, a posição brasileira é hoje um dos entraves à adoção de combate efetivo e urgente à maior ameaça ao planeta.

Nossa política não evoluiu devido à "resistência... (do) espírito pouco inovador de antigos e venerandos funcionários", diríamos parafraseando o barão do Rio Branco a respeito da oposição do visconde de Cabo Frio à retificação dos limites com o Uruguai em 1909.

Os funcionários não serão agora tão antigos, apesar de não serem menos venerandos. Com a perspicácia que não lhe falta, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, saberá retificá-los, adotando política proativa e responsável, digna do povo brasileiro. Nenhuma outra se ajustaria tão bem aos interesses do país e do mundo, dando incomparável prestígio à justa candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU.

RUBENS RICUPERO , 70, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.

Hidrelétricas são ameaça à floresta, diz ambientalista – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007

Embora admitam a exploração como inevitável, entidades dizem que pode haver impacto sobre a vegetação e a atmosfera - Construir pequenas usinas hidrelétricas ou explorar energia renovável, como a eólica, seriam alternativas, segundo o Greenpeace

A exploração do potencial de energia hidrelétrica na Amazônia não chega a ser um tabu, mas é vista com preocupação por grupos ambientalistas ouvidos pela **Folha**. Os argumentos vão dos impactos de grandes usinas sobre a floresta e a atmosfera até a possibilidade de os empreendimentos esbarrarem em unidades de conservação ambiental e em territórios indígenas.

"Isso nos causa preocupação", disse Raul do Valle, coordenador do ISA (Instituto Socioambiental). "Não seria razoável dizer que o potencial energético da Amazônia não pode ser explorado, tampouco que pode ser explorado de qualquer jeito: essa é uma equação a ser resolvida."

Ricardo Baitelo, do Greenpeace, argumenta que as hidrelétricas, embora poluam menos do que as usinas térmicas a carvão e óleo e nucleares, enfrentarão grande resistência na Amazônia. "Não será tão fácil implementar esses projetos", insiste.

O Greenpeace leva em conta o cenário de demanda crescente de energia no país, mas defende a construção de pequenas usinas e reformas em hidrelétricas já existentes, além da exploração de energias renováveis, por meio de usinas eólicas (movidas pelo vento).

Alimentarão o debate estudos desenvolvidos nos últimos anos e que apontam o risco de hidrelétricas na Amazônia produzirem gases de efeito estufa em decorrência de características do solo e do clima da região.

"Tudo vai depender do local e da tecnologia que vão escolher", observa Alexandre Kemenes, pesquisador do LBA (Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia), programa que reúne várias instituições e conta com financiamento do Ministério de Ciência e Tecnologia.

"O país precisa de energia, e toda forma de energia vai poluir: a questão é como as hidrelétricas serão feitas", argumenta Kemenes, autor de tese de doutorado que apontou, em 2005, fatores que provocariam a emissão de carbono em hidrelétricas construídas na Amazônia.

O Ministério do Meio Ambiente informou que questões ambientais são levadas em conta na identificação do potencial hidrelétrico dos rios da região coordenada pelo Ministério de Minas e Energia.

Balbina, usina construída nos anos 80, é vista como o maior pesadelo amazônico –
Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Atende pelo nome de Balbina o maior pesadelo hidrelétrico da Amazônia. Construída entre 1985 e 1989, já depois da ditadura militar, no município de Presidente Figueiredo (AM), com potência de apenas 250 MW, a usina alagou uma área equivalente a uma vez e meia a cidade de São Paulo.

Além disso, pesquisa recente mostrou que a hidrelétrica é altamente poluente. Em 2005, Balbina gerou uma quantidade de carbono equivalente à metade do gás carbônico emitido em 1999 na cidade de São Paulo com a queima de combustíveis fósseis, compara o pesquisador Alexandre Kemenes. Ele tratou da contribuição de Balbina para o aquecimento global na tese de doutorado defendida há dois anos no Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia).

No caso de Balbina, o fato de a vegetação nativa não ter sido removida apenas agravou a emissão de gases de efeito estufa. A produção de carbono decorre de características do solo e do clima da região. Balbina tornou-se um caso emblemático por causa da relação catastrófica entre grandes danos ambientais e pequena geração de energia. Daí porque a usina não pode ser comparada à hidrelétrica de Tucuruí. Localizada no rio Tocantins e inaugurada em 1984, inundou uma área de 500 quilômetros quadrados de floresta a mais do que Balbina, mas é considerada hoje a maior hidrelétrica nacional, com potência de 8.776 MW.

Itaipu, com 14.000 MW de potência, a maior hidrelétrica do país, é um empreendimento binacional, com o Paraguai. De acordo com dados do Ministério de Minas e Energia, Tucuruí ainda responde por 93% da energia hidrelétrica produzida hoje na Amazônia.

"A gente espera que os erros não se repitam", comenta Alexandre Kemenes, que aponta formas de contornar a emissão de gases de efeito estufa em Balbina, sobretudo por meio da captura de carbono na saída das turbinas.

"O metano ainda pode ser aproveitado para gerar energia", afirmou. (MS)

'Sem mudanças, perdas serão 5 vezes maiores' – Gilberto Scofield Jr. - Entrevista com Cecilia Ugaz – O Globo – Economia – 09/12/2007

Coordenadora do Pnud admite que redução do CO2 reduzirá expansão global em 1,6%, mas alerta para custos futuros

ENTREVISTA - Cecilia Ugaz

BALI. A economista Cecilia Ugaz, subdiretora e uma das coordenadoras do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Pnud, reage com suspiros desanimados quando ouve de delegados na Convenção do Clima, em Bali, que adotar metas de emissão de gases do efeito estufa compromete o crescimento. Segundo ela, adotar limites para a queima de combustíveis ou florestas, para reduzir a produção de CO2, tem um preço: uma expansão mundial 1,6% menor, de hoje até 2030. Mas a pesquisadora, especializada em desenvolvimento sustentável e combate à pobreza, diz que se nada for feito agora, os custos futuros serão cinco vezes maiores, devido a despesas com a saúde das populações afetadas pela poluição, remoções por inundações e reconstrução de moradias destruídas por desastres naturais. E quem mais sofre com os problemas advindos das mudanças climáticas são os 40% mais pobres do planeta: 2,6 bilhões de pessoas.

Para Cecilia, o problema é que foram produzidas metodologias de cálculo do crescimento, mas a depreciação do meio ambiente tem um impacto no PIB dos países que não é quantificado hoje. Se fosse, afirma, o ranking da riqueza seria diferente.

Gilberto Scofield Jr.

Enviado especial

O GLOBO: Quanto custa salvar o planeta? **CECILIA UGAZ:** No relatório de desenvolvimento humano, nós usamos os dados de aquecimento do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), ou seja, se o planeta conseguir estabilizar a emissão de gases do efeito estufa em concentrações da ordem de 450 ppm (partes por milhão) de dióxido de carbono, o que significa um corte nas emissões de 50% até 2050, o custo anual médio chegaria a 1,6% do PIB do planeta.

Isso quer dizer que, quando os representantes de países como EUA, China e mesmo o Brasil se recusam a aceitar limites de emissão porque estes interfeririam no crescimento econômico, eles estão corretos?

CECILIA: Não. Primeiro, porque essa é uma visão muito estreita de um problema sério, que exige medidas imediatas de todo mundo, ricos e pobres.

Segundo, porque calculamos que, se medidas de controle de mudanças climáticas não forem adotadas pelos países, as perdas serão cinco vezes maiores que a queda do PIB mundial em 1,6% ao ano.

Perdas de que magnitude?

CECILIA: Perdas com gastos adicionais por causa de problemas de saúde advindos da poluição, por perda de horas trabalhadas nas indústrias, por quebras de safra relacionadas ao aquecimento e à desertificação, por gastos extraordinários com compra de água e remoção de populações atingidas por desastres ambientais cada vez mais frequentes.

Mas não é injustiça exigir de países em desenvolvimento que deixem de crescer agora, quando se sabe que a situação chegou a este ponto, essencialmente, por causa do crescimento desordenado das nações ricas?

CECILIA: De fato. Há aí uma questão de responsabilidade histórica, mas o fato é que a situação chegou a um ponto em que não fazer nada é uma sentença de morte. A quantidade de mortos por desastres climáticos entre 2000 e 2004 nos países ricos não chega

a 5 milhões de pessoas, enquanto esse número passa de 250 milhões nas nações emergentes e pobres. Mas ainda que 98% das pessoas afetadas por desastres climáticos vivam em nações emergentes ou pobres, os efeitos econômicos são maiores para os países ricos porque os valores materiais são muito maiores. Desde 2000, os oito maiores desastres ambientais que ocorreram em países ricos, seis deles nos EUA, trouxeram danos de mais de US\$ 10 bilhões.

Se um país adota medidas de proteção ao ambiente que afetam o setor privado, como a exigência de níveis de poluição para a indústria, não são grandes as chances de esse país perder investimentos?

CECILIA: Não, porque um investidor não analisa somente o rigor da lei ambiental na hora de escolher um lugar para investir.

Entram em cena fatores como legislação trabalhista, incentivos fiscais e outros benefícios.

E a minha experiência com o setor privado mostra que os empresários estão mais preocupados com regras estáveis do que com regras rígidas.

Não adiantam regras frouxas se elas mudam ao sabor dos governos.

Por outro lado, os países estão aqui em Bali justamente porque não faz sentido trabalhar isoladamente.

Precisamos caminhar em grupo.

Por que tanta reação ao corte de emissões, então?

CECILIA: O problema é que o planeta se dedicou com afinco a produzir metodologias de cálculo das iniciativas dos processos de crescimento econômico, mas ninguém calculou com igual precisão, até agora, os custos econômicos advindos da falta de ação para proteção ao meio ambiente. A depreciação do meio ambiente tem um impacto no PIB dos países que não é quantificado hoje. Se fosse, o ranking de riqueza seria completamente diferente. Muitos países com riquezas exorbitantes perderiam bilhões do PIB por degradação ambiental.

E o que os consumidores podem fazer nessa situação?

CECILIA: Mudar padrões de consumo seria ótimo, como se perguntar se eu realmente preciso de um carro maior, uma geladeira maior, de um ar-condicionado maior. Depois, o governo precisa estabelecer padrões para a indústria. É um mito achar que produtos mais avançados tecnologicamente no trato com o ambiente são necessariamente mais caros. E há as ações do dia-a-dia.

Como, por exemplo?

CECILIA: Comprar lâmpadas mais econômicas. Preferir produtos recicláveis.

Apostar em tecidos mais refrescantes para depender menos de ar-condicionado.

Buscar marcas comprometidas com o meio ambiente.

Ter eletrodomésticos mais econômicos no consumo de energia. Nos países ricos da OCDE, as residências representam entre 35% e 40% das emissões de CO₂. Os eletrodomésticos, sozinhos, são responsáveis por 12%. Ações como essas são capazes de reduzir em 29% as emissões até 2020, e isso equivale a três vezes as emissões atuais de um país como a Índia.

Os mais eficientes padrões de eletrodomésticos poderiam tirar do ar 322 milhões de toneladas de CO₂ até 2010, o equivalente a 100 milhões de carros fora das ruas, mais ou menos a frota somada de Canadá, França e Alemanha.

Número dois do Banco Mundial elogia ação do Brasil no setor, mas critica gasto público e burocracia

ENTREVISTA Juan José Daboub

BRASÍLIA. Apesar das preocupações com a expansão agrícola no Brasil — como o alerta de plantio de cana-de açúcar, na carona do etanol, na Região Amazônica — e de o país ter desempenho longe do ideal em termos de desmatamento, Juan José Daboub, responsável pela relação do Banco Mundial (Bird) com 74 países em desenvolvimento, é só elogios à política ambiental nacional. Diretor-gerente e segundo na hierarquia da instituição, o economista salvadorenho defende que países com práticas de desenvolvimento preservando o meio ambiente sejam contemplados com incentivos econômicos.

“O Brasil tem boa agricultura, matriz de geração de energia elétrica muito limpa e medidas para supervisionar a conservação das florestas”, diz.

Martha Beck

GLOBO: O Banco Mundial demonstra interesse em estreitar relações com países em desenvolvimento. Esse foi o objetivo de sua visita na semana passada?

JUAN JOSÉ DABOUB: Vim ao Brasil porque ele representa a combinação de esforço importante de desenvolvimento econômico e social com consciência de que isso seja sustentável no tempo, protegendo o meio ambiente. Isso interessa muito ao banco. Podemos aprender muito e levar essas experiências a outros países. O Brasil tem boa agricultura, matriz de geração de energia elétrica muito limpa e medidas para supervisionar a conservação das florestas.

O Brasil defende que os países em desenvolvimento tenham maior voz no Bird. Como isso pode ser feito?

DABOUB: O presidente do banco, Robert Zoellick, deixou claro que é muito importante os países em desenvolvimento terem maior presença nas decisões.

Mas isso transcende a direção do banco, porque precisa ser decidido pelos países-membros. Vemos com bons olhos que haja maior participação, com maior compromisso e responsabilidade.

Existe outra forma de países como o Brasil terem mais espaço no Banco Mundial?

DABOUB: Há muitas experiências no Brasil com biocombustíveis, agricultura e proteção ambiental.

O banco tem interesse em trazer para a mesa os países que queiram aprender com essas experiências. Países asiáticos e africanos podem aprender muito com a forma como o Brasil criou a matriz energética limpa, que deveria ser modelo.

Acreditamos que essas experiências precisam ser compensadas com benefícios econômicos. Defendemos isso na reunião de Bali (13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas).

O Brasil agora está na categoria de alto índice de desenvolvimento humano, mas tem muitos problemas na saúde e educação. Qual é a visão do banco sobre o país hoje?

DABOUB: Ainda faltam algumas reformas que permitam a manutenção do desenvolvimento de forma sustentável a longo prazo. É preciso evitar cair na armadilha dos países de média renda. Às vezes pensamos que resolvemos determinado problema, mas

acabamos vendo que ainda há desafios. É como nadar no mar com uma mochila nas costas. Se você pára, afunda.

O Brasil vai bem na área social em programas como o Bolsa Família, mas tem que prestar atenção à maior eficiência nos gastos públicos e reduzir a burocracia. Esses são obstáculos a investimentos privados, que geram emprego e dão dignidade às pessoas.

Uma de suas atribuições é formular políticas de infra-estrutura para os países-membros do Bird. Como está o Brasil nessa área?

DABOUB: Parece que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é uma resposta adequada, pois torna chave os investimentos em infra-estrutura.

O fato de o programa propor a participação público-privada é importante, porque é muito difícil um país ter todos os recursos para os investimentos necessários. Outros atores são importantes. O Estado tem papel muito importante em criar as regras do jogo, prover maior previsibilidade possível. Nesse sentido, a decisão de investir em infra-estrutura com esses critérios de muita consciência de meio ambiente é positiva.

O governo é criticado porque muitos investimentos do PAC não saíram do papel. Como o banco vê isso?

DABOUB: Não conheço tanto da realidade do Brasil para dar uma opinião detalhada. Posso dizer que a burocracia muitas vezes é muito mais lenta do que a visão. Algumas coisas requerem uma legislação e, se isso não acontece ou acontece tarde, provoca algum impedimento.

Qual é posição do Bird em questões polêmicas, como as sobretaxas impostas ao etanol brasileiro, considerando que a instituição representa países ricos e em desenvolvimento?

DABOUB: O banco é um ente que fomenta diálogo entre partes.

Convida-as para a mesa e coloca sobre ela experiências do que já funcionou ou não. Mas somos claros sobre a urgência para que a Rodada Doha (para formatar novas regras comerciais na OMC) chegue a final feliz. Subsídios não devem continuar existindo. Isso é um exemplo de uma posição expressiva.

Nas mudanças climáticas, o banco está convencido da necessidade de reconhecer serviços que países como o Brasil prestam por meio de instrumentos de mercado (caso do etanol).

Mas o país sofre com o avanço da agricultura em áreas de preservação, como no caso do etanol. Isso preocupa o Bird?

DABOUB: Uma área promissora é o uso agrícola de terras já desmatadas e abandonadas.

Com incentivo adequado e fiscalização, essas áreas poderiam absorver a pressão sobre a floresta e gerar renda e empregos.

Um sistema bem planejado de incentivos para valorizar a floresta e seus serviços e uma boa rede de áreas protegidas são parte da solução. O Bird está se engajando na Amazônia para apoiar esses esforços.

Brasil rejeita abertura 'verde' - Reuters, Jimbaran, Indonésia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/12/2007

Para Celso Amorim, lista dos EUA com produtos ecológicos é novo artifício protecionista

Países ricos e pobres não conseguiram chegar a um acordo ontem sobre a abertura do comércio de produtos verdes, e o Brasil teme que uma importante proposta dos Estados Unidos e da União Européia (UE), levantada às margens das conversações climáticas em Bali, seja, na realidade, um novo artifício protecionista.

Após dois dias de conversações entre representantes de 32 países, incluindo 12 ministros do Comércio, Brasil e EUA passaram a trocar críticas. A proposta envolve corte das tarifas de importação sobre uma lista de 43 produtos benéficos ao meio ambiente, como turbinas de vento e painéis solares. Se ganhar apoio amplo, pode ajudar a reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, disse que não há acordo sobre a proposta dos EUA e UE. “Não está comprovado que efeito terá sobre mudanças climáticas”, disse. Os representantes comerciais se reuniram pela primeira vez paralelamente à conferência climática anual da Organização das Nações Unidas (ONU), abrindo nova frente na batalha contra o efeito estufa.

Cerca de 20 ministros das Finanças também vão se reunir em Bali. Mas o resultado das conversações do fim de semana foi menor do que esperavam a ONU e a Indonésia, que abriga a conferência. O Brasil ficou indignado pelo fato de a proposta dos EUA e da UE não abranger biocombustíveis. O País é o maior produtor mundial de etanol e o governo suspeita que a intenção seja reforçar as exportações dos países ricos.

CABEÇA DA SERPENTE - “O protecionismo é como a cabeça da serpente. Ela sempre tentará reerguer”, disse Amorim. Ele e a representante comercial dos EUA, Susan Schwab, discutiram, mais tarde, sobre como promover a abertura dos mercados de produtos ambientalmente benéficos, algo que a Rodada de Doha trata desde 2001.

“O único produto isolado cujos efeitos já foram comprovados - o etanol - não faz parte da lista”, afirmou Amorim. O chanceler brasileiro estima que o consumo de etanol no Brasil evitou a emissão de 670 milhões de toneladas de dióxido de carbono nos últimos 30 anos.

“Usamos a lista do Banco Mundial porque não quisemos dar a impressão de estarmos defendendo interesses próprios”, declarou Schwab. “Os EUA são importadores líquidos (desses 43 produtos). O que é complicado sobre o etanol é que ele aparece em negociações agrícolas.”

Ela disse que os EUA importaram US\$ 18 bilhões e exportaram US\$ 15 bilhões. Países em desenvolvimento, incluindo China, México, Malásia, Taiwan e Indonésia, estão entre os maiores exportadores dos produtos da lista, disse Schwab.

Brasil diz que vai adotar "medidas verificáveis" para reduzir emissões – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2007
Celso Amorim diz que debate sobre metas brasileiras é questão "semântica"

O chanceler Celso Amorim chamou ontem de "mitologia semântica" a discussão sobre a aceitação de metas de redução de gases-estufa pelo Brasil.

No início da semana final das negociações sobre o clima em Bali, o ministro insistiu que o país não aceitará metas no sentido definido pelo Protocolo de Kyoto, mas que adotará "medidas quantificáveis e verificáveis" para reduzir suas emissões, em especial as resultantes do desmate na Amazônia. "Fica essa discussão sobre se o Brasil vai aceitar metas, o que é uma discussão presa a uma mitologia semântica que é muito manipulada", afirmou. "O Brasil é um país que está fazendo e vai fazer uma política de mudança de clima. A questão é como você dá a isso uma visibilidade que o transforma num compromisso internacional."

Depois da primeira reunião com os negociadores do Brasil na COP-13 (a conferência do clima da ONU), o chanceler apontou como desafio a negociação de RED (redução de emissões por desmatamento).

No momento, os países do G77, grupo das nações em desenvolvimento (ao qual o Brasil pertence), estão divididos sobre se incluirão no RED a degradação de florestas e a conservação de estoques florestais. Esta é a proposta da Índia, que quer ser recompensada por tudo o que deixou de desmatar no passado. O Brasil discorda, como também discorda da criação de um mecanismo de mercado para vender créditos de carbono originados de desmatamento evitado ou reduzido.

O raciocínio do Itamaraty é que gerar créditos assim inundaria o mercado mundial com carbono barato, dando aos países desenvolvidos e com metas a cumprir por Kyoto uma forma fácil de escapar do dever de casa de descarbonizar sua economia com redução do uso de combustíveis fósseis. O Brasil propõe um fundo voluntário onde nações do Anexo 1 (as que têm metas por Kyoto) depositem dinheiro para compensar países que reduzirem suas emissões abaixo de um nível preestabelecido.

Com medo de a divisão interna do G77 acabar não beneficiando ninguém, e as florestas ficarem com uma menção xoxa no "mapa do caminho", o Brasil vai tentar unificar os países em desenvolvimento. "Se você não tiver recursos financeiros novos e livres de um mecanismo de mercado você não está contribuindo para reduzir emissões", disse Amorim.

Questão florestal pede "choque de inteligência", afirma Viana – Cláudio Ângelo -
Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2007

DO ENVIADO A BALI - O secretário do Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana, disse ontem que é preciso um "choque de inteligência" na negociação da questão florestal. Foi uma crítica velada à posição brasileira contra a criação de um mecanismo de mercado para vender créditos de carbono originados de desmatamento evitado ou reduzido.

"O problema da negociação é que pouca gente entende de floresta. As pessoas nunca botaram o pé na floresta, ou botaram para tirar uma foto."

Ontem Viana propôs em Bali que o carbono florestal entre, sim, num mecanismo de mercado, mas que esse mercado somente seja usado para compensar emissões de países do Anexo 1 que voluntariamente se comprometerem a ampliar suas metas de Kyoto.

Segundo o secretário, que é engenheiro florestal, a proposta seria uma solução intermediária para acomodar as preocupações do Brasil e as dos defensores do mercado, como a coalizão liderada por Papua-Nova Guiné e Costa Rica.

"A posição brasileira tem avançado muito e o posicionamento formal é longo e complexo. Esperamos que ao final [do processo de Bali] os créditos de carbono de florestas estejam negociados." (CA)

Brasil propõe alternativa a mercado de carbono – Gilberto Scofield Jr – O Globo – O Mundo – 10/12/2007

Gilberto Scofield Jr.

Enviado especial

BALI. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, decidiu mobilizar os diplomatas brasileiros que participam da 13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas. O objetivo é criar, a partir de hoje, um novo grupo de países composto, basicamente, de nações que têm importantes reservas florestais ou matas que possam ser exploradas economicamente, mais ou menos como fizeram as pequenas ilhas-Estado, as mais ameaçadas pelo aquecimento global.

O Brasil defende que as florestas preservadas (o desmatamento evitado) não entrem no mercado de carbono. Por este instrumento, as florestas intactas viram créditos em carbonos que podem ser comprados pelos países ricos, os maiores geradores de gases do efeito estufa, para compensar suas emissões.

Dificuldades para conciliar os diversos interesses A sugestão do Brasil é a criação de um fundo em que os países poriam dinheiro voluntariamente e serviria para financiar projetos de preservação.

Num mundo dominado pela lógica do mercado, no entanto, os países ricos pressionam — com o apoio dos emergentes, que precisam de recursos para preservação, como Indonésia ou Papua Nova Guiné — para que esta preservação vire um crédito.

— Não podemos concordar com a idéia de usar a floresta como moeda para deixar que os países ricos continuem poluindo o planeta — disse Amorim.

— Se os projetos não forem administrados com cuidado, corremos o risco de perder a floresta e de ainda darmos permissão para que os ricos continuem emitindo.

Para ambientalistas, deve ser difícil o Brasil agregar países que enfrentam tantas dificuldades financeiras para manter suas florestas.

— Entendo a posição do Brasil, que tem recursos e um dos melhores sistemas de monitoramento de florestas do mundo — diz o presidente da ONG Conservação Internacional, Russell Mittermeier, parceira dos índios caiapós em projetos de preservação de floresta na Amazônia. — Mas a situação para muitos países com poucos recursos e extremamente ameaçados pelo avanço de empresas madeireiras ou mesmo fazendas, como a Indonésia, é difícil. Para eles, projetos no mercado de carbono são uma solução lógica.

Delegação brasileira em Bali é a maior, com 188 pessoas - Cristina Amorim e Liège Albuquerque – Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2007

Elas têm acesso a reuniões fechadas; Itamaraty diz que só custeou viagem de negociadores oficiais

O Brasil levou para Bali, na Indonésia, a maior delegação entre todos os países que participam da 13ª Conferência do Clima (COP-13). São 188 pessoas, entre o time de negociadores de três ministérios - a “delegação” de fato - e apêndices governamentais, do setor empresarial, da academia e de organizações não-governamentais.

A conferência reúne os integrantes da Convenção do Clima das Nações Unidas, que começam a construir um novo regime político de combate ao aquecimento global.

Só a União Européia pode ultrapassar o País nessa conta, e isso se forem somados os delegados do bloco (125) aos de cada uma das nações que o compõem. A Indonésia, país-sede da conferência, participa com 91 pessoas. Os EUA enviaram 53 e a China, 44.

Os governadores de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), inscreveram suas mulheres, Terezinha de Souza Maggi e Sandra Braga, como integrantes da delegação que representa o Brasil na COP-13. Braga também inscreveu a filha, Brenda. Amazonas e Mato Grosso são os dois Estados com maior participação na delegação, oito cada um.

Todos os integrantes da delegação têm livre acesso a todas as reuniões de negociação, até mesmo as de acesso restrito. A Petrobrás, por exemplo, inscreveu oito pessoas. O grupo Arcelor, seis. A Companhia Vale do Rio Doce, dois. A Associação de Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja) comparece com três pessoas.

O embaixador de Mudanças do Clima, Sergio Serra, afirmou que o credenciamento pelo Ministério de Relações Exteriores não implica pagamento da viagem para todos. “Não há ônus. Nosso objetivo é dar transparência ao processo, tanto como forma de participação democrática quanto para fiscalizarem se estamos sendo coerentes com o que foi debatido antes da COP.”

“Valorizo muito essa abertura do governo”, disse Mauro Armelin, da ONG WWF Brasil, que está em Bali como membro da delegação. Para ele, a grande vantagem é ter portas abertas a todas as negociações, o que lhe permite saber a posição exata de cada país.

Mas afirma haver também desvantagens. “Com esse crachá, não posso me comportar como WWF e tenho o compromisso de manter sigilo sobre os grandes temas em discussão.”

CONTAS - O governador do Amazonas, Eduardo Braga, viaja em comitiva desde 17 de novembro por países asiáticos em busca de novos investidores. A viagem de 24 dias foi ao Japão, China, Malásia, Cingapura e Indonésia. No dia 6 de dezembro, aniversário do governador, a primeira-dama e a filha mais velha foram a Bali passar a data com Braga, mas segundo a assessoria essa viagem foi paga pela família e não pelo governo. O programa da viagem e os custos, R\$ 341 mil, foram aprovados pela Assembléia Legislativa.

'Fome' de energia crescerá 55% - Estado de São Paulo – Vida & - 11/12/2007

A Agência Internacional de Energia (IEA) divulgou ontem, na 13.^a Conferência do Clima (COP-13), resultados de seu mais recente relatório “World Energy Outlook”. Segundo o levantamento, a demanda mundial por energia pode crescer até 55% entre 2005 e 2050 - uma média de 1,8% por ano.

O consumo será maior entre os países em desenvolvimento, que contribuirão com 74% do aumento. China e Índia, em particular, serão responsáveis pela fatia maior, 45% do crescimento, por causa da expansão acelerada de suas economias e de suas populações, indicam as projeções.

Até 2030, os combustíveis fósseis continuarão na posição de principal fonte energética, respondendo por 84% do aumento da demanda.

Os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, quando queimados para gerar energia, emitem níveis elevados de gases-estufa, o que leva ao agravamento do aquecimento global.C.A.

País pobre deve ter meta no clima, diz senador dos EUA – Cláudio Ângelo - Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/12/2007

Democrata defende acordo contra aquecimento que obrigue China a cortar emissão - Segundo John Kerry, "salvar planeta" é mais barato que a guerra do Iraque; Al Gore diz que Índia e chineses usam americanos como "desculpa"

Al Gore (no alto, recebendo o Nobel da Paz junto ao chefe do IPCC, Rajendra Pachauri) sinaliza que EUA só terão meta para corte de emissão quando Índia e China tiverem

Quem esperava que o Congresso dos EUA fosse dar em Bali um sinal claro de que o maior poluidor do mundo está pronto para assumir a liderança no combate ao aquecimento global a partir do ano que vem se frustrou. O senador democrata John Kerry disse ontem que seu país estará na mesa de negociações, mas deixou claro que o acordo pós-Kyoto precisa ser "global", ou seja, os países em desenvolvimento precisam assumir metas obrigatórias.

"Não há maneira possível de cumprir as expectativas da ciência sem a participação global", declarou Kerry, derrotado por George W. Bush na eleição presidencial de 2004. Ele fez referência explícita à China, país que já alcançou o mesmo nível de emissões de gás carbônico que os EUA -cerca de 20% do total mundial- mas que, por ser um país em desenvolvimento e com emissões per capita baixas, é desobrigado de metas nacionais compulsórias.

"Não há como os países desenvolvidos fazerem isso sozinhos. Esta não é uma questão per capita, é uma questão de emissões globais", disse. Kerry deu entrevista coletiva sozinho a um multidão de jornalistas no Centro Internacional de Convenções de Bali. Quase só respondeu a perguntas da imprensa americana -interrompeu um repórter suíço que começava a falar ("Você depois. Imprensa americana?")- e evitou criticar muito o governo Bush.

Apesar de dizer que a política americana em 2009 terá sofrido uma mudança radical da situação atual de rejeição a Kyoto e a qualquer coisa que cheire a compromisso, Kerry defendeu o voto do Senado pela não-ratificação do acordo, em 1997, dizendo que ele tem sido mal-interpretado. "O que o Senado quis dizer com o voto é que 38 países [os do chamado Anexo 1] não têm condições de resolver o problema sozinhos." Retomou, assim, a posição histórica dos EUA, da qual Bush lançou mão ao rejeitar Kyoto. Essa mesma reação foi repetida em Bali pelo Canadá, que tem tentado condicionar a adoção de objetivos mais rígidos de corte de emissões à adoção de metas obrigatórias pelos países de fora do Anexo 1.

"É claro que eu não espero que os países menos desenvolvidos adotem as mesmas metas que os EUA", disse o senador. Para ele, o encontro de Bali precisa fazer com que as negociações sob a Convenção do Clima e sob o Protocolo de Kyoto se juntem após 2009, e que "metas obrigatórias globais [sejam adotadas] por todos os países em algum ponto no futuro".

Sobre o papel dos EUA na negociação do regime pós-Kyoto, Kerry disse que "um processo de transformação muito importante está acontecendo nos EUA". O sinal mais recente dessa transformação foi a aprovação pelo Congresso, na semana passada, de um programa de comércio de emissões de gases de efeito estufa que coloca o país no rumo de adotar um esquema obrigatório de reduções após o governo Bush.

"Mais de metade da economia americana já se comprometeu a reduzir emissões sem nenhuma dependência da esfera federal", afirmou, referindo-se a Estados e empresas. Disse que o custo econômico da mudança será grande, mas viável. "Gastamos um trilhão de dólares em uma guerra no Iraque. Nós podemos achar alguns bilhões para salvar o planeta." Al Gore, democrata americano ganhador do Nobel da Paz, também aproveitou para atacar a China e a Índia na cerimônia de entrega do prêmio, ontem, em Oslo (Noruega). "Ambos os países deveriam parar de usar o comportamento dos outros como desculpa para a inação."

Com Associated Press

Nos 10 anos de Kyoto, o desprezo de seus integrantes - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2007

Canadá, Austrália, Japão e EUA barram aprofundamento de acordo contra aquecimento

O Protocolo de Kyoto completou ontem dez anos e recebeu de presente o desprezo de alguns países ricos, que desejam fugir de compromissos mais rígidos de corte de emissões de gases-estufa dentro do acordo que eles mesmos ajudaram a construir. Durante a 13ª Conferência do Clima (COP-13), que acontece na Indonésia, as delegações do Canadá, da Austrália e do próprio Japão - onde o protocolo foi criado - bloquearam tentativas de aprofundamento para 2013.

Nem uma festa organizada pelo secretariado da convenção, nem um bolo gigante oferecido pela ONG Greenpeace tiraram o gosto amargo da boca de milhares de participantes da conferência. Os três países foram agraciados pelo Fóssil do Dia, prêmio às avessas dado por organizações não-governamentais para quem bloqueia as negociações do clima.

O Protocolo de Kyoto, criado em 1997, estabelece que os países ricos precisam cortar 5,2%, em média, das emissões de gases-estufa, em relação a 1990, entre 2008 e 2012. O único país que não segue essas metas são os Estados Unidos. Os demais trabalham há alguns anos em estratégias de redução de suas emissões. Ainda assim, projeções da ONU indicam que nem todos conseguirão cumprir o prometido.

É o caso do Japão. Com um sistema energético já eficiente, seria complexo e caro cortar suas emissões entre 25% e 40%, até 2020, como deseja a União Européia. A inclusão dessas taxas no rascunho discutido nesta semana na COP-13 foi barrada pela delegação japonesa.

“O Japão está desonrando o compromisso que assumiu”, acusou Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace Brasil. “Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, havia muita expectativa sobre o que os desenvolvidos fariam na COP. O que vimos causa, portanto, imensa frustração.”

A Austrália, que acaba de ratificar o protocolo após anos de distanciamento, também agiu para barrar metas rígidas de corte, assim como o Canadá.

“Hoje, a comunidade internacional comemora o 10º aniversário do protocolo. Mas o novo acordo tem de ser muito maior do que Kyoto”, disse ontem Stavros Dimas, comissário europeu para o ambiente. A União Européia apóia o corte de 25% a 40%. Mas, até ontem à noite, nenhum consenso sobre o tema havia sido obtido entre os delegados na COP-13.

ESPERANÇA DE DECISÃO - A última esperança de mudança surge com a chegada, hoje, dos ministros de 190 países mais a União Européia. Deles espera-se que batam o martelo sobre temas polêmicos e que indiquem qual caminho seguir para conciliar controle da crise climática e desenvolvimento sustentável.

“Isso é muito importante para deixar que ministros de Ambiente resolvam tudo”, ponderou ontem o economista Nicholas Stern, que escreveu um relatório para o governo britânico sobre os custos do combate às mudanças climáticas.

Apesar da observação de Stern, são mesmo os ministros que terão de resolver muita coisa. Após nove dias de extensas reuniões, os negociadores corriam para deixar menos pontas soltas possíveis para seus chefes resolverem, sob pena de decisão nenhuma sair da conferência. Mas ainda faltava consenso - a principal regra de deliberação da ONU - entre os negociadores sobre metas e sobre a inclusão de desmatamento evitado como forma de mitigação.

Nessa rodada de alto nível, o Brasil será representado pelo ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, e pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. No discurso do Brasil, Amorim destacará a vulnerabilidade da Amazônia frente ao aquecimento global. Alguns modelos científicos indicam que parte do bioma pode ser substituída por um tipo de savana - ou “desaparecer”, como disse o chanceler a jornalistas ontem.

VAIVÉM - Desmatamento evitado de florestas tropicais como forma de mitigação é um dos temas mais quentes de Bali. Ontem à tarde, a delegação brasileira estava confiante em um consenso, construído após Amorim orientá-la a buscar uma coalizão no grupo de trabalho sobre o tema. O Brasil aceitou a entrada de áreas degradadas na conta e também a referência ao manuseio sustentável de florestas. Mas, à noite, o consenso ruiu com considerações de países que, horas antes, haviam concordado com o texto.

A temperatura do debate pode ser medida pelos discursos. No começo da conferência, todos os participantes falavam que as mudanças de uso do solo, entre elas o desmatamento, correspondiam a até 20% das emissões globais anuais de gases-estufa. Agora já se ouve que derrubar floresta emite 20% (cravados) dos gases-estufa num ano.

PRIMEIRA MEDIDA PRÁTICA - A 13ª Conferência do Clima (COP-13) produziu seu primeiro benefício palpável, com direito a palmas, suspiros de alívio e sorrisos pelos corredores. Os participantes chegaram a um acordo sobre o Fundo de Adaptação, essencial para que os países menos desenvolvidos possam se preparar para as mudanças climáticas em curso. O dinheiro virá de uma taxa cobrada nas transações do carbono.

O acordo estabelece que o fundo será gerido interinamente pelo Global Environment Facility (GEF), a contragosto dos países em desenvolvimento. Segundo eles, a experiência mostra que dinheiro que cai no GEF é dinheiro perdido em burocracia, consultas e pesquisas intermináveis, sobrando pouco para a ação de fato. Para piorar, dizem, o GEF é administrado por (e, na prática, para) países ricos.

Em compensação, a destinação será decidida em conjunto, por um grupo de 16 representantes de países industrializados, emergentes e menos desenvolvidos. Decisões consensuais serão “mais valorizadas”, mas, no caso de impasse, valerá maioria por dois terços dos votos.

Segundo a Climate Action Network, que congrega diferentes organizações não-governamentais, o acordo deve ser comemorado e sua formatação permitirá a todas as partes acompanhar o que acontece com o fundo. Além disso, os principais beneficiados serão mesmo as nações com piores condições de adaptação - Brasil e China, apesar de elegíveis, usariam pouco do fundo já que têm condições de bancar boa parte de suas estratégias de adaptação.

O texto ainda tem de ser votado em plenária. É praxe que, após o consenso, seja aprovado tal como está.

PF vai fazer levantamento oficial de ONGs na Amazônia - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 12/12/2007

O ministro da Justiça, Tarso Genro, determinou ontem um levantamento completo da atuação de ONGs na Amazônia brasileira. O objetivo é combater a biopirataria, impedir a exploração ilegal de recursos naturais e reprimir agressões à soberania nacional, problemas que, segundo disse, ameaçariam a região com a colaboração de organizações custeadas por interesses estrangeiros e grupos econômicos ou religiosos.

“A ação das ONGs não pode ser espaço disponível à ação de aventureiros”, disse Tarso. Ele informou que o levantamento começará imediatamente e terá o auxílio da Polícia Federal, devendo estar pronto em 90 dias. O resultado vai subsidiar um projeto de lei, a ser enviado até julho ao Congresso, que criará um estatuto especial para regular a atuação dessas entidades na Amazônia. “Temos informações de que algumas delas estão lá para

colher dados da floresta ilegalmente, fazer tráfico com a nossa diversidade e levar para fora do País informações das nossas riquezas minerais.”

Levantamento da inteligência do Exército, publicado no dia 25 de novembro pelo Estado, na revista Grandes Reportagens - Amazônia, revela que cerca de 100 mil ONGs atuam hoje sem controle na região. Algumas seriam patrocinadas por órgãos de inteligência de outros países. Segundo o ministro, por falta de lei, estariam ocorrendo distorções de toda ordem. “Essas entidades trabalham sem fiscalização, não se sabe o que fazem e a serviço de quem estão. Que tem deturpação, tem.”

Tarso Genro disse ter também informações de que grupos religiosos estariam deturpando a cultura e as tradições indígenas, até mesmo fazendo evangelização em língua estrangeira. O ministro ressaltou que há ONGs sérias, que cumprem seus objetivos.

O trabalho prevê a identificação de todas as ONGs que atuam na Amazônia Legal, que ocupa 60% do território brasileiro e concentra a maior biodiversidade do planeta. Será dada ênfase às entidades que atuam em terras indígenas, trabalham com bioprospecção ou tenham imóveis na região. Serão verificadas as prestações de contas dessas entidades e devassados seus estatutos.

Com base no levantamento, serão propostas medidas para dar mais rigor ao controle exercido sobre as atividades das ONGs na Amazônia. O trabalho servirá também de base para ações permanentes de combate a crimes ambientais e atividades que ameacem a integridade das populações indígenas e a soberania nacional.

Posição brasileira sobre o clima é inexplicável – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – Entrevista com Raúl Estrada Oyuela – 12/12/2007

Diplomata argentino que arquitetou o Protocolo de Kyoto há dez anos diz que as negociações em Bali são "irracionais"

O NTEM, NO DIA EM que o Protocolo de Kyoto completou dez anos, o "pai" do acordo do clima, o diplomata argentino Raúl Estrada Oyuela, 69, manifestou pouco otimismo com o progresso das negociações em Bali rumo ao futuro do regime. Ele disse que as discussões estão "irracionais", para em seguida complementar: "não conseguiria explicá-las à minha mulher". Ele pediu ainda comprometimento de todos os países.

CLAUDIO ANGELO

ENVIADO ESPECIAL A BALI - Em entrevista concedida à Folha - minutos antes de um bolo com os dizeres "Feliz Aniversário, Kyoto!" ser cortado-, Estrada disse que há muito a comemorar. A celebração se deve ao ganho político representado pelo tratado e aos mecanismos de mercado colocados em prática por Kyoto. Mas afirmou que a conferência

de Bali pode acabar produzindo pouco mais que um calendário de reuniões. Dificilmente, afirma, um substituto de Kyoto será acordado em 2009, como quer a ONU. Diplomata de carreira, Estrada já serviu em Washington, Brasília, Santiago e Pequim. Foi o chefe do comitê que há 12 anos estabeleceu o Mandato de Berlim, instrumento que baseou o acordo de Kyoto. É considerado o principal arquiteto da negociação que resultou no tratado. Depois, foi o negociador-chefe argentino em mudança climática, até ser demitido em 2006 pelo presidente Néstor Kirchner após criticar o Ministério do Ambiente. ★

FOLHA - Como o sr. avalia a negociação em Bali? RAÚL ESTRADA OYUELA
- Até o final da semana passada, eu estava um pouco mais otimista. Agora a coisa complicou. Fora da União Européia, os países desenvolvidos estão renitentes quanto a cumprir os compromissos do Protocolo de Kyoto e sobretudo a renová-los com maior profundidade. Por outro lado, os países em desenvolvimento mantêm o mesmo tipo de discurso de 20 anos atrás, e que deve ser atualizado. Não é possível que a China, país que tem em seu poder a maior proporção de títulos da dívida pública americana, peça assistência financeira. Nem que, como grande exportador de produtos de altíssima tecnologia, peça assistência tecnológica. Aí você se dá conta de que os grandes países em desenvolvimento, que têm de fato um peso grande nos temas globais, não assumem responsabilidades específicas. China, Índia, Brasil, Malásia, Indonésia, Coréia do Sul, África do Sul e México têm sido chamados a todas as grandes reuniões onde se tomam decisões importantes. Isso implica uma responsabilidade que não pode ser ignorada.

FOLHA - Esses países dizem: "não negamos que temos responsabilidades, e as cumpriremos, mas..."
ESTRADA - Depois dos outros. Isso já não tem razão. É uma desculpa. Não se pode ter Índia e China dizendo que não farão o que precisam se os EUA não fizerem primeiro e os EUA dizendo que não farão se a Índia e a China não fizerem primeiro. Tem de haver um acordo onde todos se comprometam. Se quer um acordo onde todos se comprometam, o Brasil deve se comprometer.

FOLHA - E é possível que venha a acontecer? Porque a negociação agora está em dois trilhos separados, o da Convenção do Clima, que define compromissos voluntários, e o do Protocolo de Kyoto, que trata de metas obrigatórias...
ESTRADA - Isso é uma ficção. Nenhuma pessoa normal no mundo, além de nós, perversos que participamos disto [da negociação internacional de clima], pode entender que essas coisas estejam separadas. Porque, para as pessoas, estamos falando do mesmo assunto. Há um protocolo que está em vigor há três anos e que se começa a aplicar em 1º de janeiro do ano que vem. Esse protocolo tem disposições para o próximo período de compromisso, que pode perfeitamente estar limitado aos mesmos países que já entraram no primeiro período de compromisso, mas tem também outras disposições. Tem o artigo 9, que permite revisá-lo e ampliá-lo, e isso pode fazer com que outros países se incorporem a um compromisso efetivo, e o artigo 5, que permite ajustar os critérios pelos quais se faz a limitação de emissões. É perfeitamente possível que, no contexto do protocolo, no artigo 10, se coloque um tipo de compromisso que não tenha vinculação com um topo, porque isso é visto pelos países em desenvolvimento como um limite ao crescimento. Mas sim como uma meta de eficiência a alcançar. Uma meta de conservação de florestas nativas, por

exemplo. Mas, neste momento, a conversa é: "eu não me mexo até que você faça algo" e o outro lado diz exatamente o mesmo.

FOLHA - A tendência é que conferência caminhe para isso?
ESTRADA - Até agora sim. Pode ser que, com a chegada de ministros de delegações que têm tido posições muito duras, se faça algumas concessões. É uma tática de negociação: manda-se primeiro a segunda fila para provocar situações de rigidez, depois o chefe da delegação chega e faz uma concessão. Pequena, mas como é uma concessão, é comemorada (risos).

FOLHA - E como o sr. enxerga a posição do Brasil, que insiste em deixar os dois trilhos separados?

ESTRADA - Me parece que essa posição é impossível de explicar às pessoas comuns. Eu tenho um ponto de referência: quando estou trabalhando num tema desse tipo, sinto que estou bem orientado se consigo explicá-lo bem à minha mulher. Mas se quando explico, ela diz: "Olha, isso não está direito", é que ninguém vai entender por quê.

FOLHA - Esse procedimento, então, não lhe parece certo.
ESTRADA - Não. Pode-se até usá-lo, mas precisa estar acompanhado de uma decisão efetiva de adotar compromissos.

FOLHA - O Brasil disse que terá compromissos verificáveis...
ESTRADA - E qual será esse compromisso? Não me foi dito. Há uma quantidade enorme de medidas de mitigação que os países em desenvolvimento podem adotar sem comprometer seu crescimento. Por exemplo: eficiência energética. Muitas dessas medidas o Brasil já tem. Mas o transporte no Brasil, como na Argentina, é maciçamente rodoviário. Isso é ambientalmente irracional. Podemos produzir motores elétricos eficientes para a indústria.

FOLHA - Se o sr. desenhasse o processo de negociação, como faria?
ESTRADA - Eu juntaria as cabeças dos países mais importantes, que foi o que eu fiz em Kyoto. É preciso buscar representações válidas em cada grupo e encontrar a linha de fundo para o compromisso. Eu não vejo isso acontecer agora. O que há são reuniões muito grandes, com 80 pessoas, onde não se negocia nada, porque todo mundo só quer ser ouvido. Eu não vejo que nesta conferência haja o tipo de liderança que é preciso ter. Também não sei se é boa idéia que o "mapa do caminho" seja fixado pelo presidente da conferência, como ele vem dizendo, porque o "mapa do caminho" precisa refletir o entendimento. Neste caso, o que vamos ter não será um mapa do caminho significativo, mas um calendário do que deverá acontecer em cada etapa. Mas faz falta algo como o Mandato de Berlim: com um calendário e um conteúdo a cumprir. O Protocolo de Kyoto foi feito sob medida para os EUA. E agora eles não gostam da palavra Kyoto: vamos mudá-la, então, para Bethesda ou qualquer nome próximo a Washington. Essa situação é lamentável.

FOLHA - A data-limite de 2009 lhe parece realista?
ESTRADA - É difícil porque não sei como os EUA chegarão lá. O novo governo assume em janeiro [de 2009], tem uma prioridade econômica grande, tem o problema do Iraque. Não sei se o clima é a terceira ou a quarta prioridade da lista. Para tomar uma decisão em

dezembro de 2009 seria preciso conhecer a posição dos EUA quatro meses antes. A idéia de fechar 2009 é porque a conferência se realiza na Dinamarca. A seguinte será na América Latina. Bom, poderíamos ter um Protocolo do Rio de Janeiro...

Bloco dos EUA veta negociação de meta em Bali – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2007

DO ENVIADO A BALI - A menção a metas de redução de 25% a 40% das emissões de gases-estufa até 2020 em relação a 1990 para os países desenvolvidos pode ficar fora do texto final em Bali.

União Européia faz pressão pela inclusão, mas EUA, Canadá, Japão e Austrália estão vetando o texto, por enquanto. Como essas metas são a coisa mais importante que pode sair do encontro, Bali corre o risco de ser um fracasso. Como todas as decisões no âmbito da ONU são por consenso, uma oposição basta para frustrar tudo.

"Nos precisamos desse alcance de reduções por parte dos países desenvolvidos", disse ontem Stavros Dimas, comissário da UE para o ambiente. "A ciência nos diz que essas reduções são necessárias, e a lógica requer que escutemos a ciência." *Com Associated Press

Bali não tem acordo sobre aquecimento – Gilberto Scofield Jr - O Globo – Capa – 12/12/2007

Países ricos e em desenvolvimento não chegaram a um acordo significativo para combater o aquecimento global. O documento final da conferência da ONU não terá metas de redução de CO2, informa o enviado especial a Bali GILBERTO SCOFIELD JR. Página 38

Caminho para lugar algum – Gilberto Scofield – O Globo – O Mundo – 12/12/2007

Reunião do clima chega à reta final sem perspectiva de acordo significativo
Gilberto Scofield Jr.

Enviado especial • BALI - Nem o bolo de aniversário gigantesco preparado pelo Greenpeace para comemorar o aniversário de 10 anos do Protocolo de Kioto, nem a reunião paralela de ministros das finanças reunidos em Bali conseguiram superar a polêmica sobre a fixação de metas concretas para o corte de emissões de gases do efeito estufa por países desenvolvidos no acordo que vai substituir o de Kioto a partir de 2012. Elas ficarão de fora do chamado mapa do caminho de Bali, o documento final da reunião.

Diante da recusa de países ricos, como EUA, Japão e Canadá, de aceitar metas numéricas agora, a saída foi fixar um prazo para a definição dessas metas. Num rascunho

que ganhou a aprovação da maioria dos delegados presentes à Convenção do Clima das Nações Unidas, os países ricos se comprometem a divulgar metas adicionais de cortes em 15 de fevereiro de 2009, na próxima reunião da convenção, em Copenhague, para serem adotados a partir de 2012. Ainda que a estratégia seja considerada um recuo por muitos, na verdade ela permite a entrada, neste estágio da convenção, de países que se recusam a aceitar números agora, ao mesmo tempo em que fixa um prazo final para a divulgação de metas adicionais de corte, com tempo suficiente para novas discussões internas.

— A inclusão de números neste estágio do processo é prematura e pode comprometer as negociações futuras — disse o principal negociador dos EUA, Harlan Watson.

UE defende metas ambiciosas - A voz dissonante — e de maior peso — veio da União Européia, que defende a adoção de metas ambiciosas de redução de emissões pelos países industrializados.

O comissário europeu de Meio Ambiente, Stavros Dimas, disse ontem que “é crucial” que as 35 nações mais desenvolvidas do planeta reduzam suas emissões entre 20% e 40% a partir de 2020 se quiserem que as temperaturas do planeta não aumentem mais do que dois graus Celsius — um limite considerável aceitável.

— A ciência nos diz que essas reduções são necessárias — disse Dimas.

— A lógica requer que prestemos atenção à ciência.

Todos os países membros da UE se comprometeram a baixar suas emissões de 20% a 30% em relação aos volumes de 1990 antes de 2020.

Eles aceitam ampliar esses percentuais se outras nações ricas participarem do pacto.

A Alemanha é o exemplo mais emblemático do bloco. O país é um dos grandes emissores do planeta, mas também o que mais avançou na redução das emissões de gases do efeito estufa. O chefe da delegação alemã, Nicole Wilke, comemorava o índice de 21% no corte de emissões em relação aos valores de 1990 que o país atingirá este ano.

Pressão de ambientalistas - Trata-se de um percentual bem acima dos 5,2% acertados pelos 36 países ricos que fazem parte do chamado Anexo 1 do Protocolo de Kioto como um objetivo a ser atingido em 2012. Bem além também do corte de 8% para 2012 estabelecido especificamente para a Alemanha.

Os ambientalistas também pressionaram pela adoção de metas claras no encontro de Bali. Eles temem que o documento final da reunião seja fraco demais sem esses compromissos: — Há uma certa falta de urgência no texto, que pode acabar bastante diluído — afirmou Stephen Campbell, do Greenpeace.

Mas o próprio secretário-executivo da conferência, Yvo De Boer, afirmou que tais metas concretas não serão alcançadas nesta reunião. Segundo ele, os percentuais de redução de 20% a 40% são uma “diretriz, não um objetivo” pelos quais os países devem se orientar por eles.

De Boer frisou que nesta reunião não serão fixadas metas de redução de emissões. A idéia é elaborar um plano de ação para as negociações que começam em 2008 com o objetivo de alcançar, em 2009, um acordo que substitua Kioto a partir de 2012.

Na floresta- desmatamento avança no estado do Pará. A destruição da Floresta Amazônica e o aquecimento do planeta podem fazer até 60% da mata desaparecerem até 2030, segundo o WWF

No gelo - Um fiorde na Groenlândia: estudo da Universidade do Colorado revelou que a extensão do derretimento de gelo em 2007 superou em 10% a dos anos anteriores e foi a maior desde 1979

Brasil cria fundo voluntário para conservar Amazônia - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2007

Para atrair doadores, País aceita fixar metas verificáveis de redução do desflorestamento

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentou ontem à comunidade internacional, na Indonésia, detalhes do Fundo para Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira. Após três anos de queda da taxa de desmatamento, o País aposta no levantamento de recursos externos com base no que foi feito até agora.

Para conquistar a confiança dos investidores, uma vez que o apoio seria voluntário, o governo aceita assumir compromissos: “Estamos nos dispondo a seguir metas internas e verificáveis (de controle do desmatamento)”, disse Marina.

O lançamento oficial do fundo deve ocorrer no primeiro semestre de 2008. A projeção inicial de investimento é de US\$ 150 milhões, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Cerca de US\$ 100 milhões viriam do governo da Noruega, que acaba de lançar um programa de US\$ 2,7 bilhões de apoio financeiro aos países com florestas tropicais, durante cinco anos.

O ministro norueguês do Meio Ambiente, Erik Solheim, presente ao anúncio, não detalhou quanto seu país repassaria ao Brasil, mas indicou interesse ao dizer que, ao contrário de outras estratégias de mitigação de gases-estufa, a manutenção da floresta em pé “ainda impede a perda de biodiversidade”.

Esse recurso se somaria ao orçamento de US\$ 500 milhões, já aprovado no Plano Plurianual, destinado ao Plano Nacional de Combate ao Desmatamento da Amazônia, que atualmente passa por revisão. O desmatamento e as queimadas são a principal fonte brasileira de gases-estufa, cerca de 75% do total. Segundo a secretária de Mudanças Climáticas do MMA, Thelma Krug, 59% do total vem da Amazônia.

Pelo cálculo do ministério, a cada US\$ 5 doados por meio do fundo, 1 tonelada de CO2 deixaria de ser emitida pelo desmatamento evitado.

A apresentação ocorreu paralelamente à 13ª Conferência do Clima (COP-13), que reúne 190 países para discutir um novo regime de combate ao aquecimento global.

LEÃO ADORMECIDO - O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, também presente ao evento, acredita que o aumento no desmatamento registrado nos últimos meses não inviabiliza o plano do ministério. “Eu disse outras vezes que o desmatamento é um leão adormecido e com fome quando acorda. Acho que é possível que exista um aumento (em 2008), mas ele não chegará mais àqueles números de 2004 (quando houve um pico de 27.429 km2).”

Amorim nega divergência interna - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2007

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem que o Brasil pode aceitar mecanismos de mercado vinculados ao desmatamento evitado de florestas tropicais, como forma de mitigação de gases-estufa. O tema gerou debates na 13.^a Conferência do Clima (COP-13).

“Acho que os mecanismos de mercado podem ser usados, devem ser usados. Colocamos uma palavra de cautela em relação a seu uso excessivo, a uma corrida para projetos que não reduzem emissões e permitirão que os países ricos continuem a emitir.”

Tanto Amorim quanto a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, negaram que houvesse divergências na delegação brasileira. “Antes o debate acontecia num nível técnico e passou para um nível político, então sempre há uma mudança de tom”, afirmou o chanceler. Marina foi mais direta: “Alguém falou com o ministro Amorim? Alguém falou comigo? Não houve mudança nenhuma.”

Governo propõe "meta" contra desmate - Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007

Plano apresentado em conferência prevê fundo que recompensa país se a devastação anual ficar abaixo de 19.500 km² - Patamar deve ser revisado a cada cinco anos e pode ser reduzido para valores mais baixos caso as políticas estiverem surtindo efeito

O Brasil apresentou ontem seu primeiro esboço de meta interna contra o aquecimento global. Um fundo a ser lançado pelo governo no primeiro trimestre do ano que vem propõe aumentar os recursos para o combate ao desmatamento sempre que o país demonstrar ter reduzido a taxa de perda de floresta abaixo de um patamar.

Para os próximos cinco anos, esse patamar será de 19.500 km², a média do desmatamento na Amazônia entre 1996 e 2005. Este é o objetivo -ou meta- nacional de redução de desmatamento, a ser revisado a cada cinco anos e reduzido para valores mais baixos caso as políticas surtam efeito.

A proposta foi lançada ontem em Bali pelos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores) e Marina Silva (Meio Ambiente), na presença do diretor-executivo do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), Achim Steiner. É a carta que o Brasil mantinha na manga para limpar a imagem de intransigente e tentar salvar as negociações sobre o combate às emissões no período pós-Kyoto, que nos últimos dias racharam devido a tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

"Estamos nos dispondo a [ter] metas internas e verificáveis", disse Marina, para quem a proposta é prova de que o Brasil quer "liderar pelo exemplo" no combate à mudança do clima -o desmatamento tropical responde por cerca de 15% das emissões globais de CO2, o principal gás-estufa.

"O Brasil (...) está pronto a aprimorar suas políticas e seus programas para reduzir emissões, de uma forma que seja mensurável, verificável e aberta a uma revisão universal periódica", disse Amorim em discurso na plenária da COP-13, a conferência do clima de Bali. "Convidamos outras nações em desenvolvimento, em condição de fazê-lo, a seguir o mesmo caminho".

Ressuscitar pássaros - Antes mesmo de ser lançado, o Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira ganhou um sinal de doação. O governo da Noruega, que em Bali anunciou que dará US\$ 545 milhões por ano para conservar florestas tropicais nos próximos anos, deve ser o primeiro financiador do mecanismo. O ministro da Cooperação Internacional, Erik Solheim, esteve presente no lançamento da proposta. Evitou falar em números, mas Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, estimou em US\$ 100 milhões a contribuição. Solheim destacou a necessidade de ação imediata. "Não precisamos de novos mecanismos do Protocolo de Kyoto, só precisamos começar." Num lapso antiecológico, disse que a proposta brasileira "mata vários pássaros com uma pedrada só". Foi imediatamente corrigido por Celso Amorim: "Ressuscita vários pássaros!".

A lógica por trás do fundo é que reduzir o desmatamento representa a maior contribuição do Brasil contra o aquecimento. Cerca de 75% das emissões nacionais vêm do corte raso, em especial na Amazônia.

Capitalizado por ações de fiscalização e pela queda dos preços das commodities agrícolas, o Brasil viu o desmatamento cair na Amazônia em 2006/ 2007 pelo terceiro ano consecutivo, chegando a 11.224 km². Segundo Azevedo, a queda de quase 60% no desmate no último triênio significou que 1,3 bilhão de toneladas de CO2 deixaram de ir para a atmosfera. Em comparação, todo o programa brasileiro do álcool em 30 anos só poupou 644 milhões de toneladas de CO2. O futuro fundo não se insere em nenhum mecanismo de mercado de Kyoto nem vai gerar créditos de carbono. Ele será alimentado por doações voluntárias de governos e empresas dispostos a limpar sua ficha corrida ambiental. O fundo deve ser gerido pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), e a efetividade das ações contra o desmate deve ser supervisionada por um comitê de cientistas. Para cada US\$ 5 investidos seria certificada a redução de uma tonelada de carbono.

Para Steiner, a proposta é um antídoto contra o impasse diplomático. "Ela mostra que existem duas Balis. Há a Bali dos colchetes e a da liderança e da ação." Mauro Armelin, do WWF, concordou: "A ótima notícia é o Brasil sair com uma proposta tecnicamente embasada, lançando uma metodologia para chegar a alguma coisa." O diretor-executivo internacional do Greenpeace, Gert Leipold, também elogiou a proposta, que considerou "notável" em sua simplicidade.

SEM CARBONO ONU PRETENDE CORTAR EMISSÃO – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban-ki Moon, anunciou hoje que a organização pretende criar programas para neutralizar o carbono emitido por suas atividades -como as viagens de avião para a conferência de Bali. Como um único delegado que se desloque da América do Sul para a Indonésia emite mais carbono do que a média de um cidadão de um país em desenvolvimento num ano inteiro, o esforço vem em boa hora

Licenciamento ambiental tem de levar efeito estufa em conta, diz comissão – Adriano Ceolin – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007

O relatório da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional defende alterações na lei de licenciamento ambiental para obrigar a adoção de critérios relacionados ao aquecimento global em empreendimentos com operação superior a 25 anos.

A Folha teve acesso ao documento que deverá ser apresentado hoje pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) à comissão. A proposta de mudança na lei de licenciamento é um dos oito projetos de lei presentes no relatório. Se aprovada, a iniciativa entrará em tramitação na Casa. "Existem alguns processos de licenciamento que já adotam esses critérios, mas é importante que isso esteja previsto na lei", diz Casagrande. Integrante da bancada governista, o senador afirmou ainda que existem várias propostas que não têm consenso. Segundo ele, há pressões do setor empresarial com relação ao tema das mudanças climáticas. "O Brasil ainda não tem um arcabouço legal. E existem muitos empecilhos", disse. "O setor produtivo é contra o estabelecimento de metas de redução de emissões, por exemplo." Com 221 páginas, o relatório é o primeiro documento do Congresso brasileiro relacionado às mudanças climáticas. Integrada por 12 senadores e 12 deputados, a comissão foi instalada em março, logo após o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática) um de seus relatórios de 2007.

Ambiente interno - Os resultados, na prática, ainda não aconteceram. "Ficamos prejudicados este ano. A idéia era iniciar a apreciação dessas matérias em junho, na Semana Nacional do Meio Ambiente. O problema é que o Senado não discutiu outro assunto a não ser o seu ambiente interno", disse, em referência à crise envolvendo o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O relatório de Casagrande contém críticas ao combate ao desmatamento feito pelo governo federal. "A estratégia pode ser mais intensa, com uma integração maior entre Estados e municípios. O trabalho de monitoramento ainda está se aperfeiçoando", disse. "O link das imagens de satélite com o local de desmate ainda tem sido lento. Não há ação tão rápida. (...) Falta um trabalho de capacitação dos profissionais dos Estados e municípios". Para o senador, o Brasil tem de assumir compromisso internacional com a redução do desmatamento. Ele critica o que chama de "alinhamento" do Brasil com Índia e China na questão climática. "Isso é ruim. Porque a China e a Índia não têm nada a apresentar e nós já temos muito. Esses países estão começando a fazer alguma coisa agora", diz Casagrande.

AUSTRÁLIA SE DIZ A FAVOR DE METAS PARA PAÍS RICO – Folha de São Paulo
– Ciência – 13/12/2007

A reunião de alto nível da COP-13 começou ontem em Bali com o premiê australiano, Kevin Rudd, oficializando a ratificação do Protocolo de Kyoto por seu país. Aplaudido, Rudd disse esperar que nações desenvolvidas adotem metas vinculantes. Sossegou, assim, aqueles que temiam que a Austrália fosse recuar em sua decisão de levar o clima a sério.

MINISTROS BRASILEIROS SE CONTRADIZEM NA COP-13 – Folha de São Paulo
– Ciência – 13/12/2007

Contrariando o que brasileiros em Bali vinham dizendo, Celso Amorim sugeriu que o país não é contra o uso de mecanismos de mercado para o carbono de florestas. Questionada depois sobre se isso seria uma mudança na posição brasileira, Marina Silva se irritou. Quis saber a fonte da informação: "Falou comigo? Falou com o Celso Amorim?"

Desafio ético - Kemal Dervis – O Globo – Opinião – 13/12/2007

Imagine que um enorme asteróide está avançando em direção à Terra. Os cientistas afirmam que há uma probabilidade de 10% de colisão nos próximos 10 anos e que as conseqüências serão catastróficas.

Seu governo o aconselha a não entrar em pânico, lembrando que há 90% de chance de que o asteróide não irá atingir a Terra. Você decide não se preocupar ou exige que o governo mobilize todos os recursos disponíveis para eliminar o risco? Sabemos que mesmo neste cenário fictício, porém não impensável — e uma variante da abertura do excelente livro de Scott Barrett sobre questões globais —, o mundo agiria sem pensar duas vezes para encontrar uma solução. Os governos investiriam no que fosse necessário para desviar o asteróide de sua trajetória.

A analogia com a mudança climática não é perfeita. A catástrofe em potencial para o mundo como um todo é mais bem caracterizada como um risco a longo prazo. Por outro lado, seria mais preciso comparar as mudanças climáticas a uma família de asteróides: um bem grande ameaçando a todos nós, porém mais distante; e um grupo de asteróides de médio porte, que deverá atingir os países mais pobres, em latitudes mais baixas, muito mais cedo e com um grau de certeza muito maior do que o grande asteróide.

Conforme concluiu o relatório final do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, as alterações no clima são agora um fato cientificamente estabelecido. Muitas incertezas ainda permanecem, mas sabemos o suficiente para reconhecer que existem grandes riscos de longo prazo, entre os quais o derretimento das calotas de gelo na Groenlândia e no Oeste da Antártica, a enorme perda de biodiversidade e as mudanças no curso da Corrente do Golfo, que irão alterar seriamente os padrões climáticos e se constituir em um risco para a Humanidade como um todo.

O “Relatório de Desenvolvimento Humano do Pnud 2007/2008 — Combater as mudanças do clima: Solidariedade humana em um mundo dividido”, divulgado no final de novembro em um evento promovido pelo presidente Lula, tem seu foco no desafio que estas mudanças representam para o desenvolvimento.

Caso as temperaturas médias subam mais 2° C ou 3° C em relação aos níveis atuais, poderíamos presenciar outras 600 milhões de pessoas na África Subsaariana passarem fome; mais de 300 milhões a mais de pobres serem forçados a abandonar suas casas em função de enchentes, e 400 milhões de pessoas expostas a doenças como malária, meningite e dengue. O fato de medidas não serem tomadas terá conseqüências graves para o desenvolvimento humano em alguns dos lugares mais pobres do mundo e irá minar os esforços para lidar com a pobreza.

Os países mais pobres serão os mais afetados pelas mudanças climáticas no curto prazo, embora tenham contribuído muito pouco para a formação do estoque de gases que provocam o efeito estufa.

Isto introduz um desafio ético: ações passadas e atuais dos países ricos ameaçam de imediato alguns dos povos mais vulneráveis do mundo.

O desafio da mudança climática exigirá a tomada de medidas de forma coletiva, com participação global, mas o senso de justiça e a viabilidade política impõem aos países ricos a liderança e atuação inicial. Imagine que, se cada pessoa no mundo em desenvolvimento tivesse o mesmo padrão de consumo de carbono de um cidadão comum no Canadá ou nos EUA, precisaríamos de nove planetas para absorver toda a poluição. Mas nós dispomos apenas de um planeta.

Os países ricos possuem os recursos financeiros e capacidade tecnológica para iniciarem cortes profundos no nível de emissões. O Relatório de Desenvolvimento Humano enfatiza que a atribuição de preços ao uso de carbono é a principal exigência.

Precisamos urgentemente de fortes sinalizações de preços para dar suporte a uma transição para baixos níveis de carbono. Serão necessários enormes investimentos para proporcionar a energia que deve continuar a sustentar o crescimento mundial. É crucial que estes investimentos sejam realizados de uma forma que proteja nosso clima.

Conforme conclui o relatório, as gerações futuras irão julgar de forma bastante severa uma geração que olhou para as evidências da mudança climática, compreendeu as conseqüências, e mesmo assim prosseguiu em uma trajetória que condenou milhões dos mais vulneráveis do planeta à pobreza e expôs as gerações futuras ao risco de desastre ecológico.

Embora habitemos um mundo onde as pessoas são ainda separadas por um diferencial enorme em termos de riqueza e oportunidades, além de fronteiras nacionais, nossos destinos estão inexoravelmente atrelados pela única coisa que todos nós compartilhamos: o planeta Terra.

KEMAL DERVIS é administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Amazônia é aberta para o mercado verde – O Globo – Capa – 13/12/2007

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, admitiu na reunião do clima, em Bali, pela primeira vez, a idéia de que projetos na Amazônia sejam negociados no mercado internacional. Página 40

Supermercado de carbono – Gilberto Scofield Jr – O Globo – Ciência – 13/12/2007

Pressionado, Brasil já admite negociar créditos pela conservação da Amazônia
Gilberto Scofield Jr.

Enviado especial • BALI - O Brasil mudou radicalmente de discurso na 13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas e já admite adotar mecanismos de mercado — que incluem a possibilidade de uso dos chamados créditos de carbono — para financiar projetos de conservação da Floresta Amazônica, uma hipótese da qual nenhum negociador da delegação brasileira queria ouvir falar nos últimos dias. A negociação de créditos pela floresta em pé sempre foi polêmica por envolver, em alguma medida, questões de soberania nacional.

Em discurso na abertura do encontro de ministros da convenção ontem, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, destacou o assunto: — Evidentemente, somos todos a favor de recorrer ao mercado para encontrar soluções para nossos problemas. E o mercado, pode, de fato, ajudar. Mas convém ter algum cuidado.

A ausência de novos recursos públicos pode levar a uma corrida aos créditos de carbono. Se não forem usados de modo adequado, os recursos por eles gerados acabarão rapidamente, e as emissões dos países ricos não serão contidas e muito menos reduzidas ao nível necessário para frear o aquecimento.

Com a decisão, o país sai da posição de isolamento em que se encontrava com relação aos créditos, cujo uso era defendido com veemência por países com florestas que não possuem recursos para cuidar de seu patrimônio, como a própria Indonésia, a Índia ou Papua Nova Guiné, em associação com grandes corretoras internacionais de carbono. E pelos países africanos, para os quais o maior problema é a degradação de suas florestas.

— Mudar o tom é natural quando se sai do nível técnico para o político — justificou Amorim.

Fundo de combate ao desmatamento - A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, seguiu o tom do colega: — Nossa intenção nunca foi ser um impedimento ao acordo. Muito pelo contrário. Nós sempre tivemos uma posição avançada nas negociações e se a questão do desmatamento florestal está hoje na convenção do clima, é por trabalho do Brasil.

Pode ser. Mas a delegação de negociadores do país vinha trabalhando nos últimos 10 dias para aceitar o uso de créditos de carbono apenas para projetos de reflorestamento e combate ao desmatamento. A idéia era deixar de fora tanto os problemas de degradação da floresta — quando a mata é destruída em pequenas áreas e tão pontualmente que o dano não é facilmente reconhecido por satélite — quanto os projetos de conservação — em que créditos seriam gerados pela preservação da mata nativa.

O Brasil chegou a tentar articular um grupo de países florestais. Mas poucos parecem dispostos a abrir mão da possibilidade de transformar suas florestas em créditos.

— Não podemos usar o patrimônio florestal como moeda de troca se não tivermos a certeza de que esta floresta será efetivamente usada para reduzir as emissões — diz a secretária de Mudanças Climáticas, Thelma Krug,

ex-vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças de Climáticas da ONU. — Não adianta considerar uma área preservada da floresta como bem, trocar por crédito de carbono para que os ricos possam compensar suas emissões e, no futuro, esta área ser derrubada. Não haverá qualquer redução de emissões com isso.

Com isso concordam praticamente todas as ONGs e cientistas em Bali.

— Precisamos tomar cuidado com o supermercado do carbono.

— diz Paulo Adario, coordenador de campanha do Greenpeace na Amazônia.

— Não podemos permitir que o dono de um pedaço da floresta venda, no mercado, a conservação desta floresta e, com o dinheiro, compre as terras adjacentes e comece a plantar soja.

A sugestão do Brasil — que inclusive já está sendo implementada no país — é a criação de um fundo cujos recursos serão provenientes de doações voluntárias de empresas, países e até pessoas físicas voltado para o combate ao desmatamento. A criação do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira, a ser gerido pelo BNDES, foi oficializada ontem e entra em operação no fim do primeiro trimestre de 2008 com recursos iniciais de US\$ 150 milhões.

Projeções do próprio governo mostram que o país precisa de ao menos US\$ 1 bilhão por ano para levar o desmatamento atual — 11.224 quilômetros quadrados em 2007 — a zero. Nos últimos três anos, foram gastos US\$ 300 milhões. O governo já se comprometeu a investir US\$ 500 milhões, nos próximos quatro anos, em ações de combate ao desmatamento.

Mas tanto Marina Silva quanto Celso Amorim evitaram falar em metas de redução de desmatamento.

— Nossa meta é o desmatamento ilegal zero, mas sabemos que, para aperfeiçoar o sistema, precisamos de recursos — disse a ministra.

Marina anunciou ontem em Bali a queda acumulada de 59% nos índices de desmatamento da Amazônia nos últimos três anos. Segundo a ministra, a queda equivale a uma redução de emissão de cerca de 500 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

As propostas em debate para evitar emissões florestais – Gilberto Scofield Jr – O Globo – Ciência – 13/12/2007

Por trás das discussões travadas em

Bali sobre os créditos de carbono estão questões de soberania nacional e, sobretudo, os diversos interesses econômicos de cada um dos países.

Mecanismo viabilizado a partir do Protocolo de Kioto, os créditos de carbono representam percentuais de redução de emissões.

Elas podem ser reduções de fato — como, por exemplo, a diminuição do CO₂ lançado por uma fábrica.

Ou compensatórias: como o plantio de determinada quantidade de árvores.

Países que não queiram ou não possam reduzir suas emissões de gases-estufa têm, por esse mecanismo, a prerrogativa de “comprar reduções” de outras nações para alcançar suas metas. Dessa forma, estariam também financiando projetos em outros países.

Daí surge a atual discussão em Bali. O Brasil quer que o desmatamento evitado das florestas possa ser transformado em créditos negociáveis. O cálculo é feito a partir do nível histórico de desmatamento. A diferença entre a depredação atual e tal nível seria computada em crédito. A proposta original do Brasil não prevê que projetos de conservação de áreas intactas da floresta sejam considerados créditos. Isso seria o mesmo que negociar a mata no mercado internacional, alegam alguns.

Ocorre que alguns países, como a Guiana, têm uma floresta praticamente intacta — não há nível histórico de desmatamento. E o país precisa de recursos.

Para essas nações, seria importante poder negociar os projetos de conservação.

E para os países ricos também, que evitariam cortes na própria carne.

Agricultura sustentável como forma de luta contra a mudança climática – Sítio Eletrônico do MST – 13/12/2007

Os membros da Via Campesina do Japão, Tailândia, Sri Lanka, Índia, Camboja, Noruega, Canadá, Moçambique e Brasil visitaram a vila de Jatiluwih, em Bali, para ver o cultivo de arroz em terraços [arroz cultivado em platôs] e analisar as formas de praticar a agricultura camponesa com os camponeses locais.

O objetivo da reunião é intercambiar experiências entre os camponeses, aproveitando a presença de agricultores de 200 países na Indonésia que estão participando das atividades paralelas da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 13).

A Via Campesina participou de uma marcha no sábado, dia 8, na região de Kuta, em Bali, para exigir justiça climática e medidas responsáveis por parte dos governos dos países industrializados para encontrar soluções para a mudança climática. Durante a marcha Celso Rivero, membro da Via Campesina e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná, enfatizou a participação da Via Campesina durante as atividades paralelas da COP 13 em Bali.

Segundo ele, sua presença nas atividades “é parte do programa mundial de discussões e sugestões a governos de alternativas climáticas para que eles possam não somente aprovarem não somente o que lhes interessa, mas também o que interessa ao povo.” Além disso, “nosso escritório geral é lá, o que nos dá força. A Via Campesina acredita que a discussão sobre o sistema climático é parte da agenda”.

“Os agrocombustíveis são a ilusão dos povos”

Foi assim que Rivero definiu os agrocombustíveis, quando explicou que os agrocombustíveis vão afetar mais o sistema climático e os camponeses, principalmente porque o seu desenvolvimento implica a plantação de grandes monoculturas. O camponês disse que nesse país as monoculturas de cana-de-açúcar estão danificando o meio ambiente e os agricultores.

Segundo ele, é necessário discutir a produção de agrocombustíveis porque é uma ameaça ao mundo, já que a produção iria trazer mais fome no mundo. “Os camponeses irão parar de produzir comida para produzir agrocombustíveis, isso é parte das preocupações da Via Campesina”, ele disse.

Numa declaração, ele disse que é uma loucura produzir comida para alimentar carros enquanto os seres humanos estão morrendo de fome. “A produção de agrocombustíveis irá aumentar o aquecimento global, e não reduzi-lo, irá aumentar a

monocultura intensiva de palma africana, soja, cana-de-açúcar e irá contribuir para o desmatamento e a destruição da biodiversidade”.

Por isso a Via Campesina exige que se destruam as campanhas para a produção de agrocombustível, porque está “tirando a terra dos pequenos agricultores para produção de comida industrializada de má qualidade – *junk food* e causando um desastre ambiental”.

Agricultura Sustentável é a Alternativa

A Via Campesina acredita que a agricultura sustentável e de pequeno porte contribui para o resfriamento do planeta. Rivero que para “resfriar” o planeta temos que proteger o meio ambiente. “Quando dizemos que podemos contribuir para o resfriamento do planeta isso será o resultado do cuidado dos camponeses com a terra e o meio ambiente”, explicou.

A produção em pequena escala, sem a necessidade de maquinários industriais de grande porte, que consome muita energia e libera os gases do efeito estufa; a agricultura orgânica, não usa agrotóxicos feitos de combustíveis fósseis; e tem a possibilidade de produzir energia solar, essas são algumas das características da agricultura sustentável que levaram a Via Campesina a dizer que os pequenos agricultores contribuem para resfriar o planeta.

Por isso o movimento internacional de trabalhadores rurais exige que se substitua a agricultura industrializada pela agricultura sustentável de pequeno, que são apoiadas por programas reais de Reforma Agrária.

Elas também exigem a promoção de “política sustentável de energia” como a declaração política do movimento lançada em Bali estabelece. “Isso inclui que os camponeses irão consumir menos energia e irão produzir energia solar e o biogás, ao invés da promoção em larga escala dos agro-combustíveis”.

A Via Campesina exige que governos façam políticas de comércio agrícola que promovam o consumo de alimentos locais, respeitando a determinação dos povos sobre seus sistemas de produção, consumo e comercialização de alimentos, no intuito de garantir a soberania alimentar dos povos. “Nós exigimos soberania alimentar e nos comprometemos a lutar juntos para obtê-la”, diz o documento.

Continuidade da Luta dos Movimentos Sociais Contra a Mudança Climática

Rivero disse que os representantes camponeses que participam das atividades paralelas da COP 13 em Bali tem a responsabilidade de dar continuidade a esse trabalho em seus próprios países, para que agricultores de várias partes do mundo saibam o que aconteceu aqui e se organizem na luta contra mudança climática.

O líder do MST disse que cada agricultor que foi a Bali pode “organizar seminários em seu próprio país para discutir com os camponeses e a sociedade civil sobre o meio ambiente, e também convidar essas organizações a se juntarem a nós”.

Finalmente Rivero falou sobre o assassinato de Valmir Mota em outubro. Ele era um trabalhador rural militante do MST e da Via campesina que segundo os agricultores foi assassinado por milícias armadas pagas pela empresa de biotecnologia suíça Syngenta. Valmir Mota levou um tiro durante uma ação da milícia contra o campo da Via Campesina no terreno da Syngenta no estado do Paraná, Brasil.

“Nós sabemos que lutar contra uma corporação transnacional é ir de encontro a um gigante, um dragão, porque tem muitos aliados políticos, dinheiro e meios”, disse Rivero, que destacou também que o esforço dos camponeses contra as corporações transnacionais continuará no Brasil.

Segundo ele, “a Via Campesina e o MST não querem saber quem matou Valmir Mota, queremos saber, queremos que se saiba, quem mandou matá-lo, não quem o matou, mas quem disse “mate” Valmir Mota, execute Valmir Mota e outros líderes do Movimento”, que conseguiram salvar a vida durante o ataque.

Rivero disse que outros quatro camponeses ficaram feridos pela milícia da Syngenta e, portanto, a tragédia poderia ter sido muito pior. “Mais de 500 balas foram atiradas contra nós naquele dia, a Via Campesina, isso significa que agora eles estão mandando as pessoas para matar trabalhadores”, concluiu o líder do MST.

Amazônia, entre ladainha e Pacto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 13/12/2007

É estranha a insistência com que se repete que o desmatamento da Amazônia é a causa de três quartos das emissões de carbono do Brasil. Talvez até possa ter sido verdade no início dos anos 1990, conforme o único inventário nacional, muito embora não existisse à época capacidade técnica para avaliar certos tipos de emissão. Passados 15 anos, é uma afirmação inteiramente falsa.

O aumento das emissões extradesmatamento foi de 45% entre 1994 e 2005, principalmente porque as do setor de transportes saltaram de 25,4 para 36,9 em milhões de toneladas (+45%), as do setor industrial de 19,7 para 27,8 (+41%) e as do setor energético de 7,6 para 15,3 (+101%). Para que contribuição proporcional do desmatamento amazônico pudesse ter se mantido nos 75%, ela deveria ter aumentado no mesmo ritmo. Sabe-se, contudo, que em 1994 e em 2005 a área desmatada foi a mesma: em torno dos 14 mil km². É verdade que, entre essas duas datas, houve momentos em que a derrubada chegou a ser duas vezes maior. Mas também é verdade que desde 2005 ela não parou de minguar, aproximando-se agora de 11 mil km². Bem menos, portanto, que os 14 mil km² de 1992/94, e quase um terço dos mais de 29 mil km² de 1994/95.

Virou pura miragem essa ladainha dos 75% desde que os cálculos das emissões extradesmatamento feitos para o MCT pela organização Economia & Energia puderam ser comparados às imagens de satélite processadas pelo programa Prodes, do Inpe. Todavia, muita gente só vê vantagens políticas em alimentá-la, provavelmente para tentar fazer crer que o Brasil poderá cortar drasticamente suas emissões se os países ricos bancarem o combate ao desmatamento.

Há dois sérios problemas nessa ingenuidade que se pretende esperteza. O primeiro é subestimar as dificuldades que o Brasil enfrentará para conter suas emissões depois que tiver conseguido minimizar os desmatamentos. Certamente, muita gente ainda não se deu conta de que as demais emissões do Brasil logo empatarão com as da Austrália. Também não tardará para que se aproximem das do Canadá. Tanto quanto nesses países, somente sérias inovações tecnológicas poderão reduzir as emissões causadas por indústrias, meios de transporte e geração de eletricidade.

O segundo problema se refere à própria Amazônia. Se a infantilidade da sociedade brasileira não a fizesse tão indiferente ao que por lá ocorre, essa região já teria um bom esquema de governança baseado no tão falado quanto pouco praticado zoneamento ecológico-econômico. Seu anárquico desmatamento já seria página virada há muito tempo, e por diversas razões que antecedem a necessidade de reduzir emissões de carbono.

Não se deve subestimar as dificuldades que o país terá para conter suas emissões depois que tiver conseguido minimizar os desmatamentos

Não adianta culpar governos, pois a valorização da biodiversidade, dos recursos hídricos e de inúmeras outras regulações sistêmicas exercidas pelos ecossistemas amazônicos pouco dependem dos políticos de plantão. O drama é que mesmo o segmento mais educado da opinião pública assiste passivamente à devastação dessas florestas, assim como fez com o Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. As florestas da Amazônia estão sendo derrubadas desde a ditadura militar com a complacência da sociedade brasileira, exatamente como as florestas do Pontal do Paranapanema foram criminosamente derrubadas durante governos do tipo Ademar de Barros ou Jânio Quadros, com inteira complacência da sociedade paulista.

Mas a esperança de que em algum momento surgiria um basta a tanta passividade foi confirmada, no início de outubro de 2007, pela proposta de "Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia". Tudo precisa ser feito para que essa caravana passe, mesmo que certos cães já comecem a ladrar.

Com o objetivo de zerar o desmatamento até 2015, um amplo compromisso - entre governos, empresas e terceiro setor - está sendo articulado por nove entidades: Amigos da Terra, CI, Greenpeace, ICV, Imazon, Ipam, ISA, TNC, e WWF-Brasil. E se apóia em estudo da Macrotempo Consultoria Econômica, coordenado por Carlos Eduardo F. Young, professor da FEA/UFRJ.

A ambição é pagar pela redução do desmatamento e pelos serviços ambientais prestados pela floresta, com três alvos essenciais: a) fortalecimento da governança florestal (monitoramento, controle e fiscalização; promoção do licenciamento rural e ambiental para propriedades rurais; criação das unidades de conservação e terras indígenas); b) uso de áreas já desmatadas; e c) compensação financeira dos atores sociais responsáveis pela manutenção das florestas (povos indígenas, comunidades locais, populações tradicionais, agricultores familiares e produtores rurais).

Custará R\$ 1 bilhão por ano até 2015, dos quais 76% virão do Orçamento Geral da União e o restante será obtido de duas maneiras pelos governos estaduais: a) criação de uma Cide-Ambiental (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-Ambiental), imposto federal cobrado sobre o valor adicionado de atividades que geram a deterioração ambiental, principalmente firmas do agronegócio, madeireiras e guzeiras; b) comprometimento de 1% adicional da receita do ICMS dos Estados da Amazônia Legal.

Na operacionalização do Pacto, a CEF deve ajudar o Basa, com sua capilaridade e seu histórico de relacionamento com as prefeituras. Mas caberá ao BNDES o papel de captar recursos privados, internos e externos. Além de manter o relacionamento com os organismos internacionais, o BNDES poderá estruturar três esquemas complementares: a) um "fundo de doações", com objetivo de incentivar a preservação da floresta, via remuneração aos "fiscais da natureza" nos moldes do Bolsa Floresta; b) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que antecipem receitas de créditos de carbono a projetos de exploração sustentável, diretamente ou via repasses a fundos estaduais, o que lhe dará um formato de "fundo de fundos"; c) uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para promover atividades responsáveis do ponto de vista socioambiental em áreas já desmatadas.

É fulminante o choque de lucidez do Pacto contra a indigência da ladainha.

José Eli da Veiga professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor de "A Emergência Socioambiental" (Ed. Senac, 2007), escreve mensalmente às terças e excepcionalmente hoje. Página web: www.zeeli.pro.br

Maggi lança 'Soja Mais Verde' em Bali - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 13/12/2007

O governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), deve ter surpreendido empresários e políticos europeus presentes em Bali, onde ocorre a 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-13). Ele anunciou, durante jantar ontem para cerca de 70 pessoas, a disponibilidade de US\$ 1 milhão para a regularização ambiental de cerca de 5 mil propriedades de soja do Estado.

O dinheiro foi recolhido pela Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso), com quem o governo firmou um pacto, na tentativa de reverter a imagem do Estado que mais desmata em todo o país. A The Nature Conservancy (TNC), organização não-governamental com forte atuação na região, aderiu ao movimento e entrará com US\$ 1 para cada US\$ 10 arrecadados, até US\$ 1 milhão. A ONG fará ainda o mapeamento das propriedades, o primeiro passo para a regularização ambiental.

A expectativa é que o projeto, nomeado "Soja Mais Verde", consiga regularizar cerca de 3,5 mil propriedades. A partir daí, o Estado terá em mãos dados concretos sobre os passivos ambientais para que, juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), proponha soluções. Os principais problemas são a falta de Reserva Legal e de mata ciliar, exigidos por lei.

Segundo a TNC, dos 5,4 milhões de hectares com soja no Mato Grosso, espera-se assegurar 2 milhões em áreas protegidas. "É histórico", disse Marli Santos, coordenadora de recursos da informação da TNC. "Nunca um setor e um Estado inteiro concordaram em regularizar sua situação ambiental".

Com a recuperação dos preços do grão no mercado internacional, a área de soja voltou a crescer no Mato Grosso. Segundo dados da Conab, o aumento foi de 6,2% entre as safras 2006/07 e 2007/08.

O cenário favorável ao grão é visto por especialistas como o principal fator para a retomada do desmatamento entre julho e setembro deste ano na Amazônia, além da falha fiscalização do Ibama.

O Mato Grosso foi catapultado ao mundo em 2005 com a Operação Curupira, a maior operação da história contra a máfia do desmatamento na Amazônia. Maggi ganhou de ambientalistas o troféu "Moto-Serra de Ouro". Em 2006, a União Européia criou moratória contra soja em área da Amazônia.

Em seu segundo mandato, o governador Maggi, que também é um dos maiores sojicultores do país, parece tentar provar ao público externo que o passado, passou.

A Amazônia, vilã ou vítima? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/12/2007

No momento em que este texto é escrito, ainda não há decisões finais na reunião da Convenção do Clima em Bali. Embora nenhum país costume abrir o jogo antes do prazo final (nesta sexta-feira), parece pouco provável que se chegue a mais que uma declaração de intenções sobre o desejo de um acordo para o período pós-Kyoto. Os Estados Unidos deixaram claro que não aceitarão compromissos de redução de emissões, nem mesmo menção a metas numéricas. E isso no momento em que a Agência Internacional de Energia prevê um aumento de 55% na demanda mundial por energia até 2050; prevê também que os países em desenvolvimento responderão por 74% do aumento e que até 2030 nada menos de 84% desse aumento terá de ser suprido por energias derivadas da queima de petróleo, gás e carvão. Situação complicada, já que se recomenda redução de pelo menos 50% nas atuais emissões até meados do século, para evitar que a temperatura planetária suba além de 2 graus Celsius e tenha conseqüências ainda mais graves que as de hoje.

Mesmo a questão do desmatamento em florestas tropicais, inclusive na Amazônia - ele responde hoje por uns 20% das emissões totais -, esteve envolta em certa confusão. Inclusive pelo ângulo brasileiro. O embaixador Sérgio Serra assegurou que “o Brasil não quer incluir florestas nas negociações”. Já o chanceler Celso Amorim disse que a Amazônia “é a grande vítima das mudanças do clima, não sua causadora”. Se os países industrializados não reduzirem suas emissões, afirmou, “a Amazônia provavelmente desaparecerá”. No meio da semana, em evento paralelo, a delegação brasileira anunciou a criação, em 2008, de um fundo voluntário para ajudar a reduzir as emissões por desmatamento. Estabeleceu a meta interna (não como compromisso no âmbito da convenção) de 19,5 mil quilômetros quadrados anuais para o desflorestamento, que é a média do desmatamento na Amazônia entre 1995 e 2006 (segundo a secretária de Mudanças Climáticas, Thelma Krug, 59% do total das emissões por desmatamento e queimadas provêm da Amazônia). Não ficou claro se a redução atingirá outros biomas - só no cerrado, os últimos números do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) apontam para uma perda anual de 22 mil quilômetros quadrados.

Goste-se ou não, a Amazônia brasileira continuará no centro da discussão mundial sobre clima, recursos naturais, biodiversidade. Ali, segundo estudo recente de várias instituições, estão estocadas 47 bilhões de toneladas de carbono, quase o dobro das atuais emissões anuais de poluentes no mundo; está um terço da biodiversidade brasileira (que representa de 15% a 20% da diversidade biológica do planeta); estão quase 80% do fluxo de água em território brasileiro (que representam 12% do fluxo mundial); estão importantes mecanismos de equilíbrio e regulação do clima no continente sul-americano e nos oceanos. Mas o desmatamento continua alto: 11.224 quilômetros quadrados de agosto de 2006 a julho de 2007 e uma nova tendência de aumentar - 8% entre julho e setembro deste ano, com altas de até 600% em Rondônia em setembro, 50% no Pará e em Mato Grosso de julho a setembro.

Significativamente, o aumento exponencial em Rondônia coincide com o período em que o Estado está assumindo o licenciamento para desmatamento, que antes cabia ao

governo federal. E isso coloca a questão: se o governo federal não tem estrutura para um licenciamento e monitoramento competentes, como será com o governo estadual e/ou municipal, muito menos provido de recursos, muito mais sujeito a pressões dos poderes político e econômico locais? Embora a descentralização seja teoricamente desejável, na prática os problemas se têm verificado em todas as partes do País onde ela ocorre. Na verdade, parece muito mais um “repasse do mico” que qualquer outra coisa. E, segundo o Imazon, 83% do desmatamento entre 1995 e 2007 se deve “exclusivamente às oscilações dos preços da soja e das carnes no mercado internacional” - o que agrava as pressões locais.

Nove ONGs estão propondo um pacto pela valorização da floresta e pelo fim do desflorestamento na Amazônia, que permita chegar ao desmatamento zero até 2010. Custaria R\$ 1 bilhão por ano - entre outras coisas, pagando, por exemplo, ao proprietário para não desmatar os 20% de floresta a quem direito em sua propriedade. Mas grande parte do desmatamento é ilegal e é feito inclusive nos 47% de terras públicas do bioma, que os governos não conseguem fiscalizar. Recentemente, publicou-se que o Ibama tem 58 fiscais no Estado do Amazonas, com 1,6 milhão de quilômetros quadrados, ante 61 no Distrito Federal (5,8 mil km²). O monitoramento no sul do Amazonas é feito a 500 quilômetros de distância, por satélite.

A professora Bertha Becker, cientista de alta reputação na área, observa que “a floresta precisa ter valor econômico; se não tiver, vai perder para a soja e a carne”. Outro cientista renomado, o professor Ignacy Sachs, afirma que o bioma pode vir a ter a “civilização da biomassa” - geradora de alimentos, combustíveis, cosméticos, medicamentos - se investir pesadamente em formação de mão-de-obra e ciência. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência também já propôs forte investimento em pesquisa da biodiversidade e formação de cientistas, ao lado do desmatamento zero e da utilização de 700 mil quilômetros quadrados já desmatados para a expansão de atividades econômicas. Mas como fazer, se outros especialistas lembram que custa três vezes menos promover um desmatamento ilegal do que trabalhar de acordo com a lei?

Por difícil que seja aceitar, até aqui não se fez melhor que os índios para a conservação da floresta e dos serviços naturais, principalmente na Amazônia - repetiu na semana passada o presidente da Funai, Márcio Vieira, ao visitar a devastada Rondônia.

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

EUA atrapalham todas as discussões sobre clima em Bali - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2007

União Européia anunciou que boicotará reunião proposta por Bush se conferência fracassar

“Não estou preso a gentilezas diplomáticas, então vou contar uma verdade inconveniente: meu país, os Estados Unidos, é o principal responsável por obstruir os avanços aqui, em Bali.” Com essa frase, que levantou palmas entusiasmadas de centenas de pessoas na 13ª Conferência do Clima (COP-13), o ex-vice-presidente americano e vencedor do Nobel da Paz, Al Gore, resumiu ontem o sentimento de indignação dos participantes da reunião.

Gore participou de um concorrido evento paralelo, ao mesmo tempo que reuniões tensas entre ministros aconteciam no mesmo prédio. A delegação americana colocou uma série de barreiras em praticamente todos os grandes assuntos debatidos nos últimos dias da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) que decide o futuro climático do planeta.

Da atualização do Protocolo de Kyoto à redução de desmatamento de florestas tropicais - assunto distante das nações do Norte -, passando por transferência de tecnologia e fundo de adaptação para países pobres, obstruções eram apresentadas pelos Estados Unidos sempre que possível, mesmo quando acordos já haviam sido costurados pelos outros países das Nações Unidas.

Se a posição obstrutiva histórica americana não mudou, a urgência, sim. Todos os países - com exceção de um - concordam que um “mapa do caminho” precisa ser desenhado agora, para ser finalizado em 2009 e permitir o funcionamento de um novo regime contra o aquecimento global em 2013.

Porém, a situação chegou a um ponto de insustentabilidade tal que ameaça até o relativo sucesso que se desenhava para esta conferência. A presidência da COP-13, da Indonésia, precisou recrutar negociadores seniores (até mesmo já afastados da diplomacia) para tentar destravar a oposição americana.

Ministros virariam a noite para tentar obter algum avanço. À 1 hora (15 horas em Brasília), a delegação americana apresentou uma proposta de metas nacionais de corte de emissão, que ainda seria discutida pelos integrantes da Convenção do Clima da ONU. Ela recebeu apoio do Canadá e do Japão, que já sinalizaram na COP-13 intenções de abandonar o Protocolo de Kyoto.

PEDRA NO CAMINHO - Um dos pontos mais sensíveis para os americanos são as metas de corte de emissão defendidas pelos europeus e por cientistas: 25% a 40%, em relação a 1990, até 2020. A proposta chegou a ser incorporada nas versões preliminares do “mapa do caminho”.

Gore - que antes de vencedor de Nobel é do Partido Democrata - sugeriu fortemente aos participantes que deixem esse tema momentaneamente de lado, pelo menos até a conferência do ano que vem. Afinal, diz ele, quem substituir Bush daqui a um ano terá uma posição mais ativa. “Em dois anos, os Estados Unidos estarão em um lugar em que não estão agora”, afirmou.

Enquanto isso, a chefe da delegação americana, Paula Dobriansky, ignorava o apelo por ações rápidas para controlar as mudanças climáticas e dizia, ontem, que “quanto a objetivos em médio prazo, não é preciso resolver isso em Bali”.

A delegação americana chegou à conferência discreta, apregoando “flexibilidade” nas negociações. Mas o objetivo real se tornou claro à medida que os textos finais eram construídos: nada de metas de corte de emissão, zero de contribuições financeiras imediatas e nenhum compromisso.

A União Européia (UE), tardiamente, respondeu à provocação e se posicionou só ontem. Falou para Dobriansky, para a imprensa internacional e para quem mais quisesse ouvir que recusará o convite do presidente George W. Bush de unir os 16 maiores emissores de gases-estufa do mundo em janeiro, no Havaí, para conversas multilaterais.

“Sem avanços em Bali, sem um mapa do caminho, a reunião (em janeiro) fica sem sentido”, disse o comissário europeu para o ambiente, Stavros Dimas. “Não estamos chantageando ninguém, mas fomos bastante claros”, disse o ministro do Meio Ambiente de Portugal (país que ocupa atualmente a presidência da UE), Humberto Rosa.

O Brasil, também convidado por Bush, está repensando se irá ou não, disse o embaixador de Mudanças do Clima, Sergio Serra.

Últimos 10 anos: os mais quentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2007

O período entre 1998 e 2007 já pode ser considerado como a década mais quente desde que os cientistas começaram a medir a temperatura do planeta, em 1850. Nesse mesmo período, o Ártico perdeu camada de gelo equivalente a todo o território da Alemanha. Os dados são da ONU que, ontem, divulgou o levantamento para demonstrar, mais uma vez, que o aquecimento do planeta já está ocorrendo.

Segundo os cientistas, 2007 ficará entre o quinto e o sétimo ano mais quente da história. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o ano mais quente já registrado foi 1998, seguido por 2005, 2001, 2003, 2004 e 2006. Janeiro deste ano foi o janeiro mais quente desde que os registros foram iniciados.

Um dos efeitos do aquecimento está sendo o número cada vez maior de eventos extremos, como as secas que atingiram os EUA em 2007. A África viveu suas piores inundações em três décadas e o nível dos oceanos subiu 20 centímetros desde 1870.

Aquém do necessário – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 14/12/2007

O BRASIL não desempenhou até agora o papel que dele se esperava na conferência sobre mudança climática em Bali, Indonésia. O máximo que apresentou foram detalhes e cifras de seu previsível plano para criar um fundo contra o desmatamento, maior fonte das emissões nacionais que contribuem para o aquecimento global.

Pela proposta, o país abrirá em 2008 uma conta para doações voluntárias de governos, empresas e pessoas físicas. O primeiro depósito viria da Noruega, US\$ 100 milhões. O governo só poderá captar e usar valores do fundo, para financiar projetos de conservação, na medida das reduções medidas por satélite.

A conta do desmatamento evitado terá por base a média anual da área derrubada em dez anos. De 1996 a 2005, o primeiro período, foram 19.500 km² anuais. Como em 2006 houve 14.000 km² de floresta destruída, a conta poderia receber cerca de US\$ 1 bilhão, calcula o governo.

A linha de referência sofrerá revisão a cada quinquênio, e não anualmente, para evitar que quedas seguidas, como os 59% de redução nos últimos três anos, limitem depressa o potencial de captação. Por outro lado, se em lugar de diminuição houver aumento da derrubada e ultrapassagem da média, a área excedente será somada à do ano seguinte, como um saldo devedor.

Não há dúvida de que se trata de plano engenhoso, mas com suas limitações. Desvinculado de mecanismos de mercado, como créditos de carbono comercializáveis, o fundo só trará benefícios de imagem para doadores. Não deverá, assim, atrair fortunas. Além disso, tem a desvantagem de não se fixar em meta precisa de contenção do desmate e de consagrar como linha de base uma área desmatada inaceitável, quase um Sergipe por ano.

País obstrui discussões sobre metas de redução nas emissões de gases-estufa e tenta levar debate para fora da ONU -Ex-vice-presidente Al Gore critica posição americana; Europa e Brasil ameaçam boicotar reunião marcada por Bush para discutir clima

No mesmo dia em que a Organização Meteorológica Mundial anunciou que a última década foi a mais quente da história (leia texto à dir.), as negociações sobre o futuro do combate ao aquecimento global chegaram perto do ponto de ebulição. Os EUA lançaram uma ofensiva para bloquear a tentativa de acordo sobre o "mapa do caminho" de Bali, o texto que daria o pontapé inicial no regime pós-Kyoto. O sucesso dessa manobra pode significar o fracasso do mapa.

Ontem, na COP-13, a conferência do clima das Nações Unidas em Bali, Indonésia, os americanos causaram uma crise ao se oporem aos objetivos de redução de emissões de 25% a 40% para países industrializados. Estas cifras, produzidas com base nos relatórios do IPCC (o painel de climatologistas da ONU), deveriam balizar o "mapa do caminho". Elas já haviam sido acordadas em meados deste ano, pelos Estados Unidos inclusive. A exclusão das metas, entre outras coisas que os EUA tentam barrar no acordo, traz o risco de diluir o mapa do caminho, tornando o tratado que substituirá Kyoto após 2012 incapaz de produzir a redução de emissões de gases-estufa necessária para salvar o clima da Terra. A COP-13 se encerra hoje sob essa ameaça.

Havaí em xeque - A União Européia, que enfrentava a delegação americana para manter a menção às metas no texto, se irritou com a armação. Ontem de manhã, o comissário europeu para o Ambiente, Stavros Dimas, ameaçou boicotar a reunião dos grandes emissores que o presidente George W. Bush convocou para o começo de 2008 em Honolulu, no Havaí. Dimas disse à chefe da delegação americana, Paula Dobriansky, que "sem um avanço significativo em Bali essa reunião perde o sentido".

Foi seguido pelo secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer. Mesmo evitando criticar os EUA diretamente, De Boer disse à tarde a jornalistas que, uma vez que o objetivo alegado da reunião de Bush era alimentar o processo de negociação no âmbito da ONU, o encontro não teria razão de ser sem um mapa do caminho sólido resultante de Bali. "Você não pode alimentar o nada com alguma coisa." A reunião dos grandes emissores foi a forma encontrada por Bush -único líder do mundo industrializado a rejeitar o Protocolo de Kyoto- para esvaziar a Convenção do Clima. A tática americana tem sido bloquear as decisões importantes em Bali para forçar a abordagem americana de compromissos voluntários e sem prazo de redução de emissões.

Pedra no caminho - Só que ontem o tiro de Bush começou a sair pela culatra. Além da UE, o Brasil, outro convidado para o encontro de Honolulu, também ameaça não comparecer. "Esse tema de não comparecer caso se configure uma atitude obstrucionista dos EUA em Bali não foi descartado", disse o embaixador extraordinário para Mudança do Clima, Sergio Serra. "Não abrimos mão do foro multilateral."

A manobra americana vinha sendo montada desde a semana passada, quando os EUA se opuseram à criação de um fundo de adaptação à mudança climática para países pobres.

Na terça-feira, por exemplo, o país impedira um acordo sobre a redução de emissões por desmatamento em florestas tropicais no Terceiro Mundo. O gesto deixou os negociadores espantados -os EUA, como se sabe, não possuem florestas tropicais. Dobriansky e sua equipe também tentaram barrar o texto que prevê transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para outros em desenvolvimento como ajuda na transição para uma economia livre de carbono.

A questão da transferência de tecnologia, um dos principais pontos do "mapa do caminho", acabou sendo resolvida ontem -o que foi comemorado pelos diplomatas como um grande avanço de Bali.

Até o fechamento desta edição, os ministros debatiam o texto do Diálogo para a Implementação da Convenção, que formará a base do "mapa do caminho". À 1h de sexta (horário local, 15h de ontem em Brasília), os americanos apresentaram uma proposta de metas voluntárias nacionais, que a UE considerou "inaceitável". A discussão seguiu pela madrugada.

Visita inconveniente - Ontem, o ex-vice-presidente dos EUA e Prêmio Nobel da Paz, Al Gore, também denunciou a atuação da administração Bush para atrapalhar Bali. Falando para centenas de pessoas num auditório perto da sala onde ministros tentavam resolver o impasse criado pelos americanos, Gore declarou: "Eu não estou amarrado por gentilezas diplomáticas, então vou contar uma verdade inconveniente: meu próprio país, os Estados Unidos, é o principal responsável por obstruir as negociações aqui em Bali". Arrancou aplausos.

Em entrevista coletiva, Dobriansky negou as acusações de que estivesse sendo uma "pedra no caminho". "Procuramos maneiras de estender o que está na mesa. Precisamos ter uma abordagem mais ampla, holística", afirmou, repetindo que os Estados Unidos querem liderar o processo rumo ao pós-Kyoto. "É hora de mostrar liderança não apenas em palavras, mas também em ações", alfinetou o ministro do Meio Ambiente de Portugal, Humberto Rosa.

Leia mais em "Bali, 40 graus" <http://bali40graus.folha.blog.uol.com.br>

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos esta semana. Ela foi fruto de líderes reunidos na esteira de uma tragédia humana inevitável, desencadeada pela depressão econômica e pelo nacionalismo radical que conduziram a uma guerra mundial e ao Holocausto. A linguagem do documento registra seu propósito. Fala da "negligência e do desprezo para com os direitos humanos, que resultaram em atos de barbárie que ultrajaram a consciência da humanidade." Esta ainda é a fundação de um sistema de direitos humanos e de compromissos sociais enraizados em valores universais para todos os povos e para as gerações futuras.

Os representantes de governos reunidos em Bali até hoje, e que vão negociar daqui para a frente um acordo global sobre mudança climática para o período pós-2012, devem refletir sobre os valores implícitos no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos."

Hoje, o aquecimento global está nos empurrando para a tragédia humana do Século XXI. Esta tragédia levará milhões das pessoas mais pobres do mundo a uma situação ainda pior de pobreza, fome e vulnerabilidade. E levará as gerações futuras - nossos filhos e seus netos - a enfrentarem o fantasma da catástrofe ecológica.

Nossa preocupação é que muita gente ao redor do mundo desenvolvido está apenas parcialmente ciente do que está em jogo. Um dos luxos garantidos pela riqueza é a capacidade de adaptação à mudança climática no curto prazo. Vejam os grandes investimentos em toda a Europa e nos EUA para fortalecer as defesas contra inundações. Verões mais longos e mais quentes podem causar desconforto, mas para os ricos basta um ajuste no termostato para se adaptarem.

Para as pessoas mais pobres do mundo, os riscos e as vulnerabilidades são bem diferentes. Dois bilhões e 600 milhões de pessoas - 40% da humanidade - sobrevivem com menos de dois dólares por dia. A maioria vive na linha de frente da mudança climática, em áreas agrícolas sujeitas a secas, em áreas litorâneas baixas e deltas de rios, ou em favelas urbanas. Apesar das muitas incertezas relacionadas à mudança climática, há um resultado que pode ser previsto com confiança: os pobres sofrerão o maior impacto.

Pequenos agricultores nos países mais pobres, a maioria mulheres, enfrentam riscos especiais. O aquecimento global já está associado a um aumento de áreas afetadas pela seca em toda a África Subsaariana - e a seca é uma das principais causas da pobreza. Em áreas áridas e semi-áridas, como Quênia, Sudão e Níger, esta queda pode atingir mais de 25% até o ano 2060.

Ao longo do Século XXI, até 400 milhões de pessoas podem ser forçadas, pelas inundações, a se deslocar, criando nova onda de refugiados ambientais.

Conforme argumenta Relatório de Desenvolvimento Humano deste ano, existe hoje uma perspectiva muito real de que o aquecimento global estacione e reverta o progresso no desenvolvimento humano, não num futuro distante, mas nesta geração. E isto seria um prelúdio dos riscos ecológicos sistêmicos que as gerações futuras enfrentarão, principalmente com o colapso acelerado da capa de gelo da Antártida Ocidental.

Apesar das muitas incertezas relacionadas à mudança climática, há um resultado que pode ser previsto: os pobres sofrerão o maior impacto

Não seria realista esperar que a reunião em Bali resolvesse o problema da mudança climática. Mas será imperdoável que, com pleno conhecimento dos custos humanos, sociais e econômicos da falta de ação, os líderes políticos não se comprometam com um caminho comum nas negociações que vão se seguir.

O ponto de partida para o futuro acordo é o estabelecimento de metas claras. Precisamos reduzir as emissões globais médias de aproximadamente sete toneladas de CO₂ por pessoa, para em torno de duas toneladas, até 2050. Para atingir este objetivo, os países ricos teriam que reduzir suas emissões em 80%, no mínimo. Afinal, são eles que têm a responsabilidade histórica maior pelo problema - e o potencial tecnológico e financeiro para fazer logo cortes mais significativos.

Os países ricos também precisam assumir a liderança em outras áreas: nenhum acordo multilateral terá sucesso, a menos que seja estendido a todos os principais emissores, incluindo países como Índia, China e Indonésia. Entretanto, não se pode esperar que os países em desenvolvimento, com seus recursos limitados, comprometam seus objetivos de desenvolvimento humanos legítimos para resolver uma crise que não criaram. Por isto a reunião de Bali pode ter sido um ponto de partida para a cooperação internacional e responsabilidades compartilhadas, com financiamento de transferência de tecnologia de baixa emissão de carbono e programas de combate ao desmatamento.

Os países mais ricos do mundo não podem investir bilhões de dólares no fortalecimento de seus sistemas de defesa climática e largar os pobres do mundo à própria sorte. Colocando a questão de forma diplomática, é uma pena que somente US\$ 26 milhões tenham sido mobilizados para a adaptação à mudança climática nos países pobres - um valor que equivale a alguns dias de despesa na defesa contra inundações no mundo rico.

Mesmo com medidas mais severas de mitigação da mudança climática, temos que encarar o fato de que o aquecimento global continuará num futuro previsível. É uma questão de justiça que os países ricos financiem a limitação dos danos, honrando seu compromisso existente de investir 0,7% do PIB em ajuda internacional. E pagando os estimados US\$ 86 bilhões em custos extras relativos à proteção das pessoas pobres nos países em desenvolvimento, através de medidas ambientais e de proteção social.

Apesar da enorme complexidade das questões envolvidas na negociação de um acordo sobre mudança climática, a solução está em nossas mãos - e deixar as coisas como estão é algo destrutivo demais para contemplar.

Embora a atual geração de líderes políticos não possa resolver a crise, recai sobre eles a responsabilidade de criar uma resposta de longo prazo bem-sucedida. A falta de ação será considerada pelas gerações futuras como uma decisão política que se encaixa na descrição da Declaração: um ato de barbárie que reflete negligência e desprezo para com os direitos humanos.

Kevin Watkins é diretor do Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do PNUD e principal autor do RDH 2007/2008 - Combater as Mudanças Climáticas: Solidariedade Humana em mundo dividido, lançado em setembro.

Negociações em Bali começam para valer apenas no último dia - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/12/2007

Proposta tenta atrair EUA esticando prazo e eliminando 1990 como referência para corte de CO2

O que deveria ser o último de 14 dias de debate na 13ª Conferência do Clima (COP-13) sobre um novo regime político para combater o aquecimento global foi, na realidade, o segundo dia de negociação, quando, de fato, todos os interesses foram postos na mesa. Mas continua distante um consenso sobre regras mais rígidas de controle de gases do efeito estufa a partir de 2013.

Uma decisão só sairá hoje. Às 3 horas (15 horas em Brasília), terminou com pouca substância e direcionamento uma reunião fechada considerada chave para o sucesso do “mapa do caminho”, um documento de diretrizes. O texto carrega várias lacunas a serem preenchidos na plenária. “Não fala em números, nem menciona a necessidade de redução de emissões”, disse o coordenador de campanha do Greenpeace, Marcelo Furtado.

A intenção é estabelecer uma estratégia geral agora. Depois, negociar detalhes até finalizar um acordo em 2009, que entre em vigor em 2013. Assim, não haveria um vazio entre o fim do primeiro período do Protocolo de Kyoto (que expira em 2012) e o novo regime.

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que passou os últimos dias no Timor Leste, disse que estará hoje de manhã em Bali, onde acontece a COP-13. Contudo, sua presença - se confirmada - não significa que os delegados exibam o grau de comprometimento que é esperado deles pelo próprio Ban (leia abaixo artigo do secretário da ONU).

Um grupo de países, liderado pela União Européia, queria estabelecer um compromisso, para ser cumprido até 2020, de corte de 25% a 40% das emissões de gases-estufa na comparação com os níveis de 1990.

O principal bloqueio veio dos EUA e aliados, especialmente Canadá. O governo americano refuta qualquer tipo de controle internacional de suas metas.

PARA SEDUZIR OS EUA - Ontem à tarde, em uma tentativa de acomodar os americanos no acordo, aventou-se a possibilidade de falar em um corte mais profundo, de 50%, em muito mais tempo - até 2050. A proposta não determinava data de referência, o que satisfaz os EUA, mas desagrada diversos outros países.

Como as emissões crescem a cada ano, buscar índices menores que os registrados em 1990 é reduzir muito mais carbono do que se a referência fosse 2007, por exemplo.

Países em desenvolvimento denunciaram ontem em Bali que foram ameaçados com sanções comerciais caso não aceitem reduzir suas emissões de dióxido de carbono. “Estivemos sob uma forte pressão para aceitar compromissos de uma forma injusta e que atrasaria o desenvolvimento de nossos países”, disse Munir Akram, embaixador do Paquistão perante a ONU e presidente do G-77, grupo de nações em desenvolvimento. “Os países industrializados tiveram 200 anos para trilhar um caminho de desenvolvimento econômico com o uso intensivo do carbono e, quando é nossa vez, nos dizem que não podemos fazê-lo”, criticou.

Bali e após Bali: uma nova economia verde - Ban Ki-moon – Estado de São Paulo – Vida & - 15/12/2007

Já lemos a informação científica. O aquecimento global é real e nós somos a principal causa. Já ouvimos as advertências. Se não agirmos imediatamente, enfrentaremos consequências desastrosas. O gelo polar pode derreter. Os níveis do mar subirão. Um terço de nossas espécies vegetais e animais pode desaparecer. Haverá fome no mundo inteiro, especialmente na África e na Ásia Central.

Em todo esse debate, há uma boa notícia que passa despercebida. Temos a possibilidade de fazer alguma coisa - mais facilmente e por um custo menor do que a maioria imagina.

Essas são as conclusões do último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o organismo científico que partilhou recentemente o Prêmio Nobel da Paz. O seu conteúdo é preocupante, mas não devemos deixar passar a sua conclusão otimista: repito, podemos superar esta situação - de formas que não só são financeiramente acessíveis como também podem trazer prosperidade.

Nesta semana, os dirigentes mundiais estão reunidos na cúpula de Bali. Precisamos de progressos concretos: de um acordo abrangente sobre as alterações climáticas que todos os países possam aceitar. Temos de definir as grandes prioridades - um roteiro para um futuro melhor e um prazo rigoroso que permita alcançar um acordo até 2009.

Ainda não sabemos que forma assumirá esse acordo. Ele deverá tributar as emissões de gases do efeito estufa ou criar um regime internacional de comércio de direitos de emissão? Deverá prever mecanismos para prevenir o desmatamento, que é responsável por 20% das emissões de CO₂, ou ajudar os países menos avançados a se adaptarem aos efeitos inevitáveis do aquecimento global que os afetam desproporcionalmente? Deverá dar destaque à conservação e a energias renováveis, como a biomassa, ou à energia nuclear?

A resposta consiste, evidentemente, numa combinação de tudo isso - e muito, muito mais. Se as negociações chegarem a um impasse por causa da amplitude e complexidade das questões, vamos perder nosso recurso mais precioso: o tempo.

Será útil termos uma visão de como o futuro poderá ser, se formos bem-sucedidos. Não teremos apenas um mundo mais limpo, mais saudável e mais seguro para todos.

Bem conduzida, nossa luta contra o aquecimento global poderá, efetivamente, preparar o caminho para uma transformação ecológica da economia mundial - uma transformação suscetível de incentivar o crescimento e o desenvolvimento, em vez de travá-los.

Assistimos a três transformações no século passado. Primeiro, foi a revolução industrial. Depois, a revolução tecnológica, seguida por nossa era moderna da globalização. Agora, encontramos-nos no limiar de outra grande transformação: a era da economia verde.

As provas estão por toda a parte, freqüentemente em locais inesperados. Ao visitar recentemente a América do Sul, vi como o Brasil se tornou um dos principais protagonistas da economia verde, utilizando combustíveis renováveis para satisfazer cerca de 44% de suas necessidades energéticas. Média mundial: 13%. Na Europa, o valor é de 6,1%.

Tem-se falado muito no fato de a China estar quase ultrapassando os Estados Unidos como maior emissor de gases do efeito estufa do mundo. Menos conhecidos, porém, são os esforços que tem desenvolvido recentemente para enfrentar graves problemas ambientais. Neste ano, a China vai investir US\$ 10 bilhões em energias renováveis, um montante apenas ultrapassado pela Alemanha. Tornou-se líder mundial na área da energia solar e eólica. Numa recente cúpula de dirigentes do Leste Asiático, realizada em Cingapura, o primeiro-ministro, Wen Jiabao, prometeu reduzir o consumo de energia (por unidade do PIB) em 20% num período de cinco anos - medida que, no espírito, não está muito longe do compromisso assumido pela Europa de reduzir suas emissões de gases do efeito estufa em 20%, até 2020.

Esse é o caminho do futuro. Segundo algumas estimativas, o crescimento da procura mundial de energia poderá diminuir para a metade nos próximos 15 anos, simplesmente mediante a utilização de tecnologias existentes. O novo relatório do IPCC aponta soluções muito práticas, que vão desde normas mais rigorosas para os aparelhos de ar-condicionado e frigoríficos até um melhoramento do rendimento energético na indústria, na construção civil e nos transportes.

O IPCC calcula que superar as mudanças climáticas poderá custar apenas 0,1% do PIB mundial por ano, durante as próximas três décadas.

O crescimento não tem de ser forçosamente afetado e poderá até tornar-se mais rápido. Segundo pesquisas da Universidade da Califórnia em Berkeley, os Estados Unidos poderiam criar 300 mil empregos se 20% da procura de eletricidade fosse satisfeita por energias renováveis. Uma importante empresa de consultoria de Munique prevê que, no final da próxima década, haverá mais pessoas trabalhando no setor alemão das tecnologias

ambientais do que no setor automobilístico. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente calcula que o investimento mundial em energias com emissão zero de carbono atingirá US\$ 1,9 bilhão em 2020 - o montante necessário para reconfigurar a indústria mundial.

Já há empresas em muitas partes do mundo que estão exigindo políticas públicas claras sobre mudanças climáticas, qualquer que seja a forma que assumam - regulamentos, limites máximos de emissões, orientações sobre rendimento energético. A razão é óbvia. As empresas precisam de regras de base. Ajudar a criar essas regras é, sem dúvida, uma função que cabe às Nações Unidas.

A nossa função, em Bali e após Bali, é definir os contornos dessa transformação mundial que começa - abrir a porta à economia verde e ao desenvolvimento verde. O que falta é um quadro mundial dentro do qual nós, os povos do mundo, possamos coordenar nossa luta contra as alterações climáticas.

Os cientistas já cumpriram sua missão. Agora é a vez de os políticos agirem. Bali irá pôr à prova sua liderança. O que estamos esperando?

*** É secretário-Geral das Nações Unidas**

Conferência do clima ruma ao fracasso – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007

Bloco dos EUA emperra debate, e resolução final pode ignorar até mesmo as recomendações dos cientistas do IPCC -Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, interrompe viagem para ajudar a fazer pressão sobre americanos, canadenses e russos em Bali

CLAUDIO ANGELO

ENVIADO ESPECIAL A BALI - "Pequenas ilhas: vamos afogar as mágoas antes de nos afogarmos." O cartaz escrito à mão e pendurado num tapume no Centro de Internacional de Convenções de Bali, ontem à noite, convocava para uma festa e resumia o tom de humor negro que tomou conta do último dia da COP-13, a Conferência do Clima da ONU.

Às 2h de sábado (horário local), a reunião de ministros que deveria ter produzido o "mapa do caminho", o plano de negociação do regime de proteção ao clima no futuro, terminou em impasse. Decisões fundamentais, como se o texto fará referência à ciência do IPCC (o painel do clima da ONU) e se os países desenvolvidos terão ou não metas compulsórias de redução a cumprir ainda não haviam sido tomadas, e o texto corria o risco de ficar diluído.

"Estamos muito preocupados", disse Marcelo Furtado, da ONG Greenpeace. "O gato subiu no telhado."

O tom de urgência que deveria ter inspirado diplomatas de 191 países a lançar as negociações para a substituição do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012, cedeu lugar a um racha geral, com EUA e Rússia se opondo a metas de redução de emissões. Como tudo nas Nações Unidas se resolve por consenso, dois países podem bloquear a vontade dos outros 189.

O impasse foi tão grande, e a ameaça de fracasso tão real, que o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, interrompeu uma visita ao Timor Leste para vir à Indonésia na manhã de sábado (noite de sexta no Brasil) tentar salvar de um desvio de rota o "mapa do caminho", o documento-síntese da conferência de Bali.

Espera-se que Ban telefone ao presidente americano, George W. Bush, para pedir-lhe que instrua seus negociadores a parar de atrapalhar.

Ontem as discussões se davam em torno do preâmbulo, ou seja, o texto inicial, do chamado Diálogo para a Implementação da Convenção. Esse documento é uma espécie de lei complementar que define a forma como serão cumpridos os princípios estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a UNFCCC. O texto do preâmbulo reconheceria, com base nas evidências científicas apresentadas pelo IPCC, a necessidade de reduzir as emissões globais em 50% até 2050, com um objetivo para os países industrializados de corte de 25% a 40% até 2020.

Bloqueio americano - Os EUA passaram os últimos dias tentando tirar as metas do texto. Na madrugada de sexta-feira, apresentaram uma proposta que falava em "metas nacionais voluntárias", o que para bom entendedor equivale a abandonar a necessidade de um tratado internacional para proteger o clima -já que, nesse caso, cada país faria o que quisesse e quando quisesse para reduzir suas emissões.

O texto foi rejeitado, e os ministros reunidos em Bali passaram o resto do dia tentando acomodar os interesses dos EUA e as necessidades do planeta, a fim de produzir um "mapa do caminho" coerente.

"Ninguém quer ser o país que causou o fracasso deste processo", disse ontem o secretário-executivo da UNFCCC, o holandês Yvo de Boer. Para ele, um fracasso em Bali era possível, mas não aconteceria.

Se acontecer, a humanidade estará em maus lençóis. A falha em produzir e fazer cumprir um objetivo global de corte de emissões pode permitir que a concentração de gás carbônico (CO₂) na atmosfera ultrapasse as 450 partes por milhão, fazendo com que a temperatura suba mais de 2C em relação à era pré-industrial. Isso caracterizaria a chamada interferência perigosa da humanidade no clima, com conseqüências desastrosas para boa parte da humanidade -principalmente os países-ilhas, que literalmente se afogariam devido à elevação global do oceano.

A delegação americana, no entanto, parece se importar mais com a competitividade dos setores de petróleo e carvão mineral de seu país do que com o futuro da proteção do clima. Ontem foi seguida pelo Canadá, outra nação petroleira e renitente a Kyoto (apesar de ter ratificado o protocolo).

Coquetel canadense - Os canadenses -cujo principal negociador abandonou ontem a reunião ministerial para ir a um coquetel, levando por isso o troféu "Fóssil do Dia"-, num movimento denunciado por ONGs como combinado com os EUA, resolveram ontem dizer que só aceitariam ampliar suas metas se os países em desenvolvimento também adotassem compromissos.

"Houve pressões e mesmo ameaças a países em desenvolvimento para adotarem metas, o que nós achamos injusto", afirmou um delegado paquistanês em nome do G77, bloco dos países em desenvolvimento.

A decisão final seria tomada por uma plenária na manhã de hoje em Bali.

Proteção para florestas deve entrar em texto - Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007

DA REUTERS - No penúltimo dia de negociações em Bali, uma das poucas boas notícias foi um pré-consenso na inclusão das emissões de gases-estufa dos desmatamentos no acordo que dará continuidade ao Protocolo de Kyoto após 2012. O plano acena com a criação de um fundo internacional gerenciado pelo Banco Mundial para bancar a preservação de florestas.

O mecanismo, que ainda precisa ser formalizado, começaria com uma reserva de US\$ 300 milhões. O dinheiro deve ser destinado a países que implantem medidas para conter a devastação de florestas tropicais e demonstrem a eficácia de suas políticas.

Ainda não está definido se o desmatamento evitado poderá ser transformado em créditos de carbono, uma commodity negociável. Especialistas alertam, porém, que o excesso de carbono em um mercado internacional pode levar países industrializados a não reduzirem, na prática, suas emissões.

Por outro lado, pode faltar dinheiro. "Não esperamos que a filantropia ou os governos levantem essa quantidade de dinheiro", disse Andrew Mitchell, diretor do Programa Dossel Global, um dos arquitetos do plano em Bali.

Apesar de vir sofrendo queda na Amazônia, desmatamento cresce em unidades de conservação no sudoeste do Pará - Pesquisadores dizem que a situação é uma "afrenta" dos desmatadores, mas acreditam que ausência do Estado facilita invasões

O padre Arno Longo costuma dizer que não é um ambientalista, mas um "homem da agricultura familiar". Ainda assim, não perde a chance de, no sermão dominical, pregar contra o desmatamento: "Quando Ihe entregou o Éden, Deus falou para o homem, dominai e conservai. Não é pra dominar e destruir como temos feito".

É um discurso que precisa de insistência. Entre seus fiéis estão algumas dezenas de assentados que sofrem diariamente com a pressão de madeireiros para que lhes entreguem as árvores comerciais de suas terras distribuídas em pequenos lotes na floresta amazônica. Diante da promessa da renda segura -porém a longo prazo- do cultivo agrícola, e do lucro imediato da motosserra, é fácil sucumbir ao segundo.

Essa é a realidade de pelo menos sete cidades (como Itaituba, Novo Progresso e Castelo dos Sonhos) do sudoeste do Pará, localizadas na área de influência da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. Na região, que tem um mosaico de reservas de 8 milhões de hectares, está sendo registrado um aumento do desmate justamente nas unidades que foram criadas para coibi-lo. Apesar de vir em queda há três anos em toda a Amazônia, lá o desmatamento só faz crescer, como demonstra levantamento do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Na Floresta Nacional estabelecida no município de Trairão, por exemplo, existe uma fazenda, de acordo com pesquisadores da região que não quiseram se identificar. No Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, vivem pelo menos 11 comunidades (veja texto abaixo).

Segundo o Imazon, entre agosto de 2006 a julho de 2007, 21% do corte raso observado no Pará ocorreu em unidades de conservação.

"Quem manda sou eu" - A "afrenta" ao governo, como define o ecólogo Adalberto Veríssimo, do Imazon, é propiciada por um conjunto de situações: colonos que já viviam nesses locais antes de eles serem transformados em área de proteção, ausência de fiscalização, falta de planos de manejo florestal e pressão de madeireiros.

"Neste ano não saiu quase nenhum plano de manejo, mas a madeira continuou sendo retirada de dentro das reservas", conta Longo, que vê os caminhões com toras passando pela Transamazônica, em frente sua casa, todos os dias. Em um dia "fraco", como o presenciado pela Folha, foram pelo menos dez. "Bastou uma unidade de conservação ser criada para o pessoal correr lá e limpar as árvores nobres antes de o terreno ser demarcado", afirma.

Segundo Veríssimo, esta é uma atitude para mostrar poder. "O invasor vai lá pra dizer: "Quem manda aqui sou eu". Vira fato consumado. Se já foi desmatado, o pessoal acha que as pessoas não poderão mais ser retiradas de lá de dentro. É a forma de mostrar que são contra a criação das unidades."

Para ele, o estabelecimento de terras protegidas no entorno da BR-163 no início de 2006 foi um ato de coragem do governo, visto que se trata de uma região bastante conturbada.

"Mas com o passar do tempo o governo não conseguiu botar o pé na área. Em geral essas unidades ficaram no papel", explica Veríssimo. "Os infratores permaneceram lá e acharam que as unidades não eram pra valer", complementa.

Este aumento apontado pelo Imazon reflete, no entanto, só o corte raso da floresta. A ação pontual de madeireiros ilegais fica fora das estatísticas. No entanto, de acordo com o pesquisador, é exatamente aí onde começa o problema. "A estatística subestima a real agressão que a floresta sofre."

Assédio madeireiro - Como explica o padre Longo, a situação mais delicada desse processo é o assédio aos colonos que vivem em assentamentos localizados à margem da floresta. "Um atravessador de madeireiro entra na terra, derruba a árvore e o colono acaba sendo forçado a "vendê-la" com um discurso sutil: "Se você me entregar pro Ibama amanhece morto". O colono vende."

Um ipê, por exemplo, nessas condições, acaba saindo por R\$ 40 o metro cúbico. É revendido depois por R\$ 800.

Longo conta que em um assentamento de Itaituba há uma serraria dentro. "É proibido, mas está lá. Em vez de praticar agricultura familiar, o colono vira peão de serraria, se torna assalariado, ganha a cada 15 dias. Fica muito difícil nessa situação convencê-lo de que manter a floresta em pé é um negócio melhor para ele."

Para Veríssimo e Longo, tudo isso só tem ocorrido, no entanto, pela falta do governo na região. Procurado pela Folha, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse que o governo tem tentado resolver a questão. "Estamos fazendo ações para resolver essa ausência do Estado que você viu lá."

Para ele, desmatamento em UC é novidade. "Fazem isso com a expectativa de que, desmatando, ganharão o título da terra, mas isso não existe." Ainda assim, diz ele, a situação está melhor do que antes da criação das unidades. Segundo Capobianco, a perda de floresta crescia 500% ao ano na região desde 2001. "Com as UCs caiu mais de 98% no primeiro ano." O problema, lembra Veríssimo, é que voltou a crescer depois.

"Madeireiro vai salvar a Amazônia", defende presidente do sindicato da área – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007

DA ENVIADA ESPECIAL A ITAITUBA - Se boa parte da culpa do desmatamento é creditada à ação de madeireiros ilegais, os que agem na legalidade dizem que a culpa é do Estado. Ou melhor, da falta de ação dele. Para Luiz Carlos Tremonte, presidente do Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará, o governo tem prejudicado a atividade florestal ao não liberar planos de manejo. Isso não ocorreu neste ano porque se previa que a área de influência da BR-163 seria a primeira a ter florestas de aluguel no país -áreas concedidas para exploração de madeira em reservas públicas da Amazônia. Mas os estudos para o plano de gestão não foram concluídos a tempo, e o Meio Ambiente liberou a primeira área em Rondônia. O secretário-executivo do MMA, João Carlos Capobianco, afirmou à Folha que o Pará só deve ser atendido em 2008.

Tremonte reconhece que mesmo sem as autorizações de manejo a madeira continuou sendo cortada. "Isso jogou os madeireiros na ilegalidade", diz. "A gente quer trabalhar dentro da lei, mas madeireiro tem família, tem de comer", afirma. Ele insistiu, no entanto, em dizer que de um modo geral todo mundo age na legalidade. "Tivemos de sair da região para poder trabalhar."

Tremonte atendeu a reportagem buscando se mostrar defensor da mata. "Todo mundo culpa a gente, mas madeireiro não destrói a floresta. Só derrubamos árvores frondosas, já velhas, que não jogam mais oxigênio no ar." E agiu na defensiva quando questionado sobre ameaças aos colonos. "A bandidagem no setor existe, mas é minoria. Assim como não se pode dizer que todo promotor é bandido só porque lá em São Paulo um matou a mulher, não se pode generalizar e dizer que madeireiro é bandido."

Segundo ele, o mundo ainda vai reconhecer que o melhor para a mata é ter madeireiro agindo na legalidade. "Escreve aí o que eu estou falando: o madeireiro vai salvar a Amazônia." (GG)

Comunidades dentro de parque têm ramais para transportar madeira – Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2007

DA ENVIADA ESPECIAL A ITAITUBA - Localizado bem no meio do problema, o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, inaugurou no final de novembro estruturas de trilhas e mirantes para atrair visitantes. O ecoturismo é visto como uma medida para aumentar a fiscalização em algumas unidades de conservação e evitar a perda da floresta. Primeiro parque criado na Amazônia, nos idos de 1974, o local permanecia até então meio largado. Com mais de 1,1 milhão de hectares, tem apenas dois fiscais do Ibama. De acordo com Marcio Ferla, chefe do parque, vivem ali 11 comunidades -aproximadamente 2.500 pessoas. Todas têm escolas e associações de moradores. "Eles se mantêm, em sua maioria, com agricultura de subsistência, mas sabemos que há venda de madeira ilegal. Se não fazem hoje, certamente já fizeram. É um trabalho de formiguinha, mas causou um estrago",

diz. Ele conta que já viu ramais abertos na mata para a passagem de caminhões. "Tem lugar que a gente nem diz que é um parque", comenta. "A verdade é que é mais fácil invadir uma unidade de conservação que uma fazenda. Lá os "fiscais" são mais bravos."

Muito debate e nenhuma conclusão em Bali - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 15/12/2007

Convenção do Clima da ONU chega ao fim sem consenso sobre corte de emissões de gases do efeito estufa

Enviado especial BALL. - Apesar das duas semanas de negociações, delegados dos 190 países reunidos em Bali na Convenção do Clima das Nações Unidas não chegaram a um consenso sobre metas adicionais de corte de emissões de gases do efeito estufa a partir de 2012, quando termina o Protocolo de Kioto. Apesar de esforços dos europeus para incluir uma meta de 25% a 40% das emissões em 2020, em relação aos valores de 1990, os EUA — que não ratificaram Kioto, embora sejam os maiores emissores do planeta — não aceitaram a adoção de metas fixas.

A posição dos americanos era que, se alguma meta tivesse que ser fixada para os países ricos, metas também teriam de ser exigidas dos maiores países emergentes, como China, Brasil e Índia. Durante as negociações de todo o dia de ontem, os americanos foram acompanhados em suas posições pelos delegados do Canadá e da Rússia. O anúncio oficial do documento final ficou para a manhã de hoje.

Comemorado como decisão histórica, os países reunidos em Bali acordaram incluir no texto da Convenção do Clima das Nações Unidas os esforços para redução das emissões advindas do desmatamento e da degradação das florestas de países em desenvolvimento (REDD, da sigla em inglês), um tema de vital importância para o Brasil, país com a maior floresta do mundo e cujas emissões têm como origem, principalmente, a derrubada de árvores e queimadas na Amazônia. O texto é indicativo dos caminhos a seguir, sendo claro ao citar os projetos de combate ao desmatamento e degradação da floresta como foco das ações e deixando numa espécie de destaque — separado do texto principal por um ponto e vírgula — as ações de conservação florestal, ou seja, as que buscam preservar a floresta intacta.

Países têm até 2009 para fixar metas

Por ora, não há menção a como esses esforços serão financiados: se por fundos voluntários administrados pelos países receptores de dinheiro ou por mecanismo de mercado, como créditos de carbono.

Esta foi a forma encontrada pelos diplomatas para conciliar a objeção que o Brasil fazia a que estes projetos entrassem na convenção com a pressão de países que buscam transformar floresta intacta em instrumento para captação de recursos, como Índia e Indonésia. O tema entrou no texto, mas a questão do financiamento ficou para depois.

A partir de agora, os países têm até 2009 para definir com mais clareza, por exemplo, como as florestas serão avaliadas com o objetivo de medir o tamanho e a rapidez do desmatamento e quais os indicadores confiáveis para se projetar futuros desmatamentos e confirmar estas previsões.

'Teremos dinheiro se tivermos bons projetos' – Gilberto Scofield Jr. - O Globo – Ciência – Corpo a Corpo com Israel Klabin – 15/12/2007

CORPO A CORPO ISRAEL KLABIN

Um dos principais organizadores da Rio 92, Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, afirma que, a despeito do resultado da reunião de Bali, bons projetos de redução de desmatamento e manejo sustentável das florestas brasileiras já estão saindo do papel, amparados por fundos voluntários de países ricos e empresas. Ele diz que o Brasil terá, em 10 meses, sua versão do Relatório Stern, em alusão ao estudo do economista britânico Nicholas Stern sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos.

O GLOBO: O Brasil negociou bem a questão das florestas em Bali?

ISRAEL KLABIN: O Brasil precisava ser mais agressivo nesta questão, porque o mercado de carbono é outra fonte de investimentos importante. Mas não é a única. Há muito dinheiro de países ricos, e empresas dispostas a injetar recursos em fundos voluntários para projetos de combate ao desmatamento e conservação da floresta. Veja o caso da Noruega, que esta semana pôs à disposição US\$ 2,5 bilhões para projetos contra o desmatamento em países emergentes. Se os investidores do mercado de carbono entrarem nos projetos florestais, o dinheiro será bem-vindo, mas o fato é que projetos de proteção às florestas já caminham independentemente disso. Teremos dinheiro se tivermos bons projetos.

Projetos de que tipo?

KLABIN: Estamos trabalhando, por exemplo, com a Embraer, que deseja criar um plano de compensação ambiental para as suas emissões e vai investir em projetos florestais. Assim como ela, várias empresas estão envolvidas em ações para compensar suas emissões e este é um filão que se abre para todos nós.

O que faltou discutir?

KLABIN: Precisamos mudar o padrão de uso de energia hoje, totalmente voltada para o uso de combustíveis fósseis e isso só acontece com pesquisa em novas fontes renováveis de energia e no barateamento das existentes. Neste sentido, a questão da transferência de tecnologia é importantíssima e os avanços, muito pequenos. No Brasil, só se fala em etanol, que me parece a preocupação principal do Itamaraty.

E isso é ruim?

KLABIN: Em comparação com o poder poluidor de outros combustíveis, é claro que o etanol é um avanço. Mas trata-se de um ganho que exige uma preocupação sócio-ambiental, porque temos que garantir que as áreas de cultivo de cana não avancem sobre outros ecossistemas, destruindo florestas e degradando o ambiente. Isso acontece com outros produtos, como a soja, mas pode ser evitado pelo zoneamento sócio-ambiental, que faz um planejamento sobre o melhor uso do solo para regiões onde o potencial de destruição do meio ambiente é grande, como as florestas. O projeto de asfaltamento da BR-163, por exemplo, é um desastre pela degradação da floresta e pela chance enorme de favelização do seu entorno.

Qual é o custo do investimento no corte de emissões no Brasil?

KLABIN: Estamos elaborando uma versão brasileira do Relatório Stern, com o auxílio de uma equipe de cientistas brasileiros, que deverá estar pronto em 10 meses. (G.S.J.)

Mapa de Bali é acordo histórico - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007

Conferência do Clima terminou ontem com concessões dos Estados Unidos e grupos ambientalistas céticos

Representantes de 190 países acordaram ontem, na Indonésia, diretrizes para um novo regime político contra o aquecimento global. O chamado “mapa do caminho de Bali”, festejado por diplomatas e visto com ceticismo por ambientalistas, foi aceito no encerramento da 13ª Conferência do Clima (COP-13).

Frente à resistência por ações concretas, o resultado é histórico. O mapa tem o grande mérito de colocar no jogo os Estados Unidos (maior emissor do mundo de gases-estufa), ainda que em termos bastante confortáveis: fala de ações ou compromissos nacionais, não internacionais, para limitar e reduzir o lançamento no ar de dióxido de carbono, metano e outros gases que aprisionam o calor na Terra.

Mas a grande surpresa foi a aceitação, por parte do G-77+China, de ações de mitigação “mensuráveis, reportáveis e verificáveis”. É uma mudança na posição dessas nações, que evitavam qualquer tipo de compromisso internacional. Com isso, os Estados Unidos perderam sua principal argumentação: que só aceitariam qualquer meta quando países em desenvolvimento, especialmente emergentes, também seguissem o mesmo caminho.

A COP-13 também entra na história da diplomacia por suas últimas horas. A plenária de adoção do texto foi palco de cenas incomuns para eventos das Nações Unidas. O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e o presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, reapareceram em Bali para evitar desastre iminente: impasse total, quando nem mesmo um mapa pouco específico seria aceito.

Apesar de os presentes serem acostumados a pressões, humores estavam elevados, com palmas e vaias. Palavras duras levaram o secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer, a chorar e deixar o local por alguns minutos.

Mesmo com o caráter histórico da conferência, há ressalvas. O texto que fez delegados passarem noites viradas em negociação é só indicativo de intenções, uma pauta recheada de incertezas a ser remodelada em dois anos, para então formar um novo tratado climático para 2013.

O texto traz, por exemplo, que o tema é urgente e que “serão necessários cortes profundos nas emissões globais (de gases do efeito estufa) para atingir o objetivo final da Convenção”: evitar as mudanças climáticas perigosas. Porém, não determina quanto corte é necessário e quem deve fazê-lo, frustrando organizações não-governamentais. Já a revisão do Protocolo de Kyoto, também votada ontem, cita o estudo de cortes entre 25% e 40%, em relação a 1990, até 2020.

As conclusões do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que assombraram o mundo em 2007 e foram aceitas como a melhor ciência sobre o tema, só entraram como nota de rodapé. O feito, resultado da ação da delegação brasileira, ainda precisa ser considerado vitorioso, uma vez que americanos chegaram a duvidar de sua validade.

Arranjo salva COP do fracasso - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007

No entanto, impasse entre Estados Unidos e G-77 acabou por abrir caminho para sucesso da negociação

Os olhos de milhões de pessoas estavam voltados para a ilha de Bali ontem, à espera de ações firmes de seus governantes sobre um novo e sólido regime para combater o aquecimento global. Ainda assim, a 13ª Conferência do Clima (COP-13) esteve próxima do total fracasso. A reunião foi salva por uma série de acertos, alguns abertos e outros não, e jogadas diplomáticas que estavam mais para os blefes altos do pôquer do que para a estratégia do xadrez.

Ministros e altos delegados de 190 países passaram as últimas duas semanas trabalhando em cima de um “mapa do caminho de Bali”, documento com diretrizes de intenções até 2009. Nesta data, um novo acordo precisa ser obtido, com medidas muito mais drásticas para controlar o efeito estufa do que as observadas até o momento.

O mapa é construído em dois “trilhos”, que precisam se encontrar no final do período de negociação, fim de 2009 (veja ilustração ao lado). O primeiro é o do Protocolo de Kyoto, que congrega países ricos que seguem metas nada ambiciosas de corte em suas emissões de gases-estufa. Os integrantes precisam acordar reduções mais profundas. No segundo caminho estão os demais: Estados Unidos, que apesar de ricos não ratificaram Kyoto, e nações em desenvolvimento.

Acontece que qualquer regime internacional futuro de controle de emissões precisa integrar os Estados Unidos - maiores emissores globais (ainda que, no momento, disputando a posição com a China) e maior economia do mundo. O presidente George W. Bush, apesar de perto de deixar a Casa Branca, é contrário a essa política.

Pois foram justamente impasses entre Estados Unidos e G-77 que adiaram o fim da conferência por um dia e, por pouco, colocaram todo o “mapa do caminho” no lixo. Ironicamente, foi o impasse que levou o G-77 a se unir, obter apoio da União Européia e do Japão e vencer a disputa que se colocou na plenária.

GAFE DIPLOMÁTICA - Por duas vezes, na manhã de ontem, o presidente da conferência, o chanceler indonésio Rachmat Witoelar, cometeu a gafe diplomática de abrir a plenária de votação do texto (que só é aceito por consenso) sem a presença do presidente atual do G-77, o Paquistão, que conduzia negociações fora da sala.

O fato levou a China a usar palavras duras. Seu delegado insinuou que Witoelar e o secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer, ambos já acusados de pouco incisivos nas duas semanas anteriores de COP-13, jogavam contra os países em desenvolvimento. “Não tenho certeza se o secretariado é nosso secretariado e quero um pedido de desculpas.” Boer negou conhecimento sobre a reunião paralela e, chorando, deixou a sala.

Alguns minutos antes, marcharam pelo centro de convenções onde acontecia a conferência o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e o presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. Moon, que estava no Timor-Leste, foi convencido por seu emissário especial, o ex-presidente chileno Ricardo Lagos, a voltar para Bali e salvar o mapa.

Caso contrário, o secretário-geral arcaria com o fracasso de uma reunião sob a qual havia grande expectativa - e sobre tema que ele elencou como prioridade mundial. Uma vez que havia impasse, o retorno a Bali seria menos custoso frente à sociedade do que a ausência. “Chegou a hora de tomar uma decisão”, disse à platéia.

“A presença do secretário-geral e do presidente do Paquistão energizaram a sala. Os humores explodiram quando os dois entraram na sala”, disse Boer. Foi o sinal para que G-77 deixasse suas diferenças internas e insistissem em um texto comum. O grupo desejava que, além de ações mensuráveis dos países em desenvolvimento, também mensurável seria a ajuda fornecida pelos países ricos.

Os Estados Unidos disseram que bloqueariam o texto, mas seguidos discursos contra a posição americana pelos membros do G-77, além de União Européia e Japão, isolaram o país. “Nunca fomos tão longe em nosso comprometimento”, afirmou o ministro sul-africano de Assuntos Ambientais, Marthinus van Schalkwyk. Nem Canadá e Austrália, que nas negociações estavam alinhados, se posicionaram a favor do veto.

Enquanto manifestações se acumulavam, um assessor falava diretamente com a Casa Branca. Jornalistas jogavam na internet os primeiros informes da oposição americana. O isolamento deu resultado. “Ouvimos o que muitos de nossos colegas aqui disseram ao longo dessas duas semanas, mas especialmente o que foi dito nesta sala hoje. Vamos continuar e nos unir ao consenso”, disse a delegada americana Paula Dobriansky. O texto do mapa foi então aprovado, sob palmas.

NOTA DE RODAPÉ - Apesar do último dia apoteótico, os delegados se comportaram durante as duas semanas de duração da COP-13 como se não tivessem lido os três volumes científicos divulgados neste ano pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), aceitos em plenária pelas mesmas pessoas. Segundo o grupo, formado por milhares de cientistas de todo o mundo, as atividades humanas são responsáveis pelas

mudanças climáticas, ações urgentes devem ser tomadas e o controle não só é possível quanto é menos custoso do que a inação.

“Nossa missão é entregar o melhor da ciência sobre o tema. Esse texto dá rumo suficiente para as partes saberem como reduzir suas emissões”, disse Leo Meyer, integrante do IPCC que acompanhou a reunião.

“O mapa do caminho é um documento básico para mostrar a gravidade do assunto”, explica o embaixador Everton Vargas, que chefiou a delegação brasileira na reunião. Ele foi o responsável por incluir referências ao trabalho do IPCC como nota de rodapé no texto. “Foi uma forma engenhosa de ligar o trabalho científico à urgência da situação.”

As organizações não-governamentais têm outra visão. Eles comemoram que algum resultado saiu de Bali, e recebem bem a notícia de que os países em desenvolvimento se comprometeram com reduções mensuráveis e verificáveis, ainda que internas. Mas lamentam o comprometimento fraco apresentado pelos países ricos.

“O IPCC recebe o Prêmio Nobel da Paz em um dia e vira um pé de página na Convenção do Clima”, destaca Marcelo Furtado, coordenador de campanhas do Greenpeace Brasil. “O que ficou acertado no texto deixa o tema para que o próximo presidente dos Estados Unidos faça uma contribuição real para controlar as mudanças climáticas perigosas”, diz Hans Verolme, diretor do programa de clima da WWF Global.

Brasil tem papel de destaque nas negociações – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007

Ministro Luiz Alberto Figueiredo assumirá presidência do grupo de diálogo no primeiro ano

O Brasil, que chegou retrancado para a 13ª Conferência do CLima (COP-13), em Bali, sai entre os principais contribuidores da negociação. A presidência do grupo de diálogo, que trata justamente do encaminhamento do debate em torno do “mapa do caminho”, fica no primeiro ano com o ministro Luiz Alberto Figueiredo.

A atuação brasileira foi elogiada pela União Européia e por ambientalistas, especialmente por ter flexibilizado sua posição na inserção de florestas como forma de mitigação de gases-estufa. O texto final inclui várias alternativas além da redução de desmatamento, um cenário que o Brasil não queria em princípio.

Além disso, os elogios, e a cobrança, são dados ao fato de o País ter aceito compromissos mensuráveis e verificáveis internacionalmente. “A liderança de Brasil, China e África do Sul foram fundamentais para segurar o consenso. Agora precisamos

costrar coerência em casa”, afirma Figueiredo. “Foi um passo importante, mas a lua-de-mel não será fácil de manter”, complementa.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi à Indonésia para apresentar seu programa de metas voluntárias de redução de emissão pelo controle do desmatamento. A questão é a principal fonte de gases-estufa no Brasil, uma vez que o corte e a queima da vegetação libera na atmosfera o carbono que até então estava retido na forma de biomassa (folhas, tronco, raízes). Segundo a proposta, o País aposta em um fundo voluntário, que colete recursos de países ricos e empresas, para ajudar na estratégia de combate à ação ilegal.

Na COP-13, outros países quiseram inserir, com desmatamento evitado de florestas tropicais, mecanismos de mercado que transformasse árvore em pé em crédito de carbono. A questão ficou em aberto para debates futuros.

Outros temas envolvendo florestas entraram no texto final, como conservação e degradação, que a delegação brasileira era contrária em princípio. “Não diria que o Brasil perdeu. Ele cedeu em alguns pontos e ganhou em outros. No caso do desmatamento, já temos uma metodologia de monitoramento consolidada. É como começar numa corrida com o motor ligado, o carro na pista e o motorista dentro dele”, afirma Mauro Armelin, do WWf-Brasil. “Acho que o caminho deste tema é buscarmos uma forma de financiamento casada, com fundos voluntários e mecanismos de mercado.”

TRANSFERÊNCIA - Outro campo em que o Brasil ganha é na transferência de tecnologia. Segundo a consultora Larissa Schmidt, do Ministério de Ciência e Tecnologia, que negociou o tema na conferência, os avanços pavimentam um caminho que o País já buscava: de levar conhecimento sobre o monitoramento de florestas, desenvolvido para a Amazônia, para países africanos.

“A questão de transferência de tecnologia, que não se resolvia há muitos anos, foi finalmente para o grupo de implementação. Foi construída uma triangulação que permite a transferência de Hemisfério Sul para Hemisfério Sul, e não só Norte-Norte.”

Regras de Kyoto superestimam impacto das emissões de metano - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/12/2007

Brasil não concorda com metodologia do protocolo e tentará rever parâmetros para o próximo acordo climático

A metodologia usada pelo Protocolo de Kyoto para calcular a contribuição de cada país para o aquecimento global tem uma falha fundamental, segundo alguns especialistas brasileiros. O problema está na importância que é atribuída ao metano (CH₄), o gás mais relevante para as mudanças climáticas depois do dióxido de carbono (CO₂). A métrica atual diz que cada molécula de metano lançada na atmosfera tem um efeito sobre o clima

equivalente a 21 moléculas de CO₂. Segundo cientistas, entretanto, essa equivalência deveria ser muito menor: da ordem de 1 para 5.

A influência do metano sobre o aquecimento global, portanto, estaria supervalorizada. Conseqüentemente, a influência de cada país sobre as mudanças climáticas também estaria inflada nas contas do protocolo - principalmente no caso de países tropicais em desenvolvimento, como o Brasil, que emitem muito metano. O tema será levantado pela delegação brasileira nas discussões do futuro acordo climático pós-Kyoto, que começou a ser negociado na 13ª Conferência das Partes (COP-13) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, concluída ontem em Bali, na Indonésia.

“É algo que deveria ser revisto para o segundo período de compromissos”, disse ao Estado o coordenador-geral de Mudanças Globais do Clima do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), José Miguez. Índia e China também estão atentos ao problema, segundo ele.

Para calcular e comparar as emissões de cada país, o protocolo utiliza uma medida chamada CO₂ equivalente, que permite somar as emissões de vários gases do efeito estufa em um único número. Para isso, utiliza-se um fator de equivalência chamado “potencial de aquecimento global” (GWP, em inglês), que converte as emissões de cada gás em um valor equivalente em dióxido de carbono. O GWP do metano é 21. O do óxido nitroso (N₂O) é 310.

O problema é que o GWP (apesar de ter “aquecimento” no nome) mede apenas a quantidade de radiação que é retida na atmosfera pela molécula de um determinado gás - o que não representa, necessariamente, o quanto cada uma dessas moléculas contribui para as mudanças climáticas a longo prazo. Para isso, seria preciso um equivalente de temperatura, segundo o especialista Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP).

“O GWP é correto, do ponto de vista físico, mas ele não mede o que precisa ser medido, que é a influência de cada gás sobre o aumento da temperatura”, explica Gylvan, que já foi vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

POLÍTICA CLIMÁTICA - Ao agregar todos os gases numa mesma balança, o CO₂ equivalente dá flexibilidade aos países para cortar emissões de diferentes gases, de diferentes setores, com o mesmo resultado final. Mas significa que, para cada molécula de metano que deixa de ser emitida, o país pode debitar 21 moléculas de CO₂ da sua conta de emissões - quando o certo seria debitar algo entre 4 e 7. Da mesma forma, cada molécula de metano emitida é supertaxada como se fosse 21 moléculas de CO₂ - outro exagero.

O Brasil discorda oficialmente do GWP e por isso não calcula suas emissões em CO₂ equivalente. O inventário nacional de gases do efeito estufa lista apenas as emissões de cada gás separadamente: 1 bilhão de toneladas de CO₂, 13 milhões de toneladas de CH₄ e 550 mil toneladas de N₂O. Com o GWP aplicado ao metano e ao óxido nitroso, a emissão

total do Brasil é de 1,477 bilhão de toneladas de CO2 equivalente - número que aparece nos documentos da convenção, apesar de o País não concordar com essa conta.

Se o GWP do metano fosse reduzido de 21 para 5, por exemplo, esse total cairia para 1,266 bilhão de toneladas de CO2 equivalente - uma diferença de 211 milhões de toneladas, o que corresponde a mais de 13 anos de emissões da cidade de São Paulo, segundo o inventário municipal produzido pelo Centro Clima da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“Todas as políticas climáticas internacionais são baseadas no GWP. É um número político, que influi na atribuição de responsabilidades sobre as mudanças climáticas”, aponta o especialista Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe e secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O Brasil é signatário do Protocolo de Kyoto, mas, por ser um país em desenvolvimento, está isento de metas compulsórias de redução de emissões - pelo menos até 2012, quando expira o primeiro período de vigência do protocolo. Caso o País tenha de assumir metas no futuro, o GWP pode se tornar um problema sério.

O metano representa quase 20% das emissões totais do País em CO2 equivalente, e quase 70% dessas emissões provêm da fermentação entérica: a digestão de fibras vegetais no estômago de bois e vacas, que exalam o gás naturalmente pela respiração. Gasolina pode ser substituída por etanol, o desmatamento pode ser reduzido, mas ninguém descobriu ainda uma forma de impedir que uma vaca emita metano.

O Brasil tem o segundo maior rebanho bovino do mundo, depois da Índia, com 205 milhões de cabeças (mais de um boi por pessoa), segundo o IBGE. Na China, uma importante fonte de emissão é o plantio de arroz alagado. O metano é produzido pela decomposição de matéria orgânica, por isso é emitido também de aterros sanitários.

MERCADO DE CARBONO - A distorção se apresenta também no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), dispositivo do Protocolo de Kyoto que permite aos países desenvolvidos comprar créditos de carbono pela redução de emissões nos países em desenvolvimento. No caso de projetos que reduzem emissões de metano (como vários no Brasil), cada tonelada de CH4 comprada aqui equivale ao direito de emitir 21 toneladas de CO2 lá fora. “Na prática, você autoriza os países desenvolvidos a emitir mais dióxido de carbono do que deveriam”, afirma Miguez.

“Estão dando um crédito de carbono imenso para emissões que não são verdadeiras”, reforça Pinguelli. “Não é bom que se alimente essa ilusão.”

Miguez, que é um dos responsáveis pela avaliação de projetos de MDL no Brasil, tranquiliza os empreendedores: projetos aprovados na vigência do protocolo atual não serão prejudicados. O GWP 21 do metano está sacramentado no Protocolo de Kyoto e só poderá ser alterado no próximo regime climático, que começará em 2013.

VIDA CURTA - A principal diferença do metano em relação aos outros gases do efeito estufa é que ele é um gás de “vida curta”. O tempo de permanência de uma molécula de CH₄ na atmosfera é de aproximadamente 12 anos, enquanto uma molécula de CO₂ “sobrevive” de 200 a 2 mil anos. Essa diferença se perde no GWP, cujo valor é fixo num prazo de cem anos, mesmo depois que o gás já desapareceu da atmosfera e o calor que ele produziu já foi absorvido pelo oceano.

O problema, segundo Gylvan, é que o GWP trata o planeta como um sistema fechado, quando, na verdade, trata-se de um sistema aberto, que perde calor naturalmente. “Pelo GWP, a temperatura do planeta deveria aumentar infinitamente. A Terra viraria um Sol, o que obviamente não acontece”, afirma Pinguelli.

Essa incongruência é conhecida pelos cientistas há anos, mas nunca houve um esforço integrado para corrigi-la, depois que o GWP entrou na certidão de nascimento de Kyoto. A expectativa é que as regras mudem a partir de 2013.

“O GWP serviu bem às políticas vagas e de curto prazo de Kyoto. Agora, se quisermos pensar em metas mais específicas e de longo prazo, vamos precisar de algo diferente”, avalia o especialista Keith Shine, do Departamento de Meteorologia da Universidade de Reading, na Inglaterra. Ele é um dos proponentes de uma métrica alternativa chamada GTP (potencial de mudança de temperatura global).

Como diz o nome, o GTP mediria a influência de cada gás sobre o termômetro da Terra, enquanto o GWP mede a influência sobre o balanço energético (a “conta de luz”, por assim dizer). Segundo os cientistas, essa seria a maneira mais correta de medir a importância de cada gás sobre as mudanças climáticas. Nesse caso, o fator de conversão do metano (num horizonte de tempo de cem anos) cairia de 21 para algo entre 4 e 7.

O especialista Paulo Artaxo, do Instituto de Física da USP, discorda. “Para mim é mais importante o balanço de radiação do que o de temperatura”, diz Artaxo, co-autor de um capítulo sobre o tema no último relatório do IPCC. Ele faz a seguinte analogia: se as mudanças climáticas fossem uma doença, o desequilíbrio radiativo seria a gripe e o aumento de temperatura, a febre. “O que precisamos curar é a gripe, não a febre”, disse.

“Claro que a causa é a radiação, mas o que vai nos matar é o sintoma”, rebate Gylvan. “O que faz o clima mudar é a temperatura.”

O relatório do IPCC reconhece as limitações do GWP e aponta o GTP como possível substituto. Por enquanto, porém, conclui que o GWP é válido e “permanece a métrica recomendada para comparar os impactos climáticos futuros das emissões de gases de vida longa”. O relatório, inclusive, aumenta o GWP do metano para 25 - apesar de que o Protocolo de Kyoto continuará a usar o valor de 21.

“A grande vantagem do GWP é ser transparente e fácil de calcular”, reconhece Shine. “O GTP seria um conceito melhor, só que mais complicado e mais discutível.”

“Ninguém nunca inventou uma métrica melhor do que o GWP, por isso todo mundo continua usando”, afirma Artaxo. Para ele, seria “impossível” desenvolver uma métrica equivalente de temperatura, porque, nesse caso, o efeito varia de acordo com as características da superfície, como capacidade térmica e albedo (quantidade de luz refletida). “Um quilowatt por metro quadrado no Saara esquenta muito mais do que na Amazônia”, compara Artaxo.

Em Bali, ONU rascunha acordo do clima – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2007

Decisão saiu após EUA desistirem de bloquear debate no último dia do encontro; tratado deve ficar pronto em 2009 - Intervenção de Ban Ki-moon foi decisiva; esboço de plano para redução de emissões de carbono ainda não prevê metas obrigatórias por país

Ativista que queria metas obrigatórias de controle de gases-estufa já em Bali pede, agora, que medida saia "assim que possível"

CLAUDIO ANGELO

ENVIADO ESPECIAL A BALI - O que é preciso para salvar um planeta? Para um grupo de diplomatas de 191 nações reunidos até ontem na ilha indonésia de Bali foram necessárias duas semanas de negociação e uma bronca do secretário-geral das Nações Unidas. Ontem, após 13 dias de conversas dramáticas, e sob ameaça de fracasso, eles finalmente aprovaram o Mapa do Caminho de Bali, o embrião do acordo que definirá o combate ao aquecimento global após 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto.

Ban Ki-moon interrompeu uma viagem oficial ao Timor Leste para pressionar no último minuto (às 13h15 da tarde) os delegados na COP-13, a Conferência do Clima de Bali, a romper um impasse que ameaçava desmantelar o acordo. A principal pedra no caminho eram os Estados Unidos.

Depois de um discurso duro do presidente da Indonésia, Susilo Bambang, Ban abandonou seu tom habitualmente apático e ameaçou ministros e negociadores. "Chego até vocês francamente decepcionado com a sua falta de progresso", disparou. E sugeriu que um fracasso de Bali seria uma "traição ao nosso planeta e aos nossos filhos". A dura surtiu efeito: duas horas depois, o acordo que não saíra em 13 dias estava concluído. "Estou nisso há 15 anos e nunca eu tinha visto um chefe de Estado e um secretário-geral se dirigirem a uma conferência no momento de tomar a decisão", disse Everton Vargas, negociador-chefe do Brasil.

O que diplomatas produziram em Bali não foi bem a salvação do planeta, mas sim um conjunto de documentos que a torna possível. O Mapa do Caminho define conteúdo e prazo das negociações que, em 2009, definirão o novo regime de proteção do clima. O futuro tratado estenderá e aprofundará o Protocolo de Kyoto, cujas metas modestas de 5,2%

de corte de emissões de gases-estufa por um grupo de apenas 37 países estão longe de dar conta do desafio de evitar o aquecimento potencialmente catastrófico de 2C acima da média da era pré-industrial.

Idéia vaga - Kyoto vai operar entre 2008 e 2012, e até ontem não havia a mais vaga idéia sobre o que pôr no seu lugar. Agora há, embora ainda seja de fato uma idéia um tanto vaga. Para contornar a tentativa dos EUA de obstruir o processo, o Mapa do Caminho omitiu qualquer referência a objetivos de médio e longo prazo de corte de emissão.

Uma proposta de menção a metas de 25% a 40% de redução até 2020 em relação aos níveis de 1990 era derivada das conclusões do IPCC, o painel de climatologistas da ONU. Mas os EUA, que antes haviam manifestado seu reconhecimento ao IPCC, resolveram em Bali negar a ciência de novo.

Dizendo que as conclusões do painel do clima não podiam ter caráter político, a negociadora-chefe dos EUA, Paula Dobriansky, passou a recusar as metas. A solução foi "aguar" o documento final. Em vez de metas, o preâmbulo do chamado Diálogo para a Implementação da Convenção fala apenas no reconhecimento de que "cortes profundos nas emissões globais serão necessários". Apenas uma nota de rodapé no texto final remete ao IPCC.

Um dos cenários recomendados pelo painel exige que as emissões globais de carbono cheguem ao pico nos próximos 10 a 15 anos, passando a declinar abruptamente em seguida, com um corte de até 40% em 2020. Outros cenários permitem reduções menores, mas resultam em mais aquecimento e mais secas e mais tempestades. "Fica tudo aberto", disse Marcelo Furtado, do Greenpeace. "Do jeito que está o texto, os europeus podem fazer 40% [de redução] e os americanos zero, e dizerem que o acordo foi cumprido." Para ele, o Mapa do Caminho "não atende às expectativas da ciência nem do público".

Para Everton Vargas, porém, foi "um excelente acordo". "Uma negociação entre 190 países [mais a UE] adotada por consenso não tem como deixar explícitas várias coisas que poderiam ficar", afirmou.

Comparabilidade - Para o embaixador, um ponto aparentemente sem importância na segunda página do documento do Diálogo é especialmente relevante. Ele estabelece a "comparabilidade" dos esforços dos países desenvolvidos para a redução de emissões. Ou seja, obriga os EUA a tomar medidas contra o aquecimento global comparáveis às das nações signatárias de Kyoto. Isso porque os EUA, apesar de terem pulado fora de Kyoto, ainda são membros da Convenção do Clima. E, a partir de agora, todos os membros da convenção terão de adotar compromissos "mensuráveis, verificáveis e reportáveis" de corte de gases-estufa. Esses compromissos podem ser ações que levem a medidas de eficiência energética, no caso da China, ou à redução do desmatamento, no caso brasileiro.

A menção às florestas, em especial, foi considerada uma vitória do Brasil, que articulou com a África do Sul a nova possível estrutura do acordo. Ela corresponde à negociação em "dois trilhos" do Mapa do Caminho -algo capaz de engajar os países pobres

sem dar a eles metas obrigatórias "injustas". A adesão da China à proposta ajudou a enfraquecer a intransigência dos EUA.

Agora, de um lado, seguem o "trilho" da Convenção os países em desenvolvimento e os EUA; num outro "trilho", o do Protocolo de Kyoto, 37 nações ricas prometem aprofundar suas metas nacionais obrigatórias no futuro. O "trilho" de Kyoto mantém expresso o compromisso de médio prazo, as metas de 25% a 40% até 2020. Isso deve impedir que Japão, Austrália e Canadá -que ratificaram Kyoto com ressalvas e têm medo de compromissos futuros- troquem de trilho no meio do caminho e embarquem juntamente com os EUA no trem da alegria dos compromissos não-vinculantes (sem valor de lei).

Não está claro quais seriam os compromissos dos EUA, mas isso não é assunto para agora: George W. Bush, que viverá na infâmia como o líder que mais atrapalhou a solução do maior problema ambiental da história, será apeado do poder no final do ano que vem. Os principais candidatos à Casa Branca, tanto no Partido Democrata quanto no Partido Republicano, de Bush, já entenderam o recado e se comprometeram a agir diferente no clima.

O caminho está traçado. Agora, a negociação precisará correr contra o tempo para a COP-15, em 2009 em Copenhague (Dinamarca), quando o mapa tem de ganhar status de acordo.

"Circo do fim do mundo" acaba entre acusações e lágrimas – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/12/2007

DO ENVIADO A BALI - É difícil transmitir a tensão que se viu e sentiu em Bali na última semana das negociações do Mapa do Caminho. A melhor expressão desse sentimento talvez tenha sido a do secretário-executivo da Convenção do Clima, o holandês Yvo de Boer: diante do impasse na plenária, exausto após uma reunião que fora interrompida às 3h30 da manhã e reiniciada às 8h, ele pôs a mão no rosto, chorou e saiu da sala.

Foi uma reta final melancólica para um encontro que tivera início, no dia 3, como uma grande festa. Cerca de 15 mil pessoas compareceram ao distrito-resort de Nusa Dua, na paradisíaca (e insuportavelmente quente) ilha indonésia.

Animados pelas evidências compiladas pelo IPCC (em tese, à prova de contestação pelos governos), os participantes da COP-13 acharam que uma resposta adequada ao aquecimento global era algo garantido. Esbarraram na realidade política e no processo inerentemente lento das Nações Unidas.

Na primeira semana de COP, Bali viu de tudo: de lobistas de um nascente mercado de carbono tentando fazer dinheiro com proteção de florestas até protestos de ONGs que

aconteciam sempre ao meio-dia. Num hotel vizinho, simpósios discutiam desde o impacto dos biocombustíveis no clima até tecnologias de captura de carbono.

No centro de imprensa, ONGs chamavam jornalistas para viagens gratuitas (o governo da Indonésia também fez isso, mas só para a imprensa estrangeira) e um certo Lorde Mockton, que se apresentava como conselheiro científico da ex-premiê britânica Margareth Thatcher, pregava contra "a fraude científica do IPCC".

Vestindo um terno azul fora de moda e gravata (enquanto diplomatas aderiam à moda das blusas de batique), Mockton oferecia entrevistas para promover sua visão "cética" do efeito estufa e atacar o IPCC e Al Gore. Depois da apresentação demolidora de Gore, na quinta, ele não foi mais visto.

Fóssil do século - O clima começou a azedar no fim-de-semana passado, quando os EUA lançaram sua ofensiva para melar a COP. A tensão chegou ao auge na quinta-feira, quando o ministro alemão do Meio Ambiente, Sigmar Gabriel, e o comissário europeu para o Ambiente, Stavros Dimas, ameaçaram boicotar a reunião das grandes economias que Bush convocara para 2008.

Na madrugada de sábado a resistência americana foi vencida. Pela manhã, foi a vez de o G77 reclamar. O bloco das nações em desenvolvimento, que inclui o Brasil, pediu para que fosse mantida a palavra "comparabilidade" para os esforços de redução dos países desenvolvidos (leia-se os americanos) e exigiu que os compromissos de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação dos países pobres pelos ricos fossem também mensuráveis e verificáveis.

Nesse momento, Ban Ki-moon interveio na plenária. Daí em diante, seguiram-se trocas de acusações, com os chineses culpando De Boer (que chorou) e os sul-africanos acusando os EUA de jogo sujo. *Diplomacia à flor da pele. (CA)

A Amazônia sempre foi moderna – Bertha K. Becker – O Globo – Opinião – 16/12/2007

Aquecimento global e negociações sobre o Protocolo de Kioto trazem novamente à baila a politização da questão ambiental com foco na Amazônia brasileira. Duas faces da mesma moeda ressaltam a responsabilidade da região: grande emissora de carbono ou grande potencial para salvar o planeta. Sob essa retórica, retoma-se num patamar mais ameaçador a idéia de seu destino como região a ser preservada.

Difunde-se a imagem da Amazônia como extremamente frágil e problemática quanto às possibilidades de sua utilização, contribuindo para imobilizar decisões e ações e para obscurecer a significância do seu imenso patrimônio natural e cultural.

Não se pretende entrar no mérito do relatório do International Panel of Climatic Change e dos desacertos em Bali, o que se deseja aqui é introduzir uma outra imagem, positiva, da Amazônia, sob a ótica regional e nacional.

Cabe ao Brasil enfrentar o desafio de conter o desflorestamento. É preciso inovar, com um modelo capaz de utilizar adequadamente esse patrimônio, gerar riqueza e trabalho para as populações, e alicerçar seu futuro e o do Brasil e demais países amazônicos.

Há condições para desenvolver uma estratégia com esse objetivo. De início, escapando do falso dilema entre preservação e desenvolvimento destrutivo, que não admite alternativas. A seguir, recorrendo às características específicas e à história da região.

Contrariando Bruno Latour — jamais fomos modernos — a Amazônia é uma região acostumada com a modernidade e bem mais senhora de um perfil civilizatório do que o imaginário internacional faz crer, afirma Marcio de Souza.

Com efeito, a região foi ocupada e povoada em surtos associados às grandes inovações da economia-mundo: navegação marítima/drogas do sertão, revolução energética/borracha, tecnologias nacionais de infra-estrutura/expansão da fronteira agropecuária.

É verdade que tal modernidade calcada na extração de recursos naturais pouco beneficiou a região. A exclusão social foi constante e permanece até hoje.

Hoje, deve-se reconhecer que a magnitude e a sensibilidade do patrimônio natural e cultural da Amazônia exigem uma estratégia que combine high tech com inclusão social. Não foi ainda introjetada no imaginário social e nas políticas públicas a mais recente e mais poderosa inovação da economia-mundo: a revolução científico-tecnológica na informação e microeletrônica que, como revela Castells, não se resume a uma nova técnica, mas é uma nova forma de produção que afeta todas as relações sociais e de poder. Revolução científicotecnológica a ser utilizada não mais para extrair e exportar recursos, mas para valorizá-los em benefício da região de forma decisiva.

Alguns componentes da estratégia proposta podem ser sugeridos. Ciência, tecnologia e inovação, articuladas à educação, têm papel crucial na definição de um novo paradigma capaz de utilizar sem destruir o patrimônio regional.

Somente atribuindo valor econômico à floresta em pé poderá ela competir com as commodities e não ser derrubada. A identificação de produtos a serem organizados em cadeias produtivas até o seu beneficiamento final, sem destruir a natureza, é essencial tanto em áreas florestais como naquelas já alteradas onde há amplas possibilidades.

Produzir para conservar, excetuadas as áreas de preservação, é um lema essencial para a região. A valoração dos serviços ambientais é prioritária. Serviços de alto valor agregado para produtores baseados na informação e no conhecimento, e suas redes, são considerados na literatura científica recente como a inovação fundamental para o desenvolvimento, e geram uma rede de cidades mundiais que comandam o processo de globalização.

Os serviços ambientais prestados pela floresta amazônica são singulares, de afirmação da vida em si, e não diretamente para produtores. Trocas de créditos de carbono localizadas não consideram os serviços que estão sendo continuamente prestados pela massa florestal sul-americana. Formular um conceito amazônico de serviços ambientais, e planejar Manaus como cidade mundial para organizá-los, é uma iniciativa urgente.

Mudanças institucionais são condição da estratégia. Desde a ampliação dos recursos humanos em C/T/I, à articulação das políticas públicas e projetos, à criação de institutos técnicos para formação de empreendedores e criação de universidades e laboratórios da floresta, à solução da questão fundiária. Os conflitos sociais na Amazônia derivam da disputa pela apropriação da terra. No entanto, no contexto das transformações introduzidas para revolução científico-tecnológica, não é mais a propriedade da terra que garante o

desenvolvimento, mas sim o acesso a outras condições de produção, tais como a informação, a capacidade de gestão, o crédito, o sistema de comercialização.

A evidência empírica na Amazônia atesta essa afirmativa com as dificuldades dos projetos de assentamento e de produtores familiares em geral. Em nível teórico, trata-se do monopólio histórico do acesso ao mercado que necessita ser rompido, e para tanto a organização de cadeias produtivas podem muito contribuir.

É no território que a estratégia se concretiza ressaltando o papel das infovias e das cidades no ordenamento do território. Se, historicamente, as cidades surgiram para sustentar a ocupação e a exploração dos recursos regionais, hoje cabe a elas antecipar o novo modelo de desenvolvimento: 70% da população da Região Norte vivem em núcleos urbanos (Censo 2000); as cidades concentram a informação e o conhecimento, prestam serviços básicos para uma população deles extremamente carente, e serviços para as cadeias produtivas. Conectadas pelas infovias, as cidades devem comandar uma estrutura produtiva em rede que, ao contrário da produção extensiva, contígua, assegura a manutenção de extensões florestais entre elas. Por sua vez, como nós de infovias e das redes de produção e de relações sociais, as cidades são o relay de sub-regiões que organizam a vida socioeconômica e política da Amazônia.

Essas são algumas reflexões que se propõem para um diálogo em favor da Amazônia.

De Florianópolis a Bali - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/12/2007

O fim do ano de 2007 foi marcado por um número significativo de conferências internacionais dedicadas ao desenvolvimento sustentável. Entenda-se por isto um desenvolvimento que pode durar, e não um desenvolvimento que redunde apenas num crescimento ininterrupto da renda, como entendem erroneamente certas autoridades. Na visão delas, produto interno bruto é o que conta, não um índice de desenvolvimento humano que meça a qualidade de vida, e não apenas a renda.

Para garantir um desenvolvimento sustentado é preciso energia, e o mundo moderno vive consumindo os recursos naturais fósseis - petróleo, gás e carvão -, o que não pode durar, porque eles são finitos e os principais responsáveis pela poluição. A solução existe e se baseia na busca de energias renováveis, por vários caminhos: hidrelétrica, dos ventos, solar térmica, fotovoltaica e, principalmente, a energia armazenada nas plantas, a biomassa.

Em Bali se discutiu, embora sem muito sucesso - apesar da recente adesão da Austrália -, como reduzir as emissões resultantes do uso de combustíveis fósseis e como essa redução deve ser distribuída entre os vários países, desde os grandes poluidores, como EUA, China e Brasil, até as prováveis vítimas do aquecimento global, como Bangladesh.

Em Florianópolis, há algumas semanas, discutiu-se o que fazer para manter o Brasil num rumo que seja sustentável do ponto de vista energético e ambiental. A ocasião foi um

Fórum de Energia Renovável e Sustentabilidade, chamado de Ecopower, organizado com competência e com o apoio do governo de Santa Catarina. A brilhou a reunião a conferência de Mohamed Yunes, fundador do “banco dos pobres” em Bangladesh e que recebeu, por seu trabalho inovador, o Prêmio Nobel da Paz.

Os problemas que o Brasil enfrenta nesta área são basicamente desmatamento e como manter “limpa” a nossa matriz energética.

O desmatamento da Amazônia poderá levar boa parte daquela região a se transformar numa savana, o que terá seriíssimas conseqüências para o clima do País, já que o desmatamento é o principal contribuidor das nossas emissões de carbono e objeto de críticas generalizadas dentro e fora do Brasil. Como evitar este desmatamento e gerar empregos e renda para os mais de 20 milhões que lá vivem é o grande desafio. Foi lembrado em Florianópolis o exemplo do Estado do Amazonas, onde 98% da cobertura florestal está intacta, uma vez que a Zona Franca de Manaus oferece uma alternativa de empregos e renda. Foi discutida também a ingênua proposta que o governo federal levou a Bali, de cobrar dos países ricos recursos para manter a “floresta em pé” por meio da filantropia internacional. Seria menos ingênuo dar créditos de carbono aos países ricos (ou empresas) que pagassem pela proteção da floresta, o que é rejeitado pelo governo com base no dúbio argumento de que “nossa idéia não é preservar a Amazônia para que os outros possam emitir”, nas palavras do secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. O próprio presidente da República declarou recentemente que os países ricos emitiram no passado e agora chegou a nossa vez de nos desenvolvermos (e, portanto, emitir). A concepção do governo federal é errada, porque é possível se desenvolver sem repetir os erros do passado, mesmo porque não se conheciam na época as graves conseqüências que o desmatamento traria.

A expansão da produção de eletricidade, que até agora é mais de 80% hidrelétrica (portanto, “limpa”), é o outro grande problema. Segundo o presidente da Empresa de Planejamento Energético, Maurício Tolmasquim, o governo quer expandir a produção de eletricidade na Amazônia, mas a oposição dos ambientalistas está inviabilizando essa solução. Daí a segunda opção, que é aumentar a geração térmica à base de carvão e a energia nuclear, que são mais “suja” que as hidrelétricas. Na realidade, as térmicas a carvão estão vencendo os leilões de novas usinas, não por culpa dos ambientalistas, mas do modelo de licitação usado pelo governo, que privilegia os projetos que forneçam eletricidade ao menor preço. É o mesmo modelo usado na licitação de rodovias. Sucede que gerar energia tem conseqüências ambientais muito mais sérias do que construir e operar uma rodovia, e os leilões deveriam contemplar estas diferenças.

Além disso, há outras energias “limpas”, às quais o governo federal não dá ênfase. A principal alternativa é mesmo a conservação de energia, isto é, a melhoria da eficiência dos equipamentos que geram e consomem eletricidade, o que outros países fazem há décadas. Juntam-se a isto as energias renováveis, como a queima de bagaço de cana para gerar eletricidade, que está crescendo muito em São Paulo, a energia dos ventos (no norte e no sul do País) e pequenas centrais hidrelétricas.

A falta de clareza e o desinteresse por estas soluções se refletiu na Conferência de Bali, onde o Brasil, a nosso ver, deveria ter proposto formas concretas de reduzir suas emissões, bem como as dos outros países em desenvolvimento, como China e Índia, o que forçaria os EUA a aceitarem também reduções. A situação atual é confortável para a China e para os EUA, que, juntos, respondem pela metade das emissões e fazem o jogo de se culpar mutuamente pelo problema.

Ações voluntárias, como as que o Brasil propôs, não impressionaram ninguém, porque não há forma de cobrar resultados nem permitem criar um mercado de venda de créditos de carbono.

A adoção de metas de redução e um calendário para atingi-las foi o que o Protocolo de Kyoto fez, e o Brasil não seria prejudicado se as aceitasse, porque a redução do desmatamento permitiria facilmente que tais metas fossem cumpridas. ***José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo**

Êxito do Mapa de Bali depende das eleições americanas – Estado de São Paulo – Vida & - 17/12/2007

Espera-se que novo presidente conduza os EUA no caminho definido no passado por Bill Clinton

AFP, Nusa Dua, Indonésia

A comunidade internacional conseguiu aprovar o “mapa do caminho de Bali” para lutar contra o aquecimento global, mas este é somente o início de um processo que deve durar anos e cujo êxito dependerá do resultado das próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos.

O acordo feito no sábado estabelece que as negociações comecem em março ou abril de 2008 para culminar na Conferência sobre o Aquecimento Global de Copenhague, no final de 2009. O resultado desses dois anos de negociação deve ser a elaboração de um novo tratado que substitua o Protocolo de Kyoto, com término previsto para o fim de 2012.

O Mapa de Bali foi aprovado no limite diante da posição resistente dos Estados Unidos, que exigiam um compromisso maior de redução de emissão de gases-estufa por parte de grandes países emergentes, como China, Índia e Brasil. Imediatamente depois de sua aprovação, a Casa Branca expressou seu descontentamento. Isso mostra, segundo especialistas, que é preciso esperar até que os americanos elejam seu presidente, no final de 2008, para que o processo avance.

“Durante os debates eleitorais nos Estados Unidos, o aquecimento global certamente ocupa um lugar relevante, com a vantagem de que seus cidadãos possuem um

conhecimento cada vez maior e mais responsável sobre o assunto”, afirma Pablo Cotarelo, da ONG espanhola Ecologistas em Ação.

Os países europeus e em desenvolvimento, que em Bali se aliaram contra a postura americana, têm agora a esperança de que o próximo inquilino da Casa Branca volte a colocar os Estados Unidos no caminho definido por Bill Clinton e ignorado por George W. Bush.

“É evidente que o conjunto dos cidadãos americanos tem mudado sua posição de forma marcante a respeito do aquecimento global”, afirmou a ministra do Meio Ambiente espanhola, Cristina Narbona, lembrando que 23 Estados americanos estão comprometidos com a redução de CO₂, numa postura contrária à do governo federal.

MAIOR SENSIBILIZAÇÃO - Catástrofes climáticas, como o furacão Katrina, os incêndios gigantescos na Califórnia e as secas pronunciadas no Oriente Médio, contribuíram para essa maior sensibilização. “Esses desastres mostraram a dor de ser vítima do aquecimento global, que ocorre principalmente nos países em desenvolvimento”, afirma Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace Brasil. Quando o Katrina arrasou New Orleans, “houve gente que perdeu sua casa, sua terra, sua família, que perdeu seu passado e seu futuro, e isso fez com que comesçassem a compreender que o aquecimento global é um problema para o mundo todo e que temos de trabalhar juntos”, acrescenta Furtado.

No entanto, supondo que o próximo presidente esteja decidido a combater o aquecimento global, especialistas lembram que não assumirá o cargo antes do final de janeiro de 2009. O que significa que terá poucos meses para preparar sua equipe e sua estratégia para ganhar o apoio da opinião pública a tempo de envolver ativamente seu país em Copenhague.

Enquanto isso, é fundamental que o processo continue sem os Estados Unidos, afirmam especialistas. “Deve-se avançar independentemente do que diga a administração Bush”, avalia Cotarelo, que pede “que os países com posições ambiciosas sigam adiante sem esperar o consentimento dos americanos porque, se o processo é sólido, cedo ou tarde eles acabarão por aceitá-lo”.

Mas resta ainda outra incógnita: saber se as grandes economias emergentes, que tendem a se converter nos maiores contaminadores do mundo, estarão dispostas em 2009 a dar o braço a torcer aceitando o compromisso de cortar emissões de gases do efeito estufa.

“A maior das batalhas acontecerá em 2009, esta (a 13ª Conferência do Clima) foi apenas um entretenimento”, diz Fernando Tudela, subsecretário mexicano do Meio Ambiente.

Próximos dois anos serão de "demandas tremendas", diz diplomata europeu - Resultado da reunião de Bali coloca a eleição presidencial dos Estados Unidos, em 2008, no centro do debate sobre mudança climática

DA REPORTAGEM LOCAL - Após ser vaiada na plenária final da Conferência de Bali na madrugada de anteontem, ouvir frases duras, e finalmente aceitar o consenso, Paula Dobriansky, chefe da delegação dos Estados Unidos, deu início, mesmo que simbolicamente, a fase mais dura do processo.

"Nós teremos dois anos com demandas tremendas, que vão começar logo em janeiro", afirmou Humberto Rosa, chefe da delegação da União Européia, logo após os norte-americanos terem protagonizado uma virada de 180 em sua posição. O Mapa do Caminho que saiu da Indonésia, acordado por 190 nações, não definiu metas de redução de emissões de gases que contribuem para o efeito-estufa, porém estabeleceu a data que um acordo realmente efetivo terá que ficar pronto: dezembro de 2009, na reunião que será feita na Dinamarca.

Os negociadores deixaram Bali falando em um evento histórico e prometendo ações urgentes de combate ao aquecimento global, fenômeno que poderá trazer mais enchentes, secas, tempestades e ondas de calor para o mundo.

Os holofotes agora já estão virados para Gana, onde no início do ano, provavelmente em março, haverá uma primeira reunião de trabalho dos negociadores do clima dentro do âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas). "Se ocorrer uma mudança maior na política de governo americana, poderemos esperar uma grande aceleração na execução dos acordos feitos em Bali", disse Rachmat Witoelar, ministro de Ambiente da Indonésia.

Para os ambientalistas que acompanharam as intermináveis reuniões em Bali, a eleição presidencial nos Estados Unidos, no final de 2008, ficou mais importante ainda.

Casa Branca - "Na eleição [dos EUA], a mudança climática ocupará provavelmente um lugar relevante no debate, com a vantagem de que os cidadãos têm um conhecimento maior sobre o tema e mais responsabilidade também sobre o aquecimento [da Terra]", disse o ambientalista Pablo Cotarelo, da ONG Ecologistas em Ação, da Espanha.

Catástrofes climáticas como o furacão Katrina em 2005, os gigantescos incêndios florestais na Califórnia e as fortes secas no meio-oeste dos Estados Unidos contribuíram para a maior sensibilização dos norte-americanos, segundo vários ambientalistas.

"Estes desastres mostram a dor de ser vítima do aquecimento", disse o brasileiro Marcelo Furtado, da ONG Greenpeace. "Porém, isso vai atingir mais às populações dos países em desenvolvimento."

A questão agora também passa a ser de tempo. O novo presidente dos Estados Unidos só assume seu posto no final de janeiro de 2009, o que significa que ele terá menos de um ano para a reunião na Dinamarca.

"Devemos avançar independentemente das ações da atual administração do presidente Bush", afirma Cotarelo.

Muro de Berlim - Para o secretário-geral da Convenção do Clima, o holandês Yvo de Boer, Bali derrubou ainda o "Muro de Berlim" - existente no âmbito das discussões de Kyoto - que separava os países ricos dos pobres.

"Não há obrigações só para os ricos. No futuro, todos terão que tomar parte [no corte de emissões]", disse De Boer. *Com agência internacionais

Pesquisa mostra que nível do mar pode subir o dobro do que o previsto pelo IPCC –
Folha de São Paulo – Ciência – 17/12/2007

DA REUTERS - O nível do mar, em uma escala planetária, poderá subir em média o dobro do que os cientistas do IPCC, o painel do clima da ONU, previram para o atual século.

A afirmação vem de um grupo de cientistas que publicou seus resultados na edição de hoje da revista científica "Nature Geoscience". Eles estudaram o passado, mais precisamente um período de tempo de 5.000 anos, quando a Terra também teve um clima bastante quente.

Os cientistas do IPCC, após rodarem seus modelos matemáticos, calcularam uma média de aumento para o nível do mar, até o fim do século 21, de 80 centímetros. Porém, o estudo feito agora chegou a uma medida que é exatamente 100% maior do que a anterior: 1,6 metro.

A estimativa foi feita com base na análise de um dos chamados períodos interglaciais, que vai de 119 mil anos a 124 mil anos atrás. Naquele tempo, por causa de uma alteração na órbita do planeta em relação ao Sol, o clima da Terra era mais quente do que o registrado hoje.

O nível do mar, segundo os cálculos dos cientistas, subiu 6 metros em relação ao nível atual. O derretimento do gelo que cobria o território da Groenlândia e da Antártida foi o grande protagonista da alteração do nível do mar.

"Até agora, não havia um conjunto de dados suficientemente robusto que pudesse explicar o quanto maior o nível do mar estava no passado em comparação com o de hoje", disse por meio de nota Eelco Rohling, do Centro Nacional de Oceanografia da Grã-

Bretanha. A medida obtida pelo pesquisador - e colaboradores-, de 1,6 metro, foi calculada para cada um dos séculos do chamado período interglacial.

No caso da Groenlândia, a temperatura pretérita do ar, segundo o estudo, estava entre 3C e 5C mais quente do que é hoje. É exatamente essa a diferença que os modelos climáticos calculam que existirá na mesma região, entre 2050 e 2100. Cenário que pode provocar as mesmas conseqüências do passado.

A única dúvida, explicam os cientistas, é em relação a velocidade do derretimento. Nenhum modelo usado até agora conseguiu prever uma mudança no fluxo do descongelamento tão rápida como no passado. Porém, explicam os pesquisadores, essas modelagens não levam em conta vários processos dinâmicos que estão sendo observados em campo.

Algo foi salvo em Bali – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/12/2007

Tudo levava a crer que a reunião internacional que pretendia chegar a algum consenso sobre a necessidade de regras mais rígidas de controle de gases do efeito estufa a partir de 2013 - a 13ª Conferência do Clima (COP-13) que se encerrou em Bali nesse fim de semana - redundasse num retumbante fracasso. No último momento, no entanto, algo pôde ser salvo na reunião, especialmente porque se encontrou uma maneira de atrair, para algum compromisso, o país que mais emite CO2 no planeta, os Estados Unidos da América, que desde os tempos do Protocolo de Kyoto já resistia a qualquer forma de controle de suas emissões.

Um grupo de países, liderados pela União Européia, queria estabelecer o compromisso, para ser cumprido até 2020, de corte de 25% a 40% das emissões de gases estufa, na comparação com os níveis de 1990. Para obter a adesão dos Estados Unidos, aventou-se a possibilidade de falar de um corte mais profundo, de 50%, mas em muito mais tempo - até 2050. No entanto, o que mais agradou aos norte-americanos foi a não fixação da data de referência. Considerando-se que as emissões crescem a cada ano, buscar no futuro índices menores do que os de 1990 significaria reduzir muito mais as emissões de carbono do que se a referência fosse em período bem posterior - 2007, por exemplo. Para ser aprovado, o texto final ficou cheio de lacunas mas, pelo menos, mostrou um roteiro para chegar-se a 2009, ocasião em que (espera-se) se estabelecerão as metas a partir de 2013, quando se esgotam as definidas no Protocolo de Kyoto.

Foi assim, com muitas concessões, que representantes de 190 países assinaram, no sábado, o chamado “Roteiro de Bali”, um documento que poderá ser um marco histórico, por estabelecer diretrizes para um novo acordo político para a luta contra o aquecimento global - aquilo que, de maneira unânime entre as instituições científicas mais respeitáveis, que produziram documentos como o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, é considerado um risco real e efetivo não só para a sobrevivência de um terço das espécies que existe no globo terrestre, mas, a longo prazo, para a sobrevivência da própria humanidade. Mas, como era de esperar, nem o interesse comum

de toda a humanidade conseguiu eliminar as divergências existentes entre as nações - muitas delas de forte fundamento histórico. Se de um lado os grandes poluidores desenvolvidos resistem em ser controlados, de outro lado os países em desenvolvimento assumiram discursos como o de Munir Akram, embaixador do Paquistão na ONU e presidente do G-77, grupo de nações em desenvolvimento: “Os países industrializados tiveram 200 anos para trilhar um caminho de desenvolvimento econômico com o uso intensivo do carbono e, quando é nossa vez, nos dizem que não podemos fazê-lo.”

Realmente, esse “direito à nossa vez”, que parece “justo”, mais justo seria se houvesse muitos globos terrestres disponíveis e muito mais tempo para degradá-los. Mas, quando houve a Revolução Industrial, a humanidade ainda não conhecia os efeitos do aquecimento global. Quanto ao Brasil, embora sejamos um país de grande relevância nesse tema - pelo lado negativo do desmatamento, mas também pelo lado positivo do potencial de energia renovável -, não logramos nenhum êxito propositivo na reunião, com a idéia ingênua de receber auxílio internacional para a preservação da floresta tropical que nos cabe proteger.

De qualquer forma, embora haja um certo ceticismo quanto aos avanços concretos que a COP-13 possa ter representado, no combate ao aquecimento global, algum passo à frente foi dado. O que muito se comenta, no momento, é a dependência que as novas diretrizes terão das próximas eleições presidenciais norte-americanas. Sabendo-se que o presidente George W. Bush deixou de cumprir os compromissos assumidos por Bill Clinton - não enviando para ratificação o acordo de Kyoto que seu antecessor havia assinado -, e conhecendo-se a mentalidade que tem presidido a política norte-americana de meio ambiente, justifica-se a expectativa em torno da eleição.

Afinal, será o eleitor do país que emite os maiores volumes de poluentes que, em última análise, decidirá as condições de sobrevivência das futuras gerações.

Modorra em Bali – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 18/12/2007

Reunião traça mapa vago para enfrentar mudança climática, e negociação continua emperrada pela política interna dos EUA

APENAS a ambivalência dos diplomatas permite qualificar como grande avanço o "mapa do caminho" acordado em Bali. A conferência sobre mudança climática na ilha indonésia, concluída em atmosfera abrasadora, com vaias e assobios contra os EUA, obteve pouco mais que a permanência dos americanos nas negociações decisivas dos próximos dois anos.

A intransigência dos EUA forçou o mínimo denominador comum: uma direção vaga (cortar emissões de gases que agravam o efeito estufa), um meio óbvio (novas reuniões) e um prazo conhecido (2009). Faltou o principal num roteiro, definir aonde se deseja chegar, ou qual é a meta do tratado para substituir o Protocolo de Kyoto após 2012. Como a reunião de Bali chegou perto da ruptura completa, a mínima concessão de última

hora dos americanos pareceu uma guinada, e o acordo obtido, uma vitória. O tempo dirá que o único vencedor foi George W. Bush.

A União Européia, vários outros países e especialistas queriam consagrada como meta a recomendação da melhor ciência: cortar emissões entre 25% e 40% até 2020. É o necessário, segundo o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), para evitar um aquecimento acima de 2,5C e uma perturbação mais perigosa do clima mundial. Os EUA bloquearam.

Tal objetivo terminou mencionado só de maneira indireta, em nota de rodapé. Nenhum país saiu obrigado a assumir esse compromisso. A meta pode ou não ressuscitar nas próximas rodadas de negociação, mas é pouco provável que isso aconteça nas primeiras quatro reuniões, marcadas para 2008.

Trata-se de um ano eleitoral nos EUA. Mesmo a crescente irritação de outras delegações será impotente diante do obstrucionismo de um Bush em fim de mandato. Seu sucessor, ainda que mais sensível ao problema ambiental, terá menos de um ano para dobrar a resistência do Congresso -se é que se decidirá a fazê-lo. Bill Clinton e Al Gore, cabe lembrar, nunca submeteram Kyoto para ratificação, nos três anos que tiveram. A ausência de avanço substantivo não deve ser debitada apenas na conta dos EUA. Nações como China, Índia e Brasil também obstruíram a negociação batendo nas mesmas teclas de sempre: os países desenvolvidos têm de fazer sua parte primeiro, além de financiar e transferir tecnologia para corte de emissões, nas economias emergentes, e adaptação da infra-estrutura.

Obtiveram concessões milimétricas nos últimos quesitos e fizeram outras idem, como aceitar o compromisso genérico de reduzir emissões de modo "mensurável, reportável e verificável", por exemplo pelo combate ao desmatamento.

Um avanço, decerto, mas diminuto. Temperando o otimismo protocolar da diplomacia, Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção de Mudança Climática, alertou: "Temos uma gigantesca tarefa pela frente, e o tempo para alcançar um acordo é extremamente curto, portanto temos de andar depressa". Mais depressa que em Bali, leia-se.

Defensor de metas para CO₂, Reino Unido planeja agora investir em usina a carvão
Carlos Albuquerque

Um dos mais ativos defensores de metas ambiciosas para reduzir as emissões de CO₂ durante a conferência de Bali, que terminou sábado, o Reino Unido foi alvo de críticas ontem.

O governo britânico tem planos de construir usinas termoelétricas a carvão, a principal fonte de emissão de CO₂ do planeta. Um dos maiores especialistas do mundo em aquecimento global, o americano James Hansen, da Nasa, disse ao jornal inglês “The Independent” que os planos minarão qualquer avanço de negociação obtido em Bali e a credibilidade do governo do premier Gordon Brown nas negociações do clima, que agora entram numa nova etapa.

Diretor do Centro de Estudos Espaciais Goddard, Hansen sofreu, por mais de uma vez, pressões da Casa Branca para não divulgar resultados de estudos sobre o aquecimento global. Os britânicos planejam construir oito usinas termoelétricas movidas a carvão, considerado o mais “sujo” dos combustíveis fósseis. Para os cientistas, tal medida vai contra a postura defendida pelo Reino Unido em Bali.

— Se o Reino Unido seguir em frente com esse projeto, tornará difícil convencer países como Índia e China a reduzirem sua utilização de fontes de energia movidas a carvão — declarou James Hansen. — Não há justificativa para o Reino Unido queimar mais carvão. O país faz isso desde o início da Revolução Industrial, há 250 anos.

Segundo o físico Luís Pinguelli Rosa, diretor da Coppe e presidente do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, ainda não há uma forma segura de queimar carvão.

— Existe uma tecnologia, que ainda está sendo estudada, que seqüestra os gases produzidos por essa queima, aprisionando-os geologicamente, colocando-os em poços em vez de jogá-los na atmosfera.

Ministro alemão critica EUA e Rússia

Para Pinguelli, que esteve em Bali durante a conferência, a reunião trouxe avanços “menores do que o necessário, mas maiores do que se esperava”.

— O fato de os Estados Unidos terem cedido um pouco representa um avanço em relação às metas, ainda não definidas, para o período pós-Kioto, depois de 2012.

Já o ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Sigmar Gabriel, criticou ontem os EUA e a Rússia por bloquearem as negociações durante a conferência e impedirem um avanço nas metas de redução de gases do efeito estufa.

— Os americanos só assinaram o acordo porque foram pressionados. Durante toda a reunião sua postura foi dedicada a bloquear os debates — disse Gabriel. — A conferência não acompanhou as revelações científicas sobre o tema dos últimos anos.

Qual foi o resultado da conferência de Bali? As duas semanas de negociações de representantes de 188 países resultaram num documento apelidado de “Mapa do Caminho de Bali”. Ele tem um cronograma para negociar metas de redução dos gases do efeito estufa, transferir tecnologias limpas para os países em desenvolvimento, combater o desmatamento e limitar o impacto social e econômico das mudanças climáticas. Os países — EUA e China inclusive — concordam que é preciso reduzir as emissões, mas não há prazos nem cotas. O objetivo é chegar a um tratado para substituir o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

O que será feito de concreto? Os países se comprometeram a negociar para chegar a um acordo pós-Kioto. Mas não se comprometeram a tomar qualquer medida concreta. Foi criado um fundo para países pobres, mas valores não foram determinados. A União Européia queria aprovar uma cláusula prevendo que os países industrializados reduziriam em 2020 suas emissões entre 25% e 40% abaixo dos níveis de 1990. Mas a cláusula foi vetada por EUA, Japão e Canadá. Analistas dizem que Bali foi um passo pequeno na direção certa. Mas, para evitar as mudanças climáticas, é preciso muito mais.

Qual a chance de evitar o caos no clima? Cientistas consideram praticamente inevitável um aumento de 2 graus Celsius na temperatura média da Terra nas próximas décadas.

Porém, se não houver cortes substanciais das emissões, a temperatura do mundo em 2100 poderá ser 6 graus mais alta do que a atual. Uma elevação desta magnitude ameaça a sobrevivência de muitas espécies e do próprio ser humano. A última mudança dramática de temperatura marcou o fim da última era glacial, há cerca de 12 mil anos. O IPCC é categórico ao afirmar que esse cenário pode ser evitado somente se o mundo começar a emitir menos gases-estufa agora. O processo de negociação apenas iniciado em Bali cria um intervalo de cinco anos antes que qualquer acordo seja implementado. Para muitos cientistas, é tempo demais.

Por quê a pressa? O Relatório Stern (divulgado em 2006, sobre o impacto econômico das mudanças climáticas) salienta que quanto mais se demorar a agir, maior será o custo. Um número crescente de cientistas acredita que precisamos agir já para manter a elevação em 2 graus.

Quais serão os próximos passos? A ONU deve patrocinar dois anos de negociações.

Uma das mais importantes acontecerá em Poznam, na Polônia, em 2008. O ápice será a próxima conferência da Convenção de Mudanças Climáticas, em dezembro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca.

Qual a importância da adesão americana? É política. Para sair do isolamento e sob pressão, os americanos assinaram o documento na última hora. A Casa Branca reconheceu que é preciso fazer alguma coisa, mas não se comprometeu a dizer quando nem quanto.

Além disso, o isolamento aumentaria a chance de fracasso da reunião de grandes poluidores marcada pelo presidente George W.

Bush, para janeiro, no Havaí. A UE ameaçou não participar. Qualquer decisão significativa será tomada pelo próximo presidente americano, eleito em novembro de 2008.

Por quê os EUA resistem tanto? Os EUA já negociaram outras vezes e não cederam.

Eram signatários de Kioto, mas Bush decidiu não ratificá-lo. Historicamente, o país é o maior emissor do mundo de gases do efeito estufa. Este ano, a China o passou em emissões totais de CO₂, mas os americanos ainda têm a maior emissão per capita. A

emissão anual per capita dos EUA é de 20 toneladas de CO₂. Isso é o dobro da de outros países ricos, como o Reino Unido, e 20 vezes maior que a de nações pobres, como Moçambique.

Cassel participa da 30ª reunião do Condraf – Site Eletrônico do MDA - 18/12/2007

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou, nesta terça-feira (18), a contribuição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) para o fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária. A avaliação foi feita durante a abertura da última reunião ordinária do conselho em 2007, na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília (DF). Cassel ressaltou também as perspectivas e os desafios para o desenvolvimento agrário em 2008.

“Neste ano de 2007 consolidamos políticas importantes na área de crédito, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária e desenvolvimento rural”, destacou Cassel. Para o ministro, o próximo anos será desafiador. “2008 será um ano atípico e desafiador. Temos duas ações importantes: a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) e a implementação dos Territórios da Cidadania”.

A I CNDRSS está prevista para se realizar entre os dias 25 e 28 de junho, em Olinda (PE). Lá, representantes de 192 territórios rurais de todo País levarão propostas discutidas em suas regiões e seus estados para apontar diretrizes nacionais de desenvolvimento rural sustentável. “São mais de 12 mil pessoas envolvidas nas conferências preparatórias territoriais e estaduais. A Conferência Nacional será um momento importante para mostrar que somos capazes de dizer qual é o modelo de desenvolvimento rural que queremos para o País”, afirmou.

Territórios da Cidadania - Cassel enfatizou ainda a importância e os desafios que surgirão para o Condraf com a implementação dos Territórios da Cidadania. “Com os Territórios da Cidadania pela primeira vez teremos uma ação estruturada, definitiva, para combater a pobreza rural. Hoje estimamos que haja 4,2 milhões de famílias de produtores familiares. Destes, estima-se que 2,4 milhões nunca acessaram crédito ou políticas públicas voltadas para sua região. Os territórios da cidadania vão exigir de nós uma atenção especial e vão gerar muitas demandas, mas pode resolver de uma vez por todas com a exclusão e a pobreza rural.”

O território da cidadania é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto com outros ministérios para levar políticas públicas, crédito e documentação para as regiões rurais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador elaborado pela Organização da Nação Unidas (ONU) usado para avaliar a qualidade de vida que considera a saúde, a educação, acesso a cultura e renda.

Nada de inesperado aconteceu em Bali: os negociadores decidiram que irão continuar negociando e que as florestas fazem parte do jogo. Os Estados Unidos se fizeram de difíceis até o último minuto, e a União Européia se alinhou com os outros, o heterogêneo G-77. No final da 13 Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a CoP 13, ficou acertada uma agenda de reuniões - o tal "Caminho de Bali" -que deve culminar em dezembro de 2009, em Copenhague, num acordo internacional de redução de emissões de gases do efeito-estufa . Ou seja, o combate ao aquecimento global está adiado para depois da eleição do novo presidente americano e para que as arestas entre os grandes emissores possam ser resolvidas.

Até aí, nada de novo. Era exatamente o que a diplomacia brasileira esperava de Bali antes de a conferência ocorrer. O curioso é que o ponto fundamental do evento, que mereceu o adjetivo "histórico" em algumas interpretações e "patético", em outras, está no rodapé.

A nota, na primeira das cinco páginas do documento final da conferência, é intransponível para leigos, mas é o pulo do gato do "Bali Action Plan", o documento sobre o qual delegações de 198 países se debruçaram durante 13 longos dias de discussões nem sempre muito diplomáticas.

Sobre a palavra "urgência", um número 1 remete a uma selva de siglas - à contribuição do Grupo de Trabalho III do Quarto Relatório do Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas, entre as páginas 39 e 90, e no capítulo 13, página 776. Simplificando: é ali que os cientistas do IPCC explicam porque é imprescindível que os países cortem emissões de gases-estufa entre 25% e 40% até 2020, em relação aos níveis de 1990.

Só que dito assim, claramente, é algo que os EUA nunca toparam e não mudaram de posição em Bali. A formulação soa como ter metas internacionais de corte e é muito parecida ao Protocolo de Kyoto, que os EUA não assinaram.

A negociadora-chefe dos EUA, Paula Dobriansky, reagiu e deixou todos em suspense até o final; se os EUA não concordassem com o texto, nem a tal declaração sairia de Bali, já que conferências da ONU pressupõem decisões por consenso. A moldura do regime internacional do clima ficaria frouxa, e Bali teria sido um fracasso. A saída foi colocar o por quê de tudo -as recomendações do IPCC - de um jeito dissimulado. "O IPCC diz claramente que a janela de oportunidade é agora, nos próximos 15 anos. O documento de Bali fala em cortes, mas não diz quando nem quanto. Pode ser em 2050, em 2100. Isso desanima", diz o físico José Goldemberg. "Não acho Bali nenhuma grande vitória."

Houve uma mudança de curso que soa semântica, mas pode sinalizar um futuro onde os países em desenvolvimento tenham metas de redução, obrigatoriedade hoje restrita por Kyoto às nações mais ricas. Pelo documento de Bali, o G-77 concordou com ações que reduzam suas emissões de gases-estufa e que elas sejam "mensuráveis, reportáveis e verificáveis". Isto significa que o Brasil aceita reduzir suas emissões de maneira que possa ser medida, reportada e verificada. São metas? Podem ser objetivos nacionais, mas não internacionais. Esta posição é próxima à dos EUA, que diz querer compromissos nacionais e por setores. Não arrepia a Índia e a China, outros que não podem ouvir falar em metas. "Neste sentido, Bali proporciona um acordo mais simétrico entre os países", reconhece Goldemberg.

A proposta do Brasil, de obter recursos para a redução de emissões por redução de desmatamento, conseguiu espaço na declaração final de Bali. A idéia já havia sido apresentada em 2006, na CoP de Nairóbi. "Em Nairóbi foi bem recebida, mas entrou em um debate técnico. Agora, em Bali, entra no processo de negociação, tem muito mais força política", comemora João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente. Até Copenhague, em 2009, países que têm florestas e visões diferentes de conseguir dinheiro para preservá-las - como o Brasil, a Índia ou Papua-Nova Guiné - terão que se acertar.

Bali fala ainda em modos de driblar os obstáculos para que ocorra transferência de tecnologias dos países ricos aos pobres. Também aí, pouca novidade - esta indicação já está na Convenção do Clima, que existe há 15 anos, e não saiu do papel. Goldemberg é cético: "Tecnologia está nas mãos de empresas privadas, não de governos".

Uso da terra e falta de informação no Brasil - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/12/2007

Na era do aquecimento global, conhecer com precisão o uso da terra no Brasil se transformou em obsessão das pessoas envolvidas com o tema da mudança climática. A obsessão só tende a crescer, agora que a prevenção contra o aquecimento global ganhou status de maior ação coletiva já desenvolvida pela humanidade. O Brasil, no papel de um dos maiores depositários de terra do mundo, foi pego desprevenido. Estamos descobrindo, a duras penas, que sabemos pouco sobre o uso da terra no País. A maior prova é que o mais recente número oficial sobre a área ocupada com pastagem data de 1996. Faz tempo, não?

A questão do uso da terra ganhou status de prioridade porque o Brasil se torna o quarto maior emissor de gases do efeito estufa do mundo quando o desflorestamento da Amazônia é contabilizado quanto ao carbono que deixa de ser seqüestrado a partir do corte da vegetação. Mesmo que muita gente sensata já esteja mostrando que as emissões provenientes de setores como transporte e geração de energia elétrica têm impacto muito maior no aquecimento global que o desflorestamento - até porque, ao contrário das emissões provenientes desses setores, que são sempre negativas, no caso da mudança do uso da terra podemos conceber sistemas que levem a um aumento no carbono seqüestrado, e não o inverso, como tem sido afirmado com maior frequência -, já passamos da hora de melhorar o grau de conhecimento sobre o uso da terra no Brasil, que, como é de esperar, está diretamente relacionado à produção agropecuária e à silvicultura, os maiores setores demandantes de vastas extensões de terra.

O que quero mostrar neste artigo é que um país do tamanho do Brasil, na posição de terceiro maior produtor agrícola e nono maior detentor de florestas plantadas do mundo, não pode continuar conhecendo tão pouco sobre uso corrente da terra em território nacional e, ainda mais importante, sobre as mudanças por que ele passará, fruto de transformações estruturais no mercado de commodities agrícolas, como o aumento do preço dos grãos e das oleaginosas e o crescimento do mercado de biocombustíveis.

Um exemplo ilustra a minha preocupação com tema tão importante e do qual temos escasso conhecimento e disponibilidade de informações. Desconheço no Brasil qualquer iniciativa na esfera governamental, acadêmica ou privada de produção de cenários de longo prazo sobre área plantada e produção agropecuária. O governo brasileiro, quando toma suas decisões de política agrícola, não tem à disposição nenhum cenário quantitativo de impacto dos instrumentos de política na alocação e no uso da terra para produção agropecuária. Quando muito, o governo trabalha com expectativas de curto prazo dos impactos de suas políticas sobre área, produção e preços agropecuários. O zoneamento agroecológico, em discussão em Brasília, vai ajudar a conhecer o uso corrente da terra, mas em nada contribuirá para entendermos as mudanças na alocação espacial das atividades agropecuárias.

Isso significa que não há informação disponível no Brasil para responder a questões básicas, antes levantadas apenas pelos concorrentes mundiais do País e, hoje, também pelas pessoas envolvidas no tema do aquecimento global: quanto de terra a expansão de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão e florestas plantadas vai demandar no futuro e quanto a pecuária de corte vai liberar para esses produtos via ganhos de produtividade? Como a agropecuária brasileira responderá em termos de demanda de terra aos incentivos de mercado mundial? A resposta, ainda, é não sei.

Neste ponto, sou obrigado a dizer que sinto uma certa inveja dos norte-americanos. Nos EUA, o governo e o setor privado têm à disposição, anualmente, pelo menos duas previsões para dez anos de área plantada, produção, demanda internacional e preços de commodities agropecuárias. Essas previsões são chave para que o Departamento de Agricultura do governo norte-americano conheça em detalhes os impactos dos instrumentos de política de sua Lei Agrícola. Já o setor privado pode planejar-se não só conhecendo as tendências de preços, mas analisando a capacidade do setor produtivo dos EUA de responder aos incentivos de mercado.

Aqui, no Brasil, onde não temos nada disso, essa informação teria duplo valor. O primeiro é o mesmo valor auferido pelo governo e pelo setor privado norte-americano. O segundo é que seria um instrumento de grande poder para entender as tendências de longo prazo do uso da terra no Brasil e as mudanças esperadas em função das transformações do mercado mundial. Com essa informação estaríamos muito mais bem preparados para enfrentar dois debates de escala mundial que têm o Brasil no centro: as reais conexões entre expansão da área agrícola e desflorestamento da Amazônia e a real magnitude dos impactos da competição entre alimentos e energia nos mercados mundiais.

Mesmo diante de números de área da pastagem que variam entre 180 milhões e 200 milhões de hectares, e do fato de não sabermos quanto de área de pasto degradado temos no País, no frigidar dos ovos o uso corrente da terra não é importante. Os números, mesmo desconhecidos, mostram que a pecuária de corte é a grande atividade demandante de terra no Brasil e, ao mesmo tempo, o setor que mais liberará terra à medida que a produtividade aumentar. O fundamental é conhecer de que forma o setor agropecuário brasileiro vai responder a um fato incontestável hoje em dia: o Brasil é um dos poucos países com terra no mundo. Projetar o uso futuro da terra significa, dessa forma, conhecer para onde vai a produção de alimentos, fibras e biocombustíveis do País. É por isso que decidimos investir

nesse tema no Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). Nosso maior desafio, por enquanto, é a falta de informação. ***André Meloni Nassar é diretor-geral do Icône. E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br**

Mecanismo de Kyoto é ineficaz contra CO2 – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 19/12/2007

Levantamento indica que metade dos projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo não produzem redução real - Estudo analisou cem dos 860 projetos de MDL em curso; para coordenador, mecanismo é jovem demais para funcionar idealmente

Em vez de ajudar na redução da emissão dos gases de efeito estufa, o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) pode estar atrapalhando. Um levantamento inédito feito pelo grupo internacional que analisa as metodologias usadas para gerar créditos de carbono indica que até 50% dos projetos já em andamento podem ter sido "maquiados" para a aprovação. O levantamento foi feito por amostragem, analisando cem projetos dos 860 hoje em curso no âmbito do MDL.

"Vamos supor que determinada usina seria movida a carvão. No momento das contas [para sua implementação], o empreendedor achou um método mais barato e, por coincidência, mais limpo. Só que, no papel, ele enviou para a aprovação o projeto inicial, movido a carvão", explica Roberto Schaeffer, professor da Coppe-UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e um dos consultores das Nações Unidas que fazem a análise das metodologias do MDL. "Esse é um chamado processo não adicional. Ele está reduzindo uma emissão que nunca seria feita por aquele projeto", diz o pesquisador.

Para o engenheiro, que diz acreditar nos mecanismos de mercado para a redução do carbono atmosférico, projetos distorcidos como os já aprovados no âmbito da ONU são verdadeiros "cheques em branco para os países ricos". Hoje, o Reino Unido é um dos maiores compradores de créditos de carbono. Fica com aproximadamente 50% dos créditos emitidos. Do lado dos países em desenvolvimento, a China, com 61% do mercado, é a nação que mais vende.

A compra e venda de créditos de carbono funciona dentro do âmbito do Protocolo de Kyoto. Os países em desenvolvimento, que não têm metas obrigatórias, podem vender aos ricos, via MDL, reduções de emissão feitas por projetos de energia limpa nessas nações, nas quais o custo de redução é menor que nos países industrializados.

Com a compra, a redução das emissões acaba ocorrendo de forma remota e não dentro das fronteiras do poluidor. Mesmo assim, ele pode usar os créditos de carbono comprados no Terceiro Mundo para abater sua meta doméstica de corte.

"Esta estimativa mostra que o controle precisa ser menos frouxo", explica Schaeffer. "A implantação [dos projetos de MDL] está ineficiente." A expectativa do mercado é que nos próximos quatro anos os créditos de carbono estejam movimentando, em escala mundial, algo entre US\$ 25 bilhões e US\$ 50 bilhões.

Ontem a UNFCCC, a Convenção do Clima da ONU, comemorou a concessão do centésimo milionésimo certificado de redução. Ou seja, o MDL já teria evitado a emissão de 100 milhões de toneladas de CO₂. O secretário-executivo da convenção, Yvo de Boer, apresentou o número como prova de sucesso no combate ao aquecimento global, já que o mecanismo funciona só há dois anos. "Isso é só um mercado. Esses processos não geram emprego e não transferem tecnologia", afirma Schaeffer.

Para Hans Jürgen Stehr, presidente do Comitê do MDL (entidade que coordena o mecanismo), o MDL é, sim, efetivo na mitigação da mudança climática, embora em projetos de energia a questão da adicionalidade "fique mais complicada". "Produzir eletricidade também significa que você ganha dinheiro, e se você ganha dinheiro você pode fazer algo que não faria de outra maneira." No entanto, Stehr afirma que o MDL está sendo aperfeiçoado.

"Em um tempo incrivelmente curto nós estabelecemos um mercado de bilhões de dólares. Não seria realista assumir que você conseguiria fazer algo funcionar perfeitamente num tempo tão curto." *Colaborou **CLAUDIO ANGELO**, editor de Ciência

O mapa pós-Bali – O Globo – Opinião – Editorial – 19/12/2007

Países como Brasil e China precisam fazer mais contra o efeito estufa Alguns acharam pouco o que se obteve na 13ª Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Bali, na Indonésia, o encontro mais aguardado desde a Rio 92.

Outra vez a comunidade internacional falhou na tentativa de estabelecer metas de redução de emissões para combater o aquecimento global. Após 13 dias de discussões, tudo o que os 190 países representados conseguiram foi o chamado "mapa de Bali", estabelecendo um cronograma de negociações para a próxima cúpula do clima, em dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca.

O acordo a ser produzido então terá a missão de substituir o de Kioto, que expira em 2012.

Os otimistas, contudo, conseguiram extrair de Bali motivos para ânimo. Sob enorme pressão, até sob vaias, a delegação americana pela primeira vez aceitou as evidências científicas sobre o aquecimento global e que o futuro do planeta estará ameaçado se não houver corte de emissões. Em outro avanço, os americanos reconheceram a liderança da ONU nas negociações para produzir um sucessor do Protocolo de Kioto. Em dezembro de 2009, um novo presidente estará na Casa Branca, o que aumenta a esperança de que o país venha a aceitar metas concretas contra o aquecimento global.

Não são apenas os EUA que precisam alterar sua atitude em relação às mudanças climáticas.

O mapa de Bali atribui maior responsabilidade aos países em desenvolvimento e os exorta a agir para reduzir, de forma mensurável, os efeitos do aquecimento global. Países como a China, que logo ultrapassará os EUA como o maior poluidor mundial, estarão sujeitos a maior pressão para que provem o corte das emissões.

É o caso também do Brasil, um dos grandes emissores de gases do efeito estufa por conta das queimadas na Amazônia.

Foi-se o tempo do argumento acolhido no Protocolo de Kioto de que a responsabilidade pela despoluição cabe em primeiro lugar aos países desenvolvidos. Junto com o resto da comunidade mundial, a população, o empresariado e o governo brasileiros não podem esperar mais dois anos para iniciar ações que reduzam o efeito estufa.

Todos precisam se conscientizar de que, em 2009, será tarde demais para um novo acordo de boas intenções, como o de Bali.

Projeto de lei tenta criar a 'floresta zero' - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Vida & - 20/12/2007

Mudança do Código Florestal desobriga recuperação in loco de área desmatada

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou ontem projeto que altera o Código Florestal desobrigando a recuperação de áreas desmatadas, estabelecendo compensações em outras regiões. O projeto já é chamado de “floresta zero” pelo Greenpeace. Para a ONG, haverá uma redução da reserva legal com a nova metodologia.

O projeto foi aprovado às vésperas do recesso parlamentar e três dias depois do encerramento da Conferência da ONU sobre mudança climática em Bali (Indonésia) com avanços políticos na luta contra o aquecimento global e a reafirmação da necessidade de preservar a floresta tropical.

“O projeto vai na contramão da conferência. Ele permite a redução da área de preservação e permite que as áreas sem florestas fiquem como estão”, afirmou o diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão. O texto permite que o proprietário da área desmatada faça a compensação com plantio em outras regiões e com outras espécies de vegetação. Atualmente, a lei obriga a recuperação do dano ambiental dentro da região onde ele ocorreu.

Além disso, o Greenpeace aponta outra consequência: o aumento do desmatamento no País. A ONG estima que haverá uma redução da reserva legal de 80% para 50% na Amazônia. A legislação estabelece a área de reserva legal em 80% na região da Amazônia Legal, 35% na região de cerrado que esteja nos Estados da Amazônia Legal e 20% nas demais regiões. Pelo projeto, o proprietário poderá somar a área de preservação permanente, como encostas de morro e beira de rio, com a área considerada como reserva legal para a manutenção desse limite.

O relator do projeto na Comissão de Agricultura, deputado Homero Pereira (PR-MT), diz que a proposta vai permitir a recomposição de áreas desmatadas. Ele argumenta que a possibilidade de plantio de outras espécies, como o dendê e outras palmáceas produtoras de óleo, eucalipto e outras espécies consideradas exóticas, será um incentivo. “Estamos dando uma destinação econômica nesse passivo. Quem desmatou mais do que o permitido, poderá recompor e explorar economicamente plantando outras culturas perenes”, argumentou Pereira.

O relator já foi Secretário de Agricultura de Mato Grosso, é presidente licenciado da Federação de Agricultura do Estado e aliado do governador Blairo Maggi (PR), um dos maiores plantadores de soja do mundo. O projeto foi aprovado por ampla maioria na comissão. A proposta será votada ainda em duas comissões.

Acordo global para reduzir emissões ainda está distante – Valor Econômico – Opinião - 20/12/2007

Há várias maneiras de avaliar os resultados da 13ª Conferência do Clima das Nações Unidas, realizada em Bali, mas todas poderiam convergir para um fato: o avanço é muito pequeno diante da urgência e da magnitude das ameaças reais ao meio ambiente. O passo mais importante da reunião foi garantir que o maior poluidor do planeta, os Estados Unidos, continuem sentados à mesa de negociações, o que nutre as esperanças de que possam vir a se comprometer com alguma medida relevante para a contenção da emissão dos gases estufa. Sem os americanos, que com Bush ficaram fora do Protocolo de Kyoto, não há jogo. Com concessões e críticas, Bali terminou com os representantes dos EUA comprometidos a participar das próximas reuniões. Não é muito, não é tudo, mas é relevante.

As delegações dos 188 países presentes tinham como missão definir o que colocar no lugar do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012 e que se tornou ultrapassado diante da aceleração do aquecimento global. As metas fixadas, de 5,2% de redução sobre as emissões observadas em 1990 pelos países desenvolvidos, passaram a ser irrelevantes. O pior, porém, é que poderão até não ser cumpridas, porque na prática um número muito reduzido de países levou os objetivos a sério. EUA e Austrália não ratificaram o acordo e os maiores poluidores atuais - a China, que ocupará o primeiro lugar do ranking em 2008, Rússia, Índia e Brasil - não se comprometeram com qualquer alvos quantitativos.

A CoP 13, em Bali, tinha por função formatar um roteiro para que os países tomem medidas determinadas para reduzir as emissões de gases que provocam o aquecimento e atingir a redução necessária. Antes de chegar ao ponto mais importante, a magnitude das reduções, Bali se defrontou com o mesmo emaranhado de questões que Kyoto. Quem deve cortar quanto, de que forma e em que prazo. As respostas a estas questões, quando não inexistentes, foram aproximativas.

Os representantes do governo Bush fizeram o que era esperado - travaram as discussões. Concordaram, no máximo, em reconhecer o problema do aquecimento, desde que figurassem em código para os mortais, e em um pé de página, os cortes de 25% a 40% das emissões até 2020 mencionados pelos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Na verdade, a maré ambientalista está mudando contra Bush e, com a provável vitória dos democratas, a agenda americana será outra. Neste ponto, a batalha

para convencer os EUA só teria sentido se houvesse a possibilidade de Bush se comprometer de cara com aquilo que evitou até agora. Isso jamais aconteceria.

O segundo nó a ser desatado em Bali era o da natureza da participação dos países em desenvolvimento no esforço de contenção dos gases-estufa. Eles são quatro dos "top five" no ranking das emissões, o Brasil entre eles. Os EUA, que serão suplantados pela China no ano que vem, bateram-se para que esses países assumissem metas precisas. É inevitável e importante que esses países caminhem para isso, mas China e Brasil encabeçam a resistência a qualquer coisa parecida com obrigações internacionais. Coube ao G-77 desamarrear algumas pontas, ao concordar que ações nesse sentido terão de ser "mensuráveis, reportáveis e verificáveis". O Brasil defendeu a criação de um fundo de "donativos" voluntários para que se preservem florestas, de pouco efeito prático. Os mecanismos para deter o desmatamento, que importam especialmente ao Brasil, foram incluídos na declaração da CoP.

Não há dúvidas de que houve concessão de parte a parte, embora seja ainda difícil, e sujeita à imprevisibilidade do futuro, a sua mensuração e verificação. Pelas enormes dificuldades encontradas para se traçar apenas um esboço de roteiro para os próximos anos, pode-se temer pelo pior. Todas as posições somadas, dos Estados Unidos, Brasil e dos países em desenvolvimento, é seguro que a disposição geral está ainda muito aquém da dimensão dos problemas enfrentados. Não há sinal de grandeza política das partes em jogo para que uma quebra de paradigma na questão possa emergir. A política da ação apenas diante dos fatos consumados, no desafio climático, é a aceitação antecipada e consciente da catástrofe.

Ruim com ele, pior sem ele - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto
– 21/12/2007

Continua acesa a discussão em torno dos resultados da reunião da convenção do clima em Bali. E talvez uma síntese dos argumentos colocados tanto pelos que vêem avanços como pelos que se decepcionaram possa estar no velho dito popular "ruim com ele, pior sem ele". De fato, o resultado é modesto. Mas sem o que se decidiu continuaríamos avançando em direção a situações cada vez mais graves, interrompendo um processo de negociações que possa levar a compromissos de redução das emissões de gases.

O Acordo de Bali reconhece que o aquecimento já apontado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas "é inequívoco", que retardar um acordo para reduzir emissões aumenta o risco de impactos graves, que os cortes a definir terão de ser "profundos" e que é preciso chegar a um acordo sobre eles negociando já a partir do início de 2008, para aprovar, até o final de 2009, um texto que inclua os compromissos de todos os países a vigorar em 2013, quando cessa a vigência do Protocolo de Kyoto. Além disso, no texto de Bali, pela primeira vez o G-77, que inclui os países "em desenvolvimento" (inclusive o Brasil), aceitou que serão necessárias, de sua parte, ações mitigadoras "mensuráveis, reportáveis e verificáveis", ou seja, metas de redução de emissões. E o texto,

também pela primeira vez, explicita que o futuro tratado deve incluir entre seus objetivos a redução do desmatamento em florestas tropicais.

De fato, não há como fugir aos temas que se referem aos países “em desenvolvimento”. Segundo a Agência Internacional de Energia, eles responderão por 74% do aumento da demanda de energia previsto para as próximas décadas e a maior parte continuará a vir da queima de combustíveis fósseis. E as emissões provocadas por desmatamentos, queimadas e mudanças no uso do solo em florestas já respondem por 20% do total das emissões globais. Esses países têm argumentado que os industrializados emitem mais e há muito mais tempo; a eles, portanto, cabe a maior responsabilidade pela redução. É verdade, mas isso não isenta os demais países. E é possível calcular com quanto cada um deles, desenvolvidos ou em “desenvolvimento”, contribuiu para a concentração de gases que já está na atmosfera e provoca as mudanças do clima. O argumento de que reduzir as emissões prejudicaria o desenvolvimento econômico pode ser respondido dizendo que só prejudica formas insustentáveis de desenvolvimento, centradas apenas no crescimento econômico a qualquer custo.

No caso brasileiro, essa postura, especialmente em relação à Amazônia, tem sido influenciada por um pensamento dominante em parte da diplomacia e em áreas ligadas à segurança nacional, o de que aceitar pagamentos externos pela conservação da floresta (ou outros recursos e serviços naturais) implica renúncia à soberania no uso desses recursos. Essa atitude certamente terá influenciado a proposta que o Brasil apresentou, em Bali, de um Fundo para Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira. Embora tenha o mérito de reconhecer que é preciso cuidar desse problema - já que o Brasil é o quarto maior emissor do mundo, com mais de 1 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (inventário de 1994), das quais cerca de 75% em decorrência de desmatamento e queimadas -, a proposta não está vinculada a nenhum compromisso ou meta no âmbito da convenção do clima. É um fundo “voluntário”, para o qual poderão contribuir países, instituições ou empresas, mas sem direito de contabilizar em seus balanços de emissões eventuais reduções obtidas por esse caminho - terão direito apenas a um “diploma”.

O mecanismo do fundo toma como base uma média anual do desmatamento na Amazônia (outros biomas só depois de 2011, “quando houver sistemas de monitoramento”) durante a década 1996-2005, que é de 19,5 mil km². Nesse caso, se o desmatamento que vier a ser apurado em 2007-2008 for, por exemplo, de 14 mil km², a redução terá sido de 5,5 mil km², ou 550 mil hectares, comparada com aquela média; como cada hectare desmatado/queimado emite 100 toneladas de carbono e estas equivalem a 400 toneladas de dióxido de carbono, a redução de emissões será de 220 milhões de toneladas de CO₂; e como cada tonelada será cotada a US\$ 5, essa redução de emissões daria direito a receber cerca de US\$ 1,1 bilhão.

O projeto brasileiro foi recebido com ceticismo quase unânime. O professor Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), acha que por esse caminho o Brasil conseguirá receber, no máximo, uns US\$ 100 milhões por ano - que poderão ser do fundo criado pela Noruega (US\$ 550 milhões por ano), do GEF ou do mecanismo da Nature Conservancy.

Além disso, é possível perguntar: que sentido faz um fundo para reduzir o desmatamento na Amazônia que toma por base 19,5 mil km² anuais (a serem revistos só daqui a cinco anos), quando no período 2006-2007 o desmatamento efetivo já esteve em 11.224 km²? De julho deste ano para cá, o desmatamento na região já aumentou 8% e se prevê que crescerá mais; mesmo que suba 20%, vai-se chegar a 14 mil km²/ano; comparados com a base de 19,5 mil km², vai-se ter, no papel, uma redução de 5,5 mil km² e credenciais para receber compensação por isso.

Da mesma forma, não parece muito adequado argumentar, como membros da delegação brasileira em Bali, que o Brasil “fez sua parte” porque reduziu em três anos suas emissões em 1,3 bilhão de toneladas de CO₂, com 38,1 mil km² menos de desmatamento na Amazônia. Mais adequado seria lembrar que nesses mesmos três anos desmatamos 44 mil km², que equivalem a 1,32 bilhão de toneladas emitidas. E, finalmente, preocupa a decisão de só considerar o desmatamento em outros biomas a partir de 2011. Só no Cerrado, diz relatório recente do Instituto Sociedade, População e Natureza que estão sendo desmatados 22 mil km² por ano. *Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

EUA vetam lei ambiental estadual mais rigorosa – Estado de São Paulo – Vida & - 21/12/2007

Agência federal decide que Estados não têm poder para regular corte de emissões da indústria automobilística

The New York Times, Washington - A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) negou ontem à Califórnia e a outros 16 Estados americanos o direito de baixar normas próprias, mais rigorosas, de redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) por carros e caminhões. A decisão foi tomada quatro dias depois do encerramento da Conferência do Clima, promovida pelas Nações Unidas, em que os EUA operaram contra um acordo concreto de corte das emissões e só assinaram uma vaga declaração de intenções após intensa pressão internacional.

Os 17 Estados haviam encaminhado dois anos atrás pedidos à EPA para que pudessem instituir padrões mais rígidos que os do governo federal.

De acordo com o diretor da agência, Stephen Johnson, a Califórnia não apresentou argumentos convincentes provando ter poderes para regulamentar o assunto. “A administração Bush está oferecendo uma solução nacional clara e não uma miscelânea confusa de regras estaduais”, disse, referindo-se à lei sobre energia sancionada pelo presidente George W. Bush. “Creio que é uma abordagem melhor, em vez de os Estados agirem individualmente.”

A decisão provocou imediatamente intenso debate sobre suposta pressão do setor automobilístico para escapar das exigências. Autoridades estaduais e grupos ambientalistas vão recorrer à Justiça para tentar derrubar a decisão da EPA.

Os padrões adotados em 2004 pela Califórnia, rejeitados agora pelo governo federal, obrigariam as montadoras a reduzir em 30% as emissões de gases-estufa até 2016 - mas os cortes já teriam de começar nos modelos 2009.

A nova lei federal exige que as montadoras cumpram o padrão estabelecido para toda frota de carros e caminhões vendidos nos EUA somente em 2020.

DECEPÇÃO E VERGONHA - O governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, anunciou que os Estados irão aos tribunais para reverter a decisão da EPA. “É decepcionante ver que o governo federal coloca-se contra nós e ignora o desejo de dezenas de milhões de pessoas em todo o país”, protestou.

A General Motors, que combateu furiosamente os padrões californianos numa série de contestações judiciais, comemorou a decisão. “Com a remoção do peso desproporcional de precisar cumprir com uma miscelânea de regras estaduais específicas, que desviariam os seus recursos, as montadoras podem agora se concentrar no desenvolvimento e implementação de tecnologias avançadas”, diz um comunicado da GM.

Para a senadora democrata da Califórnia, Dianne Feinstein, a decisão foi “vergonhosa”. “A aprovação da lei sobre energia não dá à EPA um sinal verde para se esquivar da sua responsabilidade de proteger a saúde e a segurança do povo americanos face à poluição do ar”, atacou.

Richard Blumenthal, procurador-geral do Estado de Connecticut, taxou a decisão de “escandalosa” e seu colega de Nova York, Andrew Cuomo, disse que seu Estado contestará em juízo a decisão.

PREGAÇÃO NUCLEAR - Ontem, o presidente Bush fez questão de demonstrar que não é indiferente ao problema dos gases-estufa - e defendeu enfaticamente a multiplicação de usinas nucleares como a melhor solução. “Eu disse ao (ex) vice-presidente Al Gore que levo a sério esse problema (do efeito estufa) e que estamos desenvolvendo uma estratégia para lidar com ele”, declarou Bush.

Em sua opinião, quem se preocupa com o aquecimento global deve estar “fortemente a favor” da energia nuclear. “A energia nuclear nos permite produzir eletricidade sem emitir a menor partícula de gases do efeito estufa”, argumentou Bush, acrescentando que, ao mesmo tempo, essa modalidade de geração atende à crescente demanda mundial por energia.

“Se alguém é verdadeiramente sério sobre como enfrentar os gases do efeito estufa, deveria ser maior simpatizante da energia nuclear. Eu, certamente, sou, e aplaudo os esforços de membros do Congresso para assegurar incentivos à construção de novas usinas (...) É a melhor solução para assegurarmos crescimento econômico e ao mesmo tempo sermos bons administradores do meio ambiente.”

Bush também repetiu a posição adotada pelos Estados Unidos nas negociações sobre quais medidas são necessárias para controlar a crise climática, ao reforçar a necessidade de que “os grandes países emissores”, como a China, participem de um esforço coletivo contra o aquecimento.

Governo estima alta de 10% no desmatamento - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 22/12/2007

Para combater problema, decreto cria lista de cidades que mais desmatam

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, confirmou ontem que, pelas estimativas do governo, houve aumento de 10% no desmatamento na Amazônia entre agosto e novembro deste ano em relação a 2006. Há cerca de duas semanas, o secretário-executivo do ministério, João Paulo Capobianco, também havia admitido o crescimento, já apontado por organizações não-governamentais e na contramão da queda registrada nos últimos três anos.

Pouco antes da entrevista da ministra, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no Palácio do Planalto, um decreto para combater o desmatamento ilegal na região amazônica. O decreto prevê a elaboração de uma lista negativa dos municípios com os maiores índices de derrubada da floresta, o embargo de propriedades nas quais se registrarem crimes contra o meio ambiente e a aplicação de multas para quem adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produtos das fazendas embargadas.

Pela manhã, Marina Silva esteve com o presidente Lula. Durante o encontro, o último antes do Natal, ela conversou sobre as ações para conter a destruição da floresta. “(O desmatamento) não pode ser tratado como um presente para o presidente da República ou para a sociedade brasileira”, disse ela, ao responder à pergunta se Lula tinha “gostado” da estimativa de desmatamento. E acrescentou: “Isso deve ser entendido como um castigo.” Mas não explicou as razões que existiriam, no seu ponto de vista, para a sociedade ser castigada.

Após a entrevista da ministra, o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tarso Rezende de Azevedo, que também estava no Planalto, explicou que a causa do aumento do desmatamento pode ter sido o avanço da cultura de soja, de cana-de-açúcar e da agropecuária sobre as áreas de floresta.

A ministra do Meio Ambiente destacou os “esforços” do presidente Lula e do governo para reduzir o desmatamento. Marina Silva não informou, porém, o total da área real desmatada de agosto a novembro deste ano. Ela fez a ressalva de que, por se tratar de uma estimativa, os 10% de aumento podem não ser confirmados. A ministra disse que, de agosto a novembro de 2006, a grande quantidade de nuvens pode ter dificultado a análise

dos satélites que registram os desmatamentos, deixando o dado do ano passado abaixo da realidade. “É possível que o que está sendo enxergado (agora) a mais pelo satélite não era enxergado antes”, afirmou.

Em relação ao decreto, Marina Silva informou que é necessária a regulamentação das multas. A lista dos municípios que mais desmatam ainda não foi fechada pelo governo.

Nuvens negras – O Globo – Opinião – 22/12/2007

As pequenas concessões feitas pelos EUA na reunião sobre mudanças climáticas, em Bali, renovaram as esperanças de que o país moderasse sua postura refratária a medidas para conter a emissão de poluentes. Mas a alegria durou pouco. Os últimos atos de Washington tornam ainda mais negro o retrospecto do presidente Bush na área ambiental, revelando alguns dos gigantescos interesses envolvidos.

Enquanto o próprio Bush afirmava que “leva a sério o efeito estufa” e defendia o uso da energia nuclear para prevenir o aumento das temperaturas, um braço de seu governo — a Agência de Proteção Ambiental (EPA) — negava a 17 estados, entre eles a Califórnia, o direito de fixar suas próprias metas de emissão de dióxido de carbono, principal gás do efeito estufa.

A Califórnia sempre esteve na vanguarda das iniciativas para obrigar a indústria a fabricar veículos menos poluentes. Em 1970, o Clean Air Act deu ao estado a autoridade para fixar suas próprias metas de emissão, com aprovação do governo federal.

Outros estados passaram a adotar os padrões californianos. Em 2004, a Califórnia aprovou legislação obrigando os fabricantes a reduzir as emissões para carros e utilitários leves em 30% até 2016.

Mas dessa vez a autorização do governo federal nunca veio.

O governador republicano Arnold Schwarzenegger referiu-se à decisão da EPA como “mais um exemplo da incapacidade da Casa Branca de tratar o aquecimento global com a seriedade que exige”.

E anunciou a disposição de processar o governo republicano federal por limitar sua capacidade de atuação.

A própria Suprema Corte já confirmou o direito dos estados de estabelecer seus próprios padrões de emissões, ao mesmo tempo em que refutou o argumento da indústria de que as metas da Califórnia são tecnologicamente inviáveis.

Bush e a EPA têm agora um argumento: o presidente anunciou que enviará ao Congresso uma lei exigindo da indústria automobilística veículos 40% menos poluentes até 2020, de modo que a média de consumo de todos os modelos de um determinado fabricante seja de 17,3 quilômetros por litro.

Segundo a EPA, a norma nacional será muito melhor do que “a colcha de retalhos” de diferentes decisões estaduais.

A verdade é que a lei californiana, a ser seguida por 16 estados, é mais ambiciosa: ela cortaria as emissões em quase 30% até 2016, exigindo consumo máximo de 18,4 km/litro para carros e utilitários leves. Mais uma vez, o governo Bush correu em defesa da grande indústria, mesmo que isso contrarie os interesses da população.

Em seu livro "Inabalável", a queniana Wangari Maathai conta a trajetória de um projeto que rendeu o primeiro Prêmio Nobel da Paz para uma questão ambiental

GIOVANA GIRARDI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - E m 2004 ela se tornou conhecida em todo o mundo como a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz. Seus feitos ambientais e políticos pela preservação de florestas do Quênia realizados por meio de seu Movimento Cinturão Verde foram noticiados em todo o mundo, mas Wangari Maathai, hoje com 67 anos, sentia que não tinha contado tudo.

Se com o prêmio o mundo conheceu seus esforços para recompor a floresta em volta de comunidades rurais e, ao mesmo tempo, gerar empregos para as mulheres dessas comunidades, poucos sabiam como ela chegou lá.

As origens da "mulher-árvore", suas motivações, sua luta contra um governo corrupto que mandou prendê-la diversas vezes por conta de seu ativismo ambiental, contra a pobreza e em defesa da mulher aparecem agora em seu "Inabalável", autobiografia recém-lançada no Brasil pela editora Nova Fronteira. Ecologicamente correta, a obra sai em papel reciclado.

Hoje ministra do Meio Ambiente, ela literalmente começa sua história do começo, com seu nascimento em 1940 em uma tribo quicuia no Quênia então dominado pelos britânicos. Numa época -ela faz questão de frisar- em que a terra era abundante, "coberta de arbustos, trepadeiras, samambaias e árvores". É o gancho para comentar, centenas de páginas (e algumas décadas) depois, a devastação que a região viria sofrer com a agricultura.

A narrativa, no entanto, dá impressão de demorar a engrenar. Em um discurso cronológico, ela mistura suas histórias com a do próprio país e da África. De um lado a transformação de menina do interior em professora universitária e pesquisadora, depois em ativista ambiental e por fim em política.

Do outro a cristianização de seu país sufocando as tradições culturais do povo, a posterior declaração de independência das colônias africanas, os abusos do novo governo. Por fim, os dois se juntam com sua chegada no ministério.

Há quem compare essa trajetória com a da ministra Marina Silva. "Ambas nasceram em comunidades rurais, tornaram-se ambientalistas devido a uma questão de sobrevivência social, lutaram para obter educação superior, ganharam o prêmio ambiental internacional Goldman nos anos 90, se elegeram para o Congresso de seus respectivos países e, finalmente, assumiram recentemente um cargo governamental", escreveu em 2004 o ambientalista Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra.

Depois de uma infância sem nem sequer luz elétrica, Wangari teve a chance de estudar com mais infra-estrutura. Deu a sorte de se formar na escola secundária justo no ano em que o Quênia fechava um acordo em que enviaria estudantes para graduação nos EUA.

Em 1960 ela desembarcou em Nova York, chegada que comparou a "desembarcar na Lua". Nos seis anos que passou nos país, se formou em biologia no Kansas, e depois fez mestrado na Universidade de Pittsburgh. Retornou ao Quênia com ideais americanos de liberdade, logo após seu país ter declarado independência do Reino Unido.

Início da revolução - O momento de volta representou em vários aspectos uma retomada das origens. O confronto religioso de nascer em uma tradição e ser aculturada por outra, por exemplo, havia gerado uma confusão de identidade. Apesar de ter recebido o nome Wangari de seus pais, por anos ela foi chamada de Miriam, o nome cristão que recebeu ao ser batizada por uma das ordens religiosas que foram catequizar o Quênia. Virou Mary Josephine quando resolveu adotar o catolicismo e só ao voltar para o Quênia reassumiu o Wangari Matu (Maathai viria depois com o casamento).

Como pesquisadora da Universidade de Nairóbi, viu no começo dos anos 1970 rios assoreados, substituição de mata nativa por plantações de chá e café, ameaças à pecuária tradicional do país. Não tardou para que aderisse a instituições como o Conselho Nacional de Mulheres do Quênia. Dali para a criação do Movimento Cinturão Verde foi um pulo. Mas até que ele se fortalecesse e se tornasse internacional, Wangari foi demitida da universidade e presa algumas vezes pelo governo que combatia. Como sugere o título do seu livro, ela não se abalou e já deixou um legado de mais de 30 milhões de árvores plantadas.

LIVRO - "Inabalável"-Wangari Maathai; Editora Nova Fronteira; 375 págs., R\$ 49,9

Adeus Kyoto, Bali e Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência – 23/12/2007

E sta é a última coluna de 2007. O ano em que partimos de Paris, fomos a Bali com saudades de Kyoto e não chegamos a lugar algum. Em Paris, no mês de fevereiro, saiu o primeiro relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática). Alarmista na medida certa, muito elogiado e pouco seguido.

Somado ao Nobel da Paz para o IPCC e Al Gore, criou-se a expectativa de que a reunião de Bali, encerrada há uma semana, trouxesse algum avanço sobre o Protocolo de Kyoto. Que nada. O IPCC foi parar na nota de rodapé.

Enquanto isso, 2007 entrou para a lista dos sete anos mais escaldantes de todos os tempos. A década de Kyoto, 1998-2007, é a mais quente desde 1850. A calota de gelo sobre o oceano Ártico teve encolhimento recorde em 2007. Reduziu-se 1 milhão de km² em relação às mínimas anteriores (2005 e 2006...).

Vai demorar um pouco para cair a ficha, talvez os dois anos que nos separam de Copenhague (ponto terminal do roteiro de Bali). O processo iniciado no Rio, em 1992, e aprofundado em Kyoto, em 1997, está esgotado. As arrastadas reuniões da ONU não têm fôlego para a maratona de cortes nos gases do efeito estufa que a físico-química da atmosfera exige. Segundo o IPCC em seu rodapé, 25% a 40%, até 2020. Isso para termos 50% de chance de não ultrapassar 2C de aquecimento, o limiar de risco de desastre dado como administrável pelos cientistas.

Quem melhor pôs o dedo na ferida de Kyoto foi Sérgio Abranches, no site O Eco. Bali teve resultado decepcionante, assim como Kyoto, segundo ele, porque foi projetado para isso. Como as deliberações nos encontros multilaterais da ONU são por consenso, todos têm poder de veto. Não deixa de ser milagre que alguma coisa se decida nesses convêncios.

Em geral, um mínimo denominador comum, suficiente só para a negociação prosseguir -aleluia!- até o próximo tropeço. A mudança climática não vai esperar. O IPCC foi criado em 1988. Em 1992, no Rio, adotou-se a Convenção de Mudança Climática. Foram necessários cinco anos para negociar sua "regulamentação", na forma do Protocolo de Kyoto, de 1997. O tratado foi inspirado em duas experiências: o Protocolo de Montreal e o comércio de emissões de SO₂ nos Estados Unidos.

O primeiro, um tratado de 1987, organizou o banimento internacional de compostos químicos (CFCs) que danificam a camada de ozônio. O segundo, criado em 1990, almeja cortar até 2010 50% da poluição que causa chuva ácida. Em retrospecto, parece ambição demais misturar e aplicar esses dois modelos a um problema infinitamente mais complexo. CFCs afetam muito menos setores que combustíveis fósseis, origem principal dos gases-estufa e base da infra-estrutura energética mundial. E fixar um limite de emissão num país, por meio de um governo instituído, é uma coisa; outra, bem diferente, é fazê-lo no planeta inteiro, sem autoridade central e por consenso. Kyoto vale de 2008 a 2012. Um tratado para substituí-lo depois disso precisa ser decidido até 2009, para dar tempo de todas as partes ratificarem-no até 2013. Não vai acontecer, porém; se acontecer, é difícil que imponha compromissos à altura do que é urgente.

Por revoltante que pareça premiar o maior responsável pelo fracasso de Kyoto e Bali, talvez não haja saída senão apostar fundo nas reuniões propostas por George W. Bush, a partir de janeiro no Havaí. Talvez os 17 maiores poluidores sozinhos, sob o peso da responsabilidade moral por 80% das emissões mundiais, consigam superar em dois anos o impasse produzido por 187 países em duas décadas.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Destruição do bioma lança no ar o equivalente a 35% da quantidade do gás gerado pelo desmatamento da Amazônia

Uso do solo alterado de forma rápida em grandes áreas e gado que produz metano podem aumentar ainda mais essa distorção

EDUARDO GERAQUE

DA REPORTAGEM LOCAL - Enquanto o mundo discute a salvação das florestas tropicais, no Brasil, o cerrado continua cada vez mais ocupado por monoculturas como a soja e a cana, além da pecuária. Cálculos feitos pela UnB (Universidade de Brasília) mostram que as emissões de carbono desse bioma é bastante significativa: 35%, pelo menos, do que emite a Amazônia. O maior vilão deste processo é justamente a velocidade na mudança no uso do solo. Para chegar a essa taxa, Mercedes Bustamante e colegas determinaram um período de 20 anos e compararam o que ocorreria entre um hectare de floresta e um de savana. "Enquanto o cerrado emitiria importantes 220 toneladas de carbono equivalente por hectare, no período estudado, a Amazônia emitiria 620 toneladas", disse Bustamante à Folha. Os números, que serão publicados em breve, são inéditos para a comunidade científica.

Para a bióloga da UnB, não há dúvida de que a participação do cerrado nas emissões brasileiras ainda está subestimada. Ainda mais porque o bioma, que ocupa 24% da área do Brasil, tem aproximadamente 40% do seu ambiente natural já alterado. "A mudança no uso da terra é muito mais rápida no cerrado do que na floresta tropical", afirma Bustamante. Essa história da transformação do ecossistema é relativamente recente. Tudo começou nos anos 1970.

Além da pecuária, a soja, o milho e o algodão são as principais culturas desenvolvidas nas savanas brasileiras hoje. No Estado do Mato Grosso, por exemplo, a soja ocupa 88% do cerrado do Estado, segundo os números da UnB.

Hoje, as emissões por causa das queimadas da Amazônia representam aproximadamente 75% do total do Brasil -o restante é causado pelos automóveis que circulam pelas grandes cidades basicamente.

Se o cerrado for colocado agora dentro da categoria "mudança do uso do solo" ele contribuirá com um aumento de 25% pelo menos, segundo permitem inferir os números divulgados agora pela UnB.

Além disso, segundo Bustamante, a emissão de metano pelo gado, a atividade comercial mais comum na área de cerrado, que ocupa uma área de 50 milhões de hectares, foi computada, no cálculo, apenas para a realidade da Amazônia. "Isso aumentará bastante as emissões do cerrado", explica a pesquisadora da UnB.

Esses cálculos sobre o metano também estão sendo feitos agora pelo pesquisadores. Mas estimativas iniciais, de estudos anteriores, mostram que apenas a região Centro-Oeste do Brasil, onde boa parte é ocupada pelo cerrado, responde por 30% das emissões de metano do país. No total, essa quantia é equivalente ao lançamento anual de carbono feito por 36 milhões de carros de passeio.

A transformação do uso do solo na savana está diretamente relacionada com o aumento das emissões de carbono. Já na floresta, é o uso da biomassa vegetal -as árvores da floresta cortadas ou queimadas- que protagoniza a subida das emissões do gás do efeito estufa.

Sistema adulterado - Não é apenas a quantidade de de carbono emitida para a atmosfera todos os anos que preocupa os pesquisadores de Brasília -cidade que nasceu, aliás, antes do pico de alteração das savanas nacionais.

Novos estudos, ainda preliminares, mostram que o ciclo da água, por exemplo, é transformado de maneira radical quando em vez das plantas naturais do bioma estão sobre o solo plantações de soja. Em resumo, na primeira situação, a água segue o seu fluxo natural.

No segundo ela circula menos e o ecossistema fica mais seco.

Segundo Bustamante, os resultados iniciais já obtidos pelo seu grupo dão uma diretriz clara de como é preciso tratar o cerrado. "A manutenção da biodiversidade [o cerrado brasileiro é a savana com mais biodiversidade do mundo] e dos sistemas naturais é uma condição e não uma opção", afirma a pesquisadora. Segundo ela, o próprio agronegócio que existe pode ser prejudicado com o desequilíbrio ambiental.

Fundos 'verdes' triplicam de tamanho em um ano - Andrea Vialli – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 26/12/2007

Patrimônio líquido desses fundos alcançou em dezembro R\$ 1,7 bilhão

Os fundos de investimentos chamados de “socialmente responsáveis” (ou SRI, sigla para socially responsible investments), que privilegiam ações de empresas com boas práticas socioambientais e de governança corporativa, estão em expansão no País. O patrimônio líquido desses fundos mais que triplicou no período de um ano: saltou de R\$ 500 milhões em dezembro de 2006 para R\$ 1,7 bilhão em dezembro deste ano. E parte desse crescimento é motivado pelo interesse de pessoas físicas que, atraídas pela rentabilidade da Bolsa de Valores, também estão preocupadas com a gestão das companhias em que pretendem investir.

“Bancos, corretoras e outros agentes do mercado de capitais estão sendo procurados por pessoas físicas para que passem a analisar, sob o ponto de vista social e ambiental, os riscos das empresas na Bolsa. É uma tendência internacional que começa a ganhar força por aqui”, diz Roberto González, assessor de sustentabilidade da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).

Apesar do crescimento dos fundos SRI no Brasil, eles ainda são pequenos, perto de uma indústria que já chega a movimentar R\$ 1,1 trilhão no País, entre fundos de renda fixa e variável. “É um movimento ainda incipiente, mas, há cinco anos, não havia nada com esse perfil no mercado”, diz González.

Um dos fatores que impulsionaram essa demanda foi o lançamento, no final de 2005, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, carteira que reúne hoje 40 ações de 32 empresas. Inspirado no Dow Jones Sustainability Index (DJSI), da Bolsa de Nova York, o ISE foi criado para servir de referência para os fundos SRI no Brasil. Desde então, pipocaram produtos com essa proposta no mercado - já são 14, de instituições como Bradesco, HSBC, Unibanco, Banco do Brasil, Safra e Caixa Econômica Federal.

Antes disso, alguns bancos privados já haviam lançado produtos com esse perfil no mercado brasileiro, como o ABN Amro Real, em 2001, e o Itaú, em 2004. O fundo Ethical, do ABN Real, é o mais antigo e acumula um patrimônio de R\$ 667,1 milhões. Desde que foi criado, em novembro de 2001, até novembro de 2007, teve uma rentabilidade de 484%, ligeiramente superior ao Ibovespa do período, de 461,5%.

“O interesse dos investidores pelo Ethical aumentou ao longo de 2007. Há um ano, o patrimônio líquido era de R\$ 158,5 milhões”, diz Pedro Villani, gestor da carteira. Ele enumera vários motivos para isso. “O produto já acumula um histórico de rentabilidade e o mercado de ações passou a despertar maior interesse entre investidores pessoa física”, diz. Outro motivo foi a grande atenção que o tema sustentabilidade recebeu este ano. “Os investidores estão percebendo que não se trata de um produto filantrópico.”

CONVICÇÃO - O economista Gustavo Pimentel é um desses investidores. Desde 2005 aplica recursos no fundo Ethical, que escolheu por convicção - há três anos lida com temas ambientais em seu trabalho, primeiro em uma agência de classificação de risco e atualmente em uma ONG. Para ele, analisar as empresas em que pretende investir sob o ponto de vista socioambiental traz vantagens. “Uma é o menor risco que as ações oferecem. Outra é a oportunidade de ganhos no longo prazo. As empresas preocupadas com sustentabilidade tendem a ser mais estáveis, e isso se reflete no valor dos papéis”, diz.

O banco HSBC, que tem fundo de sustentabilidade baseado no ISE, também registra um crescimento do produto, voltado só para o investidor pessoa física. Criado em janeiro de 2006, tem um patrimônio de R\$ 150 milhões e, desde então, acumula rentabilidade de 106%.

No mundo todo, a instituição administra US\$ 1,5 bilhão em fundos de renda fixa e variável ligados à sustentabilidade. Entre eles, há produtos específicos sobre mudanças climáticas, só com papéis de empresas que estão cortando emissões de carbono e investindo

em energias renováveis. “Novos produtos com esse perfil chegarão ao mercado brasileiro”, diz Paula Peirão, analista de sustentabilidade da HSBC Investments.

No Itaú, o fundo Excelência Social, também voltado para pessoas físicas, registrou um aumento no número de cotistas de 40% ao longo de 2007. “Saímos de 18 mil cotistas para 27 mil nesse período. É um investidor que quer aliar rentabilidade às questões sociais da atualidade”, diz Moacyr Castanho, diretor de fundos de investimento do Itaú. O fundo possui um patrimônio de R\$ 515 milhões e acumula, desde sua criação, em fevereiro de 2004, uma rentabilidade bruta de 254,63%.

Esperança sobre a mudança de clima - Jeffrey D. Sachs – Valor Econômico – Agronegocios - 26/12/2007

O mundo deu um importante passo rumo ao controle das mudanças climáticas ao aceitar o Plano de Ação de Bali, durante as negociações mundiais, neste mês, na Indonésia. O plano pode não valer muita coisa, uma vez que, basicamente, criou um compromisso mundial de realizar mais conversações, não tendo estipulado ações específicas, mas estou otimista por três razões.

Em primeiro lugar, o mundo mostrou-se suficientemente unido para obrigar os EUA a colocarem um ponto final em sua intransigência. Em segundo lugar, o roteiro firmado evidencia um sensato equilíbrio de considerações. E, em terceiro lugar, são possíveis soluções realistas que permitirão ao mundo combinar desenvolvimento econômico e controle da produção de gases causadores do efeito estufa gases.

O primeiro passo em Bali foi romper o impasse que prejudicou a reação mundial contra as mudanças climáticas desde a assinatura do Protocolo de Kyoto, uma década atrás. Desta vez, o mundo unido chegou a vaiar a principal negociadora americana até que revertesse sua posição e aceitasse assinar o Plano de Ação de Bali.

Analogamente, a indisposição de importantes países em desenvolvimento, como China e Índia, de aderir a um plano, também parece estar chegando ao fim, embora reste considerável carga de trabalho para as elaboração de um acordo mundial capaz de conquistar apoio de países ricos e pobres.

Isso exige o balanceamento de muitas preocupações. Primeiro, precisamos estabilizar a produção de gases-estufa para evitar perigosa interferência humana no sistema climático, sendo esse o principal objetivo da Convenção Balizadora sobre Mudanças Climáticas da ONU, de 1992, tratado mundial sob o qual desenvolveram-se as negociações em Bali. Segundo, precisamos fazer isso ao mesmo tempo em que deixamos espaço para continuado e rápido desenvolvimento econômico e redução de pobreza. Os países pobres não aceitam, e não aceitarão, um sistema de controle climático que os condene a permanecer pobres. Terceiro, precisamos ajudar os países a adaptarem-se às mudanças climáticas que já em curso e que serão mais intensas no futuro.

O Plano de Ação de Bali aborda todas as três preocupações. O ponto principal do plano é estabelecer um Grupo de Trabalho Informal para formular um detalhado acordo mundial até 2009 que estipulará compromissos "mensuráveis, reportáveis e verificações" para reduzir as emissões de gases estufa. Esses compromissos deverão assumidos no contexto de "desenvolvimento sustentável", ou seja, reconhecendo que "desenvolvimento

econômico e social e redução de pobreza são prioridades mundiais". O plano também prevê a transferência de conhecimento para capacitar os países pobres a adotarem tecnologias ambientalmente sensatas.

A grande incógnita, naturalmente, é se a estabilização da produção de gases estufa, persistência do desenvolvimento econômico e adaptação às mudanças climáticas podem ser alcançadas simultaneamente. Não com nossas atuais tecnologias, mas, se desenvolvermos e adotarmos rapidamente novas tecnologias que estão ao alcance de nosso conhecimento científico, então sim.

Mensagem positiva é que 190 países chegaram a consenso em torno de plano sensato e ciência e tecnologia nos dão esperanças de realizá-lo

O desafio mais importante é reduzir e, ao cabo de algum tempo, quase eliminar as emissões de dióxido de carbono da queima de combustíveis fósseis como petróleo, gás natural e carvão. Esses combustíveis estão no cerne da moderna economia mundial, suprimindo aproximadamente 80% da energia comercial mundial. Essas emissões podem ser eliminadas migrando para formas renováveis de energia ou reduzindo as emissões de combustíveis fósseis.

A percepção fundamental é de que aproximadamente 75% de nosso uso de combustíveis fósseis corresponde a um pequeno número de fins: produzir eletricidade e calor em usinas geradoras de eletricidade, mover automóveis, aquecer edifícios e prover energia a um pequeno número de indústrias, como refinarias, usinas petroquímicas, fábricas de cimento e siderurgia. Precisamos de novas tecnologias ambientalmente sensatas em cada um desses setores.

Por exemplo, usinas de eletricidade podem adotar a energia solar ou capturar e descartar com segurança o dióxido de carbono que produzem devido ao uso de combustíveis fósseis - e o mesmo podem fazer grandes fábricas. Automóveis podem ser projetados para rodar mais mediante o emprego de tecnologia híbrida, combinando energia elétrica de baterias e energia da gasolina. Edifícios podem reduzir suas necessidades de aquecimento mediante isolamento aperfeiçoada ou migrando do uso de óleo em aquecimento para o emprego de eletricidade produzida por tecnologia limpa.

Segundo as melhores estimativas econômicas e de engenharia, se cada setor econômico chave desenvolver e adotar tecnologias ambientalmente saudáveis nas próximas décadas, o mundo poderá reduzir enormemente as emissões de carbono, a um custo inferior a 1% da renda mundial anual, evitando, assim, danos de longo prazo muito mais dispendiosos. Em outras palavras, o mundo pode combinar crescimento econômico com redução das emissões de dióxido de carbono. E os países ricos terão condições de arcar com os custos da ajuda para que os países pobres empreguem as novas e mais limpas tecnologias.

Para obtermos um acordo até 2009, precisamos deixar para trás as atuais generalidades, através das quais países ricos e países pobres discutem sobre a quem deveria ser atribuída a culpa pelas mudanças climáticas e quem deveria arcar com os custos. Precisaremos de um verdadeiro "business plan" mundial que detalhe como as novas tecnologias serão desenvolvidas, testadas e adotadas em regime acelerado em todo o mundo. Precisamos assegurar que todos os países adotem uma estratégia verificável para tecnologias não agressivas ao meio ambiente e que os países ricos concretizem as

promessas do Plano de Ação de Bali, de proporcionar "incentivos financeiros e de outros tipos" para permitir que os países pobres adotem as novas tecnologias.

Com tantas crises afligindo nosso mundo, há talvez descrédito de que mais uma conferência mundial fez pouco mais do que prometer continuar negociando. Mas vejamos, em vez disso, a mensagem positiva: 190 países chegaram a um consenso em torno de um plano sensato, e nossas ciência e tecnologia nos dão esperanças realistas de concretizá-lo.

Há considerável e difícil trabalho à frente, mas a situação é melhor, em consequência das deliberações em Bali. Agora é hora de arregaçar as mangas e viabilizar o que prometemos.

Jeffrey D. Sachs é professor de economia e diretor do Instituto Terra na Universidade Colúmbia. É também assessor especial do secretário-geral da ONU para as Metas de Desenvolvimento do Milênio.© Project Syndicate/Europe's World, 2007.
www.project-syndicate.org

Manejo florestal de baixo impacto – João Pedro – Folha de São Paulo – Opinião – 28/12/2007

JOÃO PEDRO

QUANDO OUVIMOS referências às madeiras, a imagem que nos ocorre é a destruição de florestas, o aquecimento global ou o trabalho escravo. Entretanto, a boa notícia é que existe quem faz da atividade madeireira uma contribuição para o fortalecimento de florestas.

No município de Itacoatiara (AM), a 260 quilômetros de Manaus, existe uma madeireira que desenvolveu tecnologia de extração de madeira com menor agressão à floresta. É o Projeto de Manejo Florestal de Baixo Impacto, iniciado em 1994, único projeto de manejo em floresta nativa em todo o mundo, com reflorestamento natural, respeitando os ciclos da própria floresta.

A tecnologia de manejo de baixo impacto foi desenvolvida para possibilitar que o corte contribua para o fortalecimento da floresta, em vez de provocar sua destruição. Na mata, entre árvores, ocorre um processo de seleção natural darwiniano. Dá-se uma dura disputa entre árvores pela luz do sol, pela água, pelos nutrientes da terra e pelo CO₂. Sobressaem as mais fortes, enquanto as menos resistentes são eliminadas. Assim como numa poda, que ajuda as árvores a se desenvolverem, o corte criterioso, do jeito certo e no momento certo, também ajuda a mata a se desenvolver. É possível dar valor e explorar a floresta economicamente e, ao mesmo tempo, contribuir para seu desenvolvimento sustentável.

O projeto é proprietário de uma área de 450 mil hectares, dos quais, até o momento, 220 mil são aproveitados em forma de "fazendas" que variam de 8.000 a 12 mil hectares cada uma.

Essas "fazendas" são inventariadas por equipes de mateiros, nativos da região treinados pelo Ibama, que conhecem todas as espécies de árvore.

As equipes percorrem toda a área, metro por metro, e registram cada árvore individualmente (espécie, idade, diâmetro, altura etc). As informações coletadas são armazenadas num banco de dados. Até agora, já foram inventariados mais de 110 mil hectares.

Cada árvore recebe uma etiqueta com sua localização por meio de georreferenciamento. Essa identificação acompanhará todos os produtos que tiverem origem na madeira extraída daquela árvore. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, que comprar uma peça daquela madeira poderá reconstituir toda a trajetória da peça desde a sua origem e localizar o ponto exato de onde a árvore foi cortada.

Cada "fazenda" será trabalhada uma única vez em cada ciclo de 30 anos, ou seja, a equipe de corte entra na "fazenda", corta apenas as árvores selecionadas e, posteriormente, toda aquela área ficará intocada por 30 anos, permitindo à floresta regenerar-se no seu ritmo natural sem intervenção humana.

O "abate", como é conhecido o corte, segue critérios rígidos: apenas três árvores a cada hectare, apenas 25% das árvores de uma mesma espécie, apenas árvores com no mínimo 40 cm de diâmetro, no máximo 16 m² por hectare.

Uma questão que se colocou como desafio ao projeto foi o destino dos resíduos que, por sua quantidade, se transformam num gravíssimo problema. O processo de decomposição da madeira, quando largada ao ar livre, gera ácidos altamente corrosivos. Se não forem controlados, podem contaminar a terra e o lençol freático.

Junto da madeireira foi construída uma usina termelétrica composta por um turbogerador a vapor de 9.000 kW, em operação desde novembro de 2002, que consome 300 toneladas de resíduos de madeira por dia. Essa energia abastece o consumo da própria madeireira e mais 85% da energia elétrica do município de Itacoatiara, que tem 80 mil habitantes.

Assim, os resíduos, que eram um grave problema para o aquecimento global, transformaram-se em brilhante solução com agregação de valor. Graças à energia dessa biomassa, desde 2002, o Brasil está economizando 20 milhões de litros de diesel por ano na geração de energia elétrica para a região.

Seguindo esse processo de conscientização, o mercado para a madeira certificada cresce exponencialmente no mundo e os projetos de manejo florestal se tornam cada vez mais viáveis economicamente.

O Ibama, ao definir o edital para a concessão de florestas públicas, adotou esse projeto de Itacoatiara como referencial de estudo.

O Brasil, assim, mais uma vez assegura sua vanguarda na luta em defesa do planeta, tanto na geração de energia renovável com baixo impacto quanto na redução do desmatamento e na preservação de florestas. *JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA, técnico agrícola, é senador da República pelo PT do Amazonas.

Clima custa US\$ 75 bi em 2007 – Estado de São Paulo – Vida & - 29/12/2007

Desastres naturais de pequena escala aumentaram

Reuters, Frankfurt - O aumento do número de desastres naturais de pequena escala de influência marcou o ano de 2007 e levou a perdas financeiras maiores do que “megacatástrofes”, de acordo com a segunda maior seguradora do mundo, a Munich Re. Um dos motivos é a intensificação de eventos climáticos extremos provocados pelo aquecimento global.

Em seu relatório anual, a empresa indica que a custo total dos desastres naturais neste ano cresceu 50% em relação a 2006, atingindo US\$ 75 bilhões. O pagamento de seguros dobrou e chegou a US\$ 30 bilhões. Os 950 desastres analisados - eventos naturais com mais de dez mortes ou danos da ordem de milhões de dólares - foram um recorde, o maior número desde que a Munich Re começou a registrá-los, em 1974.

Segundo cientistas ligados às Nações Unidas, o aquecimento global levará a um aumento em frequência e intensidade desses eventos. “Os dados confirmam nossa expectativa. A tendência prevista para eventos extremos mostra que a mudança climática já está em curso e que mais desses casos são esperados no futuro”, disse Torsten Jeworrek, um dos diretores da seguradora. “Não devemos nos enganar pela ausência de megacatástrofes em 2007.”

O evento que provocou a maior perda econômica, US\$ 12,5 bilhões, foi um terremoto que atingiu o Japão em julho, com 6.8 graus na escala Richter. Onze pessoas morreram e uma série de estruturas foi danificada, inclusive uma usina nuclear. O valor segurado foi de apenas US\$ 300 milhões. Já o evento mais caro para as seguradoras em 2007 foi a tempestade de inverno Kyrill, que matou 49 pessoas ao atingir a Europa em janeiro. Ela causou perdas de US\$ 10 bilhões, dos quais US\$ 5,8 bilhões foram pagos pelos seguros.

A pior catástrofe humana - o ciclone Sidr, que matou 3.300 pessoas em Bangladesh e na Índia em novembro - provocou perdas de US\$ 2,3 bilhões, mas praticamente nada estava segurado. O Sidr foi o mais violento ciclone a atingir Bangladesh desde 1991. O país ainda busca US\$ 2,21 bilhões de doadores internacionais para reconstruir a infra-estrutura destruída e montar um programa preventivo em longo prazo para lidar com tais desastres.

O ano em que ficamos "sustentáveis" – Folha de São Paulo – Opinião – Cláudio Ângelo
– 29/12/2007

DOIS MIL E SETE já garantiu seu lugar na história como o ano em que nos tornamos sustentáveis. Ou melhor, "sustentáveis". Assim mesmo, entre aspas. Neste ano, vimos a verdade inconveniente da mudança climática se transformar em verdade incontestada pelas mãos do IPCC, sigla que já dispensa explicações. O aquecimento global saiu do gueto dos abraçadores de árvore para ganhar as manchetes dos jornais (três vezes só nesta **Folha**), virar tema de conversa de boteco, levar um Prêmio Nobel e -glória suprema- decidir a eleição em um país rico, a Austrália.

Nunca antes na história deste planeta se ouviu tanto a palavra "sustentável", e de fontes tão insuspeitas: de propagandas de bancos a anúncios de governo a discursos de George W. Bush. Exatos 20 anos após ter sido cunhado, o conceito de sustentabilidade atinge o auge da fama- e da apropriação indébita.

As instituições financeiras nacionais gastam milhões em anúncios de TV, imprimem cheques em papel reciclado e criam linhas de financiamento para o consumidor "sustentável" comprar sua picape a diesel e compensar suas emissões plantando arvorezinhas. Fariam muito mais pelo país e pela sustentabilidade (sem aspas) se parassem de financiar os pecuaristas e outros "heróis" do agronegócio que desmatam ilegalmente a Amazônia e elevam as emissões de CO2 do Brasil.

O governo Lula, em sua esquizofrenia ambiental, comemora a queda no desmatamento e promove o álcool como solução "sustentável" para o efeito estufa ao mesmo tempo em que leiloa termelétricas a carvão. Depois encontra petróleo na bacia de Santos e silencia sobre os efeitos climáticos do "Brasil na Opep". Um membro do governo afasta temores de que isso vá transformar o país num grande emissor de gás carbônico: "O petróleo será exportado", tranquiliza. Por essa lógica, a Arábia Saudita é perfeitamente "sustentável". Brasília faria mais pela sustentabilidade se aposentasse a obsessão stalinista do gabinete por térmicas e por grandes hidrelétricas na Amazônia e investisse em eficiência energética (até a China faz isso!), renováveis e, se não der para resistir, em energia nuclear. Por fim, os diplomatas dariam uma grande contribuição se boicotassem a tal reunião das "Grandes Economias" convocada por Bush para janeiro. O atual governo americano tentou e quase conseguiu transformar a conferência do clima num fracasso. Oferece como alternativa uma feira de negócios. Já é mais do que hora de passar a borracha sobre Bush e esperar os democratas assumirem.

Enquanto nada disso acontecer, aspas insustentáveis pairam sobre 2008.

CLAUDIO ANGELO é editor de Ciência

Valorização do produto faz com que fazendeiros desistam de abrir propriedades para atrair visitantes à região de Brotas

Pontos turísticos ficam rodeados por plantações de cana-de-açúcar na Chapada Guarani; invasão preocupa setor no interior do Estado

MATHEUS PICHONELLI

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BROTAS - O avanço da cana-de-açúcar ameaça a expansão do ecoturismo na Chapada Guarani, na região de Brotas (245 km a noroeste de São Paulo).

A euforia em torno do álcool e a valorização dos preços da cana no início deste ano levaram muitos proprietários da região a arrendar parte dos seus terrenos para as usinas, o que limitou e cercou as áreas reservadas para os turistas.

Campos de cerrado e mata ciliar que contornam nascentes, cachoeiras, morros isolados e paredões, considerados patrimônio arqueológico do Estado, estão "ilhados" entre canaviais -isso em plena área de proteção ambiental de Corumbataí.

Na safra deste ano, a área de plantio da cana na chapada foi 78.536 hectares, afirma o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A área equivale a mais de 95 mil campos de futebol. Cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados.

Na safra 2003/2004, a área era de 54.407 hectares -crescimento de 44% no período. A Folha visitou a Chapada Guarani: Brotas, Analândia e Torrinha (a região inclui ainda Itirapina e São Carlos) e observou o avanço dos canaviais.

Em Brotas, que se intitula "capital nacional dos esportes de aventura", trilhas que levam às famosas cachoeiras em que se praticam rafting e bóia-cross (descidas de corredeiras em botes e bóias, respectivamente) têm agora passagens por plantações de cana. O turismo na cidade movimentou, por ano, R\$ 27 milhões. "Essa expansão nos assustou. Fizemos um zoneamento ambiental em parceria com a USP e vimos que, dos 30 mil hectares de cana que havia em Brotas, a área, de repente, saltou para 41 mil, sendo que o município todo tem 110 mil hectares. Queremos fazer um "escudo protetor" das áreas nativas", diz o prefeito Orlando Barreto.

Na vizinha Analândia, ambientalistas e empresários do turismo dizem que o cinturão de cana já compromete o ecoturismo. "Temos até medo de perder o título de estância climática. Vendemos imagens das belezas naturais e estamos numa ilha de cana", diz Gabriela Dabronzo, do Posto de Atendimento ao Turista da prefeitura. "Durante sete anos resisti, mas desta vez me "pegaram", diz o fazendeiro Luiz Antonio Canello, que neste ano arrendou 65% da propriedade dele para uma usina. Canello foi

atraído pelo preço do produto, cotado a R\$ 53 a tonelada em janeiro -em dezembro, o preço era de R\$ 33.

Numa área de cerca de 50 mil metros quadrados, ele está construindo um camping, perto de uma cachoeira, a principal atração turística da fazenda -já cercada pelos canaviais e por onde devem passar os treminhões (caminhões para transporte de cana-de-açúcar) na época da colheita.

Perto dali, na Fazenda Pedra Viva, o morro do Cuscuzeiro, pedra de 220 metros de altura considerada um dos melhores pontos de escalada do Estado, está rodeado pela cana. "Não posso negar que é o produto mais rentável", diz Oldair Calchi, dono da fazenda. Na cidade de Torrinha, onde se estima haver mais de 50 cachoeiras, donos das áreas não permitem passeios, mas cederam terrenos para usinas, que pagam em média R\$ 2.000 ao mês pelo "aluguel".

Ambientalistas afirmam que uso desgasta o solo – Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BROTAS - Ambientalistas dizem que a expansão dos canaviais pela Chapada Guarani resulta em desequilíbrio da fauna e flora, no desgaste do solo e em perigo de contaminação de matas e mananciais.

"Estamos em área de recarga de mananciais do aquífero Guarani, onde rochas porosas de arenito absorvem água. Parte da cana está em área de encosta, de preservação permanente. É uma região frágil para contaminação", diz Fábio Lenci, da ONG Rio Vivo, de Brotas.

Ele afirma que a entidade pretende mapear, com imagens de satélite disponibilizadas na internet, as áreas com possíveis irregularidades na região. Segundo moradores, os canaviais estão expulsando animais de cerrado, como lobo-guará e veados, entre outros.

Nos córregos, os peixes estão desaparecendo, diz o pedreiro Luis Carlos Ometo, 62, de Analândia. "Na beira das nascentes não tem mais peixes, acho que de tanto veneno." As queimadas também são problema. O Ministério Público Federal conseguiu neste ano uma liminar na Justiça que determinou a paralisação das queimadas controladas de cana na região de Jaú, que engloba dois municípios da chapada, Brotas e Torrinha. Pela decisão, a expedição de licenças ambientais para queimadas ficam apenas sob responsabilidade do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).
(MATHEUS PICHONELLI)

Vigilância amazônica – Folha de São Paulo – Opinião – 31/12/2007

A AMAZÔNIA entra em 2008 sob vigilância, por assim dizer. Embora tenha comemorado a redução de 20% no desmatamento de agosto de 2006 a julho de 2007, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) não se acomodou sobre os louros. Diante da tendência de recrudescimento da derrubada a partir de agosto passado, lançou uma série de medidas para prevenir a elevação da taxa de desmate após três anos de queda (59% de diminuição no total).

O arsenal de providências preventivas consta do decreto nº 6.321, assinado pelo presidente Lula no dia 21. Dada a proximidade do Natal, poderia passar despercebido. Isso seria indesejável, pois o decreto introduz normas duras e controversas.

A inovação está no recurso a medidas de constrangimento que lembram campanhas capitaneadas por organizações não-governamentais. O MMA publicará listas positivas e negativas tanto de municípios quanto de propriedades rurais, de acordo com a observância de regras e metas relativas a desmatamento.

É justo dar a compradores o direito de escolher bens produzidos de acordo com valores ambientais. Trata-se de uma tendência que se dissemina até no mercado financeiro, com os fundos de investimento socialmente responsável. Tudo depende, porém, do estabelecimento de critérios razoáveis e objetivos para compor esses índices.

Ainda de acordo com as novas medidas, produtores poderão ver a propriedade embargada, receber multas e ter o crédito cortado. O decreto mostra as garras ao incluir entre os responsabilizáveis também quem "adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre aquela área de embargo".

Resta saber se o governo federal terá meios e força para pôr em prática tal endurecimento.

Desenvolvimento econômico sustentável – Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/12/2007

OS RESULTADOS da conferência de Bali sobre o aquecimento global deixaram a desejar. O que se discutia era o futuro da humanidade e o que se viu foi uma luta mesquinha entre os países para saber como dividir os custos de um problema que é de todos nós enquanto participantes da sociedade global. Os países mais resistentes a um acordo eram os Estados Unidos, a China e a Índia. O primeiro sem nada poder alegar em seu benefício, os dois últimos exigindo para o novo acordo a mesma idéia que o Brasil tornou vitoriosa no Protocolo de Kyoto -a idéia, que precisa ser revista, que os danos históricos feitos pelos países ricos no ambiente justificam que os países em desenvolvimento não sejam obrigados a contribuir para a diminuição da emissão de carbono.

Conforme relatou "The Economist", quem salvou a conferência foi um representante da Papua-Nova Guiné, condenada a submergir pelas águas se os grandes países não agirem, que, indignado com a resistência dos Estados Unidos em colaborar, aproximou-se do microfone e bradou emocionado, "se por alguma razão vocês não estão querendo liderar, deixem o problema para nós, por favor, apenas não atrapalhem".

O aplauso foi enorme. Alguns minutos depois, vencida, a representante americana: "nós iremos adiante e participaremos do consenso". Este, entretanto, foi modesto. O principal resultado, em parte graças à proposta do Brasil de se criar um fundo internacional para proteger a floresta amazônica, resumiu-se a um projeto sobre como interromper o desmatamento global. No mais, como a própria "Economist" reconhece, o que se produziu foi "uma declaração de boas intenções, da qual os Estados Unidos lograram que todo conteúdo substantivo fosse eliminado" (texto completo em meu site).

Por trás dessa resistência existe o pressuposto de que o crescimento econômico - com o qual todos os governos estão comprometidos- não é compatível com o desenvolvimento sustentável ou, em outras palavras, que os custos do combate ao aquecimento global são muito altos.

Desde que, há 15 anos, orientei uma tese de doutoramento sobre o controle da poluição na cidade de São Paulo, estou convencido de que esse pressuposto é equivocado: esses custos são menores do que geralmente se pensa. Os custos serão elevados em duas condições: se quisermos eliminar todos os efeitos negativos da poluição e se estabelecermos objetivos de curto prazo. No primeiro caso, porque os custos de eliminá-la crescem inicialmente pouco, mas se tornam muito altos quando nos aproximamos de níveis elevados de neutralização da poluição. No segundo, porque as mudanças nas empresas, nos veículos e no desmatamento só podem ser realizadas de forma econômica se forem graduais -no caso dos automóveis, por exemplo, definindo regras duras para os novos veículos, como está fazendo a União Européia.

Portanto, desde que todos concordem com essas duas condições, não há razão para tanta resistência a um acordo global sobre o efeito estufa. O desenvolvimento econômico é necessário, mas deve e pode ser também sustentável. É um equívoco colocar em conflito dois objetivos fundamentais, que, se forem buscados de forma razoável e inteligente, podem ser combinados.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA , 73, professor emérito da Fundação Getulio Vargas, ex-ministro da Fazenda, da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, é autor de "Macroeconomia da Estagnação: Crítica da Ortodoxia Convencional no Brasil pós-1994". Internet: www.bresserpereira.org.br - lcbresser@uol.com.br

Multas por desmatamento batem recorde e não são pagas – O Globo – Capa – 30/12/2007

Governo tentará mudar regras para fazer valer as autuações Para punir o desmatamento, que voltou a crescer em todo o país em 2007, o Ibama aplicou R\$ 2,57 bilhões em multas, um recorde histórico. Mas diretores do órgão admitem que muito poucos pagam por crimes ambientais e não sabem sequer informar o valor efetivamente arrecadado. Para tentar fazer valer as autuações, o Ibama pretende editar decreto reduzindo as possibilidades de recursos, que hoje permitem protelar em até quatro anos o julgamento do processo. A proposta é de aumentar de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil o valor mínimo Para punir o desmatamento, que voltou a crescer em todo o país em 2007, o Ibama aplicou R\$ 2,57 bilhões em multas, um recorde histórico. Mas diretores do órgão admitem que muito poucos pagam por crimes ambientais e não sabem sequer informar o valor efetivamente arrecadado.

Para tentar fazer valer as autuações, o Ibama pretende editar decreto reduzindo as possibilidades de recursos, que hoje permitem protelar em até quatro anos o julgamento do processo. A proposta é de aumentar de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil o valor mínimo da multa que dá direito de recurso até a última instância. Página 3 de recurso até a última instância. Página 3

Ibama multa, mas ninguém paga - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 31/12/2007

Autuações por desmatamento atingem R\$ 2,5 bi; governo mudará regras para tentar receber dinheiro

BRASÍLIA - No ano em que o governo primeiro comemorou a terceira queda consecutiva no desmatamento da Amazônia, mas depois foi obrigado a anunciar medidas para conter o crescimento registrado nos últimos meses, a Polícia Federal e o Ibama aumentaram o número de ações de combate aos crimes contra o meio ambiente. Responsável por proteger a fauna e a flora brasileiras, o Ibama chegou a aplicar um valor recorde de R\$ 2,57 bilhões em multas. No entanto, os diretores do órgão reconhecem que há dificuldade de fazer o dinheiro chegar aos cofres públicos. O montante das autuações deste ano é 7% maior do que o de 2006, que foi de R\$ 2,4 bilhões. Em 2005, foi de R\$ 1,7 bilhão. Sem conseguir receber quase nada do que cobra de multa, o governo estuda a edição de um decreto, nos próximos meses, para reduzir a possibilidade de recursos às autuações. Hoje, os grandes infratores levam até quatro anos para ter o processo julgado em Brasília. Enquanto isso não acontece, muitos continuam a agredir o meio ambiente sem restituir um centavo à União. O governo não soube informar o valor que efetivamente consegue arrecadar com as multas.

— Hoje, um sujeito que derruba madeira ilegalmente pode recorrer à divisão regional do Ibama, depois ao chefe da divisão, à superintendência estadual, ao presidente do instituto e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Queremos reduzir esses processos a duas instâncias de recurso — antecipa o diretor de Proteção Ambiental do instituto, Flávio Montiel da Rocha.

Baixo número de fiscais é ponto fraco - Se a proposta do Ibama for aprovada pela Casa Civil, o valor mínimo das autuações em que o infrator pode recorrer a Brasília triplicará, de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil.

Entre as outras regras em debate, está a destruição ou doação imediata de máquinas apreendidas em atividades ilícitas. Com isso, o instituto quer evitar que liminares judiciais devolvam caminhões, tratores e motosserras aos destruidores de florestas.

— Os fiscais apreendem um caminhão carregado de toras retiradas de uma região de proteção ambiental e, meses depois, o juiz da região manda devolver o veículo.

Enquanto isso acontece, o infrator não sente a punição no bolso — diz Rocha.

O governo admite que o baixo número de fiscais continua a ser o ponto fraco no combate aos crimes ambientais.

Juntos, o Ibama e o recém criado Instituto Chico Mendes têm apenas 1.770 funcionários para reprimir atividades ilegais em todo o país. Para o diretor de Conservação do Ibama, novos investimentos em capacitação e equipamentos podem reduzir os prejuízos causados pela falta de pessoal: — Nossos fiscais ainda vão a campo com uma mala que pesa sete quilos e são obrigados a preencher inúmeros formulários até aplicar uma multa. Até o fim do governo, em 2010, queremos distribuir palmtops e informatizar todo o sistema.

Servidores presos em operações da PF - Na Amazônia, os fiscais apreenderam, de fevereiro a dezembro, mais de 300 mil metros cúbicos de madeira.

O volume seria suficiente para encher caminhões numa fila de ida e volta entre São Paulo e Cuiabá. Segundo Rocha, o desafio agora é reduzir os obstáculos à aplicação real das punições.

Relatório obtido pelo GLOBO mostra que a PF cumpriu este ano 286 mandados de prisão em 14 grandes operações de repressão à retirada ilegal de madeira, ao contrabando de minérios e à venda de animais silvestres. Com foco nos estados da Amazônia Legal, as investigações da PF revelaram o envolvimento de servidores municipais, estaduais e federais em quadrilhas responsáveis por fraudes em processos de licenciamento e fiscalização do uso de recursos naturais.

Em março, a Operação Ananias prendeu seis funcionários do Ibama acusados de falsificar documentos para permitir o transporte ilegal de madeira em sete municípios do Pará.

Também foram para a cadeia outros seis servidores estaduais e um ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do governo paraense.

O esquema envolvia ainda empresários e despachantes.

— No Brasil, crime ambiental é sinônimo de corrupção. Praticamente todas as grandes quadrilhas que atuam no país contam com a participação de servidores públicos — resume o chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico da PF, Álvaro Palharini.

Índios fazem extração ilegal de madeira - Em maio, a Operação Mapinguari voltou a flagrar o envolvimento de líderes indígenas na extração ilegal de madeira. O esquema, no Parque Indígena do Xingu, contava com a cooperação de cinco integrantes da tribo trumai.

A Justiça Federal de Mato Grosso expediu 47 mandados de prisão, incluindo ramificações da quadrilha nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Também em maio, sete policiais do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas da PM do Rio foram presos quando a Operação Iscariotes desarticulou uma máfia que, em dois anos, conseguiu desviar cerca de R\$ 10 milhões da bilheteria de acesso ao Corcovado, no Parque Nacional da Tijuca.

Apesar de comemorar os resultados, a PF reconhece que ainda não conseguiu montar um banco de dados nacional com o cadastro de todos os suspeitos de cometer crimes contra o meio ambiente.

O investimento em inteligência, com ênfase na proteção da Amazônia, foi uma das promessas do diretor-geral Luiz Fernando Corrêa ao assumir o cargo, em setembro. Instituídas em 2003, as delegacias especializadas — que ainda dividem a atenção com os crimes contra o patrimônio histórico — são as mais novas da estrutura da PF.

O delegado Álvaro Palharini diz que só agora os policiais começam a valorizar o trabalho na área ambiental.

— Como a PF sempre investigou tráfico de drogas, contrabando e delitos financeiros, ninguém queria ser lotado nessas novas delegacias.

Ainda temos que trabalhar para mudar a cultura dos policiais e acabar com esse preconceito — admite.

Amazônia: aumento da devastação é desafio para Marina em 2008 Ministra do Meio Ambiente promete lista de municípios que mais derrubam árvores na região BRASÍLIA. No último ato público do ano, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acendeu a luz amarela ao admitir uma nova alta no desmatamento da Amazônia. Menos de um mês depois de comemorar a terceira redução anual seguida das derrubadas na floresta, entre agosto de 2006 e julho de 2007, ela informou, no dia 21, que o índice voltou a subir 10% nos últimos quatro meses em relação ao mesmo período do ano passado. O alerta reforçou a preocupação de ambientalistas que acompanham o monitoramento por satélite da região.

Para o superintendente de Conservação da WWF Brasil, Carlos Alberto Scaramuzza, os próximos meses vão definir se os resultados positivos foram fruto da ação do governo ou apenas consequência da queda no preço das commodities, que teria desacelerado a expansão do agronegócio sobre as áreas cobertas pela floresta.

— Como os preços voltaram a aumentar, agora vamos saber o quanto a fiscalização contribuiu para os números comemorados pelo ministério — afirma. Para frear a nova alta no desmatamento, Marina anunciou novas medidas para obrigar os proprietários de terras mais devastadas a prestar contas ao Incra. Ela prometeu ainda divulgar, em janeiro, uma lista dos municípios que mais derrubam árvores na Amazônia. A preocupação está concentrada em três estados: Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Num ano tumultuado no Ministério do Meio Ambiente, a ministra promoveu mudanças na equipe e no discurso para estancar o processo de fritura que sofria desde o fim do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além de afastar o secretário executivo Cláudio Langone e o presidente do Ibama Marcus Barros, ela fатиou o órgão para criar o Instituto Chico Mendes, que assumiu a gestão de parques e reservas ambientais. A ministra confiou o novo instituto a seu fiel escudeiro João Paulo Capobianco. Em contrapartida, enfrentou duras críticas e dois meses de greve dos servidores do Ibama.

Marina também baixou a resistência contra a construção de hidrelétricas no Rio Madeira, uma atitude que irritava o presidente Lula e ameaçava selar sua demissão do ministério. No último dia 10, o governo licitou a construção da primeira usina do futuro complexo de geração de energia, uma das obras prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *(Bernardo Mello Franco)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

